

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

FRANCO EZEQUIEL HARLOS

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ:
 cursos de pedagogia, pós-graduações *lato sensu* e políticas públicas

São Carlos

2015

FRANCO EZEQUIEL HARLOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ:
cursos de pedagogia, pós-graduações *lato sensu* e políticas públicas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação Especial.

Orientadora: Prof^a. Fátima Elisabeth Denari

São Carlos

2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

H286fp

Harlos, Franco Ezequiel.

Formação de professores para educação especial no Paraná : cursos de pedagogia, pós-graduações *lato sensu* e políticas públicas / Franco Ezequiel Harlos. -- São Carlos : UFSCar, 2015.

165 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Professores - formação. 2. Políticas públicas. 3. Educação especial. I. Título.

CDD: 370.71 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Franco Ezequiel Harlos, realizada em 08/09/2015:

Prof. Dra. Fatima Elisabeth Denari
UFSCar

Prof. Dra. Rosémeire de Araújo Rangni
UFSCar

Prof. Dra. Maria da Piedade Resende da Costa
UFSCar

Prof. Dr. Miguel Cláudio Moriel Chacon
UNESP

Prof. Dr. Douglas Roberto Borella
Unioeste

AGRADECIMENTOS

- Aos meus familiares, mãe, pai, irmãos e sobrinhas, pelo apoio nas horas difíceis;
- À Fátima Elisabet Denari, pela sensibilidade de suas ações, por guiar meus passos, por me ensinar tantas lições de vida e por entender e permitir minha forma de produção acadêmica;
- À minha grande amiga Fabiana Cristina Giehl, por ser fonte de muito amor e companheirismo no processo de realização da presente obra – serei eternamente grato;
- Aos meus amigos e colegas na vida e na caminhada acadêmica, em especial a Eliane Mahl, Everton Oliveira, Marcio Aurélio Pinheiro Almeida e Luiz Fernando Gorup – sem vocês, a caminhada teria perdido o encantamento;
- À Jeane Hanauer, por apresentar-me o acadêmico e o poeta que moravam dentro de mim;
- À Cintia Maria Basso dos Santos e Janete Tonello Marques, por me ensinarem o sabor da docência e da pesquisa;
- Ao meu grande amigo Douglas Roberto Borella, pelo incentivo e auxílio na busca do doutoramento e por tantas vezes minimizar minhas incertezas nos momentos de dúvidas;
- Aos membros da banca, que tão atenciosamente revisaram a presente pesquisa.
- Aos meus alunos e amigos em situação de deficiência, por desafiarem minhas concepções e práticas profissionais.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a consonância entre alguns dos cursos (Pedagogia e pós-graduações *lato sensu*) adotados no Paraná para a formação de professores para atuação com os alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) e a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, no que tange ao perfil docente que esta estrutura demanda. Para tanto, adotou-se pesquisa documental pautada em ações subdivididas em três fases, a saber: I. análise de 30 documentos que delimitam a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, compilados da *homepage* do Ministério de Educação; II. análise de 35 projetos político-pedagógicos coletados em *homepages* de Instituições de Ensino Superior (IES), referentes a cursos de Pedagogia; III. análise de dados sobre a estruturação de 63 cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, identificados em *homepages* de IES. Na fase I constatou-se que a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial gera a demanda por docentes polivalentes, com amplos conhecimentos técnicos e metodológicos para atuação com todos os segmentos de alunos PAEE. Na fase II constatou-se que 95,3% dos cursos de pós-graduação *lato sensu* analisados estruturam-se com a ausência da previsão de estágios na Educação Especial; que 74,6% deles apresentam um modelo multifocal (que enfoca todos os segmentos de alunos PAEE); que estes cursos apresentam em média 397.2 horas de duração e 13,19 disciplinas; que 15,87% destes cursos apresentam matrizes curriculares compostas por 50% ou mais de 50% de disciplinas que não versam sobre Educação Especial. Na fase III, constatou-se que em 85,8% dos cursos de Pedagogia analisados não consta a previsão de atuação com PAEE nos estágios curriculares obrigatórios; que em 95,4% destes cursos a Educação Especial é mencionada exclusivamente nas ementas das disciplinas a ela especificamente direcionadas; que estes cursos apresentam em média 2,68 disciplinas diretamente relacionadas com Educação Especial, 83,6 horas de carga horária total média voltada especificamente para Educação Especial e 67.6 horas destinadas ao ensino de Libras. A triangulação dos dados incitou a inferência de que a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira reconfigurou o perfil docente demandado para atuação com os alunos PAEE, ampliando e tornando mais complexos os saberes e funções que a ele devem estar associados. Concomitantemente, perpetuou e favoreceu modelos de formação de professores que restringem demasiadamente o tempo destinado à prática profissional e à aprendizagem de metodologias e técnicas imprescindíveis. Sugere-se transformações nos cursos de Pedagogia e de pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial, norteadas por diretrizes oficiais que determinem uma estruturação básica para os cursos que pretendem capacitar profissionais para atuação na Educação Especial e que estabeleçam que nestes cursos seja obrigatória a previsão de estágios curriculares com o PAEE.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação de professores. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the consonance between some of the courses (Pedagogy and *lato sensu* graduate programs) adopted in Paraná for the education of teachers aiming performance with students that fit Special Education's target audience (SETA) and the current organizational and conceptual structure of Brazilian Special Education, in what concerns the teacher profile that is demanded by such structure. Therefore, documentary research was adopted, guided by actions subdivided into three phases, namely: I. analysis of 30 documents that delimitate the current organizational and conceptual structure of Brazilian Special Education, compiled from the Ministry of Education homepage; II. analysis of 35 political pedagogical projects collected from Higher Education Institutions (HEI) homepages regarding Pedagogy programs; III. analysis of data about the structuring of 63 *lato sensu* graduate programs in Special Education, identified in HEI homepages. In phase I, it was concluded that the current organizational and conceptual structure of Special Education creates a demand for polyvalent teachers, with broad technical and methodological knowledge for performance with all the segments of SETA students. In phase II, it was concluded that 95.3% of the analyzed *lato sensu* graduate programs are structured without a foreseen requirement of teacher internship in Special Education; that 74.6% of these present a multifocal model (which focuses all segments of SETA students); that these courses present an average of 397.2 hours of duration and 13.19 subjects; that 15.87% of these courses present programs composed of 50% or over 50% of subjects that do not discuss Special Education. In phase III, it was concluded that in 85.8% of the analyzed Pedagogy programs there is no foreseen requirement of performance with SETA in the curriculum's mandatory internships; that in 95.4% of these courses, Special Education is mentioned exclusively in the subjects specifically directed to it; that these courses present an average of 2.68 subjects directly related to Special Education, an average of 83.6 hours of workload dedicated specifically to Special Education and 67.6 hours to the teaching of Libras (Brazilian Sign Language). The triangulation of the data incited the inference that the current organizational and conceptual structure of Brazilian Special Education has reconfigured the teacher profile demanded for performance with SETA students, expanding and making more complex the knowledge and functions that shall be associated with the teacher. Concomitantly, such structure has perpetuated and favored models of formation of teachers that overly restrict the time dedicated to professional practice and to the learning of indispensable methodologies and techniques. Thus, a transformation in Pedagogy and *lato sensu* graduate programs in Special Education is suggested, with official guidelines which determine a basic structuring for the courses that intend to professionally capacitate for performance in Special Education and that establish that in such courses foreseen curriculum internships with SETA shall be mandatory.

Keywords: Special Education. Formation of teachers. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triangulação/Análise dos dados	61
Figura 2 – Estrutura da administração federal da Educação Especial	81
Figura 3 – Estrutura organizacional da Educação Especial atual	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação dos cursos conforme foco	91
Gráfico 2 – Proporção de cursos e suas quantidades de disciplinas	105
Gráfico 3 – Titulação máxima dos formadores	108
Gráfico 4 – Período em que são ofertadas as disciplinas de Libras – análise PPPs	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Retrato do perfil de formação de professores no Brasil em 2001	25
Quadro 2 – Normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	50
Quadro 3 – Procedimentos e etapas da fase I da pesquisa	56
Quadro 4 – Procedimentos e etapas da fase II da pesquisa	57
Quadro 5 – Procedimentos e etapas da fase III da pesquisa	59
Quadro 6 – Procedimentos e etapas da triangulação dos dados	61
Quadro 7 – Leis, Decretos, Resoluções e portarias	63
Quadro 8 – Documentos Explicativos/Orientadores	63
Quadro 9 – Notas técnicas	64
Quadro 10 – Categorias de análise	65
Quadro 11 – Tipos de SRM	73
Quadro 12 – Classificação dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Especial ou similares	91
Quadro 13 – Classificação das disciplinas dos cursos analisados	96
Quadro 14 – Porcentagem de disciplinas gerais e específicas nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	98
Quadro 15 – Organização temporal dos cursos (frequência de oferta das disciplinas, dias de oferta das disciplinas)	101
Quadro 16 – Organização temporal dos cursos (duração dos cursos)	102
Quadro 17 – Carga Horária dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	103
Quadro 18 – Número disciplinas em cada curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	104
Quadro 19 – Síntese dos dados temporais sobre os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	105
Quadro 20 – Formação profissional dos coordenadores das pós-graduações <i>lato sensu</i> em Educação Especial	109
Quadro 21 – Cursos de Pedagogia (EaD) e Disciplinas que abordam a Educação Especial	113
Quadro 22 – Cursos presenciais de Pedagogia e Disciplinas que abordam a Educação Especial	114
Quadro 23 – Estágio Supervisionado nos Cursos de Pedagogia	117
Quadro 24 – Categorização do conteúdo das disciplinas tipo "Fundamentos da Educação Especial" dos cursos EaD	120

Quadro 25 – Categorização do conteúdo das disciplinas do tipo "Fundamentos da Educação Especial"	121
Quadro 26 – Carga horária das disciplinas que abordam a Educação Especial - Cursos de Pedagogia (EaD)	123
Quadro 27 – Carga horária das disciplinas que abordam a EE - Cursos presenciais de Pedagogia	124
Quadro 28 – Categorização do conteúdo das ementas das disciplinas do tipo "Libras" – Cursos EaD	126
Quadro 29 – Categorização do conteúdo das ementas das disciplinas do tipo "Libras" – cursos presenciais	127
Quadro 30 – Libras nos cursos de Pedagogia EaD	128
Quadro 31 – Libras nos cursos de Pedagogia Presenciais	129
Quadro 32 – Disciplinas que abordam as dificuldades de aprendizagem	131
Quadro 33 – Síntese dos principais dados levantados sobre os cursos de pós-graduação lato sensu ofertados no Paraná	134
Quadro 34 – Síntese dos principais dados levantados sobre os cursos de pós-graduação lato sensu ofertados no Paraná	135
Quadro 35 – Sugestão de Diretrizes para Pós-graduações lato sensu em Educação Especial	144

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CETEPAR	Centro Excelência Tecnologia Educacional
DPEE	Diretoria de Políticas Públicas de Educação Especial
EaD	Educação à distância
EE	Educação Especial
IBC	Instituto Benjamin Constant
IES	Instituição de Ensino Superior
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PAEE	Público-Alvo da Educação Especial
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educacional
PMEE	Programa de Mestrado em Educação Especial
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNEE	Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
PPGEEs	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial
PPPs	Projetos político-pedagógicos
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SRM	Salas de recursos multifuncionais
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	20
2.1.1	A história da formação de professores para Educação Especial no Brasil	20
2.1.2	A formação de professores para atuar na Educação Especial no Estado do Paraná	28
2.1.3	Plano de carreira da Rede Estadual de Ensino do Paraná	38
2.2	PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	39
2.2.1	Pesquisas sobre a formação de professores para EE no mundo	40
2.2.2	Pesquisas sobre a formação de professores para EE no Brasil	41
2.2.3	Pesquisas sobre formação de professores para Educação Especial no Paraná	46
2.3	LEGISLAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÕES <i>LATO SENSU</i>	49
2.3.1	Normas que regem as pós-graduações <i>lato sensu</i>	49
2.3.2	Normas paulistas para pós-graduações <i>lato sensu</i> em Educação Especial	53
3	MÉTODO	55
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	55
3.2	PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	56
3.2.1	Fase I.....	56
3.2.2	Fase II	57
3.2.3	Fase III.....	59
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	60
4	RESULTADOS	62
4.1	A EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA (2008-2013) E O DOCENTE MULTIFUNCIONAL	62
4.1.1	Documentos analisados e categorias identificadas	62
4.1.2	Recursos humanos	65
4.1.2.1	Público-alvo da educação especial	65
4.1.2.2	Profissionais da Educação Especial.....	68
4.1.3	Recursos materiais e financeiros	71
4.1.3.1	<i>Lócus</i> da Educação Especial.....	71
4.1.3.2	Financiamento das propostas de AEE	75
4.1.4	<i>Modus Operandi</i>	78

4.1.4.1	Léxico e fundamentos.....	78
4.1.4.2	Funcionamento da Educação Especial	80
4.1.5	Perfil do docente demandado pela atual PNEEPEI	84
4.2	FASE II - PÓS-GRADUAÇÕES LATO SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	87
4.2.1	Pós-graduações <i>lato sensu</i> em Educação Especial ofertadas no Paraná	88
4.2.2	Diferentes perfis dos cursos	90
4.2.3	Matriz curricular	96
4.2.4	O “tempo” da formação em Educação Especial.....	100
4.2.5	Professores e coordenadores.....	106
4.3	FASE III: DISCIPLINAS QUE ABORDAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CURSOS DE PEDAGOGIA.....	111
4.3.1	Cursos de Pedagogia ofertados no Paraná	111
4.3.2	Análise de PPPs de cursos de Pedagogia	112
4.3.3	Disciplinas “Fundamentos da Educação Especial” (Clássicas).....	119
4.3.4	Disciplinas Libras	125
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO	132
5.1	ENTRE A POLÍTICA E OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	132
5.1.1	Triangulação e análises	132
5.1.2	Sugestões sobre a formação de professores de Educação Especial.....	143
5.1.2.1	Diretrizes para cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Especial	143
5.1.2.2	Acréscimos às Diretrizes Nacionais para cursos de Pedagogia.....	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
	REFERÊNCIAS	152
	ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que transformações em formas de pensar e em práticas educacionais não se efetivam por decreto, nem de um dia para o outro (ARANHA, 2004). No entanto, políticas educacionais amparadas por leis e documentos podem incitar significativas mudanças em inúmeros setores da vida em sociedade, em sistemas educacionais, políticos e econômicos. Aliás, o conjunto e a configuração dos elementos que constituem determinada política educacional produzem um campo de demandas relacionadas com a transformação de práticas pedagógicas, espaços físicos, recursos materiais e processos de formação de professores.

No que se refere à Educação Especial (EE), quando uma política educacional estabelece um novo público-alvo, um novo *modus operandi*, novos espaços físicos e novas funções para o docente, são produzidas então demandas por processos formativos que subsidiem a preparação do professor para o exercício da docência nestas novas condições. Estas demandas têm sido constituídas com as recentes transformações da Educação Especial brasileira.

Especialmente entre janeiro de 2008 e abril de 2013, decisões políticas materializadas em documentos oficiais diversos provocaram uma aparente reconfiguração da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, ou seja: reconfigurou-se o conjunto de conceitos que, definindo os elementos humanos, materiais e as formas operacionais da Educação Especial, nos documentos oficiais, são inter-relacionados e estrategicamente articulados para a estruturação da Educação Especial brasileira (HARLOS, DENARI; ORLANDO, 2014).

Neste contexto, a estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira foi alterada por um *continuum* de propostas e dispositivos que modificaram “[...] o teor discursivo que permeou os documentos orientadores ou legais para a área da Educação Especial nos últimos 20 anos” (BAPTISTA, 2012, p. 152). A base destas modificações - a associação entre Educação Especial e inclusão escolar - em que esta última é a diretriz para a primeira, é prévia à atual política, mas assumiu seu ápice com o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008a). Este documento, condensando proposições e a caracterização de “novos” conceitos, serviços, sujeitos e espaços para Educação Especial, apresentou-se tanto como um marco reestruturante do campo em questão, quanto como gênese de uma política que supostamente representaria um avanço em relação às políticas que o precederam. Brasil (2008a) foi apresentado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) como porta-voz da Educação Especial “na”

perspectiva da educação inclusiva, como se a perspectiva de educação inclusiva nele expressa fosse a única possível e não apenas uma perspectiva perante inúmeras outras.

No documento em questão expressa-se que a Educação Especial foi tradicionalmente organizada como proposta substitutiva ao ensino comum, marcada por compreensões e serviços que levavam à criação de instituições especializadas segregantes e a formas de atendimento ancoradas no modelo clínico de Educação Especial. A partir desta colocação, em Brasil (2008a) indica-se a intenção de reestruturar a Educação Especial “na” perspectiva da Educação Inclusiva que se opõe à educação especializada-segregada e/ou paralela à educação regular: a perspectiva da Inclusão Total. Esta reestruturação consolida-se com o Decreto nº 6.571 de 2008 (BRASIL, 2008b) e com a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a), pois, dentre outros elementos, ambos definiram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço não substitutivo ao ensino regular.

O fato é que, na esteira de Brasil (2008a), Brasil (2008b) e Brasil (2009a), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010e) também estabeleceram que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas classes comuns do ensino regular e no AEE. Da mesma forma, outros documentos, como a coleção intitulada “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar” e as inúmeras Notas Técnicas publicadas pela SEESP e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), repetiram a intenção de romper com o tradicional modelo de Educação Especial, redesenhando-a “na” perspectiva da Educação Inclusiva/da Inclusão Escolar¹.

Assim, mesmo em 2011, quando o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011a) revogou o Decreto nº 6.571 de 2008, foram reiterados os princípios que rezam que é função do AEE complementar ou suplementar os serviços escolares, sem substituí-los. E, subsequentemente, em abril de 2013, a partir da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013a), novas interpretações dos elementos da Educação Especial consolidaram-se no mais importante instrumento normativo da educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Para Mazzotta (2010) e para Baptista (2011) a ênfase no contexto escolar comum dada por estes documentos alterou o plano normativo da Educação Especial brasileira. Esta alteração provocou mudanças conceituais e estruturais na Educação Especial (MAZZOTTA,

¹ Embora na literatura acadêmica os termos “educação inclusiva” e “inclusão escolar” possam revelar distintas concepções teóricas, atualmente, nos documentos oficiais publicados pelo MEC, estes termos são utilizados indiscriminadamente. Neste contexto, ambos referem-se a prática de inserção e educação, no sistema comum de ensino, de pessoas historicamente segregadas deste sistema. Desta forma, na presente pesquisa, também não será estabelecida uma distinção entre estes termos.

2010; PRIETO, 2010; KASSAR, 2011; BUENO, 2012; CARVALHO, 2013; GARCIA, 2013) e analisá-las tornou-se uma necessidade não somente para a adequada atuação no campo em questão, como também para a reflexão sobre os processos de formação de professores para a Educação Especial.

Ora, apesar dos discursos oficiais sobre eficácia e eficiência, que repetem dados estatísticos sugerindo significativos avanços quantitativos na inserção² dos alunos atualmente definidos como PAEE na rede regular de ensino, é necessário atentar para o fato de que os documentos oficiais têm sido frequentemente utilizados para a colonização do vocabulário, do discurso e do pensamento educacional; ou seja, para implantar novas palavras e ideias que disfarçam e justificam as propostas e imposições governamentais. Em outras palavras, “[...] para a conversão de ‘almas’ pela liturgia da palavra” (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 223).

Como alerta Fairclough (2001), frequentemente, os documentos oficiais utilizam a linguagem com a finalidade de mobilizar pessoas em direção ao consenso social; disseminam afirmações que pretendem oferecer representações únicas sobre os fenômenos; não apenas prescrevem as orientações (organizacionais e conceituais) a serem adotadas no contexto escolar, como também produzem o discurso “justificador” destas orientações; e, efetuam *bricolagem* de conceitos - usam conceitos e propostas de políticas anteriores dando aos mesmos novos significados ou aspectos de inovação, fazendo “velhas práticas” parecerem significativas inovações.

Neste contexto, um dos primeiros territórios em que os documentos oficiais podem interferir é o da formação de professores, pois cada futuro professor é um potencial multiplicador das proposições (na verdade imposições) associadas a determinada política educacional delineada em um documento oficial. Assim, considerando o poder que os documentos oficiais têm de incitar transformações e de disseminar propostas e ideias que representam pseudomudanças; e, tendo em vista a intenção da atual política educacional brasileira de redesenhar os serviços de Educação Especial, o atual contexto também suscita análises de como as propostas de formação de professores foram reorganizadas para a preparação destes profissionais para atuação com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. “Certamente a adoção de uma perspectiva educacional inclusiva no

² Quando o foco de análise é a educação básica, considerando os altos índices de fracasso no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes que a frequentam, acredita-se que o fato dos alunos que compõe os segmentos da Educação Especial estarem nele matriculados e nela permanecerem, não representa, necessariamente, “sucesso” ou “eficácia” de uma política.

ordenamento legal brasileiro repercute [ou deveria repercutir] nos processos formativos oferecidos em cursos de Licenciatura.” (CRUZ; GLAT, 2014, p. 259).

Ora, se as atuais políticas educacionais exercem papel decisivo na formação de professores e, entre eles, do professor de Educação Especial, “[...] é preciso analisar a formação deste último em relação aos princípios e requisitos da educação inclusiva no que tange ao docente que ela demanda” (BUENO, 1999, p. 22). Assim, a formação de professores da Educação Especial deve ser analisada em relação à forma como está constituída a estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva³, porque é ela, dentre inúmeros outros elementos, que atualmente gera a demanda por um perfil específico de docente para atuação com os alunos PAEE. Destaca-se que, nesta pesquisa, a expressão “professores de Educação Especial” refere-se a todos os profissionais que efetuam AEE dos alunos PAEE.

No atual cenário das políticas públicas de educação, em relação à formação de professores para atuação com os alunos PAEE, merece destaque a observação de que, desde a publicação das últimas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006a) findou-se a possibilidade destes cursos manterem as habilitações e dentre estas, as habilitações para Educação Especial ou para uma das áreas desta modalidade de ensino. Ressalta-se que, no Brasil, os cursos de licenciatura em Pedagogia historicamente se constituíram em um campo fundamental de formação de professores para Educação Especial e que a combinação licenciatura em Pedagogia mais especialização *lato sensu* em Educação Especial, é exigência típica para atuação com AEE, mesmo com o fim dos cursos de Pedagogia com habilitação em Educação Especial. No entanto, o *lócus* de formação do professor especialista que atuará nos atendimentos educacionais especializados foi transferido para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e ou similares. Estes cursos, no contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008a), embora raramente sejam objeto de estudos e de regulamentação específica, consolidaram-se como alternativas absolutamente predominantes para a formação de docentes que atuam com Educação Especial/Inclusiva. De acordo com Chacon e Oliveira (2013), as novas exigências educativas associadas com a atual política de Educação Especial:

³ É necessário destacar que a expressão Educação Inclusiva, aos olhos de muitos profissionais, professores e pesquisadores da área, é considerada perigosa e dúbia, especialmente por sua redundância e por gerar uma contradição entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Ora, toda educação é inclusiva e a Educação Especial também é um caminho para inclusão.

[...] levaram o país a adotar diferentes modelos de formação, preponderantemente focados nos cursos de especialização *Lato Sensu*, como também na articulação formativa nos cursos de Pedagogia, onde são ofertadas disciplinas que possibilitam a discussão, fundamentação e operacionalização de um ensino na perspectiva inclusiva. (CHACON; OLIVEIRA, 2013, p. 203).

Conforme Bueno (2002, p. 47) “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm sido utilizados, geralmente, para a especialização de graduados, com um sentido claramente profissionalizante” e conforme o próprio Ministério de Educação, os cursos em questão têm tido “[...] muito menos o caráter de especialização e muito mais o de cursos iniciais para profissionais que tiveram qualquer formação anterior” (BRASIL, 2002a, p. 49).

Tendo em vista o lugar de destaque assumido pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, a recente reorganização da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira e considerando-se a reestruturação recente do curso de Pedagogia, na presente pesquisa enfoca-se a adequação e consonância destes três elementos: 1. estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; 2. cursos de Pedagogia; e, 3. pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares (tais como: especializações em AEE, em educação de pessoas com deficiência intelectual, dentre outras). Mais precisamente, considerando a área de residência e atuação profissional do pesquisador e os limites temporais de elaboração de uma tese de doutoramento, como campo empírico da presente pesquisa elege-se o âmbito da pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e dos cursos de Pedagogia ofertados no Estado do Paraná, exclusivamente por Instituições de Ensino Superior (IES).

Destaca-se que o interesse pessoal pela temática em questão decorre de oito anos de experiências profissionais do autor da presente pesquisa, como professor de disciplinas relacionadas com a Educação Especial em cursos de licenciatura em Pedagogia e em pós-graduações *lato sensu*, em diversas IES atuantes no Estado do Paraná. Nestas experiências, a percepção de possíveis incoerências entre o conteúdo das ementas e projetos pedagógicos de disciplinas e cursos voltados à Educação Especial e as orientações das Políticas de Educação Especial, gerava a constatação de que estes cursos e disciplinas precisavam ser revistos e ajustados para a preparação de profissionais com perfil demandado pelas políticas norteadoras da Educação Especial. Ressalta-se também que o Estado do Paraná apresenta especificidades e contraposições em relação à atual PNEEPEI (BRASIL, 2008a). No entanto, apesar destas discrepâncias (que serão abordadas na parte I desta pesquisa), o Paraná incorporou a atual estrutura organizacional e conceitual da PNEEPEI e tem seguido a tendência nacional, ou seja, a tendência de apostar na inserção de disciplinas sobre Educação Especial nos cursos de

Pedagogia e nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, como campos de formação de professores para a modalidade de ensino em questão.

Neste contexto, duas questões vem à tona: os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e os cursos de Pedagogia ofertados por IES no Estado do Paraná estão consonantes com os princípios e requisitos da PNEEPEI, no que tange ao perfil de docente que ela exige? E a forma como as matrizes curriculares destes cursos são organizadas é condizente com o perfil docente para atuação na estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, delineada a partir da PNEEPEI?

Para responder a estas questões, é preciso “montar um quebra-cabeças” que só poderá ser compreendido quando outras indagações forem respondidas:

- a) que elementos constituem e como se configura a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva? Que perfil docente é necessário para atuação na Educação Especial com a estrutura organizacional e conceitual que atualmente ela apresenta?
- b) como as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia desenvolvidos no Paraná estão organizadas para a formação de professores para atuação com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva? A que disciplinas e práticas é delegada a incumbência de preparação de docentes para atuação com Educação Especial?
- c) que elementos (disciplinas, estágios, práticas e pesquisas) constituem e como se configuram e se caracterizam os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares, ofertados por IES do Estado do Paraná?

Por sua vez, estas questões incitam a formulação de inúmeras hipóteses. Conjectura-se que a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, apesar de apresentar aparentes avanços em relação às estruturas que a precederam⁴, perpetue características e/ou contradições bastante semelhantes às identificadas nas mesmas. Pressupõe-se que os cursos de Pedagogia ofertados por IES do Paraná não contemplem a previsão de práticas pedagógicas na Educação Especial e apresentem poucas propostas e disciplinas com incumbência de abordar a questão da educação dos alunos PAEE. Hipotetiza-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, ofertados por IES do Paraná, apresentem

⁴ As estruturas configuradas a partir de Brasil (1994a) e Brasil (2001) são exemplos de formas de organização da Educação Especial que antecedem a atual.

características e componentes não condizentes com a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira e/ou apresentem estruturas de funcionamentos mais restritas do que as identificadas em outros modelos (Estudos Adicionais, Pedagogia com habilitação em Educação Especial) de formação de professores de Educação Especial.

Perante estas questões e hipóteses a presente pesquisa objetiva:

- a) analisar a estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, configurada nos documentos que orientam as políticas públicas relacionadas com esta modalidade de ensino e que foram publicados entre janeiro de 2008 e abril de 2013;
- b) analisar matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia no que se refere às disciplinas que enfocam a preparação de professores para atuação com os alunos PAEE; e,
- c) analisar a constituição e traçar um perfil do funcionamento dos cursos de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial/Inclusiva ofertados por IES do Paraná. Mais precisamente, objetiva-se analisar a constituição e o funcionamento destes cursos, a fim de subsidiar reflexões sobre os limites e possibilidades dos mesmos, no cenário da PNEEPEI.

Estes objetivos culminam em um objetivo geral que consiste em:

- a) analisar a consonância entre alguns dos cursos (Pedagogia e pós-graduações *lato sensu*) adotados no Paraná para a formação de professores para atuação com os alunos PAEE e a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, no que tange ao perfil docente que esta estrutura demanda.

Ou seja, pretende-se refletir sobre a pertinência dos atuais cursos de formação de professores para Educação Especial (cursos de licenciatura em Pedagogia e pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial) e o campo de atuação constituído pelas políticas públicas para a atuação destes professores. A questão é entender a relação entre a forma como os serviços voltados para educação dos alunos PAEE foram estruturados pelas políticas públicas e o atual modelo adotado para a preparação de profissionais para a realização destes serviços.

Neste contexto, na primeira seção desta pesquisa resgata-se a história da formação de professores para Educação Especial no Estado do Paraná, cotejando-as com as inúmeras

políticas expressas em leis e documentos oficiais que foram estruturando os atuais cursos de formação voltados para a modalidade de ensino em questão.

Na sequência são enfocadas as pesquisas sobre formação de professores para Educação Especial produzidas pós-promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), indicando-se resultados e sugestões apresentadas nestas pesquisas, no que se refere às possíveis alternativas e falhas relacionadas com os processos de formação de professores.

Na terceira seção apresenta-se o método utilizado para a coleta e análise de dados, destacando as três fases que compõem o percurso metodológico da presente pesquisa, a saber: fase I – análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial Brasileira; fase II – análise das pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ofertadas por IES paranaenses; fase III – análise das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia ofertadas por IES paranaenses.

Na quarta seção, são abordados, respectivamente, os resultados associados com a fase I, II, III da presente pesquisa. Na quinta seção efetua-se análise dos dados coletados mediante triangulação e entrecruzamento dos resultados obtidos na fase I, II e III. Por fim, na sexta seção realiza-se considerações finais sobre o processo de formação de professores para Educação Especial em cursos de Pedagogia e pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial, especialmente sobre a adequação destes cursos ao perfil docente demandado pela para atuação na estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, delineada a partir da atual política educacional

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A formação de professores para Educação Especial historicamente constituiu-se em “território de muitos donos” (médicos, psicólogos, professores, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, dentre outros), dividido entre curar e educar; entre segregar, normalizar, integrar e incluir; entre Educação, Medicina e Psicologia Comportamental; entre proteger e emancipar; e, entre educação comum e uma forma de educação completamente distinta das demais.

Assim, a formação de professores para atuação em Educação Especial historicamente configurou-se como palco de disputas acadêmicas, políticas, econômicas, ideológicas, humanas e sociais. Estas disputas incitaram a construção e transformação de distintas propostas formativas, tais como os Estudos Adicionais, que eram ofertados para professores com formação técnica de nível médio, como uma espécie de especialização em Educação Especial; os cursos de Graduação em Pedagogia – com habilitação em Educação Especial ou em uma área específica da Educação Especial; e, os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial.

Na sequência, efetua-se um breve resgate sobre a história destas e outras propostas iniciadas no Brasil a partir da fundação do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

2.1.1 A história da formação de professores para Educação Especial no Brasil

O IBC e o INES, desde quando criados, respectivamente em 1854 e 1857, desenvolveram ações pontuais de formação de professores no formato de cursos de curta duração para conhecimentos técnicos, como leitura de Braile e Libras. Nestas instituições, pioneiras na oferta da Educação Especial no Brasil, até 1948, muitos alunos, quando tornavam-se adultos, assumiam a função de docentes. “O IBC dava a seus alunos a possibilidade de serem ‘repetidores’, e após o exercício de dois anos nessa função, o direito de trabalharem como professores⁵ da instituição.” (JANNUZZI, 2004, p. 13).

⁵ “O relatório [do IBC] de 22 de julho de 1872 afirmava que, dos 16 alunos educados no instituto, mais de 81% tornaram-se ali professores.” (JANNUZZI, 2004, p. 12-13).

O fato é que a história brasileira de formação de professores para Educação Especial começa décadas depois do período de início da história da formação de professores para Educação Regular, assim como a própria Educação Especial se consolidou no Brasil somente após muitas décadas de tentativas de extensão do ensino primário a todas as camadas da população. Até a primeira metade do século XX, o que foi desenvolvido no Brasil com alguma relação com a formação de professores para Educação Especial são alguns atos isolados, sem uma articulação nacional, tais como uma ou outra disciplina ministrada por médicos em escolas normais e/ou algumas raras publicações de livros ou panfletos, também produzidos por médicos e psicólogos, com foco na elucidação de estratégias para identificação e educação de pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2005). Nem mesmo o curso de Pedagogia, instaurado com o Decreto-Lei Nº 1190/39, de 04 de abril de 1939, apresentava disciplinas especificamente relacionadas com a Educação Especial (SAVIANI, 2009).

No entanto, na década de 40 do século passado, gradativamente, alguns cursos mais organizados e abrangentes começaram a ser efetivados. Segundo Mazzotta (2005) tais cursos eram ministrados por organizações não governamentais, como o Instituto Pestalozzi (BH/MG), e por instituições federais, como o INES e o IBC. O Instituto Pestalozzi, nas décadas de 1940 e 1950 do século passado, já ofertava curso de férias para “professores de excepcionais⁶”, cursos para professores de crianças com desvio de conduta e o curso de logopedia⁷.

Os professores do IBC, em 1947 ministravam, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o primeiro curso para professores de cegos e uma especialização em didática especial de cegos e amblíopes. Em 1951, ofertavam o curso de Higiene Ocular, em seu Ambulatório de Prevenção à Cegueira e, a partir de 1954, ofertavam cursos para professores e inspetores de ensino. Estes cursos tiveram a participação de professores de vários estados do País e tinham em seu currículo temas como a Psicologia do Cego, Psicologia da Cegueira e Psicologia Educacional do Cego. O INES realizou, no período de 1951 a 1961, o Curso Normal de Formação de Professores Surdos, de nível médio e com 03 anos de duração. Ofereceu ainda um curso de especialização com 02 anos de duração, com a oferta de sistema de internato para os residentes em outros estados do país.

⁶ Expressão utilizada na época em questão para se referir a pessoas com deficiência ou síndromes.

⁷ Logopedia é o conjunto de métodos para o ensino de uma fonação normal a quem tem dificuldades de articulação. Trata-se da ciência que avalia, diagnostica e trata os problemas da linguagem, da voz e da deglutição. A sua finalidade é a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico, o tratamento e a avaliação integral dos transtornos da comunicação humana, quer pertençam ao domínio da fala, quer ao da linguagem.

Em São Paulo, a Sociedade Pestalozzi organizou, em 1953, o primeiro curso intensivo (pós-normal) de especialização de professores para Educação Especial. O curso foi ofertado entre 1953-1959, em períodos de férias escolares. Em 1955, também em São Paulo, foi ofertado o curso de Especialização no Ensino de Cegos, no Instituto de Educação Caetano de Campos. Foram ofertados ainda: em 1957, o Curso de Formação de Professores de Deficientes Mentais, no Instituto Carlos Gomes em Campinas; em 1958, o Curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Especializado de Crianças Mentalmente Retardadas, realizado pela Seção de Higiene Mental Escolar e Serviço de Saúde Escolar; em 1960, o Curso de Especialização no Ensino de Surdos, no Instituto de Educação Padre Anchieta, com apoio do INES; em 1965, o Curso de Especialização de Professores Primários de Deficientes Físicos (MAZZOTTA, 2005).

A partir da década de 1960, iniciativas de formação na área de Educação Especial foram sendo criadas em outros Estados do país, como, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, que, já no ano de 1962, iniciou, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Curso de Extensão Universitária de Formação de Recursos Humanos para a Educação Especial (DEIMLING, 2013).

Todos esses cursos, frequentemente chamados de Estudos Adicionais – porque eram, literalmente, adicionados à formação inicial (magistério/normal) de nível médio, formavam professores normalistas “especializados”. Segundo Mazzotta (2005) na parte diversificada desses cursos, evidenciava-se a presença de duas tendências distintas, a saber: educacional e clínica ou médico-pedagógica. Ainda segundo Mazzotta (2005) a tendência educacional caracterizava os cursos de especialização para o ensino de Deficientes Visuais e Deficientes Auditivos, enquanto que a tendência médico-pedagógica caracterizava os cursos de especialização para deficientes físicos e mentais.

Conforme Bueno (1999, p. 19) “[...] a formação de professores de Educação Especial foi elevada ao nível superior no bojo de reformas ocorridas no final dos anos 1960 e início dos 1970, tendo por princípio a maior especialização exigida por esse tipo de ensino”. Neste cenário, o Parecer nº 295, de 1969, do Conselho Federal de Educação, fundamentou essa “elevação” argumentando que as deficiências dos alunos “excepcionais” indicavam a necessidade de professores altamente qualificados.

Assim, no Estado de São Paulo, por meio da Deliberação do CEE 15/71 (SÃO PAULO, 1971), a partir de 1972 a formação para professores de Educação Especial que atuavam na rede regular de ensino passa a ser obrigatória em nível universitário, ou seja, Pedagogia com Habilitação em Educação Especial, que poderia ser numa área específica (Deficiência

Auditiva, Deficiência Mental, Deficiência Visual ou Deficiência Física) ou geral. No entanto, em muitos outros estados, ainda prevalecia a formação em nível pós-normal. Destaca-se que a partir da Deliberação 15/71, a formação de professores para Educação Especial passou a ser incumbência do Ensino Superior, até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabeleceu que a Educação Especial deveria contar com professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado (BRASIL, 1996). “Isto é, quase trinta anos de vigência da exigência do professor de Educação Especial em nível Superior, a lei [LDB 9394/1996] recuperou a formação em nível médio.” (BUENO, 1999, p. 20).

Em 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão do MEC com a responsabilidade de gerência da Educação Especial no Brasil, sob a égide integracionista, foram impulsionadas ações educacionais voltadas aos excepcionais (termo utilizado na época) e formaram-se as bases para planos, como o Plano Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1977). O plano em questão, dentre outros objetivos, estabelecia o de expandir a qualificação da educação especial no país, elegendo como prioridade a capacitação de profissionais, a reformulação do currículo e a assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais e instituições privadas de educação especial.

Neste contexto, destaca-se a criação de diversos cursos de Pedagogia com habilitações relacionadas com a Educação Especial. Por exemplo, em 1973 é criado pelo Colégio Universitário da Universidade Mackenzie o curso de Pedagogia com habilitação para o “Magistério de Deficientes Mentais”, e é fundado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo o curso de Pedagogia com habilitação em “Educação de Deficientes da Audiocomunicação”. Em 1975, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas passa a ser ofertado o curso de Pedagogia com “Habilitação em Magistério para Deficientes Mentais”. Em 1976, pela Faculdade “Auxilium” de Filosofia, Ciências e Letras, é disponibilizado o curso de Pedagogia com “Habilitação em Magistério para Deficientes Mentais” e, pela Universidade de Mogi das Cruzes, o curso de Pedagogia com “Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação” (MAZZOTTA, 2005).

Posteriormente, no ano de 1977, concretizou-se a implantação da Educação Especial como habilitação específica no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP). A UNESP passou a oferecer a “Habilitação para o Ensino de Retardados Mentais e Deficientes Visuais” na Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília, e, em 1986, a “Habilitação de Educação Especial – Ensino de Deficientes Mentais” no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação de

Araraquara. Entre os anos de 1978 e 1983, outras IES, como a Universidade Metodista de Piracicaba, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú, a Universidade de Taubaté e o Centro de Estudos Superiores do Carmo também passaram a oferecer habilitações em Educação Especial em seus cursos de Pedagogia. Em 1983 a Universidade de São Paulo (USP) também implantou, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, as habilitações em “Educação de Deficientes Mentais” e “Educação de Deficientes Visuais” e, subsequentemente, a Universidade Estadual de Campinas implantou, no curso de Pedagogia, no ano de 1988, a “Habilitação em Educação de Deficientes Mentais” (MAZZOTA, 2005).

Neste contexto, após a oferta de um curso de especialização, no ano de 1977, para professores do ensino especial da cidade de São Carlos e região, o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), passou a ofertar Programa de Mestrado em Educação Especial (PMEE), com concentração na área “Deficiência Mental”. Em 1990 o curso foi renomeado como “Programa de Pós-Graduação em Educação Especial” (PPGEEs) e teve sua área de concentração localizada na categoria “Educação do Indivíduo Especial”, que visou dar maior abrangência ao curso. Em 1999, 21 anos após o início do mestrado, o “Programa de Pós-Graduação em Educação Especial” passou a contar também com doutorado⁸.

Em 1994 a Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 94 (BRASIL, 1994b), considerando a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com “portadores de necessidades especiais⁹” recomendou a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas; bem como, recomendou a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial.

Concorda-se com Chacon (2004, p. 335) quanto ao mérito da Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 94, estar principalmente em “[...] deslocar o eixo da preocupação com a formação, até então colocado quase que exclusivamente na área da educação, para as demais áreas de atuação profissional nesse campo; e chamar à discussão a questão do currículo de formação profissional”. De qualquer forma, a LDB 9394/96, estabeleceu, em seu artigo 59, a importância de se formar professores especializados para atender os alunos PAEE:

⁸ A história do PPGEEs encontra-se registrada no seguinte endereço eletrônico <http://www.ppgees.ufscar.br/apresentacao/historico>.

⁹ Termo utilizado no período histórico em questão.

[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III - professores com **especialização adequada** em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como **professores do ensino regular capacitados** para a integração [leia-se, inclusão] desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.156, grifo nosso).

Mendes (2002) aponta que, na aurora do século XXI, no ano 2000, havia 31 cursos com habilitação em Educação Especial no país. Desse total, somente o curso de licenciatura plena em Educação Especial, oferecido na UFSM, não tinha vinculação com o curso de Pedagogia.

Assim sendo, em 2001, a formação de professores para a Educação Especial no Brasil apresentava as seguintes configurações, expressas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Retrato do perfil de formação de professores no Brasil em 2001

Tipos	Caracterização
Formação inicial em nível médio.	professores normalistas habilitados em Educação Especial para determinadas áreas específicas, como DA, DM, DV, DF nos cursos de Estudos Adicionais; e, professores normalistas habilitados em Educação Especial por meio de cursos de “especialização” promovidos pelas secretarias de Estado de Educação e Institutos de Educação (INES/RJ e IBC/RJ).
Formação inicial em nível superior	professores Habilitados em Educação Especial (para determinadas áreas específicas: DM, DA, DV, DF) nos cursos de Pedagogia; professores licenciados somente em Educação Especial; e, professores especializados em cursos de pós graduação (especialização “lato-sensu”), mestrado e doutorado.
Formação continuada	professores licenciados em qualquer área do conhecimento (Português, Matemática, etc) “especializados” por meio de cursos de aperfeiçoamento em Educação Especial; promovidos por IES ou por Secretarias de Educação; professores (geralmente com formação em magistério de nível médio) capacitados por meio de cursos de atualização promovidos por IES, Institutos de Educação, Secretarias de Educação; e, Professores (com formação de nível médio ou superior) atuando com alunos especiais sem nenhum curso específico na área de Educação Especial (GOTTI, 2001)

Fonte: Adaptação a partir de Almeida (2004).

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução 02/2001(BRASIL, 2001) reiterando o exposto na LDB 9394/96 e apresentando dois tipos distintos de professores para trabalharem com alunos “portadores de necessidades educacionais especiais”, a saber: os “capacitados” e os “especializados”. Brasil (2001) definiu como professores “capacitados” aqueles que atuam em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial. E definiu como “especializados” em Educação Especial aqueles formados em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, ou formados em cursos de complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura.

O parágrafo 3º, do Art. 18, da Resolução 02/2001(BRASIL, 2001) determinou que os professores especializados em educação especial deveriam comprovar:

[...] formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; 2. complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2001, p. 25).

Posteriormente, em 2002, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial, publicou o documento denominado “A Formação do Professor para a Educação Especial” (BRASIL, 2002a), afirmando que a partir da política de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, a formação de educadores para atender as necessidades da área, deveria ocorrer em três âmbitos:

- a) na formação inicial de todos os professores, em nível médio ou superior, “[...] incluindo teoria e prática acerca de necessidades educacionais especiais de alunos, que lhes possibilitem desenvolver processos de ensino e aprendizagem, em classes comuns de educação básica.” (BRASIL, 2002a, p. 4);
- b) na formação de professores de educação especial, em curso de licenciatura em nível superior, “[...] orientados para o atendimento a uma categoria específica de necessidades; para apoio pedagógico especializado à escola, ao docente da classe comum; ou para docência em classes e escolas especiais da educação básica.” (BRASIL, 2002a, p. 5);
- c) na formação dos professores e de outros profissionais especialistas no planejamento, na gestão e na supervisão da educação, em nível de pós-graduação, desenvolvendo estudos sobre as diversas áreas da educação especial, com a incumbência de atuar nos sistemas de ensino e de formar novos professores para o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002a, p. 5).

No ano de 2002, também foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº. 1/02 (BRASIL, 2002a), as quais corroboraram que as IES devam prever, em sua organização curricular, a formação docente para o atendimento da diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2005, o Decreto n. 5.626 (BRASIL, 2005a), estabeleceu a inserção da Língua Brasileira de Sinais – Libras - “[...] como disciplina curricular obrigatória nos cursos de

formação de professores para o exercício do magistério” (BRASIL, 2005a). De 2005 até os dias atuais as universidades brasileiras estão efetuando reformas curriculares com vistas ao atendimento dessa exigência legal.

Como já expresseo, em 2006 a Resolução CNE 1/2006 (BRASIL, 2006a), extinguiu as habilitações dos Cursos de Pedagogia, inclusive aquelas responsáveis pela formação dos professores para atenderem os alunos considerados com deficiência, incitando assim a formação de professores especialistas em Educação Especial, para o âmbito dos cursos de pós-graduação *lato sensu* relacionados com esta modalidade de ensino. Embora após a extinção das habilitações dos Cursos de Pedagogia tenham perpetuado ou sido implantados cursos de Licenciatura em Educação Especial, tais como o ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria¹⁰, o ofertado pela Universidade Federal de São Carlos¹¹ e o ofertado pela Universidade de Blumenau¹², gradativamente todos os cursos de graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Especial foram extintos.

Na sequência, com a inauguração da PNEEPEI (BRASIL, 2008a), a centralidade na formação de professores para a educação especial é posta no professor do AEE, que apresenta, como ponto central de formação, as técnicas e recursos especializados (MICHELS, 2011). Assim, o Decreto Presidencial 6571 de 2008 (BRASIL, 2008b), a Resolução nº4 CNE/CEB (BRASIL, 2009a) e o Decreto 6.711 (BRASIL, 2011a) estabeleceram que o professor de Educação Especial deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Ou seja, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009a), em seu art. 12, determinam que “[...] para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Porém, estas mesmas diretrizes deixam uma série de questões em aberto, a saber:

[...] em qual curso seria oferecida tal formação? Estaríamos aqui propondo uma formação em nível de pós-graduação? Ou a proposta seria a formação em curso de graduação que não a histórica formação em pedagogia? Nestes dois casos não estaríamos novamente distanciando a formação de professores para atender os alunos da Educação Especial da formação do professor da classe comum? (MICHELS, 2011, p. 226).

¹⁰ Vide: http://w3.ufsm.br/ce/?page_id=62

¹¹ Vide: <http://www.cech.ufscar.br/eesp/>

¹² Vide: <http://www.furb.br/web/2074/cursos/graduacao/cursos/educacao-especial/apresentacao>

Neste ínterim, a LDB nº 9.394/96, a partir da Lei nº 12.796 de 2013 (BRASIL, 2013a), manteve as mesmas recomendações que apresenta desde 1996, perpetuando a ênfase na especialização adequada para o AEE que tenha sido interpretada como sinônimo de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. “Percebe-se que as normativas de formação de professores em Educação Especial para atuar na perspectiva da educação inclusiva foram dirigidas para o âmbito da pós-graduação – *Lato Sensu*.” (MESQUITA; MARTINS, 2013, p. 1297). Ou seja,

[...] a formação de professores para lidar com o público da educação especial passou a ser realizada em cursos de pós-graduação *lato sensu*, não só para pedagogos mas a qualquer tipo de licenciados, deixando de existir por meio da Habilitação em Educação Especial em cursos de Pedagogia a partir de 2007 (MESQUITA; MARTINS, 2013, p. 1298).

Este cenário tem contribuído para consolidar a disseminação de cursos de pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial. Estes cursos, apesar de serem uma das principais alternativas formativas àqueles que atuam com Educação Especial, raramente são objetos de estudos e de regulamentação específica. Neste contexto, emergem muitas questões, a saber: quais são as características dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial? Como estes cursos são configurados? Que disciplinas e/ou conteúdos compõem as matrizes curriculares destes cursos? Como estas disciplinas são escolhidas? Os alunos destes cursos fazem estágios atuando com os discentes PAEE? Quais são os objetivos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial? Qual é a carga horária dos mesmos? Que metodologias de ensino são adotadas no desenvolvimento destes cursos? Entre as formas de oferta destes cursos na rede pública e na rede privada de ensino, existem diferenças?

Estes são alguns questionamentos orientadores desta pesquisa, cujo foco é especialmente a formação de professores para atuar na Educação Especial no Estado do Paraná – assunto do próximo tópico.

2.1.2 A formação de professores para atuar na Educação Especial no Estado do Paraná

A história da Educação Especial no Estado do Paraná apresenta especificidades que repercutiram e repercutem em formas peculiares de organização dos serviços de Educação Especial e de formação de professores para atuação nesta modalidade de ensino. Por isso, nesta seção, a história da formação de professores para Educação Especial no Estado do Paraná é abordada em paralelo à própria história da Educação Especial paranaense.

No Estado do Paraná, a primeira escola especial (Instituto Paranaense de Cegos) foi criada em 1939. O Instituto configurou-se como internato, porém, como proposta educacional previa apenas a alfabetização e atividades para o trabalho. Conforme Silva (2013), neste instituto, o envolvimento do Estado do Paraná se deu pela doação da sede própria, mas sua manutenção era provida pela sociedade civil e/ou empresas, sendo os mesmos considerados contribuintes associados e beneméritos. Posteriormente, em 1953, foi fundada uma instituição para atendimento de pessoas com surdez, “[...] pela Resolução 1142/53, com o nome de Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná” (SILVA, 2013, p. 137).

No interregno entre 1939 e 1953 foram oficialmente registradas na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, apenas sete escolas especiais, cinco localizadas em Curitiba e duas em Londrina. Não obstante, as ações governamentais relacionadas com a educação especial, no âmbito da escola pública paranaense, oficialmente tiveram início somente em 1958, no Centro Educacional Guaíra¹³, onde se criou uma classe especial destinada ao atendimento de alunos com deficiência intelectual (ALMEIDA, 2004). Subsequentemente, “em 1961, foi criada a Escola Mercedes Stresser para atender os internos do Hospital Nossa Senhora da Luz, onde eram internadas tanto pessoas com deficiência mental quanto com transtornos mentais. Em 1962, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)¹⁴ de Curitiba também iniciou o atendimento” (SILVA, 2013, p. 133). Em 1962, a professora Pórcia Guimarães Alves (1917-2005) também fundou no Paraná o Instituto Decroly (particular), uma escola especial, que, em 1968, abriu uma Classe para Superdotados.

Segundo Almeida (2004) o primeiro evento paranaense preocupado com a formação de recursos humanos para a Educação Especial foi um ciclo de conferências realizado em Curitiba, em 1961. O referido ciclo reuniu autoridades da saúde e da educação preocupadas com a prevenção de deficiências e com a Educação Especial. A partir do mesmo, profissionais de Curitiba foram enviados para São Paulo para participarem de um curso de especialização em Deficiência Mental ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estes profissionais, quando retornaram ao Paraná, iniciaram os Serviços de Educação Especial no Estado, sob coordenação da professora Maria de Lourdes Canziani.

Segundo Canziani (1985, p. 61):

[...] até o ano de 1963, as ações educacionais para esse segmento (excepcionais) ocorreram de forma esparsa e isolada, sem uma ação governamental que definisse

¹³ Essa instituição foi fundada em Curitiba pela professora Pórcia Guimarães Alves (1917-2005).

¹⁴ No Paraná a APAE foi fundada por “Maria de Lourdes B. Canziani na Escola Mercedes Stresser (1961), após cursar especialização em Educação Especial no Rio de Janeiro e em Madrid” (SILVA, 2013, p. 134).

metas, diretrizes, normas. Os atendimentos eram mantidos pelos fundadores dos serviços, com auxílios da comunidade e por eventuais contribuições oficiais.

No ano de 1963, a Secretaria de Estado da Educação criou, por meio do Decreto nº 10.527 de 9 de janeiro de 1963 (PARANÁ, 1963), o Departamento de Serviços para Excepcionais, junto à estrutura da então Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná.

A preocupação inicial dos gestores do Departamento de Serviços para Excepcionais foi formar uma equipe de profissionais que possibilitasse organizar, instalar ou ampliar serviços e programas de atendimento dos alunos PAEE: isso só foi possível com a colaboração do Movimento Apaeano¹⁵ recém iniciado no Paraná. “Pela falta de investimentos públicos, coube ao movimento apaeano buscar e difundir metodologias, materiais específicos e dar suporte à criação de programas de formação e capacitação de professores.” (PARANÁ, 2006, p. 31).

Segundo Canziani (1985, p. 57):

[...] de 1963 a 1983 foram desenvolvidas atividades para estruturar o atendimento educacional da pessoa com deficiência, de forma a acompanhar os princípios e tendências nacionais e valorizar os procedimentos e técnicas de ensino, bem como a profissionalização dos alunos com deficiência.

Estas ações foram desenvolvidas mediante parcerias entre governo e instituições privadas, parcerias estas estimuladas pela Lei nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que estabelece que:

[...] toda iniciativa privada, considerada eficiente pelo Conselho Estadual de Educação, relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos estadual e municipais tratamento especial, mediante concessão de bolsas de estudo, empréstimos, auxílios e subvenções. (PARANÁ, 1964, p. 32).

Com estas parcerias, em 1985, a grande força da Educação Especial paranaense situava-se “[...] na iniciativa privada, a maioria sem vínculo sistêmico com as estruturas oficiais e muitas ainda envolvidas com a preocupação paternalista e, conseqüentemente, mescladas com o sentimentalismo, confundindo ‘educação’ com ‘proteção’” (CANZIANI, 1985, p. 41).

Todavia, entre 1966 e 1982, o Departamento de Educação Especial do Paraná ofertou regularmente o curso de especialização (pós-normal/pós-médio) para Professores de Ensino Especial, com duração de 760 horas e com foco na formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência mental, deficiência da audição e da fala e deficiência

¹⁵ A expressão movimento apaeano refere-se a ações realizadas pelos pais e profissionais vinculados à Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

da visão (CANZIANI, 1985); e, ofertou cursos de especialização para Supervisores dos Núcleos Regionais de Ensino e Inspetorias, com foco na preparação destes profissionais para interiorização dos serviços de Educação Especial.

Em 1973, com a Deliberação n.º 004/73 (PARANÁ, 1973), do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR se efetivou a primeira regulamentação da Educação Especial no sistema educacional paranaense (SALLES, 2013). Esta deliberação abriu espaço para outras Deliberações do Conselho Estadual de Educação, como a Deliberação n.º 26/79 (PARANÁ, 1979), Deliberação n.º 025/84 (PARANÁ, 1984a) e a Deliberação 035/84 (PARANÁ, 1984b) que dispõem sobre atualização e consolidação das normas relativas à implantação, estruturação e funcionamento dos Estudos Adicionais, como cursos de formação de professores para a Educação Especial. A Deliberação n.º 26/79, de 14 de setembro de 1979 (PARANÁ, 1979, p. 30-38), referente ao Processo n.º 284/79, “estabeleceu Diretrizes para o Curso de Formação de Professor de Educação Especial nas áreas de Deficiência Mental, Deficiência da Áudio comunicação e Deficiência da Visão”.

A partir destas deliberações determinou-se que os cursos de formação de professores para Educação Especial deveriam ocorrer em cursos adicionais (Estudos Adicionais), em nível de segundo grau. Bem como, poderiam ocorrer de forma regular e concentrada nos finais de semana e deveriam apresentar uma carga horária de 990 horas/aula, incluindo o tempo de estágio supervisionado. Neste contexto, o Estágio supervisionado – prática de ensino - deveria ter duração de 180 horas, ser realizado no período diurno com atividades de treinamento para o atendimento PAEE, pautada em observação, co-participação e direção de classe, e ser acompanhado pela professora de estágio em conjunto com as professoras de formação básica e específica (SANTOS, 2007).

A Deliberação 035/84 (PARANÁ, 1984b), estabeleceu que em cada turma de Estudos Adicionais o número de alunos¹⁶ não poderia ser superior a 35 e que, nos referidos cursos eram requisitos para matrícula: comprovante de conclusão de curso de magistério em nível de 2º grau; ou, comprovante de conclusão de curso de Pedagogia Habilitação Magistério, constando no histórico escolar disciplinas referentes às peculiaridades do ensino de 1º grau, metodologia e psicologia da infância e da pré-adolescência.

Conforme a Deliberação 035/84 (PARANÁ, 1984b), somente podiam lecionar nos cursos de Estudos Adicionais professores formados em curso superior de licenciatura plena com especialização em Educação Especial. Quando, pela natureza da disciplina do curso de

¹⁶ A Deliberação n.º 035/84 estabelece que havendo maior número de escritos do que o de vagas, efetuava-se entrevista seletiva e selecionava-se aqueles que comprovavam experiência em classe especial.

Estudos Adicionais, inexistisse professor com formação específica, poderia ministrá-la, em caráter suplementar e precário, outro profissional com formação em nível superior, desde que previamente autorizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná. Para que um docente pudesse ministrar aulas em cursos de Estudos adicionais era exigida a comprovação de experiência profissional em relação à área da Educação Especial a que o docente apresentava formação. O curso era apostilado no verso do diploma do curso de formação inicial (Magistério ou Pedagogia).

A Deliberação 025/84 (PARANÁ, 1984a), do CEE atribuía ao próprio CEE a competência para apreciação e aprovação dos Projetos de Implantação de Estudos Adicionais na área da Educação Especial. Posteriormente, a Deliberação nº 007/05, de 7 de junho de 1995 (PARANÁ, 1995) determinou que a decisão de prorrogação, continuidade de oferta dos cursos, cessação de atividades, verificação, acompanhamento e apreciação dos Relatórios dos Cursos de Estudos Adicionais na Educação Especial, era do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

De acordo com essa mesma Deliberação, nos Projetos de Implantação de Estudos Adicionais na área da Educação Especial, deveria constar a Matriz Curricular dos referidos cursos: o quadro de professores e das respectivas disciplinas a serem ministradas pelos mesmos, acompanhados dos documentos que autorizavam estes docentes a ministrar aulas; o nome das escolas em que o estágio supervisionado seria realizado; e, o calendário acadêmico e cronograma de distribuição das disciplinas.

Assim, foi implementada uma base para formação de professores para a Educação Especial que veio ao longo dos anos se expandindo de forma intensa pelo Estado, através de cursos com diferentes estruturas, sendo que os principais eram os “cursos de formação de professores para a Educação Especial, na forma de Estudos Adicionais, legislados pela Deliberação 025/84 e 013/90” (PARANÁ, 1994, p. 11).

Na década de 90, mesmo a partir da Deliberação 020/86 (PARANÁ, 1986), que delimitou a estruturação e a organização da Educação Especial no Paraná, a autorização para o funcionamento de programas de Educação Especial (formação de classes especiais, salas de recursos e centros de atendimento especializados para deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência física) na rede regular de ensino (PARANÁ, 1986) ocorreram poucas transformações nos processos de formação de professores para Educação Especial nesse Estado. Aliás, no Estado do Paraná os Cursos de Estudos Adicionais para formação de professores para a Educação Especial adentraram a década de 1980 chegando praticamente até o ano 2000 (ALMEIDA, 2004).

As especializações *lato sensu* em áreas relacionadas com a Educação Especial começaram a ser ofertadas no estado do Paraná apenas em 1984. Mais precisamente, a primeira especialização *lato sensu* teve início em 1984 na área de Deficiência Mental, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (ALMEIDA, 2004).. Posteriormente, na década de 1990, especializações *lato sensu* disseminaram-se em todo o Estado.

Conforme Almeida (2004) no que se refere à habilitação em Educação Especial no curso de Pedagogia no Paraná, ela aconteceu somente a partir de 1996 em duas universidades: Universidade Estadual do Centro Oeste e Universidade Estadual de Ponta Grossa. Na Universidade Estadual do Centro Oeste, a habilitação teve início em 1996 na área de Deficiência Mental. Em 2002, houve uma reestruturação no curso de Pedagogia e nele foram incluídas habilitações em Deficiência Auditiva e Deficiência Visual. A habilitação em Educação Especial na Universidade Estadual de Ponta Grossa teve início em 1998.

Na aurora do século XXI, efetuou-se no Paraná, especialmente nas escolas estaduais, um intenso processo de discussão sobre inclusão escolar. Neste contexto, com o objetivo de sistematizar uma política pública de inclusão educacional, tendo o Departamento de Educação Especial à frente desse processo, foi elaborado um documento intitulado “Educação inclusiva: linhas de ação para o Estado do Paraná” (PARANÁ, 2001), que dentre outras ações, destacava a necessidade de formação continuada dos professores para atuação com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, substituindo a Deliberação n.º 020/86 (PARANÁ, 1986), foi publicada a Deliberação n.º 02/2003 (PARANÁ, 2003), que trata das normas para a Educação Especial na modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino do Estado em questão. A Deliberação n.º 02/03 estabeleceu que:

Art. 33 A formação de professores para a educação especial em nível superior dar-se-á: I. em cursos de licenciatura em educação especial associados ou não à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; II. **em curso de pós-graduação específico para educação especial**; III. em programas especiais de complementação pedagógica nos termos da legislação vigente. (PARANÁ, 2003, p. 9, grifo nosso).

Com base nestas orientações, o Estado do Paraná divulgou o Edital n.º 36/2004 (PARANÁ, 2004a) e o Edital n.º 12/2007 (PARANÁ, 2007) de concursos públicos estaduais em que constavam ampla quantidade de vagas (respectivamente 4555 e 1000 vagas) para o cargo de Professor do Quadro Próprio do Magistério, nível de atuação Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. No o Edital n.º 36/2004 (PARANÁ, 2004a) estabeleceu-se

que os professores apresentassem como escolaridade mínima a habilitação como Professor da Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, comprovada por uma das seguintes titulações: licenciatura Plena e Curso de Formação de Professores para a Educação Especial na modalidade de Estudos Adicionais; ou Licenciatura Plena e Curso de Formação de Professores para a Educação Especial na modalidade Normal, em nível Médio; ou Licenciatura Plena com Habilitação em Educação Especial; ou Licenciatura Plena e Curso de Pós-Graduação em Educação Especial.

No Edital nº12/2007 (PARANÁ, 2007), estabeleceu-se como escolaridade mínima dos concorrentes “Licenciatura Plena mais curso de formação específica em Educação Especial, conforme Art. 59, III da LDBEN 9394/1996”, demarcando que esta escolaridade poderia ser constituída da seguinte maneira: Licenciatura Plena e Curso de Formação de Professores para Educação Especial na modalidade de Estudos Adicionais; ou Licenciatura Plena e Curso de Especialização de Professores para o Ensino Especial, em nível médio, ofertado pelo Centro Excelência Tecnologia Educacional (CETEPAR), autorizado por Resolução Secretarial, com carga horária mínima de 360 horas; ou - Licenciatura Plena e Curso de Formação de Professores para Educação Especial na modalidade Normal, em nível Médio; ou - Licenciatura Plena com habilitação em Educação Especial; ou - Licenciatura Plena e Curso de Pós Graduação em Educação Especial; ou - Licenciatura Plena e Curso de Pós-graduação em Educação Física Adaptada.

Ressalta-se que, para professor de Educação Especial, na prova de títulos do concurso regido pelo Edital nº12/2007 previa-se atribuição da mesma pontuação para o título de especialista em Educação Especial (pós-graduação *lato sensu*) e para o título de doutorado (*stricto sensu*) Educação Especial ou de doutorado com tese relacionada com Educação Especial (PARANÁ, 2007). Estes elementos conferiram grande importância às pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial.

Não obstante, nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (PARANÁ, 2006), no que se refere a formação de professores para Educação Especial, a ênfase é posta na formação continuada, pois defende-se que a elaboração de políticas inclusivas envolve “[...] a organização de apoios e a formação continuada dos professores e demais profissionais da educação, de modo que a escola desenvolva capacidade de responder às necessidades dos alunos, sem nenhum mecanismo de exclusão” (PARANÁ, 2006, p. 51).

Paradoxalmente, enquanto em 2008 o Governo Federal Brasileiro inicia o processo de difusão da chamada PNEEPEI (BRASIL, 2008a), caminhando no sentido da Inclusão Total, o

Estado do Paraná desenvolve ações em outros sentidos, como o de tornar públicas as escolas de educação especial. Talvez um exemplo do princípio desse processo seja a inauguração, em 2008, da primeira Escola Estadual de Educação Especial com sede no município de Curitiba, a Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva. Trata-se de uma escola de caráter público, com foco no AEE.

Observa-se que, a partir de 2008, o estado do Paraná incorpora em parte as políticas públicas (PNEEPEI) adotadas nos documentos nacionais, mas questiona que os alunos com mais comprometimento não foram contemplados na PNEEPEI (2008) e nem designados para o AEE. Aliás, conforme Machado e Vernick (2013) adotando uma diferente e particular leitura, que diverge daquela adotada pelo MEC em relação à inclusão, mesmo após a promulgação do Decreto n.º 6.571/2008, o Paraná cria leis e dissemina documentos com objetivo de fortalecer as escolas especiais.

Por exemplo, em 2010, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional publicou a Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2009a), defendendo a manutenção das Escolas Especiais sob o argumento de que há uma parcela de alunos com comprometimentos e necessidades que requerem atenção individualizada e adaptações curriculares significativas, impossíveis de serem desenvolvidas na escola regular. Conforme o referido documento,

[...] a política de inclusão nos remete ao entendimento de que à escola de educação especial cabe um contingente restrito de alunos, que dela se vale somente quando, em face de sua intensa especificidade, a escola comum, mesmo com os apoios especializados, não demonstre ser o melhor espaço para atender suas necessidades. (PARANÁ, 2009a, p. 11).

Visando fortalecer a defesa da política estadual, o documento em questão (PARANÁ, 2009a) dedica um capítulo inteiro (intitulado Escolas de Educação Especial da Rede Conveniada) para tratar das escolas especiais da rede conveniada, justificando que naquele momento o Paraná contava com 394 Escolas de Educação Especial.

Dessas, 384 são entidades filantrópicas e possuem Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Secretaria Estadual de Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (SEED/DEEIN), 10 outras possuem Convênio Técnico¹⁷, uma vez que, são escolas especiais que integram a rede municipal. (PARANÁ, 2009a, p. 12).

¹⁷ O referido se firma, dentre outras ações, com a cessão de 4 503 professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério paranaense para escolas especiais.

Trata-se de um ponto que merece destaque porque, enquanto em outros Estados pairava o temor de fechamento das escolas especializadas, no Paraná estas instituições eram oficialmente defendidas e inclusive expandiam-se: conforme dados da Secretaria Estadual de Educação (SEED), em 2003 o Paraná contava com 331, em 2008 com 350 e 2011 com 394 escolas especiais. Entretanto, mesmo mantendo/expandindo as escolas especiais, o Paraná incorpora aos serviços de Educação Especial as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) ofertando em 2011, 2996 SRM em 395 municípios do Estado.

Visando consolidar o estabelecimento das escolas especiais, a SEED também publicou a Resolução Secretarial n.º 3.600/2011 (PARANÁ, 2011), que autoriza a alteração da denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais; Educação de Jovens e Adultos – Fase I e Educação Profissional/Formação Inicial, a partir do início do ano letivo de 2011.

Com esta alteração de denominação, no sentido de garantir o financiamento público das escolas especiais, a Resolução Secretarial n.º 3.600/2011 determina em seu artigo 2.º que o Estado do Paraná irá “[...] promover a educação nas Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, com a participação em Políticas e Programas Públicos” (PARANÁ, 2011, p. 1). E, na sequência, com o mesmo intuito de garantir o financiamento público das escolas especiais paranaenses, a Lei 17.656/2013, instituiu o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial.

De acordo com o artigo 2º da referida Lei 17.656/2013:

[...] o programa tem por objeto assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em qualquer faixa etária, a oferta das etapas da educação infantil, ensino fundamental, médio e Educação de Jovens adultos/ Educação Profissional, incluindo a oferta gradativa de período integral, por meio de parceria com o Estado do Paraná e as entidades Mantenedoras [Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial] referidas no artigo 1 desta Lei (PARANÁ, 2013, não paginado).

Além disso, o artigo 5º destaca que em cumprimento ao objeto do programa, o Estado do Paraná designará servidores estaduais (Professores, Pedagogos e Agentes Educacionais I e II) para, na condição de agentes do estado, prestarem serviços nos programas educacionais de interesse da Secretaria de Estado da Educação ofertados pela Entidade Mantenedora; bem

como transferirá recursos financeiros para apoiar as Entidades Mantenedoras para a consecução dos objetivos do programa “Todos Iguais pela educação”.

O Paraná também incorpora a tendência do Governo Federal quanto à formação de professores para Educação Especial, apostando na formação continuada como principal estratégia para esta formação. Os dirigentes educacionais do Estado do Paraná (PARANÁ 2009a, p. 13) entendem que “[...] o investimento na formação continuada dos profissionais da educação é um componente essencial da transformação da sociedade atual em uma sociedade inclusiva”. E, ressaltam que, por isso, têm investido prioritariamente em propostas de formação continuada para a preparação dos professores para atuação com a educação inclusiva de alunos PAEE.

Mesmo assim, a Resolução¹⁸ N.º 139/2009 (PARANÁ, 2009b), que regulamenta a distribuição de aulas nos Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Paraná, determina que, para atuação em docência nos Serviços e Apoios da Educação Especial, os professores deverão ser especializados, mediante comprovação de conclusão no Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, ou Curso de Licenciatura em Educação Especial, ou Curso de Formação de Professores para a Educação Especial na Modalidade de Estudos Adicionais, ou Curso de Formação de Professores para a Educação Especial na modalidade Normal, em nível Médio. A mesma resolução determina que estes professores devem ser preferencialmente do Quadro Próprio do Magistério Estadual e que para seleção destes considera-se como critério, além da necessidade de o mesmo apresentar uma das formações mencionadas, apresentar maior tempo de serviço nos Serviços e Apoios da Educação Especial da Rede Estadual. Assim, são selecionados predominantemente professores formados em licenciaturas que não a Pedagogia, com especialização em Educação Especial, uma vez que não há concursos estaduais específicos para Educação Especial e que não há mais contrato para professores normalistas.

Todavia, até o presente momento, a legislação paranaense ainda estabelece que para atuar na SRM, o professor deverá ser especializado em cursos de pós-graduação em Educação ou licenciatura plena com habilitação em Educação Especial ou habilitação em nível médio, na extinta modalidade de Estudos Adicionais e atualmente na modalidade Normal (PARANÁ, 2011).

¹⁸ O exposto na Resolução N.º 139/2009 foi reiterado no Parecer CEE/CEB N.º 163/09, que versa especificamente sobre consulta relativa à formação necessária para atuação na Educação Especial no Estado do Paraná.

Ressalta-se que a história das políticas de Educação Especial no Estado do Paraná revela ao mesmo tempo encontros e desencontros com as políticas brasileiras de Educação Especial. Especialmente em relação à PNEEPEI (BRASIL, 2008a) as políticas paranaenses de Educação Especial manifestam certa contraposição, no sentido de que se perpetua e fortalece o funcionamento das escolas de Educação Especial; e, certa coerência, no sentido de que se abre espaço para modelos cada vez mais aligeirados e menos qualificados de formação de professores de Educação Especial. O fim dos Estudos Adicionais (fundamentados na Deliberação nº 025/84 e na Deliberação 035/84, que delimitavam todo o citado conjunto de normas para garantir uma formação satisfatória para o professor da Educação Especial), das habilitações em Educação Especial nos cursos de Pedagogia e a crescente consolidação dos cursos *lato sensu* e/ou da formação continuada como bases para formação do profissional em questão, parecem ser um indício desta coerência entre as políticas federais e as políticas paranaenses de formação de professores para Educação Especial.

Destaca-se também que consolidação dos cursos *lato sensu* e/ou da formação continuada como bases para formação do professor de Educação Especial, também se dá pelas características atuais do plano de carreira da Rede Estadual de Ensino do Paraná, apresentado na seção seguinte.

2.1.3 Plano de carreira da Rede Estadual de Ensino do Paraná

Conforme a Lei Complementar n.º 103 de 15 de março de 2004 (PARANÁ, 2004b), a Carreira de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é integrada pelo cargo único de provimento efetivo de Professor e estruturada em 06 Níveis (Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III), cada um deles composto por 11 Classes (designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11). Em um mesmo Nível há uma diferença de vencimento percentual de 5% entre uma Classe e outra, de modo que a Classe 2 de cada Nível corresponda ao valor da Classe 1 acrescido de 5%, e assim sucessivamente até a Classe 11, que corresponde ao valor da Classe 10 acrescido de 5%.

Desta forma os Níveis Especial I, Especial II e Especial III ficam reservados aos profissionais que possuam formação em Nível Médio, Licenciatura Curta e Licenciatura Curta com estudos adicionais, respectivamente; o Nível I é reservado ao Professor de Nível Especial que obtiver Licenciatura Plena; o Nível II, ao Professor com Licenciatura Plena que obtiver pós-graduação *lato sensu* com carga horária mínima de 360 horas, na área da educação, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação; ao Nível III, Classe 1, ao Professor

que estiver no Nível II, Classe 11, e que obtiver Certificação por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

Na Rede Estadual de Ensino do Paraná, a promoção¹⁹ ao Nível II, é automática mediante apresentação do título, pelo professor, de especialização *lato sensu* e garante acréscimo de 25% no vencimento em relação ao Nível I, tendo peso equivalente aos dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado).

Todos estes fatores conferem grande importância aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, seja na vida profissional dos 65 mil professores estaduais do Estado em questão, ou na vida daqueles que anseiam se tornar professores estaduais do Estado do Paraná. Essa importância fortalece um mercado crescente de oferta de cursos de pós-graduações *lato sensu* com formatos diversos.

Isto posto, na próxima seção serão abordadas pesquisas sobre a formação de professores para Educação Especial, buscando, dentre outros aspectos, verificar o que os pesquisadores tem analisado em relação à atual conjuntura da formação de professores para Educação Especial, no contexto brasileiro e paranaense.

2.2 PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Concomitantemente aos movimentos de profissionalização do ensino e da docência iniciados na década de 1980, a temática da formação de professores vem consolidando um espaço crescente em pesquisas acadêmicas desenvolvidas a partir de distintas perspectivas e concepções: autores como Schön (1992), Nóvoa (2005, 2009), Tanuri (2000), Pimenta (1999) e Tardif (2002) têm incitado releituras sobre os processos que visam formar docentes e, atualmente, em quase todos os campos de pesquisa educacional efetuam-se estudos sobre a formação e profissionalização dos agentes da educação em geral e dos professores em particular.

Neste contexto, seja em âmbito nacional ou internacional, a formação de professores para atuação com os alunos PAEE frequentemente tem sido objeto de análise em função do aumento do número de alunos que têm acesso à educação e/ou da constatação de que a

¹⁹ “[...] promoção é a elevação vertical na carreira, procedimento em que geralmente são considerados os níveis de escolarização formal do trabalhador docente e são garantidos percentuais mais elevados de ganhos remuneratórios. Já a progressão caracteriza-se pela elevação horizontal na carreira; são considerados aspectos relativos à formação continuada e em serviço dos docentes nesta forma, todavia, os percentuais de elevação remuneratórios são menores.” (ABREU, 2010, p. 73).

formação de profissionais para atuação com estes alunos tem sido submetida a modelos cada vez mais aligeirados e reducionistas.

2.2.1 Pesquisas sobre a formação de professores para EE no mundo

Em âmbito internacional, estudos diversos têm indicado a importância da preparação dos docentes para atuação com os alunos com necessidades educacionais especiais. Por exemplo, Lambe (2007), em estudo sobre a formação inicial de professores na Irlanda do Norte, conclui que, no contexto em questão, esta deve ser revista, a fim de garantir que os futuros professores adquiram experiências práticas sobre a inclusão escolar durante o curso de formação.

Sharma, Forlin e Loreman (2008), em um estudo sobre a formação inicial para a educação inclusiva que teve como sujeitos 603 professores da Austrália, Canadá, Hong Kong e Singapura, concluíram que o contato íntimo com pessoas com deficiência, a experiência de ensino junto a estas pessoas e o conhecimento das leis, têm impacto significativo no que se refere às atitudes dos professores em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência. Sharma, Forlin e Loreman (2008), argumentam que as instituições de formação de professores devem inserir em seus programas práticas com a educação inclusiva em ambientes em que seja possível dar suporte a estas práticas, bem como oportunidades para a reflexão sobre o conhecimento da política e da legislação relativa à educação inclusiva (tradução livre).

Kim (2011), relacionando vários tipos de propostas de formação de professores adotadas nos Estados Unidos da América, com as atitudes destes perante a inclusão dos alunos com deficiência, concluiu que em programas em que os professores são formados concomitantemente para educação especial e para educação regular, estes tem atitudes mais positivas diante da inclusão do que em programas em que estas formações são efetuadas separadamente.

Ahsan, Sharma e Deppeler (2012), em estudo sobre a formação de professores em Bangladesh, concluíram que existe correlação entre terem ou não interação com pessoas com deficiência, conhecimento sobre política e legislação da educação inclusiva e a crença na eficácia da educação de pessoas com deficiência. Ou seja, quanto maiores foram as experiências prévias de interação com pessoas com deficiência e o conhecimento sobre políticas e legislação da educação inclusiva, maior foi a crença na eficácia na educação destes alunos.

Outros estudos, como o desenvolvido por Greguol, Gobbi, Carraro (2013), comparam os modelos brasileiro e italiano de formação de professores para atuar com educação especial. Greguol, Gobbi, Carraro (2013) realizaram uma pesquisa documental, analisando textos oficiais de ambos os países e constataram que na Itália as diretrizes governamentais são claras com relação à capacitação de professores para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais. Ao passo que, no Brasil, verificaram, ainda existe uma carência de parâmetros mais específicos sobre os conteúdos mínimos necessários para que os professores tenham maiores subsídios para promover a inclusão com qualidade.

Não resta dúvida de que, no Brasil, ainda existem diversos aspectos relacionados com a formação de professores para Educação Especial que demandam aprimoramentos, como revelam as pesquisas descritas no tópico seguinte.

2.2.2 Pesquisas sobre a formação de professores para EE no Brasil

No Brasil, várias pesquisas, como as produzidas por Vitalino (2007) Monteiro e Manzini (2008), Quatrin e Pivetta (2008), Giroto e Castro (2011), Michels (2011) e Martins (2011), têm indicado que, predominantemente, os docentes da Educação Básica, tenham eles formação em Educação Especial ou não, acreditam estar despreparados para o ensino dos alunos PAEE. Outras pesquisas têm analisado a maneira como as licenciaturas ou outros cursos de graduação organizam-se para a formação de profissionais para atuação com os alunos PAEE, especialmente com ênfase nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Entre estas pesquisas, a título de exemplo, destacam-se as produzidas por Chacon (2001), Bueno (2002), Michels (2005), Maciel (2006), Gatti (2010), Borella (2010), Freitas e Moreira (2011), Martins (2011).

Chacon (2001) realizou um estudo sobre as respostas das universidades brasileiras à Portaria do MEC nº 1.793/94, enfocando as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia e Psicologia das universidades federais de todo o Brasil e das estaduais e particulares dos estados de São Paulo e Mato Grosso. Chacon (2001) constatou que apenas 13 dos 58 cursos de Pedagogia e Psicologia que analisou, apresentaram alterações na matriz curricular relacionadas com a inserção da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, o que significa uma quantidade de cursos muito baixa, pois equivale a 22,5% do total de cursos estudados.

Bueno (2002) realizou uma pesquisa com intuito de analisar a situação da formação para atuação com Educação Especial em instituições brasileiras e públicas de Ensino

Superior. Constatou que dos 58 cursos de graduação por ele pesquisados apenas 51,7% ofertavam algum tipo de disciplina sobre Educação Especial; e, que 49% das disciplinas em questão eram optativas, não sendo, portanto, cursadas por todos os alunos. Bueno (2002) também constatou que pouco mais da metade das IES públicas brasileiras ofereceram, em 1998, cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. Mais precisamente, 30 IES, exatamente o mesmo número de IES que ofereciam disciplinas de Educação Especial nos cursos de formação do professor polivalente, ofertavam 63 cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. “O maior número desses cursos dirigiu-se aos Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) em geral, sem delimitação desta ou daquela deficiência” (BUENO, 2002, p. 17), ou seja: 17 dentre os cursos identificados por Bueno (2002) voltavam-se para a preparação de docentes para toda a Educação Especial; 14 voltavam-se para a preparação de docentes para educação de pessoas com deficiência intelectual e 12 voltavam-se para a preparação de docentes para educação de pessoas com deficiência auditiva.

Michels (2005), com o objetivo de discutir a formação de professores para a Educação Especial, analisando a organização curricular como expressão de uma determinada concepção de Educação Especial, deficiência e de prática educativa destinadas aos alunos considerados deficientes, realizou análise documental dos projetos de curso e das ementas de disciplinas de dois cursos de Pedagogia com habilitação Educação Especial, ofertados na Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 1998-2001. Desta análise depreendeu que a formação de professores para a Educação Especial está subsidiada no modelo médico-psicológico e que esta constitui-se em uma disposição incorporada (*habitus*). Tendo analisado as disciplinas e suas respectivas ementas, destacou a permanência da compreensão do fenômeno educacional relacionado ao aluno com diagnóstico de deficiência pela base biológica e, de maneira mais acentuada, pela Psicologia. A manutenção de tais bases de conhecimento para a área retira da Educação a compreensão da deficiência e da própria ação pedagógica como fato social.

Maciel (2006) desenvolveu estudo com objetivo de investigar como os cursos de licenciatura das universidades do Mato Grosso do Sul incorporam as disciplinas de Educação Especial em seus currículos e constatou que, até o ano de 2004, as universidades em questão não incluíram em todas as licenciaturas estas disciplinas; e que os cursos que as oferecem são de formação para os primeiros anos do ensino fundamental.

Gatti (2010) analisou as matrizes curriculares de 71 cursos de Pedagogia de todo o país e destacou que estes cursos estão incorporando questões relacionadas com Educação Especial

em disciplinas “[...] que acentuam abordagens mais genéricas ou descritivas das questões educativas, com poucas referências às práticas possíveis e suas lógicas” (GATTI, 2010, p. 1370). Destacou também que, nos poucos cursos que fazem um aprofundamento na Educação Especial, “[...] não é possível detectar a predominância de elementos voltados para as práticas docentes propriamente ditas, como uma construção integrada a conhecimentos de fundo. (GATTI, 2010, p. 1370).

Borella (2010) buscou identificar e analisar as características das disciplinas que compõem a área da atividade física adaptada, contida nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física do Brasil e constatou inúmeras problemáticas, tais como a carga horária reduzida da disciplina em questão; a não realização de práticas curriculares e/ou estágios junto aos alunos PAEE; e a implantação da disciplina Atividade Física Adaptada sob um único formato nos bacharelados e licenciaturas em Educação Física.

Freitas e Moreira (2011) analisaram o percurso de reformulação curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da UFSM, resgatando como se constituiu esse processo em ambas as instituições a partir da Resolução CNE/CP nº. 1/2002 e do Decreto 5.626/05, na perspectiva da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. A partir deste estudo constataram que, em ambas as instituições, foi o Decreto 5.626/05 que desencadeou um diferencial na formação inicial para professores para Educação Inclusiva, ao provocar a inserção da disciplina de Libras no currículo das licenciaturas. No entanto, comprovaram que os resultados encontrados na análise das propostas curriculares destes cursos - exceto no Curso de Educação Especial da UFSM, permitem considerar que “[...] a esperada perspectiva inclusiva nos currículos de licenciatura, mesmo nas propostas pedagógicas dos cursos de Pedagogia, não se efetivou” (FREITAS; MOREIRA, 2011, p. 72).

Martins (2011) realizou pesquisa objetivando identificar a visão dos licenciandos sobre a formação inicial direcionada à atuação com a diversidade de alunos. Rastreou os componentes curriculares que versavam sobre Educação Especial e constituem a matriz curricular dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e analisou as opiniões dos acadêmicos destas licenciaturas em relação aos componentes em questão. Martins (2011) destacou que, no contexto da coleta: a UFRN apresentava 31 licenciaturas; destas licenciaturas 8 apresentavam um componente curricular obrigatório que versava sobre Educação Especial e 18 apresentavam um ou mais componentes optativos/eletivos que contemplavam a temática em questão; e, que 58,8% dos acadêmicos que cursavam as disciplinas relacionadas com Educação Especial consideravam-na muito boa, embora sugerissem “[...] a ampliação da carga horária, uma correlação maior entre teoria e

prática pedagógica empreendida nas diferentes escolas, a oferta de outras disciplinas na área, assim como a inserção de conteúdos em outras disciplinas” (MARTINS, 2011, p. 62).

Cruz e Glat (2014), analisando as matrizes curriculares de cursos de Pedagogia, um do Paraná e outro do Rio de Janeiro, concluíram que a transversalidade curricular da discussão sobre Educação Especial não é prática corrente, pois, nestes cursos, em disciplinas como Psicologia do Desenvolvimento, Alfabetização, etc., não são apresentados conteúdos sobre alunos com necessidades educacionais especiais. Eles continuam sendo vistos apenas nas disciplinas específicas. “Ou seja, propõe-se preparar para a Educação Inclusiva com um currículo em que a Educação Especial ainda é ‘segregada’.” (CRUZ; GLAT, 2014, p. 263).

O que se constata é que, ao não oferecerem em todos os cursos de licenciatura disciplinas de educação especial, ao abordarem a Educação Especial (EE) isoladamente das demais disciplinas, ou ao oferecem disciplinas com carga horária demasiadamente restritas, as IES produzem uma lacuna na formação docente, pois esses futuros professores provavelmente vivenciarão a necessidade de desenvolverem processos de ensino aprendizagem com os alunos PAEE. Além disso,

[...] parece evidente que não basta incluir nos currículos de formação de professores ‘conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para o atendimento de portadores de necessidades especiais’, pois a eterna indefinição sobre a sua formação, aliada a fatores macrossociais e de políticas educacionais, tem produzido professores de baixa qualidade profissional. (BUENO, 1999, p. 18).

Ora, se não fizer parte integrante de uma política de diminuição do fracasso escolar, a inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdos sobre PAEE pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva, tais como as marcadas pela distinção teórica e clínica entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e não as possuam (BUENO, 1999).

Outras pesquisas relacionadas com a formação continuada para atuação dos professores com os alunos PAEE buscam analisar os programas desenvolvidos com objetivos de transformar sistemas escolares comuns em sistemas escolares inclusivos. Dentre estas pesquisas destacam-se as desenvolvidas por Caiado e Laplane (2008) e por Kassar, Rodrigues e Leijoto (2011).

Caiado e Laplane (2008) analisaram a visão dos gestores de um município-polo do programa de formação continuada do Governo Federal denominado “Educação Inclusiva: direito à diversidade”, em relação ao próprio programa por eles geridos. Caiado e Laplane (2008) constataram confluências e divergências no discurso dos mesmos, no sentido de que os

gestores concordavam com a interpretação de que a educação era um direito de todos, mas discordavam quanto ao local em que deveria ocorrer o AEE.

Kassar, Rodrigues e Leijoto (2011) analisaram os processos de formação continuada em um município do Mato Grosso do Sul escolhido como município-polo do Programa do Governo Federal “Educação Inclusiva: direito à diversidade”. Estas autoras constataram que o programa “[...] deixa lacunas em vários aspectos, principalmente no que se refere ao entrelaçamento a outras políticas que devem - ou deveriam - garantir qualidade aos serviços prestados à população” (KASSAR; RODRIGUES; LEIJOTO, 2011, p. 156). Conforme Kassar, Rodrigues e Leijoto (2011, p. 156) o “[...] programa de formação proposto pelo Governo Federal, pelas características apresentadas e pelos depoimentos concedidos, não tem o objetivo de formar profissionais com novas práticas, mas apenas disseminar a idéia de ‘Educação Inclusiva’”.

Queiroz Junior (2010) analisou, em sua pesquisa as propostas de formação continuada desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo, entre os anos de 2005 e 2009. Concluiu que as propostas desenvolvidas pela Secretaria de Educação ao longo dos cinco anos pesquisados, por diferentes razões, não se configuraram numa linha formativa que auxiliasse os professores na organização e estruturação do serviço no município.

Caiado, Campos e Vilaronga (2011) desenvolveram uma pesquisa buscando traçar o perfil de educadores que frequentavam um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, na modalidade à distância. Caiado, Campos e Vilaronga (2011) constataram que dos 70 participantes, 56 se declararam professores e 14 não professores. Entre os professores, a maioria é constituída por professoras brancas e casadas, com mais de quarenta anos, com renda familiar entre um e dois salários mínimos por pessoa, possuidoras de casa e cuja atividade principal fora do trabalho é o uso da internet. Trata-se de servidores municipais, com jornada diurna (manhã e tarde), que atuam há mais de dois anos na mesma escola, predominantemente em sala de aula regular e que tem em 52% dos casos tem alunos com deficiência em sala de aula.

Deimling e Caiado (2012), com o objetivo de compreender de que maneira a área da Educação Especial tem sido contemplada nos cursos de Pedagogia das três Universidades Públicas Estaduais de São Paulo, analisaram a Proposta Político-Pedagógica, a matriz curricular e as ementas das disciplinas obrigatórias destes cursos. Os resultados indicaram que os cursos analisados não têm contemplado, nos princípios que norteiam sua Proposta Político-Pedagógica, a formação do futuro professor para a perspectiva da educação inclusiva, com

exceção de apenas um curso. Para Deimling e Caiado (2012, p. 51) uma alternativa viável para a ampliação das discussões relativas à Educação Especial no currículo dos cursos de Pedagogia seria o trabalho disciplinar articulado, “[...] no qual os professores busquem, além da relação teoria e prática, a interrelação dos diferentes conteúdos com questões referentes à Educação Especial em suas dimensões teórica e prática”. Ou seja, “[...] outras disciplinas – que não somente as específicas [diretamente voltadas para Educação Especial] – contemplem conteúdos ou tópicos relacionados às discussões sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” (DEIMLING E CAIADO²⁰, 2012, p. 62).

Destaca-se que também são produzidos, embora em menor escala, estudos específicos sobre a formação de professores para Educação Especial no Estado do Paraná. Alguns destes estudos serão abordados no tópico seguinte.

2.2.3 Pesquisas sobre formação de professores para Educação Especial no Paraná

Vitalino (2007), com o objetivo de verificar se os professores dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina (UEL) têm conhecimento suficiente para incluir alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em suas atividades acadêmicas, aplicou questionário em 178 professores atuantes em 13 cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina. Constatou que 84% dos participantes consideraram que não tinham conhecimento suficiente para incluir alunos com NEE.

Iacono (2007, p. 14) em estudo em que busca refletir sobre a formação de professores para Educação Especial no Paraná, destaca que “[...] a formação de professores para esta área, da forma como vem sendo proposta pelo MEC/SEE, constitui-se num apetitoso filão para as instituições formadoras privadas, especialmente porque há uma esmagadora demanda reprimida [...]” que é aparentemente atendida com cursos de pós-graduação *lato sensu*. A autora em questão também defende que as instituições públicas existentes repensem seu papel social e busquem alternativas para oferecer formação em Educação Especial (IACONO, 2007).

Pereira Jr. (2009), buscando discutir a formação de professores para atender as pessoas com necessidades educacionais matriculadas em escolas públicas do Estado do Paraná, realizou pesquisa bibliográfica e documental e concluiu que os cursos de especialização *lato*

²⁰ Em outro estudo Deimling (2013, p. 238) também destaca que “a Educação Especial pode, ainda, conquistar mais espaço no currículo desses cursos [Pedagogia], não necessariamente por meio de um aumento do número de disciplinas específicas, mas por meio de conteúdos ou tópicos relacionados ao assunto em outras disciplinas da matriz curricular”.

sensu tem se constituído no principal lócus de formação de professores para Educação Especial no contexto em questão. Conforme Pereira Jr. (2009, p. 151), “[...] cursos de especialização em Educação Especial se proliferaram em todo Estado do Paraná por meio da flexibilização das exigências do Ministério da Educação em relação à modalidade de ensino *lato sensu*”, extinguindo-se os antigos cursos denominados Estudos Adicionais”. Mas, para Pereira Jr. (2009, p. 152), “[...] apenas fazer um curso de especialização não é suficiente para habilitar uma pessoa a atuar junto ao alunado com necessidades educacionais especiais, é preciso vivência em um sistema de ensino que realmente tenha como perspectiva a educação inclusiva”.

Cruz e Soriano (2010) empreenderam um estudo com objetivo de analisar a perspectiva de professores responsáveis pelo componente curricular Educação Física sobre sua formação profissional para atuação em contextos educacionais inclusivos. Para tanto, desenvolveram um grupo focal que contou com a participação de professoras de Educação Física da rede municipal de ensino de uma cidade paranaense. Nesta pesquisa constataram a insatisfação dos docentes em relação as suas qualificações profissionais para atuação em contextos inclusivos ou em Educação Especial, bem como constataram que a formação continuada com caráter relacional que tenha os professores como protagonistas das reflexões/ações realizadas, pode ser um caminho para diminuir a carência de formação profissional para atuar com os alunos PAEE.

Oliveira (2011), com o propósito de investigar como as universidades paranaenses estão formando os professores para atuarem com alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), analisou matrizes curriculares de cursos de formação de professores, buscando identificar disciplinas e conteúdos voltados ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais em especial com TGD. Oliveira (2011, p. 5) informa que:

[...] os resultados indicaram que as instituições formadoras de professores ainda precisam rever os currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia voltados para a formação de professores que trabalham na educação especial com educandos com TGD, pois não há disciplinas específicas que englobem conteúdos diretamente ligados à área de TGD nos cursos de graduação, e quando há é optativa, ou obrigatória porém muito abrangente.

Toledo e Vitaliano (2012) analisaram a eficácia de um programa de formação de professores numa Escola Estadual de Ensino Fundamental do Estado do Paraná e concluíram que a pesquisa colaborativa constituída como programa de formação de professores pode

melhorar o processo de inclusão dos alunos com DI e ampliar os conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação inclusiva. Verificaram também que o trabalho colaborativo desenvolvido entre professores do ensino regular e professores especialistas em Educação Especial é efetivo para favorecer o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.

Viginheski, Silva e Shimazaki (2014) realizaram um estudo sobre a oferta conhecimentos sobre a operacionalização do soroban, para acadêmicos de Curso de Matemática. Os autores concluíram que oportunizar aos futuros professores conhecimentos sobre a utilização do soroban pode contribuir para a efetivação da inclusão de alunos cegos, assim como um ensino de qualidade para todos os alunos.

Em síntese, parece que as pesquisas paranaenses sobre a formação de professores no Brasil são bastante consensuais em suas constatações. Ficou evidenciado que as pesquisas citadas apontam para um quadro em que os professores não se sentem preparados para atuar com os alunos PAEE - “[...] os professores, na sua maioria, se sentem perdidos, sem apoio para o seu trabalho desenvolvido com este tipo de alunado [PAEE]” (ZEPPONE, 2005, p. 76). Outros dados praticamente unânimes entre os pesquisadores: os professores formadores de professores não se sentem capacitados para incluir alunos com necessidades educacionais especiais; as matrizes curriculares dos cursos de formação de professores não apresentam uma estruturação satisfatória para a formação de docentes que irão atuar com os alunos PAEE; os programas governamentais de formação continuada de professores não atendem as demandas formativas dos docentes e/ou apresentam-se como paliativos pouco eficazes para a mudança de prática pedagógica; “o passado teima em deixar marcas no presente” fazendo com que o modelo médico persista, orientando a constituição dos cursos e disciplinas voltadas para preparar os docentes para atuação com os alunos PAEE.

Outro dado revelado pelas pesquisas citadas é o fato de que são poucos os estudos que abordam os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e os que o fazem tendem a focar em apenas um ou dois cursos, sem produzir um panorama mais amplo da realidade dos mesmos. Como estes cursos são um dos assuntos da presente pesquisa, na próxima seção são abordadas definições e normas relacionadas com os cursos de pós-graduação *lato sensu*.

2.3 LEGISLAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÕES *LATO SENSU*

Como constatou-se na história da formação de professores para Educação Especial, seja em âmbito nacional ou no Paraná, a pós-graduação *lato sensu* tem se constituído em *locus* central da formação destes profissionais.

Os termos “especialista” e “pós-graduação *lato sensu*” estão presentes nos múltiplos documentos oficiais que tratam da formação de professores para Educação Especial/Inclusiva. Mas o que é um especialista? Que normas regem as pós-graduações *lato sensu*? Como a legislação determina que sejam estruturados os tais cursos pós-graduações *lato sensu*?

Estas questões são fundamentais para pensar a formação de professores para Educação Especial. Aliás, conforme Bueno (2002, p. 47) “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm sido utilizados, geralmente, para a especialização de graduados, com um sentido claramente profissionalizante [...]” e, conforme o próprio Ministério de Educação, no que se refere à Educação Especial, os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm tido “[...] muito menos o caráter de especialização e muito mais o de cursos iniciais para profissionais que tiveram qualquer formação anterior” (BRASIL, 2002a, p. 49).

Assim, discute-se brevemente, a seguir, o significado da expressão especialista e as normas que norteiam o funcionamento das pós-graduações *lato sensu*. E, embora o Estado de São Paulo não seja o foco desta pesquisa, aborda-se também as normas paulistas relacionadas especificamente com as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial, em função do vanguardismo²¹ das mesmas em relação às normas existentes em outros estados.

2.3.1 Normas que regem as pós-graduações *lato sensu*

No que se refere a quase todas as áreas da Educação, nas últimas duas décadas observou-se a publicação de inúmeros documentos, Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Notas Técnicas. No que diz respeito aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, tão disseminados no mercado acadêmico, tão presentes na estrutura do sistema educacional nacional e tão lucrativos para as IES brasileiras, existe certo silêncio legislativo, no sentido de que, embora citadas em diferentes documentos, as normas relativas a estes cursos têm permanecido estanques.

²¹ Vanguardismo das normas não é sinônimo de vanguardismo das práticas. Entre normas e práticas podem haver gigantescas distâncias.

São as seguintes as normas que regem o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados no sistema educacional brasileiro:

Quadro 2 – Normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*

Resolução CNE/CES nº 1 de 03 de Abril de 2001.	Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> . As normas dos cursos <i>lato sensu</i> nela expressas são exatamente as mesmas constantes na Resolução CNE/CES nº 1 de 08 de Junho de 2007 e serão apresentadas na sequência.
Resolução CNE/CES nº 24 de 18 de Dezembro de 2002	Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, sem promover alterações no que se refere aos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
Portaria nº 4361 de 29 de Dezembro de 2004 (BRASIL, 2004)	Dentre outros aspectos, dispõe sobre os processos de credenciamento e recondição para oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , estabelecendo que os mesmos deverão ser protocolizados por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das IES – SAPIEnS/MEC ²² .
Portaria nº 328 de 01 de Fevereiro de 2005 (BRASIL, 2005b)	Dispõe sobre o Cadastro de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e define as disposições para sua operacionalização. Art. 2º Os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> deverão ser cadastrados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no prazo de 60 dias, a contar da data de sua criação. § 2º Serão considerados irregulares os cursos que não constarem do cadastro de pós-graduação <i>lato sensu</i> , respeitado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo [30 de abril de 2005]; A portaria criou o Cadastro de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , contudo o mesmo não chegou a ser elaborado pelo MEC. A norma não foi revogada e há obrigatoriedade para as IES.
Portaria nº 3160 de 13 de Setembro de 2005 (BRASIL, 2005c)	Revoga o artigo 2º da Portaria MEC n.º 4.361, de 29 de dezembro de 2004, que estabelecia uma taxa de R\$ 1000 para o cadastro de cada curso de pós-graduação e altera o artigo 13 da citada Portaria determinado que qualquer instituição em situação irregular junto ao MEC, terá seus processos de cadastro de cursos suspensos.
Resolução CNE/CES nº 1 de 08 de Junho de 2007 (BRASIL, 2007)	Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , em nível de especialização. É a principal normativa atual relacionada com os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
Resolução CNE/CES nº 5 de 25 de Setembro de 2008 (BRASIL, 2008c)	Estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização, determinando que instituições não educacionais especializadas ou claramente caracterizadas como associadas a uma área, possam ofertar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
Parecer nº 266, aprovado em 7 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013d)	Parecer em que os relatores votam favoravelmente a Instituição de cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino.
Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014. (BRASIL, 2014)	Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino. Determina que, em relação a cada curso, esse cadastro deverá abarcar, no mínimo, as seguintes informações: título; carga horária; modalidade da oferta presencial ou a distância; periodicidade da oferta (regular ou eventual); local de oferta; número de vagas; nome do coordenador; número de egressos; dados sobre o corpo docente. Determina também que cabe à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) tomar as providências necessárias para adaptação do sistema e-MEC para receptionar informações relativas ao referido cadastro.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

²² O SAPIEnS/MEC é um sistema informatizado que possibilita a inserção de documentos, despachos e relatórios nos respectivos processos, por meio da Internet com utilização de tecnologias de informação, de forma a permitir a interação entre as instituições de educação superior e os órgãos do Ministério da Educação, visando a tramitação dos processos, o acompanhamento e o controle.

Dentre estas normas, a Resolução²³ nº1, de 8 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), emitida pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Superior, é a principal diretriz oficial específica sobre a oferta de cursos de pós-graduação²⁴ *lato sensu* em IES. O primeiro artigo desta resolução estabelece que os “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento” (BRASIL, 2007, p. 1).

A Resolução em questão estabelece também que as instituições credenciadas pelo Ministério da Educação (instituições privadas e federais) ou pelos poderes estaduais (no caso de instituições municipais e estaduais) têm autonomia para oferecer cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* nas áreas em que possuem competência acadêmica instalada e nas modalidades de ensino para os quais estão autorizadas.

Não obstante, o segundo artigo da Resolução CNE/CES nº 1 (BRASIL, 2007, p. 1) estabelece que “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por área, ficam sujeitos à avaliação dos órgãos competentes, a ser efetuada por ocasião do recredenciamento da instituição[...]”; e, o terceiro artigo determina que “[...] as instituições que ofereçam cursos de pós-graduação *lato sensu* deverão fornecer informações referentes a esses cursos, sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior, nos prazos e demais condições estabelecidos. (BRASIL, 2007, p. 1).

A mesma Resolução exige ainda que: o corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização deve ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% destes, pelo menos, deve apresentar titulação de mestre ou de doutor, obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação; que a carga horária mínima de um curso de especialização deve ser de 360 horas, não computando nestas o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso; os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos à distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso; e que certificados de

²³ A resolução nº 1 de 8 de junho de 2007 (Resolução CNE/CES 1/2007. Diário Oficial [da] União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1, pág. 9.), revogou os artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001 (Resolução CNE/CES 1/2001. Diário Oficial [da] União, Brasília, 9 de abril de 2001. Seção 1, p. 12).

²⁴ A exigência mínima para ingresso em curso de pós-graduação *lato sensu* é a apresentação de diploma de curso de graduação ou demais cursos superiores, e atendidos os requisitos específicos estabelecidos no edital do curso (BRASIL, 2007).

conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos na resolução em questão, terão validade nacional.

Além das IES, a Resolução nº5 (BRASIL, 2008c), publicada em setembro de 2008, pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Superior, possibilita que Instituições não Educacionais ofertem cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, estabelecendo normas para o credenciamento especial destas instituições. De acordo com o artigo 3º desta resolução, além de respeitarem as normas expressas na Resolução CNE/CES nº 1, emitida pela CNE/CES, as instituições não educacionais, para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*,

[...] devem atender ao requisito de constituírem-se como instituições especializadas ou como ambientes de trabalho claramente caracterizados, em decorrência da tradição e da experiência institucional em área profissional, da existência de instalações e de ambiente de trabalho ou do corpo de profissionais reunidos, entre outras possibilidades. (BRASIL, 2008c, p.1).

Atendendo a este critério, as instituições não educacionais recebem do Ministério da Educação um credenciamento especial para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* por um prazo determinado entre 3 (três) e 5 (cinco) anos, que pode se renovado. Este credenciamento, de acordo com Brasil (2008c) é admitido em três níveis de atuação, a saber: I – credenciamento válido para uma área de atuação profissional, requerendo comprovação de tempo de atuação ou tradição institucional, padrão de excelência e vocação acadêmica ou de pesquisa; II – credenciamento válido para uma subárea profissional, requerendo documentação comprobatória da atuação; III – credenciamento válido para matéria específica, requerendo comprovada relação com os fins institucionais.

Ora, com esses critérios, uma instituição não educacional, como, por exemplo, um supermercado, como instituição especializada em vendas ou como ambiente de trabalho claramente caracterizado, com tradição e experiência institucional em sua área profissional, com instalações adequadas, pode ofertar um curso de pós-graduação *lato sensu* em sua área de atuação. Talvez por isso, cotidianamente, seja possível observar um aumento vertiginoso no número de instituições que ofertem pós-graduação *lato sensu*. E, embora a Portaria nº 328 de 01 de Fevereiro de 2005 (BRASIL, 2005b) tenha determinado a criação de um Cadastro de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e a Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 (BRASIL, 2014) tem reiterado essa determinação, enfocando especialmente as IES do sistema federal de ensino, conforme Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (2014), o referido cadastro ainda não foi constituído. Assim, nem o *e-MEC*, principal sistema de acesso

a informações sobre o Ensino Superior no Brasil, nem qualquer outro sistema disponível para consulta pública, permite listar todos os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados no Brasil. A questão é que não se sabe, ou se sabe muito pouco sobre estes cursos tão lucrativos para IES privadas e para fundações de IES públicas.

2.3.2 Normas paulistas para pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial

O Estado de São Paulo apresenta uma normatização específica para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares. Esta normatização merece destaque nesta pesquisa porque parece indicar um caminho para amenizar o problema da falta de regulamentações destes cursos.

A Deliberação nº112/2012, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (SÃO PAULO, 2012) estabelece normas para a formação de docentes em nível de especialização para o desenvolvimento de atividades com pessoas com necessidades especiais, no sistema de Ensino do Estado de São Paulo. De acordo com esta regulamentação, os Cursos de Especialização destinados à Formação de Professores de Educação Especial, oferecidos por Universidades, Centros Universitários e Institutos isolados de Ensino Superior, dos Sistemas Estadual e Federal de Ensino, deverão ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Para esta aprovação, o documento em questão estabelece que as instituições proponentes destes cursos deverão apresentar projeto pedagógico dos mesmos, contemplando: a justificativa do curso e seus objetivos; a organização curricular do curso, de acordo com o perfil de competências pretendido; a estrutura curricular com indicação da carga horária de cada componente curricular e respectivas ementas e com bibliografia geral e complementar com títulos que contemplem a área de necessidade especial a ser abrangida pelo curso; as exigências para matrícula, critérios de distribuição de vagas e planejamento de distribuição de carga horária; e as normas para avaliação dos alunos e exigências para obtenção do certificado de conclusão.

Além disso, no projeto pedagógico deve haver a indicação dos docentes que atuarão no curso e estes devem ter titulação mínima de mestre, obtida em curso credenciado. O projeto deve informar ainda o coordenador responsável pelo curso e sua titulação também deve ser, pelo menos, de Mestre. Assim, CEE do Estado São Paulo (SÃO PAULO, 2012) determina que tanto a formação acadêmica ou a qualificação profissional dos docentes, quanto a do

coordenador do curso, deverá guardar aderência com a(s) disciplina(s) a ser(em) ministrada(s), comprovada(s) no currículo Lattes desses profissionais.

A Deliberação nº112/2012 determina que:

Art. 3º - Os Cursos de Especialização em Educação Especial, de que trata esta Deliberação, terão carga horária mínima de 600 horas, das quais 500h dedicadas a atividades teóricas e/ ou teórico-práticas presenciais e 100h a estágio supervisionado. § 1º - as atividades acadêmicas deverão abranger apenas uma das áreas de atuação dos profissionais da educação especial, sendo a carga horária distribuída como segue: I – tronco comum de formação básica de 200 horas, compreendendo os fundamentos filosóficos, pedagógicos e científicos da educação inclusiva e especial, bem como a inserção da formação na perspectiva histórico-social brasileira; II – parte diversificada de, no mínimo, 300 horas, dedicadas ao conhecimento e prática dos processos técnico-metodológicos relacionados à educação de pessoas com necessidades especiais em uma das seguintes áreas: deficiência intelectual, visual, auditiva, física, ou transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades. (SÃO PAULO, 2012, p. 1-2).

Quanto ao estágio supervisionado, a Deliberação em questão determina que o mesmo será realizado na área específica da terminalidade escolhida pelo aluno (SÃO PAULO, 2012). Assim, o projeto pedagógico do curso poderá prever o desenvolvimento conjunto da parte teórica em Educação Especial para a atuação em toda a educação básica, mas, conforme a deliberação em questão, caberá ao estágio supervisionado o direcionamento para a atuação nas séries iniciais, finais ou ensino médio.

Além de todas estas determinações, a deliberação em questão determina que a exigência para matrícula em cursos destinados à formação de professores de Educação Especial para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental será o diploma de graduação em Pedagogia ou Curso Normal Superior; enquanto que, para a formação de professores de Educação Especial para as séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio, será o diploma de licenciatura.

Por fim, estabelece que cursos destinados à formação de professores de Educação Especial ficam sujeitos à supervisão e à avaliação periódica do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e deverão elaborar relatório final, conclusivo e circunstanciado, de cada curso oferecido.

Efetuando-se um panorama das principais questões que deram origem a esta pesquisa, um resgate da história da formação de professores para Educação Especial e a identificação dos principais resultados de pesquisas sobre essa temática e das normas que regem os cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, constituiu-se as bases a partir das quais é possível delinear um método para coleta e análise dos dados necessários para o alcance dos objetivos da presente pesquisa. O método em questão será apresentado na seção seguinte.

3 MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para analisar a estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, configurada nos documentos que orientam as políticas públicas relacionadas com esta modalidade de ensino e que foram publicados entre janeiro de 2008 e abril de 2013; analisar matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia no que se refere às disciplinas que enfocam a preparação de professores para atuação com os alunos PAEE; e, analisar a constituição e traçar um perfil do funcionamento dos cursos de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ofertados por IES do Paraná, a presente pesquisa foi desenvolvida sob um enfoque qualitativo, pautada em pesquisa documental.

Enquanto as pesquisas pautadas em enfoques quantitativos produzem resultados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação,

[...] na pesquisa qualitativa, por sua natureza, o processo é bem mais indutivo. Há uma exploração do tema de forma muito mais livre e aberta. O pesquisador está muito menos escravizado por seu instrumento. [...] Na pesquisa qualitativa, há menos decisões irreversíveis, pois se trata de uma exploração permanente em que as dúvidas, as respostas, as pistas e os novos territórios de indagação permanecem abertos até o final. O método não se fecha sobre o pesquisador. (CASTRO, 2006, p. 107-108).

Assim, dados quantitativos podem até compor pesquisas qualitativas, no entanto, as mesmas constituem-se de análises mais holísticas e globais sobre o fenômeno estudado e resultam tendencialmente em dados descritivos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Por sua vez, como a própria denominação define, a pesquisa documental consiste em estudos que se restringem à análise de documentos. Assim, neste tipo de pesquisa, dos documentos extrai-se informações implícitas e explícitas, organizando-as e interpretando-as segundo os objetivos da investigação, das questões e hipóteses de interesse (LÜDKE; ANDRE, 1986). Ou seja, na pesquisa documental os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos, com a finalidade de atribuir-se a eles um significado relevante em relação a um problema de investigação. A pesquisa documental efetua-se tanto a partir de arquivos de órgãos públicos quanto de instituições privadas, possibilitando que documentos como cartas pessoais, gravações, memorandos, regulamentos,

ofícios, boletins, notas técnicas, leis, projetos de leis, pareceres, atas, relatórios e elementos iconográficos possam ser utilizados para extração de dados.

Ora, documentos não são simples fontes de informação, não são apenas palavras, imagens, informes ou instruções, são quase atores sociais, uma vez que podem influenciar interações humanas e esquemas de organização social (CELLARD, 2010). Podem, inclusive, incitar alterações radicais na estrutura de serviços públicos e educacionais.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando a complexidade e amplitude de contemplar, em uma única pesquisa, documentos relacionados com políticas públicas de Educação Especial, com cursos de Pedagogia e cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ofertados por IES do Estado do Paraná, os procedimentos de coleta e análise de dados foram subdivididos em três fases distintas e estas fases foram subdivididas em etapas. Em cada uma das três fases, os dados foram coletados e analisados isoladamente. Posteriormente, efetuou-se uma análise integrando todos os dados coletados.

A seguir, são detalhados os procedimentos adotados em cada uma das três fases em questão.

3.2.1 Fase I

Na primeira fase da pesquisa, denominada “análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira” foram efetuados os seguintes procedimentos:

Quadro 3 – Procedimentos e etapas da fase I da pesquisa

Etapas	Procedimentos
Etapa I	Leitura e compilação de todos os documentos disponibilizados no portal do Ministério da Educação ²⁵ , nas abas da SEESP e da SECADI, no período de coleta (maio de 2013).
Etapa II	Fichamento do conteúdo dos documentos compilados com identificação de frases/trechos que apresentam os recursos humanos ou materiais e o <i>modus operandi</i> da estrutura organizacional da Educação Especial.
Etapa III	As frases identificadas na fase anterior foram codificadas (atribui-se um código), recortadas do documento original, referenciadas e classificadas em categorias e subcategorias, mediante agrupamento, em uma mesma categoria, de todas as frases que versam sobre a mesma temática.
Etapa IV	Nomeação de cada categoria constituída pelo agrupamento de frases. Produção de textos sintetizando o conteúdo de cada categoria. Comparação dos elementos constituintes de cada uma das categorias com elementos equivalentes a eles em outros momentos das políticas de Educação Especial. Por exemplo: comparação da definição do atual PAEE, conteúdo de uma das categorias, com a definição do PAEE em política educacional antecedente a atual.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

²⁵ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816

Na Etapa I da Fase I foram compilados todos os documentos que atendessem aos seguintes critérios: a) ser documento elucidativo da política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e/ou alterar conceitos e serviços da Educação Especial; b) não se tratar de Parecer, Nota Técnica sobre projeto de Lei, ou plano nacional que não estivesse aprovado; c) ter sido publicado entre janeiro de 2008 e abril de 2013; d) não se tratar de documento revogado entre 2008 e 2013. Além destes critérios, em caso de documentos publicados duas vezes com o mesmo texto, foi selecionada somente a última versão publicada destes documentos.

Assim, coletou-se documentos que foram subdivididos em três tipos: 1. Leis (Leis, Decretos, Portarias e Resoluções); 2. documentos explicativos e orientadores (documentos publicados pelo MEC para orientar a aplicação das leis); e, 3. Notas técnicas (notas técnicas de cunho explicativo sobre a PNEEPEI). Efetuada a análise dos elementos associados a cada uma das categorias identificadas nesta fase, iniciou-se as atividades referentes à fase II. Os procedimentos relacionados a esta segunda fase são descritos no próximo item.

3.2.2 Fase II

Na Fase II, denominada “análise das pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ofertadas por IES paranaenses” foram efetuados os seguintes procedimentos:

Quadro 4 – Procedimentos e etapas da fase II da pesquisa

Etapas	Procedimentos
Etapa I	Levantamento e identificação de instituições que ofertam cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Especial no Estado do Paraná.
Etapa II	Coleta das informações disponíveis nas homepages das instituições que ofertam cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Especial, sobre estes mesmos cursos. E, quando necessário, realizou-se o contato telefônico com os coordenadores do curso para complementar alguma informação faltante.
Etapa III	Organização, categorização e sistematização dos dados coletados. Para tanto, foi atribuído um código identificador para cada curso e posteriormente foram desenvolvidas tabelas que permitam classificar informações referentes a cada curso considerando as disciplinas e ementas que os constituem, a carga horária de cada disciplina e de cada curso, os objetivos e a formação dos docentes que atuam em cada curso, a presença ou não da obrigatoriedade de que os acadêmicos dos cursos realizem estágios junto aos alunos PAEE, bem como informações referentes a categoria administrativa das instituições que ofertam.
Etapa IV	Redação dos resultados considerando as categorias produzidas a partir dos dados coletados e classificados.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Para a realização da Etapa I da Fase II, realizou-se coleta no site do Ministério de Educação (MEC), denominado “e-MEC” (<http://www.emec.mec.gov.br/>), a partir de uma

ferramenta de busca que permite identificar as IES de cada Estado do país. Usando esta ferramenta na aba denominada “consulta avançada” foi delimitada a busca no Estado de interesse (Paraná); posteriormente foi demarcada a busca de IES de todas as categorias administrativas (pública municipal, pública federal, pública estadual, privada sem fins lucrativos, privada com fins lucrativos, privada beneficente e especial), obtendo-se assim uma planilha com lista de IES do Paraná.

Após a obtenção da referida planilha realizou-se o acesso e navegação na *homepage* de cada uma das IES nela listadas, buscando-se identificar na aba “pós-graduação” o conjunto de cursos de pós-graduação *lato sensu* em oferta. Posteriormente, verificou-se os nomes atribuídos a cada um dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em oferta em cada uma das IES, buscando-se identificar os cursos pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou correspondentes, como especializações em Educação Especial Inclusiva, em AEE ou em Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Identificados os cursos pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares, procedeu-se à coleta de todas as informações sobre eles disponíveis, tais como: disciplinas que compõe a matriz curricular e/ou respectivas ementas; carga horária do curso e de cada uma das disciplinas; formação acadêmica dos professores que ministram disciplinas no curso e respectiva formação; objetivos do curso; departamento ou curso de graduação a que o curso está vinculado; telefones e e-mails dos coordenadores dos cursos.

Realizadas as ações supracitadas classificou-se os cursos de pós-graduação *lato sensu* em três categorias: cursos multifocais (que enfocam a preparação do professor para atuação em todos os segmentos da Educação Especial); cursos unifocais (que enfocam a preparação do professor para atuação com apenas um dos segmentos da Educação Especial); e cursos afocais (direcionados à preparação de professores para atuação com Educação Especial, mas sem apresentar disciplinas voltadas para os segmentos PAEE). Para esta categorização levou-se em conta os objetivos do curso e as disciplinas que o compõem.

Posteriormente, as disciplinas de cada um dos cursos foram agrupadas em duas categorias: gerais (voltadas para a educação, mas sem foco específico na Educação Especial) e específicas (voltadas especificamente para Educação Especial). Dentro da categoria gerais, algumas disciplinas foram classificadas como gerais aleatórias (sem relação direta nem com a Educação Geral nem com a formação específica). Esta classificação pautou-se predominantemente no nome da disciplina ou em categorizações já realizadas pelas próprias IES, que separam seus cursos em formação geral ou formação específica.

Todas as categorias (multifocais, unifocais e afocais; gerais e específicas) descritas neste item foram constituídas a partir da classificação analógica dos elementos que constituem os cursos analisados e do agrupamento dos elementos semelhantes. As denominações das categorias foram definidas a partir da seleção de expressões que caracterizam a especificidade dos elementos agrupados.

3.2.3 Fase III

Por conseguinte, na Fase III, denominada “análise das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia ofertadas por IES paranaenses” foram efetuados os seguintes procedimentos:

Quadro 5 – Procedimentos e etapas da fase III da pesquisa

Etapas	Procedimentos
Etapa I	Levantamento e identificação de instituições que ofertam cursos de Pedagogia no Estado do Paraná.
Etapa II	Coleta, nas homepages das IES que ofertam cursos de Pedagogia, dos PPS dos referidos cursos e/ou das matrizes curriculares.
Etapa III	Atribuição de um código identificador para cada curso; identificação, nos PPPs, das disciplinas que versam sobre a educação dos alunos PAEE e análise das ementas destas disciplinas.
Etapa IV	Redação dos resultados, descrevendo que disciplinas dos cursos analisados abordam a educação dos alunos PAEE e caracterizando estas disciplinas.
Etapa V	Identificação, nas Matrizes Curriculares de cursos dos quais não obteve-se PPPs, das disciplinas que tratam da educação dos alunos PAEE.
Etapa VI	Análise e redação dos dados sobre as disciplinas que abordam a educação dos alunos PAEE, enfocando especialmente carga horária, período de oferta e possível semelhança entre as disciplinas identificadas.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Para a realização da Etapa I da Fase III, novamente realizou-se coleta no *site* e-MEC, e a partir da ferramenta de busca nele disponível identificou-se todos os cursos de Pedagogia ofertados no Estado do Paraná.

Prosseguindo, na Etapa III da Fase III efetuou-se uma classificação das disciplinas que abordam o PAEE em quatro tipos básicos: 1. Clássica: nos moldes de Fundamentos da Educação Especial – que enfocam histórias, leis, políticas e práticas relacionadas com o público-alvo da Educação Especial; 2. Associativa: que aborda a Educação Especial no contexto de discussões sobre a Educação Regular; 3. Libras – que enfocam a Língua Brasileira de Sinais; 4. Indiretas: que abordam a Educação Especial indiretamente, com discussões sobre temas como dificuldades de aprendizagem.

Classificou-se também o conteúdo das ementas das disciplinas tipo Clássica e Libras. O conteúdo da disciplina “Clássica”, foi subdividido em 5 categorias: 1. Fundamentos: tópicos sobre a história, teorias e conceitos relacionados com a Educação Especial; 2. Prática

Pedagógica: tópicos que aludem a prática pedagógica na Educação Especial; 3. Público-alvo: tópicos que abordam as especificidades do PAEE; 4. Leis: tópicos sobre a legislação e políticas públicas relacionadas com Educação Especial; e, 5. Outros: categoria residual em que foram inseridos todos os tópicos que não se encaixavam nas demais categorias e que compunham as ementas das disciplinas em questão.

O conteúdo da disciplina Libras também foi subdividido em cinco categorias: 1. Libras – que versa diretamente sobre a Língua Brasileira de Sinais; 2. Bilinguismo e história – que trata da história das perspectivas de educação do surdo e/ou especificamente sobre o bilinguismo; 3. Ensino do surdo – tópicos que contemplam a educação do Surdo; 4. Aspectos estruturais - aspectos lógicos, morfológicos e gramaticais (sintaxe); 5. Outras - categoria residual em que foram inseridos todos os tópicos que não se encaixavam nas demais categorias e que compunham as ementas das disciplinas em questão.

Estas categorizações subsidiaram a análise dos dados conforme os procedimentos descritos na sequência.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

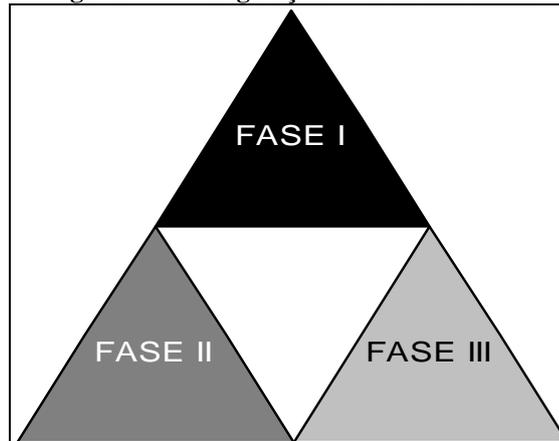
Para analisar a consonância entre algumas das atuais propostas (pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ou similares e cursos de licenciatura em Pedagogia) utilizadas para a formação de professores para atuação na Educação Especial e a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, no que diz respeito ao perfil docente, efetuou-se o entrecruzamento dos dados coletados em cada uma das fases desta pesquisa. Assim, conseguiu-se uma composição mais clara do “quebra-cabeças” que permite entender a formação do professor de Educação Especial em relação aos princípios e requisitos PNEEPEI. Trata-se do desenvolvimento da triangulação de dados para facilitar a análise e discussão dos resultados.

Triangulação é uma metodologia inicialmente associada com atividades militares (navegação e topografia) e entendida como método para fixar uma posição. Atualmente está associada tanto com a análise de dados a partir diferentes metodologias (triangulação metodológica) de pesquisa; de diferentes teorias (triangulação teórica); de diferentes pesquisadores (triangulação do investigador); e, diferentes fontes de dados (triangulação de dados) (DENZIN, 1978).

A triangulação de dados fundamenta-se na análise dados provenientes de fontes distintas, seja por meio da comparação de dados relacionados com um mesmo fenômeno e/ou

da conjugação dados complementares (DENZIN, 1978). A conjugação de dados complementares, oriundos de distintas fontes e/ou submetidos a diferentes métodos de análise, possibilita a composição de uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. Nesta pesquisa, a triangulação de dados e análises desenvolvidas na Fase I, na Fase II e na Fase III, possibilitou a composição de uma leitura peculiar sobre o objeto da pesquisa.

Figura 1 – Triangulação/Análise dos dados



Fonte: Elaboração do autor (2015).

Assim, realizou-se uma série de análises sobre a formação de professores para Educação Especial no Estado do Paraná e estas análises foram pautadas nos seguintes procedimentos:

Quadro 6 – Procedimentos e etapas da triangulação dos dados

Etapas	Procedimentos
Etapa I	Leitura dos dados e análises desenvolvidas em cada uma das fases anteriores e produção de síntese com os principais elementos constatados.
Etapa II	Entrecruzamento dos dados constatados nas fases anteriores no sentido de se destacar como os modelos de formação e professores para Educação Especial pautado em cursos de pedagogia e especializações <i>lato sensu</i> , estão associados com a atual política
Etapa III	Redação das inferências produzidas a partir das ações desenvolvidas na etapa anterior desta fase.
Etapa IV	Elaboração de possíveis diretrizes para o aprimoramento da formação de professores para Educação Especial em cursos de Pedagogia e em pós-graduações <i>lato sensu</i> ofertadas por IES do Estado do Paraná.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Nos tópicos subsequentes a este, conforme a ordem de procedimentos descritas para coleta e posteriormente para análise dos dados, serão apresentados os resultados da presente pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA (2008-2013) E O DOCENTE MULTIFUNCIONAL

Atuar apenas com pessoas de um determinado segmento da sociedade ou atuar com diversos segmentos; atuar em um espaço segregado dos demais ou junto a outros profissionais; ter como funções o desenvolvimento das propostas educativas convencionalmente efetuadas nas escolas ou ter que focar a produção de materiais e ensino de conhecimentos técnicos; ter financiamento oriundo de instituições privado-filantrópicas ou ter financiamento público; e, ser orientado por uma perspectiva normalizadora, integracionista ou em uma perspectiva de inclusão escolar, são variáveis que mudam o perfil profissional demandado por uma determinada política educacional.

Cada uma destas variáveis foi alterada a partir da PNEEPEI (BRASIL, 2008a). Logo, o perfil demandado para o professor de Educação Especial/Inclusiva também foi modificado. Estas transformações precisam ser compreendidas para que se possa analisar se há conformidade entre o perfil estabelecido pela atual política educacional e o perfil de professor efetivamente formado para atuar na Educação Especial.

Tendo em vista estas compreensões, nesta fase da pesquisa procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial a partir dos documentos que orientam a PNEEPEI (BRASIL, 2008a). Os resultados desta análise compõem a presente seção.

4.1.1 Documentos analisados e categorias identificadas

A partir dos procedimentos e critérios indicados na seção que descreve o método utilizado na presente pesquisa, na fase I foram coletados e analisados 30 documentos de três tipos: Leis, documentos orientadores e notas técnicas. O quadro 7 indica as Leis (leis, Decretos, Resoluções e Portarias) compiladas para análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira.

Quadro 7 – Leis, Decretos, Resoluções e portarias

	Identificação do documento	Chamada
1	BRASIL. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial [da] União , Brasília, nº190, 05/10/2009. Seção 01, p. 17.	Brasil (2009a)
2	BRASIL. Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Diário Oficial [da] União . Seção 1. 06/03/2012. p. 15	Brasil (2012d)
3	BRASIL. Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Diário Oficial [da] União . Seção 1. 18/11/2011. p. 12.	Brasil (2011a)
4	BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] União - Seção 1 - 28/12/2012, p. 2.	Brasil (2012a)
5	BRASIL. Portaria nº 25, de 19 de junho de 2012. Estabelece critérios para adesão no Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Diário Oficial [da] União . Seção 1, 20/06/2012b, p. 33.	Brasil (2012b)
6	BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] União , Seção 1, 5/4/2013, p. 1.	Brasil (2013a)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

O quadro 8 identifica os documentos explicativos da atual política. Trata-se de documentos que orientam práticas pedagógicas e ações escolares diversas em relação à legislação e princípios da PNEEPEI.

Quadro 8 – Documentos Explicativos/Orientadores

	Identificação do documento	Chamada
1	BRASIL.MEC.SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008a. BRASIL. MEC.SEESP. Marcos políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. SEESP. Brasília: SEESP, 2010a.	Brasil (2008a)
2	ROPOLI, E.A. [et.al.]. A escola comum inclusiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1.	Ropoli <i>et al.</i> (2010)
3	GOMES, A. L.; POULIN, J.; FIGUEIREDO, R.V. O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 2.	Gomes, Poulin e Figueiredo. (2010)
4	DOMINGUES, C. dos A. [et.al.]. Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3.	Domingues et al. (2010)
5	ALVEZ, C.B.; FERREIRA, J.; DAMÁZIO, M. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 4.	Alvez, Ferreira e Damázio (2010)
6	BOSCO, I.C.M.G.; MESQUITA, S.; MAIA, S.R.. Surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília, DF: MEC, 2010. v.5. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).	Bosco, Mesquita e Maia (2010)
7	SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. de C. R. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 6.	Sartoretto e Bersch (2010)

(continua)

Quadro 8 – Documentos Explicativos/Orientadores

	Identificação do documento	Chamada
8	GIACOMINI, L.; SARTORETTO, M.L.; BERSCH, R. de C. Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7.	Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010)
9	MELO, A. M.; PUPO, D.T. Livro acessível e informática acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 8.	Melo e Pupo (2010)
10	DELPRETTO, B. M. de L.; GIFFONI, F. A.; ZARDO, S. P. Altas habilidades/superdotação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 10.	Delpretto, Giffoni e Zardo (2010)
11	BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA P. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9.	Belisário Filho e Cunha (2010)
12	BRASIL. MEC. SECADI. Documento orientador da implementação das salas de recursos multifuncionais. Brasil: MEC/SECADI, 2012.	Brasil (2012c)

(conclusão)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Por sua vez, o quadro 9 indica um conjunto de notas técnicas, também publicadas pelo Ministério da Educação com intuito explicativo/orientador de práticas e ações escolares diversas.

Quadro 9 – Notas técnicas

1.	BRASIL. MEC. SEESP. DPEE. Nota Técnica Nº 13. A educação especial e sua operacionalização pelos sistemas de ensino. Brasília: 2008.	Brasil (2008d)
2.	BRASIL. SEB. SEESP. FNDE. INEP. Nota Técnica Nº 01. Esclarecimentos sobre a distribuição do recurso do FUNDEB para alunos do Atendimento Educacional Especializado. Brasília: 2009.	Brasil (2009b)
3	BRASIL. SEESP. GAB. Nota Técnica Nº 9. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Brasília: 09 de abril de 2010.	Brasil (2010b)
4	BRASIL. MEC. SEESP. GAB. Nota Técnica Nº 11. Orientações para a Institucionalização na Escola, da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: 2010.	Brasil (2010c)
5	BRASIL. MEC. SEESP. GAB. Nota Técnica Nº 15. Orientações sobre Atendimento Educacional Especializado na Rede Privada. Brasília: 2010.	Brasil (2010d)
6	BRASIL. MEC. SEESP. GAB. Nota Técnica Nº 19. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília: 2010.	Brasil (2010f)
7	BRASIL. MEC. SECADI. Nota Técnica Nº 03. Atendimento de estudantes público alvo da educação especial com 18 anos ou mais. Brasília: 2011.	Brasil (2011b)
8	BRASIL. MEC. SECADI. GAB. Nota Técnica Nº 05. Implementação da Educação Bilíngue. 2011.	Brasil (2011c)
9	BRASIL. MEC. SECADI. Nota Técnica Nº 06. Avaliação de estudante com deficiência intelectual. Brasília: 2011.	Brasil (2011d)
10	BRASIL. MEC. SECADI. Nota Técnica Nº 07. INES e IBC. Brasília: 2011.	Brasil (2011e)
11	BRASIL. MEC. SECADI. DPEE. Nota técnica nº 62/11. Apresenta orientações aos sistemas de ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011. Brasília: 2011.	Brasil (2011f)
12	BRASI. MEC. SECADI. DPEE. Nota Técnica nº 24. Orientação aos Sistemas de Ensino para implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília: 2013.	Brasil (2013b)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

A análise dos documentos compilados, orientada pelos objetivos desta pesquisa, possibilitou a constituição das categorias de elementos que constituem a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira. Estas categorias e subcategorias estão expressas no quadro a seguir.

Quadro 10 – Categorias de análise

Categorias	Subcategorias
1. Recursos Humanos	1.1 Público-alvo da Educação Especial (PAEE), delimitações de cada segmento PAEE. 1.2 Profissionais do AEE/Educação Inclusiva; formação destes profissionais.
2. Recursos Materiais	2.1 Recursos de acessibilidade: recursos pedagógicos acessíveis, tecnologia assistiva. 2.2 Locais de realização, espaços de realização do AEE. 2.3 Financiamento das propostas de AEE: quem financia o que e sobre que condições/critérios.
3. <i>Modus operandi</i>	3.1 Léxico e Fundamentos 3.2 Modo de desenvolvimento (práticas), organização, funções/especificidades do AEE.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Os resultados associados a cada uma das categorias e subcategorias identificadas constituem o conteúdo dos tópicos a seguir.

4.1.2 Recursos humanos

4.1.2.1 Público-alvo da educação especial

Em 2001 a indicação do PAEE era dada em termos da categoria “necessidades educacionais especiais”. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (BRASIL, 2001) expressavam que, tradicionalmente, a Educação Especial havia sido concebida como destinada apenas para “[...] alunos que apresentam deficiências (mental, visual, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndrome e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2001, p. 45). Por isso, tais diretrizes propunham a adoção da categoria “necessidades educacionais especiais” (NEE), a partir da qual afirmavam assumir compromisso com a inclusão de uma gama mais ampla de pessoas.

Desta forma, a categoria em questão incorporava todos aqueles alunos que, durante o processo educacional, demonstrassem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que comprometessem o acompanhamento das atividades

curriculares; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; e/ou demandas distintas de ensino suplementar, decorrentes de altas habilidades/superdotação.

A partir da PNEEPEI (BRASIL, 2008a) o PAEE foi restrito à tradicional tríade de segmentos que historicamente o compôs: pessoas com deficiência, com altas habilidades ou superdotação e pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento. Ou seja, “inovou-se”, fazendo o PAEE voltar a ser o que era anteriormente ao uso da categoria “necessidades educacionais especiais”.

Estes três segmentos da sociedade se consolidaram como “novo” PAEE e com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013a), alterou-se a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases). A partir da Lei nº 12.796, o inciso III do artigo 4º da LDB, que antes afirmava que o dever do Estado com a educação escolar pública deveria ser “[...] efetivado mediante a garantia de AEE gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 9), passou a afirmar que este mesmo dever precisa ser garantido mediante “[...] AEE gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2013a, p. 25).

Assim, concorda-se com Garcia (2013, p. 106) quanto ao fato de que “[...] em relação ao público-alvo a ser atingido pela política de educação especial, do início para o final da década [2000-2010] houve um movimento de restrição”. Ora, fica explícito também que “[...] tal direção retoma como sujeitos da Educação Especial aqueles grupos contemplados na Política Nacional de Educação Especial, em momento político anterior à implementação de uma perspectiva “inclusiva” na política de Educação Especial brasileira” (GARCIA, 2013, p. 107).

Não obstante, nos documentos oficiais (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2012d; BRASIL, 2013a) que promoveram e consolidaram a mudança em questão não são encontradas argumentações para justificá-la: consta apenas que, embora o conceito de NEE aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, as políticas a ele relacionadas não alcançaram o objetivo da formação de sistemas educacionais efetivamente inclusivos (BRASIL, 2008a).

Essa carência de explicações incita uma gama de importantes questões sem respostas oficiais, tais como: por que a categoria necessidades educacionais especiais, consolidada com a Declaração de Salamanca, não seria mais válida? Por que ela foi substituída? No que a mudança desta categoria implica em termos práticos? Que racionalidades sustentam as atuais formas de nomear e identificar os alunos demarcados como PAEE? Em que medida as

políticas inclusivas de educação especial desconstroem sentidos que relacionam o PAEE à anormalidade e à ineducabilidade? Existiria uma relação entre o suposto fracasso das políticas anteriores e o uso das categorias NEE?

Ao que parece, a esta mudança no PAEE está associada a demarcação de um conjunto de segmentos mais específicos, identificável por diagnósticos clínicos, centrados em suas condições orgânicas e/ou comportamentais. Fato é que na supressão da categoria NEE certos grupos deixaram de ser entendidos como PAEE e que é necessário perguntar quem se beneficiou com essa restrição. Ora, na demarcação do PAEE estão implicadas dificuldades práticas vividas no cotidiano dos sistemas de ensino, como, por exemplo, o levantamento de estatísticas escolares; o desenvolvimento de projetos para captação de recursos; a organização e o funcionamento do AEE.

Além disso, outras categorias presentes em documentos anteriores foram renomeadas, tais como a categoria “Condutas Típicas”, que passou a ser expressa como “Transtornos Globais do Desenvolvimento”. Algumas das categorias que eram utilizadas em documentos precedentes às Diretrizes Nacionais para Educação Especial, a partir da PNEEPEI (BRASIL, 2008a) receberam novos significados. Por exemplo, em BRASIL (1994a) a categoria “altas habilidades” era utilizada para designar alunos com 'notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; talento especial para artes; capacidade psicomotora. Nos documentos atuais, os alunos com altas habilidades/superdotação são “[...] aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade” (BRASIL, 2009a, p. 1).

Talvez nestas alterações terminológicas e na reutilização de conceitos atribuindo-lhes novos significados, tenhamos um exemplo claro do que Shiroma, Campos e Garcia (2011) chamam de bricolagem de conceitos. Essa ação de mudar palavras e significados fazendo algo “tradicional” parecer novo parece ser recorrente nas políticas públicas de Educação Especial. Um, entre tantos outros movimentos contínuos que fazem novas políticas perpetuarem problemas e dilemas históricos, como os associados com a formação dos profissionais da Educação Especial.

4.1.2.2 Profissionais da Educação Especial

Em alguns dos documentos oficiais (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013a), considerados nesta pesquisa como exclusivamente associados com a estrutura de atendimento educacional dos alunos PAEE, são citados os seguintes profissionais: professores de AEE; professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; profissional para atuar em atividades de apoio; professor auxiliar; profissional tradutor e intérprete de Libras e guia-intérprete. A Resolução nº 4 de 2009, destaca, inclusive, que nos projetos político-pedagógicos das escolas devem estar previstos outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente, às atividades de alimentação, higiene e locomoção (BRASIL, 2009a).

Este conjunto de profissionais difere em relação àquele associado às políticas anteriores de Educação Especial, mais em relação à gama e o perfil das atividades e conhecimentos de que eles estão incumbidos pelos documentos oficiais, do que em relação a sua variabilidade. A Educação Especial, em políticas anteriores, também se fazia com professores especializados; professores do ensino regular; professores auxiliares e profissionais de apoio; profissional tradutor e intérprete de Libras e guia-intérprete. O que mudou atualmente é a amplitude das funções que devem ser desempenhadas e dos conhecimentos que devem ser apresentados, especialmente pelos professores especializados.

Conforme a PNEEPEI (BRASIL, 2008a) o AEE deve ser realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos em ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

De acordo com as Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009a), os professores de AEE têm atribuições tais como: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos PAEE; elaborar e executar plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; ensinar e usar a tecnologia assistiva de

forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação (BRASIL, 2009a).

Em outros documentos oficiais, como as Notas Técnicas nº 9 e nº11, emitidas pela SEESP em 2010 (BRASIL, 2010b; BRASIL, 2010c), a estas atribuições acrescenta-se a de desenvolver atividades como o ensino de Libras; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva; ensino de atividades de vida autônoma e social; e, orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação. Trata-se, portanto, de um profissional tão multifuncional quanto os espaços em que ele deve atuar.

Para desempenhar estas múltiplas funções, na atual política de Educação Especial, estabelece-se que o professor “[...] deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2010a, p. 25). Ou seja, alude-se a formação de professores para a atuação no AEE, indicando que estes profissionais devem ter formação inicial que os habilitem para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2011a). Aposta-se que essa formação dual aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular e nos espaços de Educação Especial (BRASIL, 2010a).

Também no tocante à formação de professores, a partir da Lei nº 12.796 de 2013, a LDBEN nº 9.394/96, no inciso II do artigo 59, passou a expressar que os sistemas de ensino devem assegurar ao PAEE, “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (BRASIL, 2013a, p. 156). Possibilita-se assim que pessoas com formação de nível médio e/ou com uma licenciatura qualquer combinada com uma especialização (*lato sensu*) sejam os polivalentes profissionais que desenvolvam o multifuncional serviço das SRM (vale a redundância).

Observa-se, portanto, a reiteração do movimento pendular que tem marcado o desenho do perfil deste profissional: do professor de educação especial, ora exigiu-se nível superior e a ele oportunizou-se expansivamente cursos de pedagogia com habilitação em áreas específicas da deficiência, ora aceitou-se a possibilidade de formação nos cursos de magistério de nível médio, extinguindo-se as habilitações do curso de pedagogia. A aposta agora parece ser nas “especializações em Educação Especial” como lócus de formação do professor de Educação

Especial que deve ser combinado com a formação em serviço. Consolidou-se, na atual estrutura organizacional da educação especial, uma condição em que cursam uma licenciatura e depois cursam uma especialização *lato sensu* que os “habilita” para atuação na Educação Especial.

Trata-se de um evidente estímulo a propostas formativas estilo *fastfood*: rápidas, de qualidade duvidosa e servidas em pequenas partes modulares em cursos de especialização *lato sensu*. Como assinalado anteriormente, os cursos *lato sensu* de especialização em Educação Especial geralmente são apenas submetidos às mesmas determinações indicadas para os demais cursos *lato sensu* do país, tais como: duração de 360 horas e desenvolvimento de trabalho monográfico; não passam por nenhuma fiscalização/avaliação, ao contrário dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; e, não apresentam períodos de estágio obrigatório, possibilitando assim que pessoas sem nenhum contato com o campo em questão, sejam consideradas especialistas em Educação Especial.

Além dos cursos de especialização, em inúmeros documentos (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2011c; BRASIL; 2011f) são mencionados experiências e propostas como a formação continuada de professores para educação especial, tais como as iniciadas em 2007 por meio da Universidade Aberta do Brasil e da Plataforma Paulo Freire. E, alguns dos documentos analisados (como a coleção “Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar”), são eles próprios recursos voltados para esta formação continuada.

Quanto ao profissional tradutor e intérprete de Libras o documento orientador da PNEPEI (BRASIL, 2008a) faz referência à Lei nº 10.436/02 e ao Decreto nº 5.626/05, destacando a inclusão de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua, nos currículos dos cursos de formação de professores; a formação e a certificação dos profissionais envolvidos nos processos escolares de surdos (professores, instrutores e tradutores/intérpretes); a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue no ensino regular. Outros documentos analisados, como a nota técnica nº 05 emitida pela SECADI em 2011 (BRASIL, 2011c), elencam propostas governamentais para minimizar e/ou findar com a histórica carência de professores de Libras, tais como: programas de formação inicial de professores em Letras/Libras, como os promovidos em parcerias entre a Universidade Aberta do Brasil e as instituições públicas de educação superior; o programa de Formação inicial de professores em curso de Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa do Instituto Nacional de Educação de Surdos; e, a Campanha Nacional para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa.

Por sua vez, no que se refere ao profissional para atuar em atividades de apoio no contexto da educação dos segmentos PAEE, ressalta-se que a demanda pelo mesmo é justificada quando a necessidade específica do estudante PAEE não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes. Destaca-se também que, na Nota Técnica nº 19, emitida pela SEESP em 2010, consta que “[...] não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno PAEE, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno” (BRASIL, 2010f, p. 2).

Destarte, na atual política frisa-se que os profissionais de apoio atuem em atividades de locomoção, higiene, alimentação, “[...] prestem auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.” (BRASIL, 2010f, p. 2). Apesar de mencionadas essas atribuições, nos documentos analisados não há orientação quanto à formação que os mesmos devem ter.

Assim, em relação ao conjunto de profissionais exclusivamente associados com a estrutura de atendimento educacional dos alunos PAEE, delineia-se um quadro em que são vislumbráveis avanços - como a validação e certificação dos profissionais da Libras -, e continuidades, como profissionais de apoio com características formativas não delineadas, e profissionais de AEE com funções amplificadas e reconfiguradas, mas com formação reduzida.

4.1.3 Recursos materiais e financeiros

4.1.3.1 *Lócus* da Educação Especial

Como espaços associados com a Educação Especial, nos diversos documentos analisados nesta pesquisa, são citados os seguintes: SRM, os CAEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Centros de Apoio Pedagógico à Educação de Surdos; ambientes domiciliares; ambientes hospitalares; os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação; e, os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Contrariando os princípios da radical perspectiva de educação inclusiva que atualmente orienta as políticas de Educação Especial, o § 1º do artigo 14 do Decreto presidencial nº 7.611 de 2011, aponta para a perpetuação das classes especiais de escolas regulares, uma vez que

destaca que “serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas” (BRASIL, 2011a).

De qualquer forma, dentre os diversos espaços associados com a Educação Especial na política educacional contemporânea, a SRM é apresentada como lócus prioritário do AEE (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2011a). Inicialmente as SRM foram apresentadas pelo MEC como novo espaço de AEE em 2006n (BRASIL, 2006b) e a expansão das mesmas se deu a partir da Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Implantação das SRM.

Consolidando a reconfiguração das propostas do “*continuum* de serviços” (atendimento domiciliar, classe comum, classe especial, classe hospitalar, ensino com professor itinerante, escola especial, oficina pedagógica, sala de estimulação essencial, sala de recursos) inicialmente as SRM foram definidas como espaços da escola onde se realiza o AEE para alunos com NEE, “[...] por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.” (BRASIL, 2006b, p. 13).

No entanto, esta ênfase na dimensão pedagógica deste espaço durou pouco tempo. O documento PNEEPEI (BRASIL, 2008a), a Resolução nº 4 de 2009 e o Decreto presidencial nº 7.611 de 2011 consolidaram as SRM como lócus prioritário de AEE, mas a redefiniram. Assim, o Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 definiu, no § 3º do artigo 5º, as SRM como “[...] ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” (BRASIL, 2011a, não paginado). Trata-se de um espaço com recursos e equipamentos específicos ao atendimento dos segmentos PAEE e o “novo fazer pedagógico” (BRASIL, 2006, p. 13) perdeu seu lugar. Ou seja, da definição inicial atribuída ao espaço em questão e centralizada em práticas diferenciadas, transitou-se para uma definição e um modelo de espaço centralizado em recursos de acessibilidade e recursos didáticos.

Com esta definição atribuída às SRM foram publicados documentos oficiais (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2012b) com o intuito de esclarecer as formas corretas de implantação destes espaços. Bem como, foram publicados documentos com orientações para a institucionalização, na escola, da oferta do AEE em SRM, como a Nota Técnica nº 11 de 2010, emitida pela SEESP (BRASIL, 2010c). Os documentos orientadores da implantação dos espaços em questão explicitam dois tipos de SRM, dotadas de ênfases e recursos distintos, a saber:

Quadro 11 – Tipos de SRM

TIPO I	TIPO II
Espaço dotado de equipamentos (microcomputadores, estabilizadores, monitores, fones de ouvido, impressora multifuncional, teclado com colmeia, mouse e acionador de pressão, notebook); de material didático/pedagógico (material dourado, esquema corporal, bandinha rítmica, software de comunicação alternativa, sacolão criativo monta tudo; quebra-cabeças – sequência lógica; dominós diversos – táteis, em Libras; com imagens de frases, animais e frutas -; alfabeto Braille; Kit de lupas manuais; memória tátil); mobiliários (mesa redonda, cadeiras, mesa para impressora, armários, quadro branco, mesa para computador, cadeiras).	Espaço dotado dos mesmos equipamentos, materiais didático/pedagógicos e mobiliários da SRM TIPO I, acrescido de outros recursos específicos para estudantes com deficiência visual, a saber: impressora Braille, máquina de escrever, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos táteis.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Aposta-se, assim, que “[...] o Programa de Implantação de SRM constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que possibilite garantir uma educação de qualidade.” (BRASIL, 2012c, p. 4). Paradoxalmente, a restrição do AEE às SRM como espaço especificamente voltado para o PAEE, que conta com recursos e profissionais prioritariamente específicos para este público, pode indicar a permanência da perspectiva tradicional da educação especial, calcada nas contribuições da Psicologia e da Biologia que, ao fim e ao cabo, “[...] redundam em reiteração de práticas que visam fundamentalmente à superação das dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiências ou distúrbios encaminhados para as classes regulares” (BUENO, 2012, p. 295).

Conforme Chacon e Oliveira (2013), a implantação dessas salas nas escolas públicas tem o propósito de apoiar os sistemas de ensino na oferta do AEE, disponibilizar recursos nas diferentes modalidades de deficiência, bem como instigar a atuação multidisciplinar e o trabalho colaborativo entre professores das classes comuns e das salas de recurso. Assim, para Chacon e Oliveira (2013) as SRM ratificam a concepção de Desenho Universal expressa no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, qual seja: “[...] espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade” (CHACON; OLIVEIRA, 2013, p. 204).

Sabe-se que as SRM facilitam a equiparação de oportunidades pela disponibilização e elaboração de recursos materiais, recursos pedagógicos e práticas que podem contribuir para que sujeitos com diferentes características pessoais, físicas e intelectuais, tenham acesso ao conhecimento. Neste sentido, estas salas associam-se tanto com a perspectiva do Desenho Universal, quanto com seu desdobramento denominado Desenho Universal da Aprendizagem,

e para seu funcionamento adequado geram a demanda por “[...] professores altamente especializados” (CHACON; OLIVEIRA, 2013, p. 202).

Por sua vez, os centros de AEE (públicos ou privados sem fins lucrativos) são apresentados nos documentos oficiais como espaços que devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, e devem ter a proposta educacional aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente (BRASIL, 2010b).

A Nota Técnica nº 09 (BRASIL, 2010b) e a Nota Técnica nº15 (BRASIL, 2010d), emitidas pela SEE, destacam que a função destes centros são as seguintes: realizar oferta do AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos PAEE, no contraturno do ensino regular; a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos; e a interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos. Ressalta-se que esta configuração em que o AEE é ofertado em centros especializados pode dificultar o diálogo entre o professor do ensino regular e o professor especializado, produzindo uma condição desfavorável para uma proposta pedagógica integrada nos dois espaços.

Quanto aos núcleos de acessibilidade das instituições federais de educação superior, o § 5º do artigo 5º do Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 estabelece que os mesmos são espaços que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011a). No que concerne às orientações para a realização do AEE em ambientes domiciliares e hospitalares²⁶ e em núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação, existem poucos esclarecimentos nos documentos analisados nesta pesquisa. A Resolução nº 4 de 2009 estabelece apenas que “[...] em casos de AEE em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar” (BRASIL, 2009a, p. 2).

²⁶ Cabe destacar que o atendimento educativo em ambientes hospitalares (classe hospitalar) não é diretamente direcionado ao PAEE, a menos que integrantes dos segmentos que compõe este público, estejam hospitalizados. O atendimento hospitalar é direcionado a estudante matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente.

O INES e o IBC, instituições de importância histórica para o nascimento da Educação Especial no Brasil, são mencionadas como instituições associadas com a Educação Especial, mas com papel ressignificado a fim de atender as expectativas sociais de convívio e valorização das diferenças. Conforme Nota Técnica nº 07, emitida pela SEESP em 2011 (BRASIL, 2011e) e de acordo com o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011 (2012d), na atual política, INES e IBC devem atuar como centros de referência nacional nas áreas de pesquisa e formação de educadores e na produção de materiais didáticos acessíveis voltados para pessoas com surdez e pessoas com deficiência visual.

Cabe perguntar, perante o retrato delineado quanto aos espaços da Educação Especial na atual política, porque as SRM, mesclas das classes especiais com as salas de recursos, típicas das políticas anteriores, ambientes distintos das salas de aulas regulares, são o lócus preferencial da Educação Especial? Por que estes recursos e serviços que elas ofertam não poderiam estar nas salas de aula regulares, reconfigurando práticas pedagógicas historicamente desenvolvidas para um padrão inexistente de homogeneidade?

Trata-se de perguntas para as quais há poucas respostas claras, mas que talvez tenham respostas relacionadas com o financiamento do AEE, tema do próximo tópico.

4.1.3.2 Financiamento das propostas de AEE

O financiamento da Educação Especial brasileira historicamente esteve associado com o repasse de verbas para a iniciativa privada. Até recentemente Mendes *et al.* (2010) destacavam que a Educação Especial estava enquadrada no contexto do pensamento neoliberal de defesa da privatização, no sentido do reforço ao que não é público e a tudo que minimiza o papel do Estado e, conseqüentemente, as ações de responsabilidade do poder público. No contexto das atuais políticas, o repasse de verbas para estas iniciativas ainda é possível na atual estrutura organizacional da Educação Especial. No entanto “[...] o financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública” (BRASIL, 2009a, p. 2), o que implica cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no AEE.

Conforme a Nota Técnica nº 62, emitida pela SECADI em 2011 (BRASIL, 2011f), o Decreto nº 7.611/2011 não apresenta inovação com relação ao apoio financeiro às instituições privadas filantrópicas que atuam na Educação Especial, porque a partir dele essas instituições continuam tendo o financiamento público por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, do

Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa Nacional de Alimentação Escolar. A Nota Técnica em questão também explica que o apoio financeiro às instituições especializadas mencionadas, referente ao atendimento de pessoas que não estão matriculadas no ensino regular, destina-se, especialmente, àquelas que se encontram fora da faixa etária de escolarização obrigatória, em razão de um processo histórico de exclusão escolar.

O Decreto nº 7.611 de 2011 (BRASIL, 2011a) estabelece que, entre outras responsabilidades, cabe à União: prestar apoio técnico e financeiro para o aprimoramento do AEE; para implantação de SRM; para a formação continuada de professores; para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino de Braille para estudantes com deficiência visual; para a educação na perspectiva da educação inclusiva; para adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; para elaboração e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e para estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Em síntese, tem-se que a política pública de financiamento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva estabelece: a contabilização da matrícula do AEE no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, sem prejuízo da matrícula no ensino regular; a destinação anual de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas sem fins lucrativos, que ofertem educação especial, para despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos de infraestrutura física e pedagógica; e a destinação de recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar para o atendimento de estudantes matriculados nos Centros de Atendimento Educacional Especializado, nos termos do convênio com a rede pública de ensino e, devidamente, registrados no censo Escolar do Ministério da Cultura e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2011f).

Quanto ao financiamento da Educação Especial, Dias (2011) assegura que, em termos de legislação, ocorreu uma grande conquista para os alunos com deficiência, uma vez que o Estado assumiu os custos do AEE. Aliás, ressalta-se que, conforme a Portaria nº 25, de 19 de junho de 2012, as instituições de ensino interessadas em aderir ao Programa de Implantação das SRM “[...] devem ser, obrigatoriamente, públicas, com matrícula de estudante PAEE em classe comum, registrada no Censo Escolar MEC/INEP do ano anterior” (BRASIL, 2012b, p. 33).

Desta forma, apesar da perpetuação da possibilidade de repasse de verba pública para as instituições privadas sem fins lucrativos que ofertam Educação Especial, acredita-se que a

obrigatoriedade da matrícula na rede pública, concomitante à matrícula no AEE, representa um avanço no financiamento da educação especial pública, pois gera, no âmbito da escola regular, investimentos em recursos e materiais que facilitam o acesso dos segmentos PAEE ao espaço da escola pública – espaço historicamente negligenciado para estes segmentos. Estes recursos e materiais que facilitam o acesso à escola pública para segmentos da Educação Especial são a temática do próximo tópico.

4.1.3.3 Recursos pedagógicos acessíveis

Na PNEEPEI (BRASIL, 2008a), foram postos em destaque os recursos pedagógicos acessíveis. Na Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a, p.1) os mesmos são identificados como

[...] aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (BRASIL, 2009a, p. 1).

Os recursos em questão também estão mencionados no Decreto Presidencial 7.611 de 2011 (BRASIL, 2011a), na própria definição de AEE e nos manuais orientadores da política. Além disso, os recursos pedagógicos acessíveis receberam destaque nos manuais elaborados para a formação de professores para atuação com Educação Especial, tais como os volumes da coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar".

Por exemplo, Sartoretto e Bersch (2010) examinam exclusivamente a questão dos recursos de acessibilidade e assim centram-se em orientar os professores na seleção, confecção e indicação de recursos pedagógicos acessíveis, de baixa e alta tecnologia (acessíveis ou inacessíveis às escolas brasileiras). Como Sartoretto e Bersch (2010), Melo e Pupo (2010) também enfocam recursos materiais, apresentando informações sobre livros acessíveis e recursos para tornar a informática acessível para pessoas com distintas deficiências; Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010), apresentam recursos de adequação postural e mobilidade, como cadeiras, mobiliário e outros, voltados para a acessibilidade espacial; e, Domingues et al. (2010) apresentam recursos de acessibilidade para os alunos com baixa visão e recursos de tecnologia de informação e comunicação.

Neste contexto, acredita-se que a ênfase dada a estes recursos aponta para propostas de AEE direcionadas prioritariamente para a gerência, elaboração, adaptação de recursos

pedagógicos acessíveis e para o preparo dos alunos para o uso destes mesmos recursos. O direcionamento do AEE para estas propostas em detrimento da dimensão pedagógica deste serviço parece ser, portanto, parte do *modus operandi* da atual política.

4.1.4 Modus Operandi

4.1.4.1 Léxico e fundamentos

Nos documentos oficiais, a defesa da inclusão total (*full inclusion*), de uma suposta “inclusão incondicional” (BRASIL, 2010a, p. 15) faz-se perceber tanto em indicações da necessidade de que “os encaminhamentos dos alunos às classes e escolas especiais” sejam “eliminados por completo e com urgência” (BRASIL, 2010a, p. 9) quanto quando torna-se crime a negação da matrícula do aluno com TGD na escola regular (BRASIL, 2012a), ou quando manifestam-se críticas a todo o tipo de prática ou proposta associada com a educação realizada em instituições especializadas.

Aliás, nos documentos oficiais (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2010a) as críticas ao que se fez anteriormente são tão frequentemente presentes, que revelam que a política de Educação Especial, delineada entre 2008 e 2013, tem, na contraposição às políticas anteriores, um fundamento estruturante. Nestes documentos, argumenta-se que, em políticas anteriores, a estrutura educacional provocou situações distorcidas, como a eterna permanência dos alunos nas escolas especiais, a transferência da responsabilidade com a educação de pessoas com deficiência às instituições filantrópicas e o investimento nos espaços segregados (BRASIL, 2010a).

Estes argumentos convergem para a interpretação de que a educação inclusiva compreende a transformação das “[...] estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos PAEE” (BRASIL, 2010c, p. 1). Igualmente, alega-se que a concepção de educação inclusiva “[...] pressupõe a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais” (BRASIL, 2012c, p. 6).

Não obstante, a PNEEPEI contrapõe-se ao ensino individualizado para alunos com deficiência; à possibilidade de agrupar alunos e de identificá-los por uma de suas características (por exemplo, a deficiência); a adaptações curriculares; à terminalidade específica; a métodos especiais para pessoas com deficiência; à avaliação diferenciada; à

categorização e diferenciação dos alunos; ao encaminhamento dos alunos às classes e escolas especiais; à formação de turmas escolares buscando a homogeneização dos alunos; e ao modelo clínico-pedagógico de Educação Especial (ROPOLI *et al.*, 2010). Na compreensão subjacente à atual política (BRASIL, 2008a), estes elementos seriam balizadores da manutenção dos alunos PAEE nas escolas e classes especiais e por isso seriam associados à segregação e a exclusão.

Discursivamente, constitui-se assim uma associação linear entre as estruturas organizacionais anteriores da Educação Especial e a segregação, a exclusão e a desigualdade de acesso. Ocorre também uma associação igualmente linear entre a estrutura organizacional atual da Educação Especial e a inclusão escolar, a igualdade de acesso e permanência na escola e a negação da possibilidade de atendimento educacional segregado. Aliás, segregação passa a ser palavra associada àquilo que ocorre exclusivamente em instituições ou classes especializadas, como se ela não se manifestasse no interior do atual sistema educacional inclusivo e/ou das SRM. Ressalta-se que é extremamente comum que as políticas públicas propostas por um governo sejam descreditadas pelo seguinte, para que se possa validar, justificar e legitimar o que é feito pelos gestores atuais (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011).

Para evidenciar a ruptura com as propostas anteriores, na atual política compõe-se um léxico discursivo em que expressões como sistema educacional inclusivo, AEE, SRM, são repetidas como um mantra que anuncia a chegada de um tempo novo. Lembra-se que uma das “[...] supostas inovações trazidas pela PNEEPEI (2008a) é o AEE” (ROPOLI *et al.*, 2010, p. 17) quando na verdade o AEE já era previsto na década²⁷ de 70.

O Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011a) define AEE como serviços de apoio especializado, como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente prestados de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência, TGD, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às SRM; ou de forma suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Assim, como em outros documentos (BRASIL 2009a; BRASIL, 2008a; BRASIL, 2011a) delineando a Educação Especial como serviço de apoio especializado e como conjunto de atividades ou recursos, na

²⁷ Na Portaria 186 de 1978 o termo AEE era utilizado para designar os atendimentos de natureza médico-psicossocial e educacional, que viabilizavam a integração social dos alunos considerados e denominados excepcionais. Na década de 1980, a Portaria nº 69 de 1986 expunha no Art. 6º que AEE consiste na utilização de métodos, técnicas, recursos e procedimentos didáticos desenvolvidos nas diferentes modalidades de atendimento por pessoal devidamente qualificado (BRASIL, 1986).

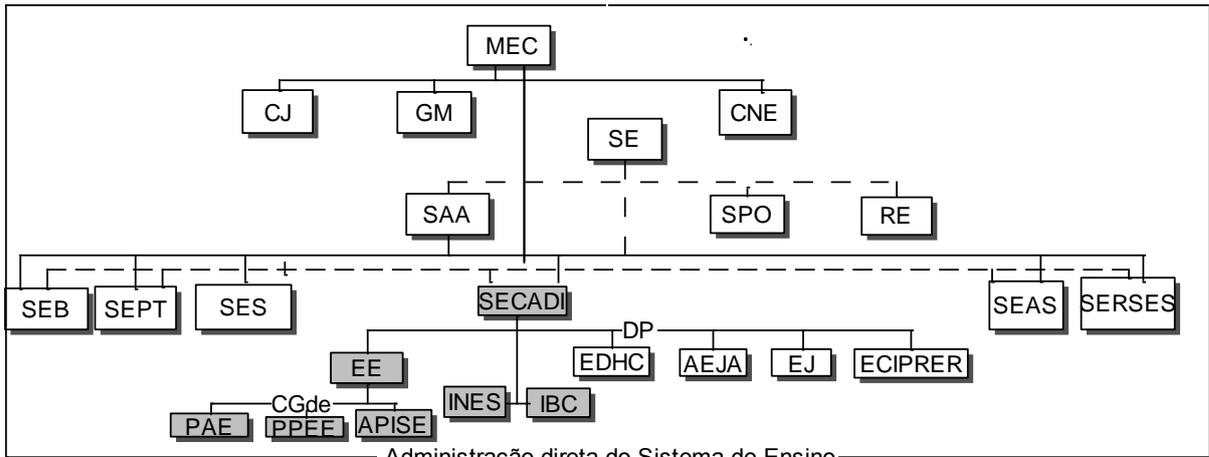
atual política suprime-se ou perpetua-se a ausência de definições pedagógicas associadas com esta modalidade de ensino. Há na atual política, um abandono da ideia de Educação Especial como uma proposta pedagógica para centrar-se na disponibilização de recursos e serviços (GARCIA, 2013; MICHELS, 2011).

Embora no corpus da presente pesquisa observa-se a adoção de uma perspectiva de educação inclusiva, definida no discurso político como “nova”, os documentos que orientam a ação educativa na Educação Especial indicam a perpetuação do conhecimento hegemônico na Educação Especial, associada à carência de debate pedagógico e de discussões acerca do trabalho do professor (GARCIA, 2013). Aliás, como será detalhado no próximo tópico, quando as discussões acerca do trabalho do professor aparecem, elas são predominantemente apresentadas em roteiros de ação desprovidos de discussões didáticas e teóricas e muitas vezes circunscritos ao conhecimento técnico da Educação Especial (Libras, Braille, Tecnologia Assistiva).

4.1.4.2 Funcionamento da Educação Especial

Como observa-se a partir da figura 02, construída com base na análise dos Decretos que promoveram a reestruturação no MEC (BRASIL, 2012d), atualmente as políticas de Educação Especial são disseminadas a partir de uma das diretorias da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e esta diretoria é denominada Diretoria de Políticas Públicas de Educação Especial (DPEE).

Figura 2 – Estrutura da administração federal da Educação Especial



Administração direta do Sistema de Ensino
 Fonte: Adaptação de estrutura indicada na homepage do MEC²⁸.

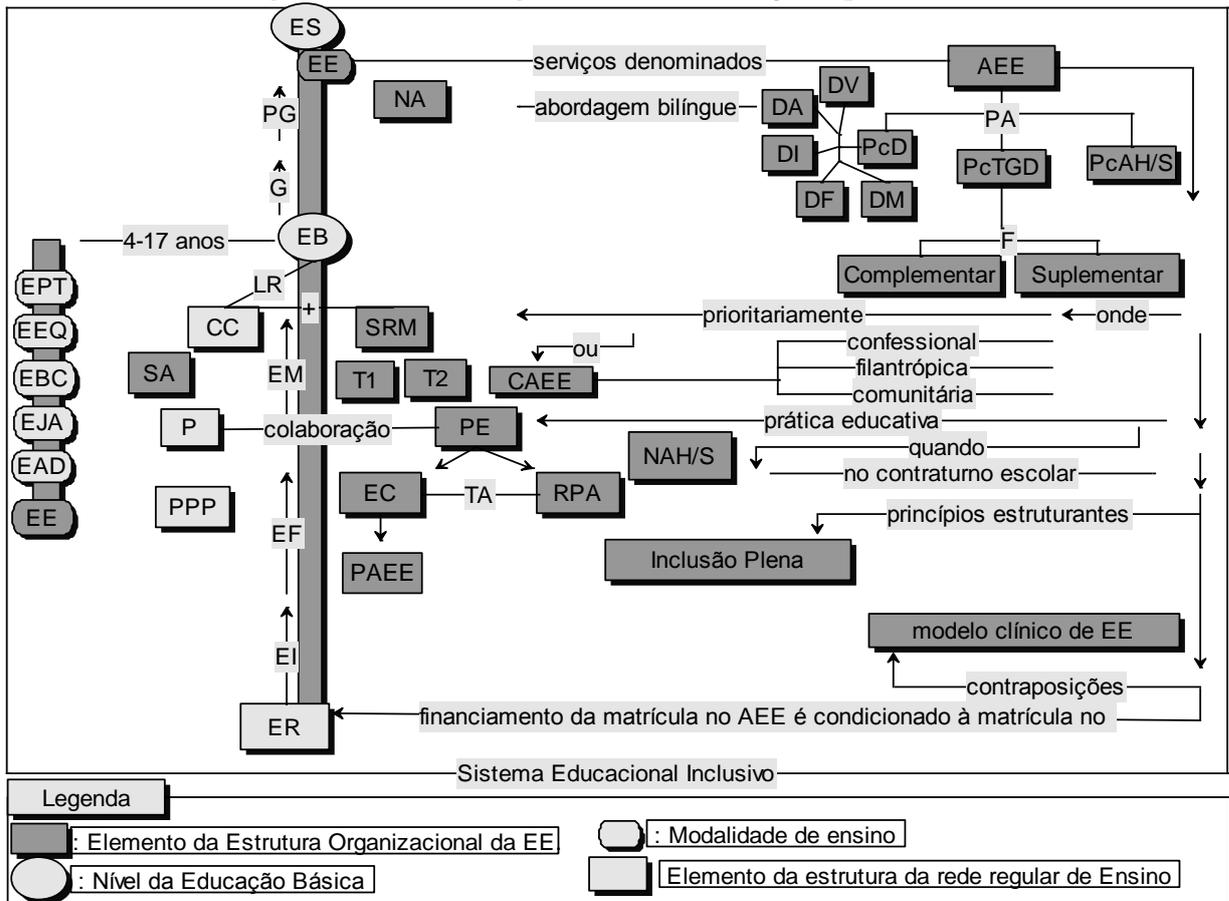
MEC – Ministério de Educação e Cultura; CJ – Conselho Jurídico; GM – Gabinete do Ministro; CNE – Conselho Nacional da Educação; SE – Secretaria Executiva; SAA – Subsecretaria de Assuntos Administrativos; SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; RE – Representação do MEC nos Estados; SEB – Secretaria de Educação Básica; SEE – Secretaria de Educação Superior; SEPT – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino; Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior; DP – diretoria política de; ECIDRER – Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; AEJA - Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; EDHC - Educação em Direitos Humanos e Cidadania; EJ - Educação para a Juventude; EE – Educação Especial; CG – Coordenação Geral da; PPEE – Política Pedagógica da Educação Especial; PAAE – Política de Acessibilidade na Escola; APISE – Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino.

Ressalta-se que, anteriormente a estes decretos, a Educação Especial tinha uma secretaria própria denominada SEESP e que, aparentemente, este remanejamento da gestão da Educação Especial para “dentro” de uma Secretaria que agrega também diretorias voltadas para Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; e, Educação em Direitos Humanos e Cidadania se articula com a lógica de tornar a Educação Especial um dentre outros serviços de atenção à diversidade, destituindo-a do caráter de modalidade de ensino historicamente constituída.

Assim, a Educação Especial é representada como modalidade transversal de ensino que “perpassa” todos os níveis (educação básica e educação superior) e modalidades de ensino (educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação básica do campo, educação escolar quilombola) ofertando recursos e serviços denominados como AEE. Estes serviços são ofertados para um público-alvo composto por pessoas com deficiência, com TGD e/ou com altas habilidades/superdotação, com a função essencial de complementar e/ou suplementar a formação destes estudantes, conforme representado na figura 03.

²⁸ Vide: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=171.

Figura 3 – Estrutura organizacional da Educação Especial atual



Fonte: Elaboração do autor (2015).

SIGLAS DA FIGURA: AEE – Atendimento Educacional Especializado; PA – Público Alvo; PcD – Pessoas com Deficiência; PcTGD – Pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento; PcAH/S – Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação; F – Função; ES – Ensino Superior; EB – Educação Básica; NA – Núcleos de Acessibilidade; G- Graduação; PG – Pós-graduação; EI – Educação Infantil; EF – Ensino Fundamental; EM- Ensino Médio; T1 – SRM tipo 1; T2 – SRM tipo 2; CAEE – Centro de AEE; PAEE - Plano de AEE; EC – Estudo de Caso; RPA – Recursos Pedagógicos Acessíveis; PPP – Projeto Político Pedagógico; SA – Serviço de Apoio; P – Professor; PE – Professor Especialista; EaD – Educação à distância; EJA – Educação de Jovens e Adultos; EBC – Educação Básica do Campo; EPT – Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme a Nota Técnica nº 13 (BRASIL, 2008d), a oferta do AEE, em SRM, deve ser institucionalizada no Projeto Pedagógico da Escola, que indicará os recursos previstos, os profissionais que atuam, os alunos atendidos, a colaboração com os professores ensino regular, a interface com a família, as relações de apoio e a articulação com as demais políticas setoriais.

Neste meandro, a Educação Especial consolidou-se como modalidade transversal de ensino que "perpassa" todos os níveis e modalidades de ensino ofertando recursos e serviços denominados como AEE (BRASIL, 2008a). E, o Decreto 7.611 de 2011 (BRASIL, 2011a) definiu como objetivos do AEE a promoção de condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular; a garantia serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; o fomento de recursos didáticos e pedagógicos que

eliminam as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e a criação de condições para a continuidade de estudos nos demais níveis e etapas de ensino.

Com estes objetivos, o *modus operandi* a ser adotado para o desenvolvimento do AEE é caracterizado/orientado pelo Ministério de Educação, nos dez volumes da coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar". Nestes volumes, predominantemente em um tom prescritivo, com superficialidade de conteúdos teóricos e apresentação no estilo "cartilha", a estruturação dos serviços de Educação Especial é descrita como um processo que deveria ser principiado por estudos de caso e seguiria com a aplicação de planos de AEE.

Assim, no primeiro volume da coleção em questão, Ropoli *et al.* (2010) apresentam roteiros para o desenvolvimento dos estudos de casos e para o desenvolvimento de planos (individualizados) de AEE. Em outros volumes, como os produzidos por Gomes, Poulin e Figueiredo (2010), Domingues *et al.* (2010) e Alvez, Ferreira e Damázio (2010), seguindo os roteiros apresentados por Ropoli *et al.* (2010), apresentam exemplos de estudos de caso e de planos de AEE. Os demais volumes enfocam aspectos clínicos do público-alvo da Educação Especial e recursos pedagógicos acessíveis.

Por exemplo, em Belisário Filho e Cunha (2010) constam repetitivas descrições de elementos associados com o diagnóstico de Transtornos Globais de Desenvolvimento, bem como constam críticas a metodologias do campo terapêutico relacionadas com sugestões de práticas oriundas deste mesmo campo. No entanto, em Belisário Filho e Cunha (2010) praticamente não constam orientações e análises sobre o fazer pedagógico junto ao segmento em questão.

Em Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010), constam orientações para a correção da retroversão pélvica e da cifose torácica, debates sobre reflexos humanos (reflexo tônico cervical assimétrico, simétrico e labiríntico); exemplos de recursos de adequação de mobilidade e noções de acessibilidade. E, em Delpretto, Giffoni e Zardo (2010) constam debates sobre a teoria piagetiana, repetitivas exposições retratando o funcionamento neurológico do ser humano e paralelos entre estruturas cerebrais normais e atípicas.

Em Domingues *et al.* (2010) e em Alvez, Ferreira e Damázio (2010), em um enfoque educativo raramente observado nos outros volumes da coleção em questão, apresenta-se, respectivamente, discussões que caracterizam a formação de conceitos, a construção de conhecimentos, a aprendizagem e alfabetização de alunos com cegueira e a proposta da abordagem bilíngue para educação de pessoas com surdez.

Tem-se então que, nos volumes da coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar", observa-se predominantemente a discussão sobre aspectos biológicos e

clínicos dos segmentos que compõe o público-alvo da Educação Especial; sobre avaliação da educação das pessoas com deficiência; ou sobre o conhecimento técnico associado a recursos pedagógicos acessíveis. Com estes enfoques, incita-se a perpetuação de velhos traços da Educação Especial, como o descrito por Bueno (2012): a realização de práticas pautadas em modelos pré-definidos, originários da Biologia e da Psicologia.

4.1.5 Perfil do docente demandado pela atual PNEEPEI

A atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, apesar de apresentar aparentes avanços em relação às estruturas que a precederam, perpetua características e/ou contradições bastante semelhantes às identificadas nas mesmas, a saber:

- a) delimita o PAEE ao conjunto de segmentos que tradicionalmente o compôs, negligenciando propostas e recursos para outros segmentos que poderiam demandar AEE, como as pessoas com dificuldades de aprendizagem associadas com causas não orgânicas;
- b) não apresenta definições quanto à formação dos profissionais de apoio da Educação Especial e restringe as exigências relacionadas com a formação dos professores de AEE ao mesmo tempo em que amplifica as funções destes professores;
- c) delimita um espaço (SRM) para o AEE, diferenciado do utilizado pelos alunos sem necessidades educacionais especiais, preservando a tradicional antinomia entre Educação Especial e Educação Regular;
- d) mantém o financiamento público dos serviços prestados por instituições privadas e filantrópicas sem fins lucrativos (sem anunciar formas de fiscalização dos serviços ofertados por estas instituições) e concentra os serviços de AEE nas SRM;
- e) enfatiza o desenvolvimento de propostas centradas no desenvolvimento e gestão de recursos pedagógicos acessíveis, em detrimento da dimensão pedagógica da educação dos alunos PAEE;
- f) apresenta manuais orientadores do AEE com maior ênfase nos aspectos biológicos, neurológicos, psicológicos, sintomáticos e clínicos dos segmentos que compõe o PAEE, do que em discussões sobre os processos de ensino e aprendizagem relacionados com a Educação Especial e com a Inclusão Escolar.

Tem-se então que, nos documentos oficiais analisados nesta pesquisa, os elementos humanos (público-alvo e profissionais), materiais (espaços, financiamentos e recursos de acessibilidade) e as formas operacionais (o *modus operandi*) da Educação Especial, que são estrategicamente articulados para a estruturação/padronização da Educação Especial brasileira em uma perspectiva de educação inclusiva, foram modificados com a perpetuação de inúmeros elementos historicamente constituintes da Educação Especial.

Neste cenário, a formação de professores para Educação Especial transitou definitivamente do território das graduações com habilitação em Educação Especial, para os cursos de Pedagogia que formam para múltiplas áreas e, especialmente, para as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ou similares. Ora, diante destes dados, pergunta-se: Com suas (des)continuidades em relação a estruturas anteriores a ela, que perfil de profissional é demandado pela atual estrutura organizacional e conceitual de Educação Especial? Que perfil de profissional deve ser buscado pelos cursos de Pedagogia e pelas pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial para atuação com Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?

Considerando que, conforme a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, o professor de AEE atuará com todos os segmentos da Educação Especial (não existe a previsão de um profissional para cada segmento PAEE, no contexto do AEE) e terá inúmeras funções (ensino de Libras, Braille, Orientação e Mobilidade e ensino do uso de recursos pedagógicos de baixa e alta tecnologia), em primeiro lugar constata-se a demanda por um profissional multifuncional e multicapacitado. Nesta estrutura, o professor de AEE tem que obrigatoriamente dominar todos os conhecimentos técnicos relacionados com a Educação Especial.

Considerando que o professor de AEE (atuando na SRM) terá como função orientar o professor de Ensino Regular no que concerne às práticas relacionados com o PAEE, constata-se a demanda por um profissional com amplo conhecimento didático-metodológico sobre o ensino dos alunos em questão no contexto da sala de aula regular – e não somente no contexto da educação segregada. Especialmente no caso do Pedagogo, este deve estar preparado para compreender as possíveis especificidades do processo educativo de alunos PAEE que estejam no ensino regular e, para adaptar as práticas que convencionalmente desenvolvia, de forma que sejam acessíveis também a estes alunos.

Considerando que o profissional em questão precisa articular interpretações e avaliações clínicas e pedagógicas de profissionais de diferentes áreas para constituir planos individuais

de AEE para pessoas de qualquer um dos segmentos de alunos PAEE, este profissional tem que estar apto para compreender os termos técnicos e implicações e diagnósticos de profissionais de diferentes áreas.

Considerando ainda que o documento PNEEPEI contrapõe-se ao modelo clínico de Educação Especial e de compreensão da deficiência e apesar dos manuais de Educação Especial elaborados para orientar a atual política contraditoriamente reforçarem o modelo clínico de Educação Especial, acredita-se que o professor em questão deve ter sólida formação no modelo social²⁹ de deficiência, para que não localize os problemas vivenciados pela pessoa com deficiência na própria deficiência ou exclusivamente na pessoa que a vivencia e identifique a necessidade de adaptação de práticas e recursos (desenhos universal) de forma a possibilitar que todos possam ter acesso ao conhecimento.

Diante da importância dada à produção e adaptação de recursos pedagógicos acessíveis de baixa e alta tecnologia para os mais variados segmentos da Educação Especial, o profissional em questão precisa ter desde o domínio de *softwares* específicos para determinados segmentos da Educação Especial, até a produção de recursos de tecnologia assistiva, tanto para uso no AEE, como para uso no ensino regular.

Tendo em vista a amplitude das funções expressas e dos históricos e milenares preconceitos e estigmas que incidem sobre as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades, também acredita-se que o profissional a ser formado para atuação com Educação Especial, na atualidade, deva ser alguém com ampla vivência de interação com os alunos PAEE, submetido a estágios com pessoas de todos os segmentos que compõe o mesmo.

Diante destes atributos inferidos como parte do perfil de professor demandado pela atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, pergunta-se: os cursos de pedagogia e de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial estão organizados de forma a formar profissionais com o perfil composto pelos atributos em questão? Na próxima seção buscar-se-á responder a esta questão.

²⁹ Modelo Social aponta que os problemas vivenciados pelas pessoas com deficiência não decorrem da própria deficiência ou de limitações individuais de qualquer tipo, mas da falta prestação de serviços apropriados e adequados para assegurar que as necessidades das pessoas com deficiência sejam plenamente levadas em conta na organização social (HARLOS, 2012).

4.2 FASE II - PÓS-GRADUAÇÕES LATO SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Lato sensu em latim significa “em sentido amplo”. No entanto, conforme a Nota Técnica número 388, publicada pela Coordenação Geral de Legislação e Normas de Regulação do Ensino Superior (BRASIL, 2013c, p. 2), “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* compreendem os cursos de especialização que se seguem à graduação, destinando-se ao treinamento nas partes que compõem um ramo profissional ou científico”. Mais precisamente,

[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* operam no setor técnico-profissional e visam prover o concluinte de graduação com conhecimentos especializados em um limitado e peculiar campo do saber, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade. (BRASIL, 2013c, p. 2).

Trata-se, portanto, de cursos que, após a graduação, focam em um ramo profissional, para prover os estudantes de conhecimentos especializados (técnico-profissionais), abrangendo apenas uma parcela do campo total do saber em que se insere a especialidade. Ou seja, ocorre uma compreensão na própria definição de pós-graduação *lato sensu* emitida pelo Ministério de Educação de que não há como abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade que os referidos cursos focam.

Assim, abordando-se as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ou similares, que buscam prover acadêmicos de conhecimentos especializados para atuação com os alunos PAEE, seria de se esperar que nestes cursos não se buscasse condensar o campo total do saber relacionado com esta modalidade de ensino e se focasse em conhecimentos técnico-profissionais relacionados com uma parcela da Educação Especial, como, por exemplo, os conhecimentos relacionados com um segmento de alunos público-alvo desta modalidade de ensino (pessoa com deficiência visual ou auditiva). Mas não é o que acontece.

Nesta fase (fase II) da pesquisa, conforme os dados expressos na seção que segue, constatou-se que, predominantemente, os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial abordam, a “conta-gotas”, dezenas de conhecimentos e áreas, com doses ínfimas de tempo para a realização dos processos de ensino e aprendizagem relacionados a estas áreas.

4.2.1 Pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial ofertadas no Paraná

Utilizando-se as ferramentas do “e-MEC” obteve-se uma planilha (Anexo A) que lista todas as IES do Estado do Paraná, com registro ativo junto ao MEC. Trata-se de 213 IES: 190 faculdades (10 públicas, 180 privadas), 8 centros universitários (7 privados e 1 público), 14 universidades (9 públicas e 5 privadas), 1 instituto federal de educação (público).

Acessando a *homepage* destas IES, identificou-se 63 cursos de pós-graduação em Educação Especial ou similares, sendo ofertados em 55 das 213 IES do Estado do Paraná, ou seja: 26 % das IES do Estado do Paraná ofertam cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. Dentre as demais IES do Paraná, 73% não anunciam oferta de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e aproximadamente 1% apresentava sítio com problemas, impossibilitando a coleta de dados. Ressalta-se que o número de cursos difere do número de IES porque algumas IES ofertam mais de um curso de pós-graduação e/ou porque muitas vezes o mesmo curso é ofertado por várias IES, em decorrência de parcerias interinstitucionais. Ressalta-se que, em sete casos³⁰, exatamente o mesmo curso é ofertado por diversas IES em parcerias interinstitucionais: nestes casos, o curso só foi contado uma única vez.

Dentre os 63 cursos de pós-graduação identificados, tem-se 40 cursos ofertados na modalidade presencial e 24 ofertados via EaD. A soma dos cursos ofertados é maior do que o total de cursos de pós-graduação porque um dos cursos em questão é ofertado com a mesma matriz curricular, objetivos e professores, nas duas modalidades de ensino e, por isso, foi contado nas duas categorias (presencial e EaD).

No período de coleta, apenas três instituições públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná (FAFIMAN, FAFIPA, UENP) anunciavam³¹ oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. Trata-se de 4,76% dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares identificados nesta pesquisa. Na circunstância de coleta, todas as outras 60 IES (95,24% do total) que ofertam cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial consistiam em instituições privadas de ensino, conforme categoria administrativa demarcada pelo MEC.

³⁰ Trata-se cursos EaD ofertados por IES como Uninter e Uniesp e anunciado na homepages de outras IES.

³¹ em março do corrente ano (2015), a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) anunciou oferta de programa de pós-graduação *lato sensu* em Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva – o PPP do referido curso não foi incorporado a análise em decorrência da mesma ter sido concluída no período citado.

Entre janeiro e junho de 2014, no momento de coleta de dados referentes a esta fase da pesquisa, nenhuma das grandes universidades públicas paranaenses (UFPR, UNIOESTE, UEL, UEM) ofertava curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similar. Até mesmo a UEM que é tradicional e precursora na oferta de cursos formação de professores para Educação Especial, sejam eles no antigo formato dos Estudos Adicionais e/ou das pós-graduação *lato sensu*, abandonou a oferta destes cursos.

Entre janeiro e junho de 2014, todas as IES do Paraná que anunciavam oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, fossem públicas ou privadas, cobravam mensalidade dos alunos para que os mesmos pudessem participar dos referidos cursos. A média do valor cobrado dos alunos, obtida a partir da soma dos valores cobrados em todos os cursos analisados nesta pesquisa e subsequente divisão do resultado desta soma pelo número de cursos, é igual a R\$ 3.696,00 reais. No entanto, os valores destes cursos são muito variáveis, pois foram identificados cursos com custo total de R\$ 1.270,00 reais e cursos com custo total de R\$ 6.800,00 reais. Como alerta o já citado estudo de Iacono (2007), parece que realmente a formação de professores para Educação Especial, da forma como vem sendo proposta pelo MEC/SEESP, constitui-se num apetitoso filão para as instituições formadoras privadas.

Ora, se a LDBEN nº 9.396/96 assegura aos alunos PAEE “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 2013a, p. 44) porque as grandes IES públicas paranaenses não ofertam ou deixaram de ofertar (com verbas subsidiadas pelo Estado ou pela União) cursos de especialização nesta área?

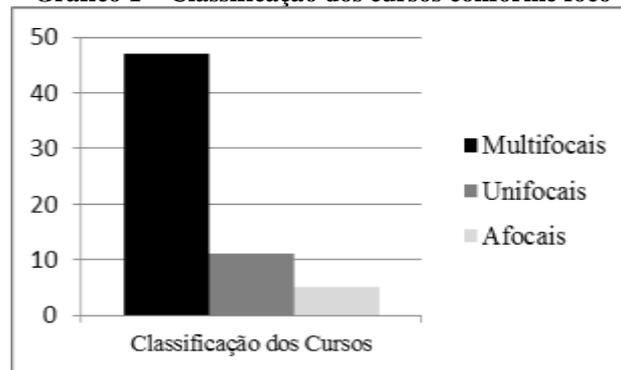
Ressalva-se que, embora este dado referente ao custo dos cursos de pós-graduação em Educação Especial ou similares ofertados no Paraná possa parecer algo não relevante para os estudos sobre Educação Especial, há de se considerar que ele aponta para o histórico vínculo entre a Educação Especial brasileira e a esfera privada/as práticas neoliberais. Ora, no Brasil a Educação Especial se consolidou a partir da ação privada filantrópica por que o Estado tardou a assumir sua responsabilidade em relação aos alunos com deficiência (MAZZOTTA, 2010). Essa relação entre Educação Especial e educação privada parece ter invadido inclusive as propostas de formação de professores relacionadas com esta área e sabe-se que nem sempre ou quase nunca, o salário de um educador especial torna financeiramente viável o investimento em uma pós-graduação.

Ao contrário do que ocorria na década de 80 (do século passado) no Estado do Paraná, os 63 cursos identificados admitem como sua clientela licenciandos de qualquer área do conhecimento e até bacharéis interessados em Educação Especial. Acredita-se que esta situação é extremamente preocupante, uma vez que, por exemplo, uma pessoa que é graduada em Matemática, História ou Língua Portuguesa nem sempre tem em sua graduação o aporte teórico e prático para a atuação profissional com alunos da Educação Infantil ou dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e, que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial permitem a atuação com estas etapas da Educação Básica sem necessariamente apresentarem disciplinas que as abordem. Aliás, dentre os 63 cursos analisados, apenas dois cursos (40e e 41e) determinam um nível educacional como foco de atuação profissional do especialista que pretendem formar.

Identificados os referidos cursos, procedeu-se à coleta de dados sobre os mesmos. Em relação a cada um dos 63 cursos de pós-graduação em Educação Especial ou similares (especializações em AEE, em educação de pessoas com deficiência intelectual, em Educação Inclusiva dentre outras com o declarado objetivo de preparar profissionais para atuação com o PAEE), buscou-se identificar: a matriz curricular; a ementa das disciplinas; a carga horária do curso e de cada uma das disciplinas; o tempo de duração do curso; o valor da mensalidade cobrada pela participação no curso; os objetivos do curso; a modalidade de oferta (presencial ou à distância); os dias de desenvolvimento das aulas; a titulação dos profissionais que neles atuam. O anexo D apresenta as IES que ofertam cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares no Estado do Paraná, bem como todos os dados coletados em relação a cada um dos cursos. Os tópicos subsequentes esclarecem os dados coletados nesta fase da pesquisa.

4.2.2 Diferentes perfis dos cursos

Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Especial, ofertados por IES do Estado do Paraná, apresentam constituição curricular predominantemente multifocal. O gráfico 01 destaca esta predominância:

Gráfico 1 – Classificação dos cursos conforme foco

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Assim, tem-se 47 (74,6%) cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial que apresentam em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas para cada um dos segmentos de pessoas PAEE; 11(17,4%) cursos que apresentam apenas disciplinas voltadas para um segmento da Educação Especial e que apresentam uma denominação indicando este segmento (ex.: pessoas com deficiência visual); e, 5 (7,9%) cursos que voltam para a preparação de profissionais para atuação com os alunos PAEE, com disciplinas não direcionadas a um segmento ou ao conjunto de segmentos de pessoas PAEE.

A opção por propostas curriculares multifocais implica em utilizar a carga restrita dos cursos de pós-graduação *lato sensu* para preparar os acadêmicos para atuarem como professores com todos os segmentos de alunos PAEE. O quadro 12 retrata os diferentes perfis dos cursos identificados.

Quadro 12 – Classificação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares

Perfil/quantidade	Número contagem. Nome do curso – Número ³² conforme Anexo D.
Afocais/6	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação Inclusiva – 2d 2. Educação com ênfase em Educação Inclusiva - 6d 3. Dessegregação na Escola: uma nova modalidade de inclusão – 7d 4. Educação Inclusiva – 10d 5. Educação Inclusiva com ênfase em neurociências – 38d
Unifocais/11	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação Especial: Deficiência Intelectual - 14d 2. Educação Especial: Deficiência Auditiva – 16d 3. Educação Especial: Deficiência Intelectual e Múltipla – 18d 4. Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva – 34d 5. Educação Especial com ênfase em Deficiência Física – 35d 6. Educação Especial com ênfase em Deficiência Mental – 36d 7. Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual- 37d 8. Educação Infantil Especial e Transtornos Globais do Desenvolvimento -40d 9. Educação Especial: Deficiência Intelectual – 45d 10. Educação Especial: área da Surdez – Libras – 46d 11. Educação Especial com ênfase em TGD- 63d

(continua)

³² Código identificador atribuído ao curso em quadro no Anexo D. O código identificador expressos nesta coluna será utilizado para identificá-lo no transcorrer do texto.

Quadro 12 – Classificação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial ou similares

Perfil/quantidade	Número contagem. Nome do curso – Número conforme Anexo D.
Multifocais/46	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sociedade Inclusiva e Educação Especial – 1d 2. Educação Especial – 3d 3. Atendimento Educacional Especializado – 4d 4. Educação Especial – 5d 5. Educação Especial e Educação Inclusiva – 8d 6. Educação Especial e Educação Inclusiva – 9d 7. Educação Especial com ênfase em Educação Inclusiva – 11d 8. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado (Educação Especial) – 12d 9. Educação Especial e Inclusiva – 13d 10. Educação Especial – Geral – 15d 11. Educação Especial – 17d 12. Educação Inclusiva – 19d 13. Atendimento Educacional Especializado – 20d 14. Educação Especial Inclusiva -21d 15. Educação Especial e Práticas Inclusivas – 22d 16. Educação Especial: Aspectos Inclusivos e Práticas Pedagógicas - 23d 17. Educação Especial com ênfase em Sala de Recursos Multifuncionais – 24d 18. Educação Especial – 25d 19. Educação Especial -26d 20. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d 21. Educação Especial – 28d 22. Educação Especial Inclusiva – 29d 23. Educação Especial com ênfase em Educação Inclusiva – 30d 24. Educação Especial e Inclusiva – 31d 25. Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva - 32d 26. Atendimento Educacional Especializado – 33d 27. Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão – 39d 28. Fundamentos Teórico-Methodológicos em Educação Especial e Educação Infantil – 41d 29. Educação Especial e Inclusiva – 42d 30. Atendimento Educacional Especializado – 43d 31. Educação Especial: atendimento às necessidades educacionais especiais – 44d 32. Educação Especial – 47d 33. Educação Inclusiva - 48d 34. Educação Especial: atendimento às necessidades especiais – 49d 35. Educação Especial e Inclusiva – 50d 36. Educação Especial e Inclusiva – 51d 37. Educação Especial, Inclusão e Libras – 52d 38. Educação Especial – 53d 39. Educação Especial: formação generalista – 54d 40. Educação Especial e Inclusiva – 55d 41. Atendimento Educacional Especializado – 56d 42. Educação Especial e Libras – 57d 43. Educação Especial – 58d 44. Educação Especial com ênfase em Inclusão – 59d 45. Educação Especial Inclusiva – 60d 46. Educação Física Escolar com ênfase em Educação Especial – 61d 47. Educação Especial e Inclusiva – 62d

(conclusão)

Fonte: elaboração do autor (2015).

Em 40 (86,9%) dos 46 cursos multifocais analisados ocorre uma estruturação curricular em que há uma disciplina voltada para os fundamentos históricos e políticos da Educação Especial e/ou para a legislação educacional relacionada com a Educação Especial; uma disciplina voltada para cada um dos segmentos (pessoas com deficiência, com TGD e com

Altas Habilidades) e subsegmentos (pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência intelectual e múltipla) da Educação Especial; uma disciplina voltada para a preparação dos acadêmicos para elaboração do trabalho de conclusão de curso e outras três ou quatro disciplinas com enfoques diversos. Destaca-se que esta “receita clássica” de organização dos cursos de pós-graduação em Educação Especial é a mesma utilizada nos múltiplos manuais³³ publicados pelo MEC na primeira década deste século para orientar os professores de Educação Especial a atuarem com os alunos público-alvo desta modalidade de ensino.

Por sua vez, a opção por cursos focais revela a intenção de preparar os acadêmicos para atuação específica com apenas um dos segmentos de pessoas PAEE, o que implica utilizar a carga horária total de um curso de pós-graduação *lato sensu* para disciplinas voltadas para um destes segmentos. Essa proposta parece mais assertiva quando se constitui cursos com carga horária média de 397.2 horas, pois, obviamente, possibilita uma abordagem de múltiplos saberes que, por uma questão temporal, não podem ser abrangidos pelos cursos multifocais. No entanto, há de se observar que dentre os 11 cursos focais identificados, 9 (81,8%) focam o segmento das pessoas com deficiência – destes 9 cursos, 4 (36,36% do total de cursos focais) enfatizam a educação das pessoas com deficiência intelectual, 3 (27,27% do total de cursos focais) a educação das pessoas com deficiência auditiva, 1 (9,09% do total de cursos focais) a educação das pessoas com deficiência visual e 1 (9,09% do total de cursos focais) a educação das pessoas com deficiência física - 2 (18,8%) focam o segmento das pessoas com TGD.

Destaca-se que conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005), cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz apresenta algum tipo de deficiência: destes 10%, 5% são pessoas com deficiência intelectual; 2% pessoas com deficiência física; 1,5% pessoas com deficiência auditiva; 0,5% pessoas com deficiência visual; e 1% pessoas com deficiência múltipla. Estas percentagens de pessoas com deficiência em cada variante da condição de deficiência (intelectual, física, visual, auditiva, múltipla), guardam certa aderência com as proporções de cursos unifocais voltadas para cada segmento de alunos PAEE. No entanto, considerando a população residente no país e os dados do Censo 2010 (IBGE, 2012), tem-se 23,9% da população nacional assim “identificada”: 18,6% da população brasileira apresentaria deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% deficiência auditiva e 1,40% deficiência intelectual.

³³ Vide a Coleção “Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar”, que apresenta um fascículo para o resgate da história e legislação da Educação Especial/Inclusiva, uma seção para cada um dos segmentos e subsegmentos de pessoas PAEE.

Assim, enquanto que por um lado há uma desproporcionalidade entre os segmentos contemplados pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, por outro, não foi identificada em nenhuma IES³⁴ do Estado do Paraná a oferta de curso voltado para a preparação de profissionais para atuação com alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Como alertam Rangni e Costa (2011), no que se refere aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, a formação de professores e profissionais da educação demanda múltiplos avanços para a superação de mitos e aprimoramento de práticas.

Quanto aos cursos classificados como afocais, observa-se que nos mesmos podem ser identificadas matrizes curriculares e/ou objetivos relacionados com a preparação de profissionais para atuação junto aos alunos PAEE, mas que não há nestes cursos uma ênfase generalista de preparação para atuação com os múltiplos segmentos de alunos PAEE a partir de disciplinas associadas com cada um destes segmentos, nem um foco específico de preparação para atuação com um segmento de alunos PAEE.

Por exemplo, o curso 7d apresenta disciplinas voltadas para educação do segmento de pessoas com Altas Habilidades e de pessoas com Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios da Aprendizagem e ao mesmo tempo opta por focar uma série de outras áreas associadas com a Educação Inclusiva, tais como as expressas nas seguintes disciplinas: Encaminhamentos Inclusivos – Entre a Família, a Escola e a Clínica; A Inclusão em Foco: Entre a Família e a Escola; A Coordenação Escolar, a Direção e a Inclusão; A Pesquisa Científica na Educação Inclusiva; Princípios e Ações na Inclusão Escolar; A Psiquiatria na Inclusão Escolar; Alfabetização Inclusiva- Ensinando a Todos; Estratégias de Intervenção na Educação Inclusiva; A Matemática como Instrumento de Inclusão; A Linguagem como Instrumento Inclusivo; Altas Habilidades na Inclusão; Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios de Aprendizagem; A Legislação da Inclusão Escolar; Neurologia e Neurociência Facilitando a Inclusão Escolar; A Terapia Ocupacional como Instrumento Inclusivo; e , Psicomotricidade na Educação Inclusiva. Cabe ressaltar que, embora afocal, a composição marcada por disciplinas que correlacionam a atuação em áreas como Matemática, Língua Portuguesa e Psicomotricidade, com a atuação com o PAEE, é praticamente inexistente nos demais cursos analisados.

³⁴ Embora não identificou-se nenhuma IES ofertando cursos direcionados à temática educação de pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, outras instituições como o Instituto Tecnológico e Educacional de Curitiba, uma instituição de Educação Básica, ofertam cursos voltados para este segmento da Educação Especial. No entanto, os cursos ofertados por estas instituições não são objeto da presente pesquisa porque a mesma está delimitada no estudo dos cursos ofertados por Instituições de Ensino Superior.

Também destaca-se que, conforme nomes expressos anteriormente no quadro 12, entre os 63 cursos analisados, 26 (41,2%) cursos apresentam em sua denominação expressões alusivas à Educação Inclusiva, 6(9,52%) apresentam a expressão atendimento educacional especializado e 54(85,7%) apresentam a expressão Educação Especial. Destaca-se que a soma do número de cursos que apresentam cada expressão é maior do que o total de cursos, porque alguns deles apresentam duas expressões distintas em suas denominações. Observa-se que o processo de colonização do vocabulário que tem tentado disseminar termos como “atendimento educacional especializado” como substitutivo ao termo “Educação Especial”, não tem atingindo em larga escala o nome dos cursos de formação de professores da Educação Especial.

Neste contexto, por demarcar um único âmbito da Educação Especial como ênfase, merece destaque o curso 24d. Este curso, além de apresentar uma disciplina enfocando cada segmento de alunos PAEE, apresenta disciplinas como a denominada Atividades direcionadas para o AEE em SRM: leitura, escrita e cálculos e como as disciplinas Políticas de Implantação de SRM: atribuições do professor, direito ao atendimento especializado; Práticas Pedagógicas Deficiência Intelectual: elaboração de materiais; Práticas Pedagógicas Deficiência Visual: elaboração de materiais; Práticas Pedagógicas deficiência Física Neuromotora: elaboração de materiais; Práticas pedagógicas Surdez: elaboração de materiais; e, Tecnologias Assistivas. Trata-se de disciplinas com o enfoque coerente com PNEEPEI (2008a).

Conforme a PNEEPEI (BRASIL, 2008a), as SRM são o âmbito prioritário de desenvolvimento das propostas contemporâneas de Educação Especial, portanto, se espera que na formação do especialista em Educação Especial estes espaços recebam atenção especial. No entanto, para além do curso 24d identifica-se alusões diretas ao espaço em questão apenas em quatro dos 63 cursos de pós-graduação analisados nesta pesquisa, a saber: no curso 9d, que apresenta a disciplina denominada Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos; no curso 27d, que apresenta a disciplina Atendimento Educacional Especializado: sala de recursos multifuncionais; no curso 44d, que apresenta a disciplina Sala de Recursos Multifuncionais e o AEE e no curso 49d, Educação Especial: atendimento às necessidades especiais, que apresenta a disciplina Atendimento Educacional Especializado: sala de recursos.

Estes aspectos apontam para a necessidade de análises das matrizes curriculares dos cursos em questão. Estas análises são assuntos do próximo tópico.

4.2.3 Matriz curricular

Para Fernandes (2006), o processo de formação inicial e continuada dos especialistas sempre teve como elementos fulcrais o conhecimento de aspectos de etiologia e prevenção de deficiências; os fundamentos anátomo-fisiológicos do sistema nervoso central; o estudo das diferentes correntes psicológicas e suas principais teses sobre desenvolvimento e aprendizagem, destacando-se as teorias inatistas e ambientalistas, e os recursos e técnicas específicas para a reabilitação nas diferentes áreas da deficiência. Estes elementos permanecem presentes nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial.

Como já citado, as disciplinas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* analisados nesta pesquisa foram classificadas em duas categorias: *gerais* (voltadas para a educação, mas sem foco específico na Educação Especial) e *específicas* (voltadas especificamente para Educação Especial). Dentro da categoria *gerais*, algumas disciplinas foram classificadas como *gerais aleatórias* (sem relação direta nem com a Educação Geral nem com a formação específica). Esta classificação pautou-se predominantemente no nome da disciplina ou em categorizações já realizadas pelas próprias IES, que separam os cursos em *formação geral* ou *formação específica*. O quadro 13 indica exemplos das disciplinas associadas a cada uma destas categorias.

Quadro 13 – Classificação das disciplinas dos cursos analisados

Classificação	Disciplinas	
Específicas	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Física • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Visual • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Auditiva • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Superdotação/Altas Habilidades • Etiologia e Caracterização das Diversas Deficiências • Políticas da Educação Especial. • Aspectos Históricos, Sociológicos e Psicológicos da Educação Especial • Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva • Políticas Públicas: da Educação Especial a Educação Inclusiva • Adaptações Curriculares para Educação Inclusiva • Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos • Tecnologia assistiva: Comunicação Alternativa 	
Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Ambiental e Cidadania • Cultura e Filosofia Educacional • Fundamentos filosóficos da Educação • Fundamentos sociológicos da Educação • Metodologia da Educação à Distância • Multiculturalismo • Mídia, Tecnologias e Aprendizagem 	<p>Gerais aleatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética, ciência e contemporaneidade • Gestão de carreira e liderança • Primeiros socorros: Atendimento e prevenção • Liderança e gestão multiambiental • Contemporaneidade e Manifestações Culturais Globalizadas

Fonte: elaboração do autor (2015).

Destaca-se que diversos cursos analisados (5d, 6d, 11d, 19d, 20d, 30d, 47d) apresentam uma classificação própria das disciplinas que os compõem, separando-as em disciplinas *gerais e específicas* ou em *núcleo estruturante e núcleo específico* ou em *módulo comum e módulo específico*. No caso destes cursos observa-se que as chamadas disciplinas *gerais* ou o chamado *núcleo estruturante* refere-se a um conjunto de disciplinas que compõem outros vários cursos de pós-graduação ofertados pelas IES a que eles estão vinculados. Por exemplo, o curso 5d é subdividido em dois grandes módulos, o *Módulo I – Disciplinas Gerais* e o *Módulo II – Disciplinas Específicas*. O Módulo I é composto por 8 disciplinas, a saber: 1. Ética, ciência e contemporaneidade; 2. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem; 3. Tecnologias aplicadas à educação; 4. Métodos e técnicas aplicados à pesquisa científica; 5. Didática do ensino superior; 6. Seminários e palestras; 7. Gestão de carreira e liderança; e, 8. Dinâmicas de grupo e interação. Estas 8 disciplinas constam como integrantes do *Módulo I – Disciplinas Gerais* dos outros três cursos de pós-graduação da área da Educação (Psicopedagogia, Docência no Ensino Superior e Educação Infantil), ofertados pela IES em questão e são ofertadas para turmas que se compõem tanto com alunos da pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, quanto para alunos dos outros cursos de pós-graduação da área da Educação. Assim, o curso em questão apresenta uma matriz curricular composta por 50% das disciplinas voltadas especificamente para Educação Especial e outros 50% voltadas para temas gerais associados com a Educação. Estas disciplinas voltadas para temas gerais associados com a Educação, ao invés de serem disciplinas ofertadas separadamente para cada curso de pós-graduação *lato sensu* da IES, frequentemente são ofertadas por um mesmo professor, em um mesmo momento, para distintos cursos. De qualquer forma, a partir destas disciplinas, a carga horária dos cursos em Educação Especial é subdividida em duas partes e em apenas uma delas são abordados temas especificamente relacionados com esta modalidade de ensino.

Configurações como as do curso 5d incitam questões como as seguintes: qual a média de percentagem de disciplinas gerais e específicas por curso? Quantos apresentam mais disciplinas gerais do que específicas? Quantos apresentam 100% de disciplinas específicas? Estas questões são respondidas a partir do quadro a seguir:

Quadro 14 – Porcentagem de disciplinas gerais e específicas nos cursos de pós-graduação *lato sensu*

C³⁵	Gerais	Esp.	C	Gerais	Esp.	C	Gerais	Esp.	C	Gerais	Esp.
1d	8	92	17d	30	70	33d	18	82	49d	29	79
2d	75	25	18d	27	73	34d	37	63	50d	36	64
3d	15	85	19d	50	50	35d	29	71	51d	7	93
4d	31	69	20d	12	88	36d	29	71	52d	26	74
5d	73	27	21d	40	60	37d	37	63	53d	8	92
6d	69	31	22d	31	69	38d	43	57	54d	14	86
7d	0	100	23d	36	64	39d	25	75	55d	15	85
8d	0	100	24d	6	94	40d	50	50	56d	12	88
9d	0	100	25d	19	81	41d	43	57	57d	0	100
10d	75	25	26d	36	64	42d	40	60	58d	50	50
11d	75	25	27d	31	69	43d	40	60	59d	29	71
12d	36	64	28d	52	48	44d	12	88	60d	18	12
13d	31	69	29d	12	88	45d	18	82	61d	8	92
14d	10	90	30d	20	80	46d	8	92	62d	17	83
15d	18	82	31d	33	67	47d	40	60	63d	58	42
16d	22	78	32d	17	83	48d	---	---	Total	1786	4352

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Considerando os dados do quadro 14 tem-se que, em média³⁶, os cursos (excetuando-se o curso 48d) de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial analisados nesta pesquisa apresentam 28,8% de disciplinas gerais e 72,2% de disciplinas específicas. No entanto, destaca-se que pelo menos 10 (15,87%) cursos analisados (2d, 5d, 6d, 10d, 11d, 19d, 28d, 40d, 58d e 63d) apresentam 50% ou mais de sua matriz curricular composta por disciplinas gerais, com ocorrência de 5 cursos (2d, 5d, 6d, 10d e 11d) ou seja, 9,52 % do total, que declara pretender formar profissionais para atuação com AEE e apresenta 75% de disciplinas gerais.

Neste contexto, o curso 48d apresenta uma configuração que também merece destaque, pois nela o próprio acadêmico configura a matriz curricular que deseja cursar, selecionando 22 disciplinas entre um conjunto de 47 chamadas Disciplinas Específicas; selecionando 11 disciplinas de um conjunto de 31 chamadas Disciplinas Básicas; e, selecionando outras 11 disciplinas de um rol aleatório de disciplinas que pode compreender desde as disciplinas não selecionadas até disciplinas vinculadas a cursos de outras áreas que não a educação.

³⁵ A letra “C”, expressa em maiúsculo, em todas os quadros apresentados neste e no próximo capítulo, indica que os dados na coluna a ela relacionada apresentam os códigos que permitem identificar os cursos (apresentados nos anexos da presente pesquisa) a que os dados expressos em cada linha se referem. Por sua vez, a abreviação “Esp.” representa as disciplinas específicas.

³⁶ Média obtida a partir da soma do total de porcentagem subdivida por 62 (número de cursos em que foi possível estabelecer a porcentagem de disciplinas gerais e disciplinas específicas).

Assim, por um lado, cada acadêmico do curso 48d constitui um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, composto por 44 disciplinas com carga horária de 10 horas cada uma e pode tornar-se um “especialista em Educação Especial” matriculando-se em apenas uma ou duas disciplinas relacionadas com a área, pois não há obrigatoriedade de matrícula nas disciplinas específicas da Educação Especial. Por outro lado, o aluno pode formar-se “especialista em Educação Especial” cursando disciplinas como Teorias da Administração; Cenários Econômicos, Políticos e Sociais do Brasil; O Estudo da Religião no Contexto Escolar; Religião, Religiosidade e Educação; Motivação e Liderança; Marketing Pessoal e de Relacionamento; Novas Tendências para o Cenário Econômico; Sistemas de Informação Gerencial; Consumo Consciente e Educação Financeira. E pode passar a atuar em uma SRM com, por exemplo, pessoas com deficiência visual, por ter cursado apenas uma disciplina de 10 horas-aula sobre deficiência visual.

Estes formatos de curso de pós-graduação *lato sensu* que repetem disciplinas gerais em cursos com diferentes enfoques incitam muitos questionamentos, a saber: estes cursos são constituídos com a intenção de ofertar a melhor formação possível para o especialista em Educação Especial ou buscam o aproveitamento de professores para ministrar aulas para alunos de diferentes cursos, de forma a reduzir custos e aumentar a lucratividade das IES que os ofertam? Um curso de especialização, constituído para formar especialistas em um determinado campo de conhecimento, deve ter a metade de suas disciplinas voltadas para outras temáticas que não aquela em que busca especializar os acadêmicos? As 360 horas estabelecidas por lei como obrigatórias para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial podem ser utilizadas com disciplinas que não abordam a área em que os cursos tentam especializar os docentes?

O fato é que este tipo de curso, com disciplinas que não observam o critério de serem as melhores possíveis para a formação do profissional, revelam a necessidade de uma matriz curricular mínima a ser observada nos cursos pós-graduação *lato sensu* voltados para a formação de professores de Educação Especial. Indicam também que, se os cursos em questão devem cumprir a função de capacitar docentes para a Educação Especial, devem ocorrer fiscalizações que garantam que os mesmos não tornem-se uma mistura aleatória de áreas do conhecimento.

Não obstante, dentre os 63 cursos analisados, apenas 3 (4,7%) apresentam o estágio com os alunos PAEE como atividade obrigatória. Trata-se do curso 6d, que apresenta a disciplina Prática de Estágio: Escola Regular e Escola Especial, com carga horária de 80 horas; do curso 14d, que apresenta a disciplina Estágio Supervisionado, com carga horária de

100 horas; e do curso 51d, que apresenta as disciplinas Estágio Supervisionado I, com carga horária de 20 horas e Estágio Supervisionado II, com carga horária de 40 horas. Os três cursos que exigem que os acadêmicos desenvolvam estágio junto aos estudantes PAEE, são cursos presenciais ofertados por IES privadas. Os responsáveis por todos os demais cursos responderam, seja por *email* ou por telefone, que o estágio não é atividade obrigatória para as pessoas que cursam pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial.

Considerando esta não obrigatoriedade de estágio junto aos estudantes PAEE nas pós-graduações *lato sensu* e tendo em vista que, nas licenciaturas, na maioria das vezes, também não existe esta obrigatoriedade, é possível que os especialistas em Educação Especial passem por toda sua formação profissional sem nunca terem vivenciado uma experiência educativa com pessoas com deficiência, TGD ou altas habilidades.

Acredita-se que esta ausência de experiência educativa junto aos alunos PAEE é um sério impasse para a formação de professores verdadeiramente preparados para o AEE. Constata-se que o cotidiano das práticas educativas e os preconceitos associados com PAEE representam uma realidade complexa dificilmente retratada e/ou mensurada por diálogos ou exposições teóricas e não intercalados com experiência de interação e ação junto às pessoas com deficiência, com TGD ou altas habilidades. Por isso, defende-se que as experiências de estágio poderiam contribuir para minimizar preconceitos e temores que tantas vezes pairam nos espaços da Educação Especial/Inclusiva e nas interpretações dos próprios profissionais da área, em relação ao PAEE.

4.2.4 O “tempo” da formação em Educação Especial

Qual é o “tempo” da formação específica para Educação Especial? Comprovou-se que é um tempo marginal, um tempo “extra”, adicional, acrescentado aos dias convencionalmente utilizados para o trabalho escolar. Ou seja, literalmente é o tempo que “sobra” após um dia ou uma semana de trabalho.

Dos 40 cursos presenciais de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, 39 informam em suas *homepages* ou disponibilizam informação referente aos dias de oferta e frequência de oferta das disciplinas. Destes 39 cursos, 26 (65%) desenvolvem aulas exclusivamente aos sábados. Seis (15%) desenvolvem suas atividades às sextas-feiras, sábados e, ocasionalmente, aos domingos. Seis (15%) desenvolvem atividades em outros dias da semana que não sábados e domingos. Um deles (5%) desenvolve suas aulas em dias aleatórios. O quadro a seguir detalha estas informações:

Quadro 15 – Organização temporal dos cursos (frequência de oferta das disciplinas, dias de oferta das disciplinas)

C	D/F	C	D/F	C	D/F	C	D/F
1d	SS/Q	17d	S/Q	33d	EaD	49d	S/Q*
2d	S/Q	18d	S/Q	34d	EaD	50d	S/Q*
3d	S/Q	19d	EaD	35d	EaD	51d	S/Q*
4d	EaD	20d	EaD	36d	EaD	52d	S/Q
5d	S/Q	21d	sq/Sm	37d	EaD	53d	Sq/Q
6d	SS/Sm	22d	sq/Sm	38d	EaD	54d	SS/Q
7d	SS/Sm	23d	S/M	39d	EaD	55d	Sq/Sm
8d	EaD	24d	S/M	40d	EaD	56d	EaD
9d	SS/Sm	25d	S/Sm	41d	S/Sm	57d	EaD
10d	S/Q	26d	S/Sm	42d	-----	58d	sq/Sm
11d	S/Q	27d	S/Q	43d	S/Q	59d	sq/Sm
12d	S/Q	28d	S/Q	44d	EaD	60d	S/Sm
13d	A/Q	29d	EaD	45d	EaD	61d	SS/Q
14d	EaD	30d	EaD	46d	EaD	62d	S/Q
15d	EaD	31d	EaD	47d	S/Q	63d	S/Q
16d	EaD	32d	S/Sm	48d	S/Q		

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Legenda: C: código identificador do curso; D: dia de oferta; F: frequência de oferta; SS: sexta-feira e sábado; S: sábado; EaD: Educação à distância; Sm: Semanal; A: Aleatório; sq: aulas entre segunda e sexta-feira.

Em relação aos 39 cursos presenciais³⁷ em questão observa-se também que 24 (61,5%) deles ofertam disciplinas com encontros quinzenais; 13 (33,3%) ofertam disciplinas com encontros semanais e 2 (5,1%) ofertam disciplinas com encontros mensais. Trata-se, portanto, de cursos que diferem das graduações (presenciais), sejam licenciaturas ou bacharelados, uma vez que estas, predominantemente, ofertam disciplinas com frequência diária, de segunda-feira à sexta-feira. Trata-se também de cursos que diferem dos cursos *Stricto Sensu*, que geralmente exigem dedicação diária às atividades. O uso deste *modus operandi* atípico em relação à graduação e aos cursos *Stricto Sensu*, com disciplinas concentradas em encontros quinzenais, com 8 horas de duração, aos sábados, provavelmente ocorra em decorrência do fato de os alunos das pós-graduações *lato sensu* serem alunos-trabalhadores, que atuam como professores ou em outras funções nos outros dias da semana.

Quanto ao tempo de duração dos cursos, as informações coletadas indicam durações diversas, prevendo ou não um tempo pós-conclusão para elaboração e apresentação de um trabalho de conclusão de curso (monografia). Assim, alguns cursos (26d, 27d, 33d, 34d, 35d, 36d, 37d, 38d, 39d, 40d) indicam apenas seu tempo mínimo de duração sem incluir nele o tempo para elaboração da monografia, uma vez que, caso o aluno tenha produzido a mesma

³⁷ No quadro 15, são presenciais dos cursos a que o código identificador não foi associado a sigla EaD.

no transcorrer do desenvolvimento das disciplinas, poderá concluí-lo neste tempo mínimo (no caso, entre 6 e 8 meses). Outros cursos apresentam um tempo de conclusão que já inclui o tempo para elaboração da monografia. Todavia, considerando os dados coletados e excetuando-se os dados referentes aos 10 cursos que não indicam o tempo para a monografia tem-se um tempo médio³⁸ de duração de 15,34 meses. Predominantemente, os cursos analisados anunciam duração de 12 meses (em 33,87% dos cursos) ou 18 meses (em 25,8% dos cursos).

O quadro dezesseis apresenta, em meses, ao lado do código identificador de cada curso, o tempo de duração anunciado para o mesmo, nas homepages das IES a eles correspondentes.

Quadro 16 – Organização temporal dos cursos (duração dos cursos)

C	Td	C	Td	C	Td	C	T/d
1d	12	17d	12	33d	6	49d	8
2d	18	18d	12	34d	6	50d	18
3d	14	19d	18	35d	6	51d	18
4d	12	20d	18	36d	6	52d	12
5d	12	21d	18	37d	6	53d	18
6d	18	22d	16	38d	6	54d	15
7d	18	23d	12	39d	7	55d	12
8d	20	24d	12	40d	7	56d	12
9d	18	25d	15	41d	12	57d	12
10d	18	26d	7	42d	12	58d	24
11d	20	27d	8	43d	18	59d	24
12d	12	28d	18	44d	12	60d	18
13d	18	29d	12	45d	12	61d	20
14d	14	30d	12	46d	12	62d	20
15d	14	31d	12	47d	12	63d	20
16d	14	32d	18	48d	-		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Legenda: C: código identificador do curso; Td: tempo(em meses) de duração anunciado.

Neste contexto, todos os cursos analisados ofertam a carga horária mínima (360 horas) exigida por lei para os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* analisados apresentam uma carga horária média aproximada³⁹ de 397.2 horas. O quadro a seguir apresenta a carga horária informada para cada curso pela instituição que o oferta.

³⁸ Média obtida pela subdivisão da soma(798 meses) do número de meses de duração de todos os cursos excetuando-se o tempo de duração dos 10 cursos 26d, 27d, 33d, 34d, 35d, 36d, 37d, 38d, 39d, 40d que não tem tempo completo indicado porque não tem nenhuma previsão de tempo para conclusão da monografia e do curso 48d que pode ser configurado em distintos formatos temporais, uma vez que tem a matriz curricular elaborada pelo próprio discente.

³⁹ A carga horária média foi obtida a partir da soma da carga de todos os cursos analisados, que totalizou 25027 horas, subdividida pelo número total (63) de cursos que compõe a amostra analisada nesta fase da pesquisa. O dado é considerado aproximado, em função de alguns cursos não somarem a carga horária do trabalho de conclusão de curso na carga horária total ou não apresentarem a carga horária destinada a esta produção.

Quadro 17 – Carga Horária dos cursos de pós-graduação *lato sensu*

C	C/h	C	C/h	C	C/h	C	C/h
1d	360	17d	420	33d	360	49d	410
2d	360	18d	420	34d	360	50d	375
3d	400	19d	420	35d	420	51d	408
4d	390	20d	360	36d	360	52d	440
5d	432	21d	830	37d	360	53d	360
6d	460	22d	405	38d	360	54d	390
7d	435	23d	360	39d	420	55d	390
8d	420	24d	360	40d	420	56d	360
9d	420	25d	360	41d	420	57d	480
10d	360	26d	360	42d	360	58d	400
11d	360	27d	360	43d	360	59d	360
12d	390	28d	360	44d	360	60d	420
13d	400	29d	360	45d	360	61d	420
14d	600	30d	400	46d	360	62d	360
15d	360	31d	400	47d	400	63d	360
16d	360	32d	372	48d	360	Total	25027

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Poder-se-ia se esperar que os cursos ora denominados multifocais apresentassem uma carga horária maior do que os cursos focais porque voltam-se para a preparação do profissional para atuação com os múltiplos segmentos de pessoas PAEE. No entanto, a maior ou menor carga horária dos cursos não está relacionada com o fato de os mesmos serem focais ou multifocais, pois os cursos focais apresentam uma média de carga horária (398.2 horas) semelhante à dos cursos multifocais (397.3 horas).

Ressalta-se que há cursos que destoam dos demais por apresentarem uma carga horária muito maior, tais como o curso 14d, um curso focal com carga horária de 600 horas e o curso 20d, um curso afocal com 830 horas (750 horas em disciplinas e 80 dedicadas à construção do trabalho de conclusão de curso). Enfatiza-se que são dois cursos ofertados na modalidade EaD, com número de disciplinas absolutamente distintas entre si, respectivamente 10 e 22 disciplinas.

A carga horária dos cursos está subdividida entre um número variável de disciplinas. Alguns cursos são compostos por 8 disciplinas enquanto outros são compostos por 12, 13, 14 ou até 23 disciplinas. O quadro a seguir apresenta, ao lado de cada código identificador de cada curso analisado, o número de disciplinas que o mesmo apresenta.

Quadro 18 – Número disciplinas em cada curso de pós-graduação *lato sensu*

C	Nº/ D	C	Nº/ D	C	Nº/ D	C	Nº/D
1d	12	17d	13	33d	11	49d	15
2d	12	18d	14	34d	8	50d	22
3d	14	19d	12	35d	7	51d	14
4d	13	20d	22	36d	7	52d	19
5d	15	21d	14	37d	7	53d	13
6d	16	22d	13	38d	8	54d	8
7d	17	23d	16	39d	8	55d	13
8d	12	24d	18	40d	8	56d	8
9d	12	25d	16	41d	14	57d	14
10d	12	26d	14	42d	10	58d	12
11d	17	27d	16	43d	15	59d	18
12d	14	28d	23	44d	17	60d	11
13d	14	29d	16	45d	11	61d	11
14d	10	30d	13	46d	12	62d	12
15d	8	31d	15	47d	20	63d	12
16d	8	32d	12	48d	-	Total	818

Fonte: Elaboração do autor (2015).

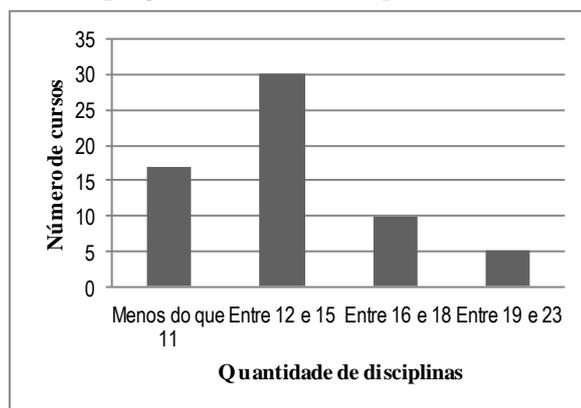
Tem-se então que os 62 cursos cuja quantidade de disciplinas foi possível de ser identificada apresentam 818 disciplinas: ou seja, em média, estes cursos são compostos por 13,19 disciplinas cada. Trata-se de 17 cursos⁴⁰ compostos por um número inferior a 11 disciplinas; 30 cursos⁴¹ apresentando entre 12 e 15 disciplinas; 10 cursos⁴² apresentando entre 16 e 18 disciplinas; e, 5 cursos⁴³ apresentando entre 19 e 23 disciplinas. Vide gráfico a seguir:

⁴⁰ Trata-se de 3 cursos (35d, 36d, 37d) com 7 disciplinas; 8 cursos (15d,16d, 34d, 38d,39d, 40d, 54d,56d) com 8 disciplinas; 2 cursos (14d, 42d) com 10 disciplinas; e, 4 cursos (33d, 45d, 60d, 61d) com 11 disciplinas: totaliza-se assim 17 cursos com menos do que 12 disciplinas.

⁴¹ Trata-se de 11 cursos (1d, 2d, 8d, 9d,10d, 19d, 32d, 46d, 58d, 62d, 63d) com 12 disciplinas; 6 cursos (4d, 17d, 22d, 30d, 30d, 53d, 55d) com 13 disciplinas; 9 cursos (3d, 12d, 13d, 18d, 21d, 26d, 41d, 51d, 57d) com 14 disciplinas; e, são 4 cursos (5d, 31d, 43d, 49d) com 15 disciplinas: totaliza-se assim 30 cursos que apresentam entre 12 e 15 disciplinas.

⁴² Trata-se de 5 cursos (6d, 23d, 25d, 27d, 29d) com 16 disciplinas; 3 cursos (7d, 11d, 44d) com 17 disciplinas); e, 2 cursos (24d, 59d) com 18 disciplinas: totaliza-se assim 10 cursos que apresentam entre 16 e 18 disciplinas.

⁴³ Trata-se de 1 curso (52d) com 19 disciplinas; 1 curso (47d) com 20 disciplinas; 2 cursos (20d, 50d) com 22 disciplinas; 1 curso (28d) com 23 disciplinas: totaliza-se assim 5 cursos que apresentam entre 19 e 23 disciplinas.

Gráfico 2 – Proporção de cursos e suas quantidades de disciplinas

Fonte: elaboração do autor (2015).

O número de disciplinas, a carga horária total do curso, o seu tempo de duração ou o tipo de frequência das aulas (semanal, quinzenal ou mensal) não são variáveis que, por si só, evidenciam relação direta com maior ou menor qualidade. No entanto, são dados que apontam para configurações curriculares díspares e para diferentes formas de organização de cursos. E estas formas precisam ser reconhecidas e diferenciadas para que possam ser desenvolvidos estudos no sentido do desenvolvimento de avaliações e de princípios orientadores para os cursos em questão.

Sintetizando-se os dados observa-se cursos com formatos temporais, com cargas horárias, números de disciplinas e formas de distribuição de disciplinas extremamente variados. O quadro a seguir retrata todos os dados apresentados neste tópico, facilitando a visualização destas distintas configurações:

Quadro 19 – Síntese dos dados temporais sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu*

C	D/f	Td	C/h	Nº/d	C	D/f	Td	C/h	Nº/d
1d	SS/Q	12	360	12	33d	EaD	6	360	11
2d	S/Q	18	360	12	34d	EaD	6	360	8
3d	S/Q	14	400	14	35d	EaD	6	420	7
4d	EaD	12	390	13	36d	EaD	6	360	7
5d	S/Q	12	432	15	37d	EaD	6	360	7
6d	SS/S	18	460	16	38d	EaD	6	360	8
7d	SS/S	18	435	17	39d	EaD	7	420	8
8d	EaD	20	420	12	40d	EaD	7	420	8
9d	SS/Sm	18	420	12	41d	S/Sm	12	420	14
10d	S/Q	18	360	12	42d	-----	12	360	10
11d	S/Q	20	360	17	43d	S/Q	18	360	15
12d	S/Q	12	390	14	44d	EaD	12	360	17
13d	A/Q	18	400	14	45d	EaD	12	360	11
14d	EaD	14	600	10	46d	EaD	12	360	12
15d	EaD	14	360	8	47d	S/Q	12	400	20
16d	EaD	14	360	8	48d	S/A	-	360	-
17d	S/Q	12	420	13	49d	S/Q*	8	410	8
18d	S/Q	12	420	14	50d	S/Q*	18	375	18

(continua)

Quadro 19 – Síntese dos dados temporais sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu*

C	D/f	Td	C/h	Nº/d	C	D/f	Td	C/h	Nº/d
19d	EaD	18	420	12	51d	S/Q*	18	408	18
20d	EaD	18	360	22	52d	S/Q	12	440	12
21d	sq/Sm	18	830	14	53d	Sq/Q	18	360	18
22d	sq/Sm	16	405	13	54d	SS/Q	15	390	15
23d	S/M	12	360	16	55d	Sq/Sm	12	390	12
24d	S/M	12	360	18	56d	EaD	12	360	12
25d	S/Sm	15	360	16	57d	EaD	12	480	12
26d	S/Sm	7	360	14	58d	sq/Sm	24	400	24
27d	S/Q	8	360	16	59d	sq/Sm	24	360	24
28d	S/Q	18	360	23	60d	S/Sm	18	420	18
29d	EaD	12	360	16	61d	SS/Q	20	420	20
30d	EaD	12	400	13	62d	S/Q	20	360	20
31d	EaD	12	400	15	63d	S/Q	20	360	20
32d	S/Sm	18	372	12	-	-	-	-	-

(conclusão)

Fonte: elaboração do autor (2015).

A partir desta síntese de dados, expressa no quadro acima, observa-se também cursos com a mesma carga horária e com a mesma frequência de oferta, porém com tempos distintos de duração. Este fato leva às seguintes indagações: essa diferença de duração é resultante de um tempo diferenciado reservado para a elaboração da monografia ou nem todas as cargas horárias anunciadas são efetivamente cumpridas? Se um curso tem 360 horas de duração e suas aulas acontecem quinzenalmente, aos sábados, se em cada sábado são ministradas 8 horas-aula e, portanto são necessários 45 sábados para finalizá-lo, como é possível concluí-lo em apenas 12 meses?

São perguntas que só poderão ser respondidas a partir do momento em que sobre estes cursos recaírem fiscalizações similares às que ocorrem com as graduações e com os cursos *stricto sensu*. O fato é que onde não há regras ou onde as regras não são específicas, a flexibilidade de ação é tão vasta quanto imprudente. Se aos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial é delegada a incumbência de preparar os profissionais que atuarão com a modalidade de ensino em questão, considerando os dados e indagações apontados, há de se convir que eles mereceriam maior fiscalização e regulamentação.

Neste contexto, é importante averiguar também a formação acadêmica/titulação dos profissionais que atuam nas disciplinas ofertadas nos “tempos” descritos. A formação destes profissionais será abordada no tópico seguinte.

4.2.5 Professores e coordenadores

Nas *homepages* de 8 dos 63 cursos analisados nesta fase da pesquisa, no período de coleta, constavam informações sobre os professores que compõe o corpo docente das pós-

graduações *lato sensu* em Educação Especial ou similares nelas anunciadas. Ao todo, para estes 8 cursos, as *homepages* em questão indicavam 92 nomes de docentes. Buscando-se conhecer a formação e as experiências profissionais destes professores, acessou-se o currículo *Lattes* dos mesmos. Foi possível obter estas informações em relação a 90 dos 92 professores⁴⁴ em questão. Os dados relativos a estes profissionais estão expressos em uma tabela no Anexo D da presente pesquisa.

Trata-se de 32 (35,5%) professores graduados em Pedagogia, de 11 (12,2%) profissionais graduados em Psicologia, 9 (10%) graduados em Educação Física, 7 (7,77%) graduados em Letras, 5 (5,55%) graduados em História, 5 (5,55%) graduados em Filosofia, 4 (4,44%) graduados em Matemática, 4 (4,44%) graduados em Biologia, 3 (3,33) graduados em Fonoaudiologia, 2 graduados em Medicina, 2 graduados em Enfermagem, 1 (1,11%) graduado em Terapia Ocupacional, 1 (1,11%) graduado em Fisioterapia, 1 graduado em Engenharia Civil, 1 graduado em Administração, 1 graduado em Música e 1 graduado em Tecnologia e Processamento de dados.

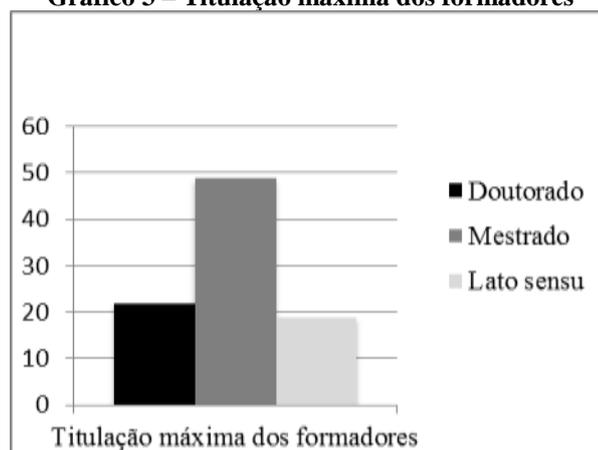
Destaca-se nestes dados a grande quantidade de profissionais ligados à saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, médicos e enfermeiros) ou a áreas da educação que tem mais vínculo com a saúde (Biologia e Educação Física) atuando com a formação de professores para Educação Especial. São, ao todo, 33 professores – 36,6% do total analisado – e este dado indica a histórica associação entre práticas da Educação Especial e as práticas corretivas/médicas da Educação Especial realizada na ótica do modelo clínico.

Também ressalta-se a existência de 22 (24,4% do total) profissionais sem licenciatura atuando nestes cursos, o que pode indicar, como já observado na análise das matrizes curriculares dos mesmos, que as 360 horas que deveriam ser destinadas à formação do especialista em Educação Especial são subdivididas com outros temas com relação indireta ou talvez sem nenhuma relação com o exercício da docência na Educação Especial. O gráfico a seguir retrata as áreas de formação inicial dos profissionais em questão.

No período de coleta destes dados, verificou-se que entre estes profissionais, 22 eram doutores, 49 eram mestres e 19 eram especialistas. Trata-se de uma proporção de 24,4% de doutores, 54,4 % de mestres e 21,2% de especialistas, conforme retratado no gráfico 02. O mestrado e o doutorado em Educação são a formação mais presente na amostra analisada, com apenas algumas exceções, como mestrado em Sociologia ou Distúrbios da Comunicação e doutorado em Enfermagem, História, Arqueologia e Neurologia.

⁴⁴ Dois professores não foram identificados em função da existência de centenas de outros profissionais com o mesmo nome, registrados na plataforma *Lattes*.

Gráfico 3 – Titulação máxima dos formadores



Fonte: Elaboração do autor (2015).

Vinte e quatro entre os 90 professores em questão apresentam especialização em Educação Especial e 4 apresentam um curso de Formação de Professores para Educação Especial que era ofertado pela UEL na década de 80 e 90 do século passado, com 990 horas de duração. Apenas 29 profissionais (31.5%) indicam temas diretamente relacionados com Educação Especial como seus assuntos principais de pesquisa, seja com alusões diretas ao PAEE, à Educação Inclusiva, à tecnologia assistiva ou à própria Educação Especial.

Em 66 dos 90 currículos não consta nenhuma alusão à atuação com Educação Especial, seja ela em escola regular ou especial, ou seja: 73,3% dos docentes formadores de professores da Educação Especial que ministram aulas em pós-graduações *lato sensu* e que compõe a amostra analisada nesta etapa da pesquisa, embora possam apresentar experiência com pesquisa sobre Educação Especial ou docência de disciplinas relacionadas com Educação Especial em cursos de graduação, não registram como parte de suas experiências profissionais a atuação direta com os alunos PAEE.

Não obstante, entre os 23 profissionais (25,5%) que apresentam atuação na Educação Especial, 7 apresentam atuação como administradores, psicólogos ou fonoaudiólogos, sem registro de experiência como docentes junto aos alunos da modalidade de ensino em questão. Assim, tem-se apenas 16 profissionais que apresentam registro de atuação como professor de Educação Especial/Auxiliar de Educação Especial/Professor de AEE/Professor em Escola Especial, ou seja: em apenas 17.7% dos currículos dos formadores de professores para Educação Especial que compõe a amostra analisada nesta pesquisa, consta alguma alusão sobre a atuação como docente na Educação Especial. Em cursos em que praticamente não ocorre a previsão de estágios na Educação Especial, os formadores também não tem experiência com esta modalidade de ensino.

Assim, em média, cada curso conta com dois docentes com atuação como professor de Educação Especial; no entanto, pelo menos em relação a dois cursos (cursos 62a e 63a) nenhum dos professores indicados tem constando em seu currículo qualquer experiência com Educação Especial. É necessário lembrar que, conforme a Deliberação 035/84 (PARANÁ, 1984b), nos Estudos Adicionais era obrigatório que os professores formadores de professores tivessem experiência e formação relacionada com o segmento da Educação Especial que abordariam nos cursos de formação de professores para Educação Especial. Portanto, o dado em questão parece indicar um retrocesso decorrente das legislações que atualmente orientam os cursos de pós-graduação *lato sensu*, sem regulamentá-los como outrora a legislação orientava os Estudos adicionais.

No que concerne à gestão pedagógica destes cursos, nas páginas de 49 deles (77,7%), não há a indicação dos coordenadores ou é citada a inexistência de um profissional com esta função ou ainda consta um coordenador para dezenas de cursos com focos distintos. Apenas 14 cursos⁴⁵ (22.2%) indicam o nome dos profissionais que neles exercem a função de coordenador. Buscando-se conhecer a formação destes profissionais acessou-se os currículos *Lattes* dos mesmos e coletou-se os dados expressos no quadro a seguir:

Quadro 20 – Formação profissional dos coordenadores das pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial

C ⁴⁶	Formação Inicial	Lato Sensu	Stricto Sensu	Temas de Pesquisa	EE
3d	Pedagoga	Pré-Escola e Metodologia das Séries Iniciais e em Educação à distância	Mestre em Educação	Multiculturalismo e educação à distância	Não
5d	Economista	Metodologia e Didática do Ensino Superior e Perícia Civil e	Mestre em Desenvolvimento Regional	Desempenho financeiro e sócio ambiental de empresas brasileiras	Não
6d	Pedagoga	Psicopedagogia	Mestre em Educação	Relações entre cultura e tecnologia escolar e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;	Não
8d	Pedagoga	Educação Especial e Educação do Deficiente Intelectual.	Mestre em Educação	Psicologia da Educação na Formação do Professor	Sim
9d					

(continua)

⁴⁵ Os cursos cujo nome dos coordenadores está disponível são os seguintes: Educação Especial – 3a; Educação Especial – 5a; Educação com ênfase em Educação Inclusiva - 6a; Dessegregação na Escola: uma nova modalidade de inclusão – 7a; Educação Especial e Educação Inclusiva – 8a; Educação Especial e Inclusiva - 13a; Educação Especial: Deficiência Intelectual – 14a; Educação Especial – Geral – 15a; Educação Especial: Deficiência Auditiva - 16a; Educação Especial e Práticas Inclusivas – 22a; Educação Especial – 25^a; Educação Especial com ênfase em Inclusão – 59^a; e, Educação Especial Inclusiva – 60^a.

⁴⁶ Código identificador do curso conforme utilizado para identificá-lo no anexo D.

Quadro 20 – Formação profissional dos coordenadores das pós-graduações lato sensu em Educação Especial

Nº	Formação Inicial	Lato Sensu	Stricto Sensu	Temas de Pesquisa	EE
13d	Pedagoga	Gestão Escolar		Relações de poder na gestão escolar	Não
14d	Pedagoga	Psicopedagogia	Mestre em Serviço Social	Trabalho em creches, estudos sobre a importância dos estágios na formação do especialista em Educação Especial	Sim
15d					
16d					
22d	Marketing e Propaganda	Marketing e Propaganda		Marketing e Propaganda	Não
25d	Direito	Direito Civil		Direito Civil	Não
59d	Pedagoga	Psicopedagogia e Desenvolvimento de Recursos Humanos	Mestre em Educação/ Doutora em Engenharia da Produção	Educação Hospitalar e com pesquisa sobre comunidades virtuais de aprendizagem	Não
60d	Pedagoga	Psicopedagogia	Mestre em Educação	Contribuições da disciplina Psicologia da Educação na atuação do docente do ensino fundamental	Não
7d	-	Currículo não encontrado	-	-	-

(conclusão)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Como se pode observar, apesar de sete (50%) coordenadores serem formados em Pedagogia, apenas os coordenadores de 5 cursos tem atuação em Educação Especial e alguns dos coordenadores das pós-graduações em questão tem formação sem nenhuma relação com Educação Especial, tais como os coordenadores com formação em Direito, Economia e Marketing e Propaganda. Apesar de pequena, a amostra analisada em relação ao aspecto da formação dos coordenadores permitiu observar que não há uma preocupação no sentido de que estas formações guardem aderência com a área de estudo a que os cursos estão relacionados. Desta forma, em cursos em que praticamente não ocorre a previsão de estágios na Educação Especial, nem os professores formadores, nem os coordenadores, em sua maioria, têm experiência com esta modalidade de ensino.

Diante dos dados expressos na presente seção, cabe buscar entender como os cursos de Pedagogia ofertados no Estado do Paraná tem contribuído para a preparação do profissional que irá atuar com Educação Especial. No próximo tópico serão abordados referentes a cursos de Pedagogia, que são outro espaço importante de formação do professor de Educação Especial.

4.3 FASE III: DISCIPLINAS QUE ABORDAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CURSOS DE PEDAGOGIA

A PNEEPEI (BRASIL, 2008a) impactou os cursos de Licenciatura, à medida que demanda a capacitação de todos os licenciandos para lidar com o PAEE, e não somente dos que estão envolvidos com a Educação Especial. Aliás, “a formação específica em Educação Especial não exclui a necessidade da formação de todos os professores na perspectiva da inclusão escolar” (OLIVEIRA, 2010, p. 146). Mas a inserção de uma ou duas disciplinas na matriz curricular dos cursos de Pedagogia, voltadas para Educação Especial ou para os conhecimentos técnicos a ela associados

[...] pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da Educação Inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não possuam, e a manutenção de uma escola que, por meio de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira. (BUENO, 1999, p. 98).

Por isso é importante entender o que está sendo ensinado nestas disciplinas, em quanto tempo e com que articulação com as demais disciplinas que compõe a matriz curricular dos cursos de Pedagogia.

Os dados coletados, abordados nesta seção, permitem uma visão panorâmica das disciplinas que abordam a Educação Especial em cursos de Pedagogia ofertados no Estado do Paraná. São apresentados resultados decorrentes da análise de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de Cursos de Pedagogia, com ênfase nas matrizes curriculares dos mesmos, mais especificamente, com ênfase nas que, nestes cursos, abordam a Educação Especial.

4.3.1 Cursos de Pedagogia ofertados no Paraná

A partir do Sistema *e-MEC*, mediante busca delimitada apenas aos cursos com situação “em atividade” (categoria que restringe a busca aos cursos em funcionamento), no dia dez de julho de 2014, obteve-se uma lista (Anexo B) indicando 119 IES que estariam ofertando 179 cursos de Pedagogia no Paraná⁴⁷. Quarenta e três destes cursos são ofertados na modalidade

⁴⁷ Ressalta-se que muitos dos cursos desenvolvidos na modalidade EaD são ofertados por Instituições de Ensino Superior de outros estados, que não o Paraná. Estes IES mantem apenas pólos para oferta dos cursos em questão no Estado do Paraná.

EaD por 34 IES e 136 são ofertados na modalidade presencial por 96 IES⁴⁸; 99 são ofertados por instituições públicas de Ensino Superior e 80 são ofertados por instituições privadas. No entanto, a partir do cotejamento desta lista com os anúncios de oferta de cursos de Pedagogia nas *homepages* de cada uma das IES paranaenses nela indicadas, observa-se que muitos destes cursos não são mais ofertados para novas turmas. Assim, tem-se, por exemplo, IES em que supostamente ocorria a oferta de cinco cursos distintos de Pedagogia, quando, em suas *homepages*, estas IES anunciam a oferta de apenas um curso de Pedagogia, com uma matriz curricular.

Mediante acesso às *homepages* das IES indicadas na lista obtida a partir do Sistema *e-MEC*, foram coletados os Projetos Político-Pedagógicos de 35 cursos de Pedagogia ofertados no Paraná. Estes 35 PPPs constituíram-se na amostra principal analisada nesta fase de pesquisa. Nesta seção são expostos os resultados relacionados com a análise dos 35 PPPs de Pedagogia coletados.

4.3.2 Análise de PPPs de cursos de Pedagogia

Mediante a leitura dos elementos que compõem os 35 PPPs - 12 (34,28%) referentes a cursos ofertados na modalidade EaD e 23 (65,72%) ofertados na modalidade presencial - foram identificadas todas as disciplinas em cujos ementários constam alusões ao público-alvo, à legislação, à história, a políticas, práticas, recursos, conhecimentos técnicos ou profissionais especificamente associados com a Educação Especial.

Os 12 cursos de Pedagogia ofertados na modalidade EaD (9 ofertados por IES privadas e 3 ofertados por IES públicas), componentes da amostra em questão, estão indicados no quadro 21, no qual também constam as disciplinas que mencionam temas relacionados com a Educação Especial.

⁴⁸ A soma do número de IES que ofertam cursos presenciais e EaD é maior do que o total de IES ofertantes de cursos de Pedagogia no Paraná porque algumas IES ofertam cursos de Pedagogia nas duas modalidades e, portanto, foram contadas tanto na categoria presencial quanto na categoria EaD.

Quadro 21 – Cursos de Pedagogia (EaD) e Disciplinas que abordam a Educação Especial⁴⁹

C ⁵⁰	Instituição (IES): Pedagogia - Modalidade	Disciplinas em que constam alusões à Educação Especial
1b	(57) UEM: (121802). Referência: UEM, 2009.	1. Tópicos Especiais para Inclusão Educacional 2. Introdução a Libras
2b	(167) UNESP: (92355) Referência: UNESP, 2010.	1. Educação, Inclusão e Libras
3b	(176) UCB: (99362) Referência: UCB, 2009.	1. Políticas Públicas de Educação 2. Educação Inclusiva
4b	(298) UNOPAR - (89380) Referência: UNOPAR, 2013.	1. Libras 2. Processos Escolares de Inclusão
5b	(437) UNIPAR - (1292694) Referência: UNIPAR, 2013.	1.Libras 2.Educação Especial e Integração Social 3.Estágio Supervisionado II
6b	(449) ULBRA - (97851) Referência: ULBRA, 2013.	1.Educação Inclusiva 2.Libras
7b	(494) UNISUL - (95205) Referência: UNISUL, 2014.	1. Políticas Públicas de Educação Especial: Inclusão e Biodocência 2. Fundamentos para Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Intelectual e TGD 3. Fundamentos para Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Física 4. Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Sensorial 5. Língua de Sinais
8b	(673) UNIGRAN - (91795) Referência: UNIGRAN, 2013.	1. Educação Inclusiva 2. Teoria e prática de integração da pessoa com necessidades educativas especiais 3. Libras I 4. Libras II
9b	(730) UEPG - (120769) Referência: UEPG, 2012.	1. Libras 2. Cidadania e Sociedade Obs.: a partir da <u>Resolução CEPE nº 011, de 20 de março de 2012</u>
10b	(1351) CENTRO UNIVERSITÁRIO TUPY – Ref.: UNISOCIESC, 2013.	1.Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva – 12º módulo 2.Libras - 6º módulo
11b	(1396) UDC - (1270213) Referência: UDC, 2013.	1. Aprendizagem e Educação Especial 2. Língua de Sinais e Educação para Surdos
12b	(15015) UENP - (16336) Referência: UENP, 2013.	1. Educação Especial e Inclusão 2. Língua Brasileira de Sinais

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Por sua vez, os 23 cursos ofertados na modalidade presencial (8 ofertados por IES públicas e 15 ofertados por IES privadas) estão indicados no quadro 22, onde constam também as disciplinas que citam temas relacionados com a Educação Especial.

⁴⁹ As ementas das disciplinas dos cursos em questão encontram-se no Anexo C. Para verificá-las procure a partir do código identificador atribuído a cada curso e do número atribuído a cada disciplina.

⁵⁰ O número e a letra expressos nesta coluna serão utilizados como código identificador de cada curso no transcorrer do texto.

Quadro 22 – Cursos presenciais de Pedagogia e Disciplinas que abordam a Educação Especial⁵¹

C ⁵²	Instituição(IES): Pedagogia	Disciplinas em que constam alusões à Educação Especial
1c	(9) UEL: (1146841) - (Resolução CEPE/CA 0109/2009) Referência: UEL, 2009.	1. Educação e diversidade 2. Educação Especial 3. Saberes e fazeres do professor diante das dificuldades de aprendizagem 4. Libras
2c	(57) UEM: (3416) Referência: UEM, 2010.	1.Introdução a Libras 2.Necessidades Educacionais Especiais
3c	(437) UNIPAR - (103046) - Referência: UNIPAR, 2013.	1.Libras 2.Educação Especial e Integração Social 3.Estágio Supervisionado II
4c	(571) UFPR -(12557) - Resolução nº 30/08-CEPE Referência: UFPR, 2008.	1.Fundamentos da Educação Especial 2. Educação Especial na área não Escolar 3. Comunicação em Língua Brasileira de Sinais: Educação Bilíngue de Surdos
5c	(609) UNIOESTE Cascavel (2013) Referência: UNIOESTE, 2013.	1. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva 2. Língua Brasileira de Sinais Obs.: <u>RESOLUÇÃO 115 DE 2013 – CEPE</u>
6c	(609) UNIOESTE – PEDAGOGIA – Foz do Iguaçu Referência: UNIOESTE, 2009.	1. Linguagem de Sinais da Pessoa Surda 2. Fundamentos da Educação Especial Obs.: a partir da <u>RESOLUÇÃO Nº 334/2009-CEPE.</u>
7c	(609) UNIOESTE – Francisco Beltrão. Referência: UNIOESTE, 2007.	1. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva 2. Libras Obs.: a partir da <u>RESOLUÇÃO Nº 374/2007-CEPE</u>
8c	(671) UNIDERP (87280) Referência: UNIDERP, 2013.	1. Educação Especial 2. Libras
9c	(730) UEPG - (16392) Referência: UEPG, 2012.	1. Educação Inclusiva 2. Libras Obs.: a partir da (Resolução CEPE n.º 059, de 27 de novembro de 2012).
10c	(810) CTESOP - (111410) Referência: CTESOP, 2014.	1.Fundamentos da Educação Especial 2. Educação Inclusiva 3. Noções de Libras
11c	(1042) UP - (101715) Referência: UP, 2014.	1. Educação, Alteridade e Processos Inclusivos 2. Alfabetização, Fundamentos e Metodologias 3. Libras
12c	(1126) UNICENTRO - (101762) Referência: UNICENTRO, 2009.	1. Fundamentos da Educação Especial Inclusiva 2. Noções em Língua Brasileira de Sinais – Libras 3. Teoria e Metodologia da Educação Especial e Inclusiva
13c	(1257) FACEL - (19768) Referência: FACEL, 2012.	1.Fundamentos da Educação Especial 2. LIBRAS
14c	(1396) UDC (21489) Referência: UDC, 2010.	1. Aprendizagem e Educação Especial 2. Língua de Sinais e Educação para Surdos

(continua)

⁵¹ As ementas das disciplinas dos cursos em questão encontram-se no Anexo C. Para verificá-las procure a partir do código identificador atribuído a cada curso e do número atribuído a cada disciplina.

⁵² O número e a letra expressos nesta coluna serão utilizados como código identificador de cada curso no transcorrer do texto. O número que precede a sigla institucional é atribuído pelo MEC como código identificador da IES em que o curso é ofertado e foi preservado nesta tabela para fins de conferência dos dados por outros pesquisadores.

Quadro 22 – Cursos presenciais de Pedagogia e Disciplinas que abordam a Educação Especial

C	Instituição(IES): Pedagogia	Disciplinas em que constam alusões à Educação Especial
15c	(1417) FACECLA - (46801) Referência: UNIOESTE, 2012.	1.Língua Brasileira de Sinais 2. Diversidade e Educação Inclusiva
16c	(1449) FEATI - (100223) Referência: FEATI, 2011.	1. Fundamentos Metodológicos da Educação Especial I 2. Fundamentos Metodológicos da Educação Especial II 3. Pesquisa e Prática Pedagógica III 4. Introdução a Libras 5. Dificuldades de Aprendizagem
17c	(1500) FAESI - (110724) Referência: FAESI, 2010.	1. Fundamentos da Educação Especial 2. Língua Brasileira de Sinais 3. Dificuldades de Aprendizagem
18c	(1567) VIZIVALI - (110680) Referência: VIZIVALI, 2012.	1. Educação Especial e Inclusiva 2. Pedagogia Hospitalar 3. Estágio Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais 4. Estágio Curricular nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio 5. Libras
19c	(1577) FACINOR - (39688) Referência: FACINOR, 2007.	1. Fundamentos da Educação Especial 2. Libras
20c	(1614) FAAST - (105384) Referência: FAAST, 2007.	1.Fundamentos da Educação Especial 2. Metodologia e Prática em Educação Especial 3.Língua Brasileira de Sinais
21c	(1726) SECAL - (49225) Referência: SECAL, 2012	1. Fundamentos da Educação Inclusiva 2. Libras
22c	(1899) FANP - (100512) Referência: FANP, 2012	1. Didática, estratégias e recursos da educação de pessoas com necessidades especiais (PNE) 2. A inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação básica 3. Pesquisa e prática pedagógica 4. Língua brasileira de sinais – libras 5. Estágio supervisionado na educação de pessoas com necessidades especiais
23c	(57) UEM - (1165576) PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO (2009) Referência: UEM, 2009.	1.Necessidades Educacionais Especiais- 2.Introdução à Libras

(conclusão)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Inicialmente, em linhas gerais, o que pode ser observado nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia analisados nesta pesquisa é a manutenção do binômio Educação Regular versus Educação Especial, que revela a perpetuação de um paradigma em que a Educação Especial ainda se manifesta como algo paralelo ao Ensino Regular. Ou seja, as reconfigurações constituídas a partir da Portaria Ministerial nº 1.793 de 1994 (BRASIL, 1994a) e da Resolução CNE/CP Nº 1, de 2006 (BRASIL, 2006a), consolidaram um modelo de curso de Pedagogia em que há um espaço-tempo para o estudo sobre Educação Especial: um espaço-tempo pequeno, paralelo, segregado, que não se articula ou se articula muito

pouco com as demais disciplinas dos cursos em questão e que, predominantemente manifesta-se nos anos finais dos mesmos. Uma ilha.

Esperava-se que disciplinas como Didática e Prática de Ensino ou em disciplinas como os Fundamentos Teórico-Metodológicos voltados para áreas específicas do conhecimento (Matemática, Geografia, História, Língua Portuguesa, Ciências, Educação Física ou Psicomotora), apresentassem tópicos relacionados com o PAEE. Como, por exemplo, noções de adaptação de materiais didáticos para alunos com deficiência visual ou até mesmo de uso de recursos como o Sorobã. Esperava-se também que nas disciplinas que resgatam a história da educação, a legislação ou política educacional ou debates sociológicos sobre educação, seriam encontradas ementários com tópicos relacionados com a Educação Especial, como alusões diretas à história da educação das pessoas com deficiência, a legislação e as políticas da Educação Especial ou as perspectivas sociológicas relacionadas com as pessoas com atipicidades corporais e intelectuais. No entanto, os debates sobre estes temas permanecem majoritariamente circunscritos às disciplinas especificamente voltadas para esta modalidade de ensino, que foram inseridas nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia por força do Decreto n. 5.626 (BRASIL, 2005a), ou por “recomendação” da Portaria 1.793 (BRASIL, 1994a).

Trata-se predominantemente⁵³ de duas ou três disciplinas (em média⁵⁴ 2,68 disciplinas) que, embora com pequenas variações de nomenclatura, são citadas como “Fundamentos da Educação Especial” e “Língua Brasileira de Sinais”. Aparecem isoladas das demais disciplinas porque os conteúdos a elas relacionados não são mencionados nas ementas de outras disciplinas e o campo a que elas se referem raramente é apresentado como lugar para os estágios curriculares supervisionados: apenas em cinco (14,2%) dos trinta e cinco PPPs analisados constam alusões ao PAEE nas disciplinas voltadas à organização dos estágios curriculares obrigatórios.

Em apenas um destes quatro cursos consta um estágio especificamente direcionado à atuação com os alunos PAEE, a saber: no curso 22c consta uma disciplina cujo nome é “Estágio Supervisionado na Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais”; e, no curso 20c consta também uma disciplina, denominada “Metodologia e Prática em Educação Especial”, com duração de 18 horas, em que a ementa prevê a prática com alunos com deficiência. Nos outros três cursos (5b, 3c e 18c), nas ementas das disciplinas que

⁵³ Um dos cursos analisados (curso 7b) apresenta cinco disciplinas que abordam especificamente a Educação Especial e que totalizam uma carga horária de 300 horas.

⁵⁴ Resultado do total de disciplinas dividido pelo total de cursos.

organizam os estágios supervisionados, constam menções à possibilidade de atuação com os alunos PAEE, como na disciplina “Estágio Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais”, do curso 18c, em que a ementa menciona: “Experiências de docência em instituições escolares nos anos iniciais do ensino fundamental, atendendo também, alunos com necessidades especiais incluídos” (FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU, 2012, p. 60). O quadro 23 retrata as disciplinas que aludem o PAEE nos cinco cursos em questão:

Quadro 23 – Alusões ao PAEE em disciplinas de Estágio Supervisionado dos Cursos de Pedagogia

C ⁵⁵	Nome das disciplinas	Ano	c/h
5b	3.Estágio Supervisionado II	2º	120
3c	3.Estágio Supervisionado II	2º	120
18c	3. Estágio Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais 4. Estágio Curricular Supervisionado nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio	3º	68
		4º	68
20c	2. Metodologia e Prática em Educação Especial	4º	18
22c	5. Estágio supervisionado na educação de pessoas com necessidades especiais	4º	50

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Essa constatação da ausência da oportunidade de estágio com o PAEE reforçam os dados já revelados por Borella (2010). O autor, ao abordar as matrizes curriculares das disciplinas voltadas para a atividade física adaptada em cursos de Educação Física de diversas IES, constatou que poucos destes cursos (28.75%) contemplam o estágio com as pessoas em questão. Neste contexto, concorda-se com Borella (2010, p. 145) em sua afirmação de que o Estágio Supervisionado deveria oportunizar ao acadêmico “[...] vivenciar/provar experiências conhecendo melhor essa área de atuação[Educação Especial]”.

Em nenhum dos cursos analisados, em disciplinas como “Didática ou Fundamentos Teórico-Methodológicos”/“Metodologia de Ensino”, existem menções ao PAEE ou à pessoa com necessidades educacionais especiais. Talvez possa-se argumentar que isto ocorre porque não se pretende fazer uma distinção entre as práticas direcionadas para os alunos PAEE e as direcionadas para os demais alunos – o que parece um disparate, uma vez que os alunos PAEE demandam metodologias e recursos diferenciados de ensino, mesmo quando no ensino regular. No entanto, considerando o histórico da educação no Brasil, acredita-se que a ausência de menção às pessoas que compõe o PAEE está mais associada com esquecimento, desconhecimento e negligência do que com a pretensão de práticas pedagógicas que desconsiderem as especificidades do segmento em questão.

⁵⁵ O número e a letra expressos nesta coluna serão utilizados como código identificador de cada curso no transcorrer do texto.

Neste contexto, faz-se pertinente recordar o estudo de Vioto e Vitaliano (2013) que, objetivando identificar, junto a 150 estudantes concluintes do curso de Pedagogia de uma universidade pública brasileira, algumas de suas percepções sobre a formação inicial por eles recebida para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, concluiu que: nos cursos de Pedagogia existe a necessidade de reestruturação curricular, com interdisciplinaridade entre as disciplinas de Educação Especial e as demais, além da inserção de oportunidades de estágio em salas de aulas inclusivas para aprimorar a formação em relação à questão em foco.

Não obstante, as disciplinas que abordam a Educação Especial ainda perpetuam conceitos anacrônicos em relação à atual literatura da Educação Especial, tais como “portadores de deficiências” e “excepcionais”. Isso pode indicar uma possível desatualização dos docentes que ministram as disciplinas em questão, em relação às mudanças ocorridas na Educação Especial. Por exemplo, no curso 8b, consta a disciplina denominada “Teoria e prática de integração da pessoa com necessidades educacionais especiais” - que em seu título faz alusão à perspectiva da Integração precedente à da Inclusão e que aborda

[...] a excepcionalidade no seu contexto sócio-histórico. Principais posições teóricas e posicionamento frente ao lugar do indivíduo com necessidades educacionais especiais na comunidade. Os vários tipos da excepcionalidade. O processo de avaliação e diagnóstico do excepcional. Processo de orientação familiar no atendimento ao excepcional. (CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS, 2013, não paginado).

O termo “excepcionais”, tipicamente adotado nos documentos oficiais das décadas de 60 e 70 do século passado, foi abandonado na literatura da Educação Especial há quase três décadas, para dar lugar a outras terminologias mais condizentes com os paradigmas que orientam a Educação Especial na atualidade.

Neste cenário, produzindo-se uma classificação das disciplinas que abordam o PAEE, identificam-se quatro tipos básicos, a saber: 1. Clássicas: nos moldes de Fundamentos da Educação Especial; 2. Libras: voltadas para Libras; 3. Associativas: abordam a Educação Especial no contexto de discussões sobre a Educação Regular; 4. Indiretas: que contemplam a Educação Especial indiretamente. Em todos os cursos⁵⁶ analisados consta pelo menos uma disciplina que aborda os Fundamentos da Educação Especial e uma que aborda a Língua Brasileira de Sinais. Em apenas 3 (4,6 %) cursos (1c, 11c e 3b) encontram-se disciplinas

⁵⁶ Ressalta-se também que em apenas um dos cursos, existe previsão nas ementas de discussões sobre a Pedagogia Hospitalar.

associativas que citam a Educação Especial ou o público-alvo desta modalidade de ensino, versando sobre a Educação Regular.

4.3.3 Disciplinas “Fundamentos da Educação Especial” (Clássicas)

Nas disciplinas do tipo “Fundamentos da Educação Especial” observa-se predominantemente o modelo clássico de estruturação, já mencionado anteriormente, no momento da discussão sobre as pós-graduações *lato sensu*. Neste modelo clássico há um tópico ou um conjunto de tópicos voltados para os fundamentos históricos, legais e políticos da Educação Especial; e, um conjunto de tópicos voltado para a caracterização das especificidades de cada um dos segmentos (pessoas com deficiência, com TGD ou com Altas Habilidades) e subsegmentos (pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência intelectual e múltipla) da Educação Especial. Destaca-se que, tanto no que se refere aos cursos presenciais quanto aos cursos EaD, o conteúdo das ementas de disciplinas do tipo Fundamentos da Educação Especial apresenta convergências com o proposto por Chacon (2004) que sugere a seguinte ementa para a disciplina em questão

[...] a disciplina objetiva a reflexão crítica do futuro profissional sobre: a) os aspectos ético, político e interacional que envolve a(s) pessoa(s) com necessidades especiais; b) a(s) especificidade(s) das deficiências e sua relação com as demais disciplinas curriculares e a formação de recursos humanos; c) as políticas Nacional e Regional de educação face às diferenças e diversidades sociais e educacionais. (CHACON, 2004, p. 334).

Observa-se que a convergência entre esta proposição de Chacon (2004) e o conteúdo que compõe o ementário das disciplinas em questão se dá especialmente no que se refere à abordagem das especificidades das deficiências e é especialmente baixa quando o assunto é a relação entre estas especificidades e suas relações com as demais disciplinas curriculares. Destaca-se também o predomínio da categoria necessidades educacionais especiais em detrimento da alusão ao PAEE estabelecido pela atual política, a saber: pessoas com deficiência, altas habilidades ou com TGD.

O quadro seguinte apresenta uma classificação dos conteúdos das ementas das disciplinas do tipo “Fundamentos da educação Especial”, componentes dos cursos de Pedagogia ofertados na modalidade EaD e analisados nesta pesquisa.

Quadro 24 – Categorização do conteúdo das disciplinas tipo "Fundamentos da Educação Especial"⁵⁷ dos cursos EaD

Fundamentos	Prática pedagógica	Público alvo (especificidades)	Leis e Política	Outros (categoria residual)
<p>O processo histórico da inclusão educacional. (C:1b/D:1)</p> <p>As dimensões do conceito de Educação Inclusiva (C:3b/D:2)</p> <p>A EE nos aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos. (C:4b/D:2)</p> <p>Educação especial e seus fundamentos teóricos. (C:5b/D:2).</p> <p>Pressupostos teóricos [...] da Educação Inclusiva. Análise histórica da EE e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. (C:6b/D:1).</p> <p>A excepcionalidade no seu contexto sócio-histórico. (C:8b/D:2).</p> <p>Principais posições teóricas e posicionamento frente ao lugar do indivíduo com necessidades educativas especiais na comunidade. (C:8b/D:2).</p> <p>Desenvolvimento do histórico da Educação Especial no Brasil. (C:10b/D:1).</p> <p>Evolução histórica dos métodos para a EE. (C:11b/D:1).</p> <p>Concepção</p>	<p>Educação de pessoas portadoras de NEEs. (C:1b/D:1)</p> <p>prática docente nos diversos níveis da educação básica e a inclusão pedagógica de pessoas com deficiência. (C:2b/D:1)</p> <p>uso de estratégias diferenciadas para o ensino. (C:2b/D:1)</p> <p>Ações pedagógicas na prática. Escolas especializadas, ensino inclusivo e ensino regular. (C:5b/D:2)</p> <p>Pressupostos teóricos [...] metodológicos da Educação Inclusiva. (C:6b/D:1).</p> <p>Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, avaliação e didática. (C:6b/D:1).</p> <p>Função do educador especial nas diferentes etapas da Educação Básica. (C:7b/D:1).</p> <p>Desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos com deficiência mental. (C:7b/D:2).</p> <p>Princípios pedagógicos e didáticos. Avaliação, métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. Princípios pedagógicos e didáticos. Avaliação, métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. A função constitutiva da escola e dos Serviços de Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar. (C:7b/D:2; D:3; D:4).</p> <p>Educação Escolar, Inclusão e Diversidade. Inclusão Escolar. (C:8b/D:1).</p> <p>Diretrizes para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais.</p>	<p>Implicações das diferenças: necessidades e potencialidades na aprendizagem. (C:3b/D:2)</p> <p>Caracterização dos vários grupos de indivíduos com deficiências em função de suas NEE. (C:4b/D:2).</p> <p>Caracterização e classificação do portador de NEE. (C:5b/D:2)</p> <p>Os sujeitos do processo educacional especial: portadores de NEE. (C:6b/D:1).</p> <p>Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com TGD / Def. Intelectual / Altas Habilidades. (C:7b/D:2).</p> <p>Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com deficiência múltipla e física. (C:7b/D:3).</p> <p>Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com deficiência visual e auditiva. (C:7d/D:4).</p> <p>Os vários tipos da excepcionalidade. (C:8d/D:2).</p> <p>Caracterização da Clientela. (C:10b/D:1).</p> <p>Caracterização e classificação do portador de NE. (C:11b/D:1).</p> <p>Deficiências . (C:12b/D:1).</p>	<p>Educação Inclusiva: políticas e suas implicações organizacionais e pedagógicas. (C:4b/D:2)</p> <p>Questões políticas [...] Educação Inclusiva. (C:6b/D:1).</p> <p>Políticas para educação básica e o atendimento de alunos com NEE. Reorganização das redes de ensino para o atendimento de alunos com NEE. Diretrizes, resoluções e políticas de EE. (C:7b/D:1).</p> <p>Políticas afirmativas de Inclusão. (C:8b/D:1).</p> <p>Princípios norteadores da Educação Especial, Legislação e Normas. (C:10b/D:1)</p> <p>Legislação. (C:11b/D:1).</p> <p>Políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação inclusiva. (C:12b/D:1).</p>	<p>Exclusão e integração de alunos no sistema regular de ensino. (C:1b/D:1)</p> <p>desafios postos à formação docente (C:2b/D:1)</p> <p>Libras na perspectiva da educação inclusiva e da educação bilíngue (C:2b/D:1)</p> <p>Libras e Braille – o Ambiente Escolar como espaço promotor de integração. (C:3b/D:2)</p> <p>Integração social pela efetivação da equiparação de oportunidades para todos. (C:5b/D:2)</p> <p>Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: sujeito, família, escola e sociedade. (C:6b/D:1).</p> <p>Bidocência, segundo professor, docência compartilhada, ensino colaborativo: conceitos e práticas. Planejamento colaborativo em sala de aula. (C:7b/D:1).</p> <p>O Brasil Contemporâneo e os desafios da inclusão social da necessidade de uma visão cíclica. A Escolarização do portador de deficiência no Brasil. (C:8b/D:1).</p> <p>O processo de avaliação e diagnóstico do excepcional. Processo de orientação familiar no atendimento ao excepcional. (C:8b/D:2).</p> <p>A inclusão social como um processo de ações afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir todos os grupos ou populações à margem da sociedade. A educação inclusiva enquanto reflexão da sociedade holística, incluindo todas as dimensões da vida, em especial: o econômico, o cultural, o político, o religioso e o ambiental. Formação dos professores em Educação Especial. (C:10b/D:1).</p> <p>Temas articuladores. (C:11b/D:1) . (C:12b/D:1).</p>

(continua)

⁵⁷ No quadro em questão os números que aparecem após "C:" são indicativos dos cursos a que cada trecho precedido por um asterisco se refere, conforme associação estabelecida no quadro 17. E, os números registrados após "D:" referem-se ao número associado a cada disciplina de cada curso, também no quadro 17. Essa mesma forma de identificação dos cursos e disciplinas será utilizada nos demais quadros.

Quadro 24 – Categorização do conteúdo das disciplinas tipo “Fundamentos da Educação Especial” dos cursos EaD

Fundamentos	Prática pedagógica	Público alvo (especificidades)	Leis e Política	Outros (categoria residual)
crítico-social da EE. (C:11b/D:1). História e os paradigmas da inclusão e educação especial (C:12b/D:1).	Princípios e características da educação inclusiva. (C:9b/D:2). Pólos complementares da ação pedagógica: o social e o pedagógico. específica. Educação inclusiva. Recursos e modalidades de atendimento. (C:11b/D:1). EE. Inclusão. Metodologias específicas de atendimento educacional. (C:12b/D:1).			

(conclusão)

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Por sua vez, o quadro 25 apresenta uma classificação dos conteúdos das ementas das disciplinas do tipo “Fundamentos da educação Especial” ofertadas cursos presenciais de Pedagogia analisados nesta pesquisa.

Quadro 25 – Categorização do conteúdo das disciplinas do tipo "Fundamentos da Educação Especial"

Fundamentos	Prática pedagógica	Público alvo	Leis/Polític	Outros
*História do atendimento de pessoas com NEE (C:2c/D:2); EE e seus fundamentos teóricos. (C:3c/D:2) *Princípios norteadores da EE e da Educação Inclusiva. (C:4c/D:1) *Análise de aspectos históricos, natureza e extensão da excepcionalidade. Caracterização e estudo da evolução do atendimento educacional de pessoas com NEE. (C:5c/D:1) *Compreensão do desenvolvimento histórico e filosófico da EE (C:6c/D:2) Análise de aspectos históricos, natureza e extensão da excepcionalidade. ... evolução do atendimento educacional de pessoas com NEEs. (C:7c/D:1) *Princípios éticos e filosóficos da Educação Inclusiva no contexto da Escola Pública (C:7c/D:1) * A EE na História.	* Estratégias pedagógicas favorecedoras da inclusão no contexto escolar. Avaliação das NEE no contexto educacional. (C:1c/D:2) *NEE e mediação na prática pedagógica (C:2c/D:2) Programas de atendimento (C:4c/D:1) *Proposta pedagógica para a educabilidade de alunos com NEs (área mental, auditiva, visual e física) (C:5c/D:1) *Análise e construção do processo de Educação Inclusiva, priorizando adaptações curriculares e redes de apoio como estratégia para educação de alunos com NEs. (C:7c/D:1) *Proposta pedagógica para a educabilidade de alunos com NEs (C:7c/D:1-Pre) *Educação Especial e Currículo. Atendimentos educacionais específicos nas diferentes áreas das deficiências, altas habilidades e TGD. O Processo pedagógico em EE. (C:8c/D:1) Formas de atendimento da EE, nos	*Caracterização das NEE (C:1c/D:2) *Identificar diferentes NEE (C:2c/D:2) *Caracterização e classificação do portador de NEE. (C:3c/D:2) *Caracterização da clientela. (C:4c/D:1) *Alunos com NEs (área mental, auditiva, visual e física), a partir de suas características e possibilidades. (C:5c/D:1) *Conhecimento das características das pessoas com NEE na perspectiva histórico-social. (C:6c/D:2) a partir de suas características e possibilidades. (C:7c/D:1) * O AEE e a educação inclusiva. Acessibilidade e Tecnologia	*Legislação e normas. (C:4c/D:1) *Direito, Legislação, Cidadania. (C:7c/D:1) Marcos político-legais da inclusão. (C:9c/D:1) Conceitos de legislação, (C:9c/D:1) *Reflexão crítica de questões-políticas educacionais na ação do educador. (C:9c/D:1) *Políticas públicas de inclusão escolar. Políticas públicas para EE.	*EE nos diferentes níveis de ensino (C:2c/D:2) Integração social pela efetivação da equiparação de oportunidades para todos. Escolas especializadas, ensino inclusivo e ensino regular. (C:3c/D:2). Formação de Recursos Humanos. (C:4c/D:1) O profissional pedagogo no processo de inclusão escolar. A família e a comunidade diante das demandas da inclusão. (C:9c/D:1) . prevenção, ajustamento pessoal, social e profissional da pessoa com NEE. (C:9c/D:1) Acessibilidade. (C:11c/D:1)

(continua)

Quadro 25 – Categorização do conteúdo das disciplinas do tipo "Fundamentos da Educação Especial"

Fundamentos	Prática pedagógica	Público Alvo	Leis/Políti	Outros
<p>(C:8c/D:1) *Abordagem histórica sobre a participação social das pessoas com deficiência. (C:9c/D:1) Os paradigmas da integração e da inclusão social e escolar. (C:9c/D:1) *Evolução histórica (C:10c/D:1) *fundamentos históricos, sócio-políticos e éticos. (C:10c/D:1) *Processos de inclusão, conceito, histórico, experiências. (C:11c/D:1) *Construção histórica da EE/Inclusiva. (C:12c/D:1) *Evolução histórica da EE no Brasil e no Paraná. (C:13c/D:1) *Evolução histórica dos métodos para a EE. (C:14c/D:1) Concepção de diversidade e educação inclusiva(C:15c/D:2) *Fundamentos da EE. (C:16c/D:1) *Evolução histórica, prevenção, ajustamento pessoal, social e profissional da pessoa com NEEs. Fundamentos históricos, sócio-políticos e éticos. (C:16c/D:2) Fundamentos teórico-metodológicos do processo de ensino e aprendizagem na EE (C:17c/D:1). *Análise do desenvolvimento histórico e do contexto da EE no Brasil. Fundamentos da EE e da educação inclusiva. Bases teóricas e as consequências metodológicas que têm caracterizado a EE. (C:18c/D:1). Aspectos ético-político-filosófico-educacionais de integração da pessoa com NEE. EE no Brasil. (C:20c/D:1). A História da Educação Especial no Brasil (C:21c/D:1). conhecimento sobre a história do atendimento de pessoas com NEE (C:23c/D:1)</p>	<p>sistemas de ensino(C:9c/D:1) *Atendimento especial no sistema regular de ensino. (C:11c/D:1) *Pressupostos sociais, educacionais [...] e políticos. (C:12/D:1 e D.3) *Programas de atendimento. (C:13c/D:1) * Pólos complementares da ação pedagógica: o social e o pedagógico. Recursos e modalidades de atendimento. (C:14c/D:1) *Práticas pedagógicas e a inclusão. (C:15c/D:2) Pesquisas e práticas pedagógicas. (C:16c/D:1) *Formas de atendimento da EE, nos sistemas de ensino. (C:16c/D:2) *Reflexão crítica de questões-políticas educacionais na ação do educador. (C:16c/D:2) Procedimentos pedagógicos voltados às áreas específicas de deficiência (C:17c/D:1) *A educação inclusiva e a ação educativa: suportes necessários e estratégias de intervenção(C:18c/D:1). a ação educacional e social, as tendências participativo – integrativas(C:19c/D:1). Problemas específicos da aprendizagem e procedimentos de superação dos mesmos. (C:20c/D:1). O trabalho com os portadores de deficiência visual. Braille e Sorobã como metodologias de ensino para portadores de deficiência visual. (C:19/D:2). Educação inclusiva: as bases teórico práticas da educação inclusiva no sistema escolar, (C:21c/D:1). estratégias para ajudar no seu desenvolvimento cognitivo dentro das possibilidades de cada um. (C:22c/D:1). * [...]procedimentos metodológicos e papel da família). (C:22c/D:1). *Adaptações curriculares e o aluno com NEE na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. (C:22c/D:2). NEE e mediação na prática pedagógica (C.23c/D.1)</p>	<p>Assistida (TA). (C:9c/D:1) *NEs, conceitos e definições. Deficiência física. Deficiência mental. Superdotação/altas habilidades. Condutas típicas. (C:11c/D:1) *Características da pessoa com NEEs. (C:12c/D:3) *Caracterização da clientela. (C:13c/D:1) *Caracterização e classificação do portador de NEEs. (C:14c/D:1) * resposta às diferenças individuais. (C:15c/D:2) *Conceito, etiologia, identificação e principais características dos portadores de NEEs. (C:16c/D:1) *Tipos de Deficiências. (C:16c/D:2) *Conhecimentos das especificidades e potencialidades das pessoas com NEEs(C:19c/D:1). *Conhecimento e compreensão dos indivíduos pessoas com NEE (C:22c/D:1). Deficiência: Mental, Auditiva, Visual, Física e Múltipla (Conceito, causas, categorias, identificação, sinais, indicadores, [...] (C:22c/D:2).</p>	<p>Estrutura e Funcionamento da EE. (C:11/D:1) *Pressupostos [...] e políticos. (C:12/D:1) *Legislação e normas. (C:13/D:1) *Legislação específica. (C:14/D:1) Políticas públicas e legislação. (C:15/D:2) * legislação (C:16/D:2) Legislação da Educação Especial: visual, auditiva, física e mental. . (C:21/D:1). A educação especial e fundamentação legal. (C:22/D:2).</p>	<p>Direitos humanos: cidadania, trabalho e multiculturalismo. (C:12c/D:1) Vida independente, cidadania e trabalho. Inclusão, família e escola. (C:12c/D:3) Formação de recursos humanos. (C:13c/D:1) *Temas articuladores. Concepção crítico-social da EE. (C:14c/D:1) *Moderna visão da EE e formas de atuação no contexto aluno-família-escola. (C:16c/D:1) Necessidades inclusivas. (C:17c/D:2) *A formação de professores para a EE: Noções básicas de BRAILLE, e outras línguas pertinentes a EE e inclusão. (C:18c/D:1). *a normalização, integração e participação plena do aluno no usufruto dos seus direitos de cidadão. (C:19c/D:1). *A formação do estigma: exclusão e integração de indivíduos no grupo social. Exercício da cidadania dos portadores de NEEs. Determinantes e prevenção das deficiências mais comuns. (C:20c/D:1). Integração e Inclusão. A escola como espaço inclusivo. A pessoa com deficiência e o mundo do trabalho. (C:22c/D:2).</p>

Tendo em vista os quadros 24 e 25, ressalta-se a escassa alusão direta aos recursos pedagógicos acessíveis e aos conhecimentos técnicos da Educação Especial que são o centro da prática de AEE na PNEEPEI. É importante lembrar que o ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa; do sistema Braille, das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva; de atividades de vida autônoma e social; e, orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação, dentre outros, são funções estabelecidas por lei para o atual professor de Educação Especial. De qualquer forma, mesmo se estes temas fossem abordados, pouco se pode ensinar em relação aos mesmos, em decorrência da carga horária total da disciplina. Embora pesquisas como a de Omote *et al.* (2005) apontem a possibilidade de que as atitudes de futuros professores em relação à inclusão possam ser modificadas por meio intervenções relativamente breves, como cursos com 14 horas de duração, com informações e situações de reflexão e discussão sobre a inclusão, há de se convir que, se a sensibilização é possível em cursos breves, a preparação técnica não é provável nestas condições.

Quanto à carga horária e o período de oferta das disciplinas especificamente voltadas para Educação Especial nos cursos de Pedagogia EaD, excetuando-se o curso 7b, que apresenta um número atípico de disciplinas, constata-se uma média de 83,6 horas de carga horária voltada especificamente para EE em cada curso (vide quadro 26) e um predomínio de oferta destas disciplinas no 3º (25%) e 4º (56,25%) ano do curso.

Quadro 26 – Carga horária das disciplinas que abordam a Educação Especial - Pedagogia (EaD)

Nº ⁵⁸	Disciplinas	Ano	c/h
1b	1. Tópicos Especiais para Inclusão Educacional	4º	68
2b	1. Educação, Inclusão e Libras	4º	90
3b	2. Educação Inclusiva	3º	90
4b	2. Processos Escolares de Inclusão	4º	60
5b	2. Educação Especial e Integração Social	2º	120
6b	1. Educação Inclusiva	3º	68
7b	1. Políticas Públicas de Educação Especial	4º	60
	2. Inclusão e Biodiversidade	4º	60
	3. Atendimento Educacional de alunos com Deficiência Intelectual ou TGD	4º	60
	4. Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Física	4º	60
	5. Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Sensorial	4º	60
8b	1. Educação Inclusiva	4º	80
	2. Teoria e prática de integração da pessoa com NEEs	3º	60
9b	2. Cidadania e Sociedade	2º	68
10b	1. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva – 12º módulo	-	-
11b	1. Aprendizagem e Educação Especial	3º	60
12b	1. Educação Especial e Inclusão	2º	72
MÉDIA			83,6

Fonte: Elaboração do autor (2015).

⁵⁸ Número indicador do curso em que consta cada disciplina ou conjunto de disciplinas indicadas no quadro 17.

Estes dados relativos aos cursos EaD são próximos aos dados relacionados com os cursos de Pedagogia presenciais ofertados no Estado do Paraná, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 27 – Carga horária das disciplinas que abordam a EE - Cursos presenciais de Pedagogia

	Disciplinas	Ano	c/h
1c	2. Educação Especial	3°	60
2c	2.Necessidades Educacionais Especiais	4°	64
3c	2.Educação Especial e Integração Social	2°	120
4c	1.Fundamentos da Educação Especial	1°	60
	2. Educação Especial na área não Escolar – Optativa	3°	60
5c	1. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	2°	102
6c	2. Fundamentos da Educação Especial	4°	68
7c	1. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	1°	136
8c	1. Educação Especial	3°	60
9c	1. Educação Inclusiva	4°	68
10c	1.Fundamentos da Educação Especial	4°	80
	2. Educação Inclusiva	4°	80
11c	1. Educação, Alteridade e Processos Inclusivos	4°	80
12c	1. Fundamentos da Educação Especial Inclusiva	4°	102
	3. Teoria e Metodologia da Educação Especial e Inclusiva	4°	136
13c	1.Fundamentos da Educação Especial	2°	80
14c	1. Aprendizagem e Educação Especial	3°	60
15c	2. Diversidade e Educação Inclusiva	4°	80
16c	1. Fundamentos Metodológicos da Educação Especial I	2°	40
	2. Fundamentos Metodológicos da Educação Especial II	3°	40
17c	1. Fundamentos da Educação Especial	3°	66
18c	1. Educação Especial e Inclusiva	3°	68
19c	1. Fundamentos da Educação Especial	3°	68
20c	1.Fundamentos da Educação Especial	3°	72
	2. Metodologia e Prática em Educação Especial	4°	18
21c	1. Fundamentos da Educação Inclusiva - 80 horas – 8° sem. – 4° ano	4°	80
22c	1. Didática, estratégias e recursos da educação de pessoas com necessidades especiais (PNE)	3°	80
	2. A inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação básica	3°	80
	3. Pesquisa e prática pedagógica	3°	40
	5. Estágio supervisionado na educação de pessoas com necessidades especiais	4°	50
23c	1.Necessidades Educacionais Especiais	4°	34
Média ⁵⁹ :			97,04

Fonte: Elaboração do autor (2015).

No que se refere aos cursos presenciais de Pedagogia que compõe a amostra analisada nesta etapa de pesquisa, observa-se uma média de 97,04 horas de disciplinas voltadas

⁵⁹ Somando-se a carga horária de todas as disciplinas de todos os cursos têm-se: 1c(60) + 2c(64) + 3c(120) + 4c(60) + 4c(60) + 5c(102) + 6c(68) + 7c(136) + 8c(60) + 9c(68) + 10c(80) + 10c(80) + 11c(80) + 12c(102) + 12c(136) + 13c(80) + 14c(60) + 15c(80) + 16c(40) + 16c(40) + 17c(66) + 18c(68) + 19c(68) + 20c(72) + 20c(18) + 21c(80) + 22c(80) + 22c(80) + 22c(40) + 22c(50) + 23c(34) = 2232 horas. Subdividindo-se o resultado desta soma (2232 horas) pelo total de cursos (23 cursos) tem-se uma média 97,04 de disciplinas voltadas especificamente para Educação Especial em cada Curso.

especificamente para Educação Especial. Esta média é decorrente especialmente de dois cursos (12c e 22c) com cargas horárias destoantes em relação aos demais, como por exemplo, o curso 22c, que apresenta 250 horas de disciplinas especificamente direcionadas para Educação Especial. Excetuando-se estes dois cursos, a média⁶⁰ de carga horária destinada exclusivamente a disciplinas que abordam Educação Especial é de 83 horas. Doze (52,17%) dos 23 cursos presenciais apresentam menos do que 70 horas de disciplinas do tipo em questão. Ora, 70 horas em um contingente de 3200 horas - o mínimo da carga horária prevista por lei para os cursos de Pedagogia - corresponde a apenas 2.18 % do tempo utilizado para formar um pedagogo.

Quanto ao período de oferta destas disciplinas, novamente constata-se um predomínio de ocorrência das mesmas no 3º ano (38,7%) e no 4º ano (41,9%) dos cursos de Pedagogia. No caso da não alusão a temáticas relacionadas com a Educação Especial em outras disciplinas dos cursos em questão – tendência que observou-se como predominante – esta concentração das disciplinas voltadas especificamente para Educação Especial nos anos finais do curso pode fazer com que o licenciando passe por grande parte das disciplinas formativas sem lembrar da existência dos alunos PAEE.

É interessante então entender o posicionamento da disciplina Libras nos cursos de Pedagogia, assunto do próximo tópico.

4.3.4 Disciplinas Libras

Além das disciplinas supracitadas, em todos os cursos analisados ocorre a oferta de pelos menos uma disciplina voltada para a apresentação das noções introdutórias de Libras. No entanto, em alguns cursos, o ensino destas noções consta no interior de ementas de disciplinas voltadas para Educação Especial ou Educação Inclusiva, como por exemplo, no curso 3b, em que a ementa da disciplina “Educação Inclusiva” é composta pelos seguintes temas: “[...] as dimensões do conceito de Educação Inclusiva. Implicações das diferenças: necessidades e potencialidades na aprendizagem. Libras e Braile – o Ambiente Escolar como espaço promotor de integração” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, 2009, p. 144).

⁶⁰ A carga horária de disciplinas nos cursos 12c e 22c totaliza 488 horas. A soma da carga horária de todos os outros cursos citados no quadro 28 totaliza 1744 horas. 1744 dividido por 21 cursos corresponde a média de carga horária de 83 horas.

Nas disciplinas de Libras, a ênfase está no ensino de noções introdutórias da Língua Brasileira de Sinais: em apenas duas disciplinas as distintas perspectivas de educação do Surdo são postas em pauta, com discussões sobre o bilinguismo – abordagem que supostamente orienta as políticas e práticas atuais de educação das pessoas com surdez. O quadro a seguir retrata e exemplifica a classificação do conteúdo das disciplinas do tipo Libras, presentes nos cursos de Pedagogia EaD, analisados nesta pesquisa.

Quadro 28 – Categorização do conteúdo das ementas das disciplinas do tipo "Libras" – Cursos EaD

LIBRAS	Bilinguismo e história	Ensino do surdo	Ensino do surdo	Outros
<p>*Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar (C:1b/D:2) Conceitos básicos da língua de sinais. (C:4b/D:1) *Língua brasileira de sinais - LIBRAS – a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda. (C:5b/D:1) *A Linguagem Brasileira de Sinais enfatizando seus recursos e atuação do profissional como intérprete. O treinamento em tradução/interpretação em diversas situações práticas envolvendo esse profissional (C:7b/D:6) *Libras I e II(C:8b/D.3 e 4) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). (C:9b/D:1) Sistema de transcrição para Libras. Interpretação de frases. (C:10b/D:2) *Noções da Língua Brasileira de Sinais origem histórica; (C:11b/D:1) Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes (C:12b/D:2)</p>	<p>* [...]na perspectiva da educação inclusiva e da educação bilíngue. (C:2b/D:1) O papel do professor bilíngue, do professor surdo e do intérprete de LIBRAS. (C:6b/D:2) Bilinguismo. (C:9b/D:1) Fundamentos históricos da educação de surdos. (C:12b/D:2) Cultura Surda. História dos surdos. (C:6b/D:2).</p>	<p>priorizando o desenvolvimento dos alunos e o processo de aprendizagem. (C:2b/D:1) LIBRAS: Letramento e alfabetização do surdo; A interferência da Língua de Sinais na produção de textos escritos (C:3b/D:2) *Fundamentos histórico-filosóficos da educação de surdos (C:4b/D:1) Pedagogia Visual e Pedagogia da Diferença (C:7b/D:6). aquisição da linguagem da pessoa surda. (C:9b/D:1)</p>	<p>LIBRAS a partir dos estudos semióticos e linguísticos [...] aspectos estruturais e pragmáticos da Língua Portuguesa e da LIBRAS. (C:2b/D:1) Aspectos linguísticos de LIBRAS. Tradução e interpretação de LIBRAS. (C:4b/D:1) Abrangência visual baseada em regras gramaticais da língua de sinais e da cultura surda (C:5b/D:1) Aspectos particulares e variações linguísticas da LIBRAS. Noções de configuração de mão. (C:7b/D:6). Aspectos linguísticos da língua de sinais brasileira. (C:9/D:1) *Vocabulário das Classes Semânticas (Cores, vestuários, animais, alimentos, família e outros). (C:10b/D:2) *Gramática (pronomes, verbos e adjetivos). (C:10b/D:2) Vocabulário (horas, profissões, lugares públicos, lateralidade, cidades, estados, países, economia, utensílios domésticos). (C:10b/D:2) Alfabeto Manual. (C:10b/D:2) Aspectos linguísticos da Libras. (C:12b/D:2)</p>	<p>*Concepções de surdez. (C:4b/D:1) *Atuação em laboratório e em outros ambientes onde o intérprete apresentará suas competências[...]. Vivência em Dinâmicas de Grupo e Jogos dramáticos. [...] Avaliação do meu corpo interpretado pelo outro. (C:6b/D:2) A formação das pessoas surdas. LIBRAS no ambiente profissional e nos contextos educacionais. (C:7b/D:6). Caracterização dos órgãos fonoarticulatórios. Percepção visual e auditiva da linguagem oral. Quadro fonético. (C:9b/D:1) Língua de sinais e conceito, mais terminologia Surdo x mudo. História da educação dos surdos no Brasil e no Mundo. (C:10b/D:2) *políticas educacionais para os surdos(C:11b/D:1) Conceito de Libras. Legislação específica. (C:12b/D:2)</p>

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Por sua vez, o quadro 29 retrata a classificação do conteúdo das disciplinas do tipo Libras, presentes nos cursos presenciais de Pedagogia, analisados nesta pesquisa, confirmando o identificado no quadro 28: a ênfase nas noções básicas e estruturais de língua com menor atenção ao ensino do Surdo.

Quadro 29 – Categorização do conteúdo das ementas das disciplinas do tipo "Libras" – cursos presenciais

LIBRAS	Bilíngüismo e história	Ensino do surdo	Aspectos estruturais	Outros
<p>Experimentação da utilização da libras: desenvolvendo a expressão gestual-visual-especial. (C:1c/D.4)</p> <p>Análise do processo de tradução e interpretação: Libras/Português Português/Libras. (C:1c/D.4)</p> <p>Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino fundamental e médio. (C:2c/D.1)</p> <p>Língua brasileira de sinais - LIBRAS – a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda. (C:3c/D.1)</p> <p>Noções básicas da língua de sinais brasileira. (C:4c/D.3)</p> <p>Conhecimento e desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para a aquisição da Libras – a Língua de modalidade visual e gestual das pessoas surdas. (C:5c/D.2)</p> <p>os fundamentos da língua brasileira de sinais e a cultura da pessoa surda. (C:6c/D.1)</p> <p>Desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição da LIBRAS - a língua de modalidade visual e gestual das pessoas surdas. (C:7c/D.2)</p> <p>O ensino de Libras (C:10c/D.3)</p>	<p>Bilingüismo e direito dos surdos. (C:7c/D.2)</p> <p>Bilinguismo. (C:9c/D:2)</p> <p>A história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. (C:9c/D:2)</p> <p>Retrospectiv a histórica sobre os surdos. (C:10c/D.3)</p> <p>Fundamentos da educação de surdos e seu histórico (C:11c/D.3)</p> <p>Retrospectiv a histórica sobre os surdos, sua língua(C:12c /D.2)</p> <p>Bilingüismo e Surdez: propostas bilíngües para a educação de pessoas surdas – implicações teóricas e pedagógicas. (C:16c/D.4)</p>	<p>[Aspectos clínicos] e educacionais da surdez. (C:1/D.4)</p> <p>Análise das tendências educacionais segregação e inclusão dos alunos surdos. (C:1/D.4)</p> <p>A disciplina aborda os aspectos ético-políticos da educação da pessoa surda (C:6/D.1)</p> <p>Educação de surdos no Brasil. Documentos Internacionais e Legislação Nacional referente à Educação de Surdos.</p>	<p>Caracterização e desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): aspectos lógicos, morfológicos e gramaticais (sintaxe). (C:1c/D.4)</p> <p>Abrangência visual baseada em regras gramaticais da língua de sinais e da cultura surda (C:3/D.1)</p> <p>regras gramaticais da LIBRAS e do Segmento das Pessoas Surdas. (C:7c/D.2)</p> <p>A forma e estruturação da gramática da LIBRAS e o conjunto do seu vocabulário. (C:9c/D:2)</p> <p>Como se desenvolveram as línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. As singularidades linguísticas (C:9c/D:2)</p> <p>noções básicas dos aspectos linguísticos(C:10c/D.3)</p> <p>*Aspectos linguísticos da Libras. Vocabulário em Libras: alfabeto manual, numerais, cumprimentos, tempo, apresentação pessoal, pronomes interrogativos, graus de parentesco, adjetivos, meios de transporte, alimentos, meios de comunicação, profissões, ambiente escolar. Estrutura gramatical da Libras. (C:11c/D.3)</p> <p>Noção básica de aspectos linguísticos de Libras. (C:12c/D.2)</p>	<p>A cultura das pessoas surdas. (C:1/D.4)</p> <p>História da surdez e da língua de sinais. (C:4/D.3)</p> <p>Constituição do sujeito surdo. (C:4c/D.3)</p> <p>O processo de aquisição da linguagem da pessoa surda.</p> <p>Caracterização dos órgãos fonarticulatórios. Quadro fonético.</p> <p>Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. (C:9c/D:2)</p> <p>*O tradutor/intérprete de Língua de Sinais. (C:11c/D.3)</p> <p>sua cultura e sua identidade(C:12c/D.2).</p> <p>políticas educacionais para os surdos(C:14c/D.2)</p> <p>. Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários. . (C:16c/D:4)</p>

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Ressalta-se que, em alguns contextos, equivocadamente, a inserção compulsória do Ensino de Libras nos currículos de Licenciatura, determinada pelo Decreto n. 5.626 (BRASIL, 2005a), foi interpretada como o tratamento adequado às questões da Educação Inclusiva ou da Educação Especial.

É como se uma demanda peculiar da pessoa Surda traduzisse aquelas relacionadas à pessoa cega, ou com deficiência intelectual, ou com altas habilidades, por exemplo. Entretanto, vale ressaltar que essa é uma disciplina que atende apenas à especificidade de um grupo de pessoas e não representa, portanto, como algumas instituições de ensino superior vêm alegando, que a formação para lidar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais está “atendida”. (CRUZ; GLAT, 2014, p. 262-263).

Ora, os quadros 28 e 29 indicam que os conteúdos abordados na disciplina em questão respondem apenas à especificidade da pessoa com deficiência auditiva, talvez sequer atendendo a demanda deste segmento, em função de não poder se preparar alguém para “falar” uma língua em uma disciplina e de se colocar mais ênfase nos aspectos estruturais da Libras do que na Educação do Surdo.

Além disso, neste ínterim, como pode ser observado no quadro 30, os cursos de Pedagogia EaD apresentam uma carga horária média de apenas 76 horas de disciplinas voltadas para o ensino de Libras.

Quadro 30 – Libras nos cursos de Pedagogia EaD

Contagem	Número e nome das disciplinas	Ano	c/h
1b	2. Introdução a Libras	4°	68
2b	1. Educação, Inclusão e Libras	4°	90
3b	2. Educação Inclusiva	3°	90
4b	1. Libras	4°	60
5b	1. Libras	1°	80
6b	2. Libras	4°	68
7b	6. Língua de Sinais	4°	60
8b	3. Libras I	2°	40
	4. Libras II	2°	80
9b	1. Libras	4°	68
10b	2. Libras	-	-
11b	2. Língua de Sinais e Educação para Surdos	3°	60
12b	2. Língua Brasileira de Sinais	4°	72
Média ⁶¹			76

Fonte: Elaboração do autor (2015).

⁶¹ Resultado obtido a partir da soma da carga horária de cada disciplina em cada curso [1b(68) + 2b(90) + 3b(90) + 4b(60) + 5b (80)+6b(68) + 7b(60) + 8b(40+80)+9b(68)+11b(60)+12b(72) = 836] subdividida pelo total de cursos (11).

Por sua vez, como pode ser observado no quadro 31, os cursos de Pedagogia presenciais apresentam uma carga horária média de apenas 59,2 horas de disciplinas voltadas para o ensino de Libras. Trata-se de uma média de carga horária inferior ao ensino de Libras nos cursos presenciais do que nos cursos EaD. Considerando-se as duas modalidades tem-se uma média de 67.6 horas de carga horária destinadas ao ensino de Libras, nos cursos de Pedagogia.

Quadro 31 – Libras nos cursos de Pedagogia Presenciais

Contagem	Número e nome das disciplinas	Ano	c/h
1c	4. Libras	3º	60
2c	1. Introdução a Libras	1º	68
3c	1. Libras	1º	80
4c	3. Comunicação em Língua Brasileira de Sinais: Educação Bilíngue de Surdos	1º	60
5c	2. Língua Brasileira de Sinais	3º	68
6c	1. Linguagem de Sinais da Pessoa Surda	3º	68
7c	2. Libras	4º	68
8c	2. Libras	3º	60
9c	2. Libras	4º	68
10c	3. Noções de libras	4º	68
11c	3. Libras	2º	40
12c	2. Noções em Língua Brasileira de Sinais – Libras	2º	68
13c	2. LIBRAS	3º	54
14c	2. Língua de Sinais e Educação para Surdos	3º	60
15c	1. Língua Brasileira de Sinais	3º	80
16c	4. Introdução a Libras	1º	40
17c	2. Língua Brasileira de Sinais	4º	66
18c	5. Língua Brasileira de Sinais	3º	68
19c	2. LIBRAS	3º	34
20c	3. Língua Brasileira de Sinais	4º	36
21c	2. Linguagem de Sinais - LIBRAS	4º	40
22c	4. Língua brasileira de sinais	3º	40
23c	2. Introdução à Libras	1º	68
Média ⁶² de carga horária:			59,2

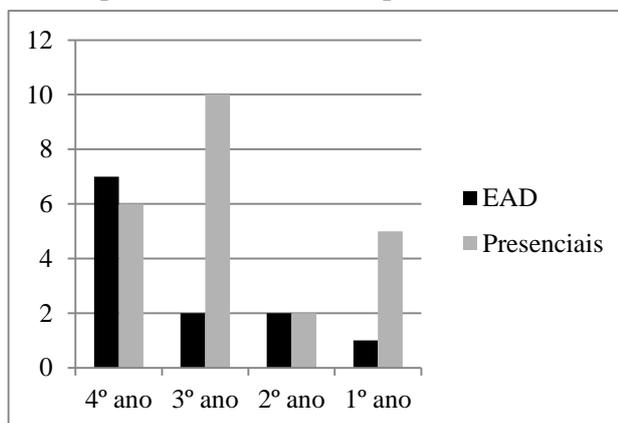
Fonte: Elaboração do autor (2015).

Observa-se também que, na amostra analisada, tanto nos cursos de Pedagogia ofertados na modalidade presencial quanto nos cursos ofertados na modalidade EaD, as disciplinas voltadas para as noções introdutórias sobre a Libras são ofertadas predominantemente nos anos finais do referido curso. Nos cursos ofertados na modalidade EaD 63% das ofertas da disciplina de Libras ocorrem no último ano letivo (4º ano) da graduação; e, nos cursos

⁶² Resultado obtido a partir da soma da carga horária de cada disciplina em cada curso [1c(60) + 2c(68) + 3c(80) + 4c(60) + 5c(68) + 6c(68) + 7c(68) + 8c(60) + 9c(68) + 10c(68) + 11c(40) + 12c(68) + 13c(54) + 14c(60) + 15c(80) + 16c(40) + 17c(66) + 18c(68) + 19c(34) + 20c(36) + 21c(40) + 22c(40) + 23c(68) = 1362] subdividida pelo total de cursos (23).

ofertados na modalidade presencial 43% das ofertas da disciplina de Libras ocorrem no terceiro ano letivo das graduações e 26 % no último ano letivo (4º ano) das mesmas. O gráfico a seguir detalha mais precisamente estas informações:

Gráfico 4 – Período em que são ofertadas as disciplinas de Libras – análise PPPs



Fonte: Elaboração do autor (2015).

Assim, reforça-se que as disciplinas que abordam a Educação Especial ou conhecimentos técnicos específicos desta modalidade de ensino são aquelas obrigatoriamente inseridas por leis ou por recomendações legais, a saber: Libras e algo do tipo “Fundamentos da Educação Especial”. No entanto, como já mencionado, existem algumas raras exceções.

Nas raras⁶³ ementas em que a Educação Especial é citada em disciplinas (disciplinas associativas) voltadas para a discussão da educação como um todo ou para educação regular, a modalidade de ensino em questão ou o público-alvo a ela relacionado é situado ao lado de outros grupos que representam o rol da diversidade humana ou das pessoas com diferenças significativas. Como por exemplo, na disciplina “Educação e Diversidade” do curso 1c, em que se aborda o “[...] conceito de diversidade, inclusão e exclusão. Processo de discriminação, estigmatização e segregação social. Caracterização das diferenças significativas: classe social, gênero, cultura, etnia, religião e **pessoas com necessidades especiais**” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA⁶⁴, 2009, p. 29, grifo nosso).

Além das disciplinas supracitadas, em três cursos (1c, 16c e 17c) existem disciplinas voltadas para as Dificuldades de Aprendizagem⁶⁵ e estas disciplinas aludem a Educação

⁶³ (ocorre apenas em três cursos, em três disciplinas, a saber: curso 1c, na disciplina “Educação e Diversidade”; curso 11c, na disciplina “Alfabetização, Fundamentos e Metodologias”; e na disciplina Políticas Públicas de Educação, do curso EaD 3b).

⁶⁴ PPP aprovado pela Resolução CEPE/CA 0109/2009.

⁶⁵ Pessoas com dificuldades de aprendizagem atualmente não são identificados como PAEE, no entanto as disciplinas em questão as identificam como PAEE.

Especial. Trata-se de cursos desenvolvidos na modalidade presencial que ofertam as disciplinas indicadas a seguir:

Quadro 32 – Disciplinas que abordam as dificuldades de aprendizagem

C	Disciplinas que abordam a dificuldade de aprendizagem	Ano	C/h
1c	3. Saberes e fazeres do professor diante das dificuldades de aprendizagem	3º	60
16c	5. Dificuldades de Aprendizagem	2º	40
17c	3. Dificuldades de Aprendizagem	4º	44

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Assim, ressalta-se novamente que a grande maioria dos PPPs dos cursos de Pedagogia analisados apresenta ementas de disciplinas em que a Educação Especial é assunto específico das disciplinas a ela diretamente direcionadas e que, no corpo dos textos dos PPPs analisados, não constam indicações de que a Educação Especial deva ser um tema abordado nas disciplinas relacionadas com o Ensino Regular. Este e os demais resultados da presente pesquisa serão discutidos e analisados na próxima seção.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 ENTRE A POLÍTICA E OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A partir do resgate da história da formação de professores para Educação Especial no Paraná, relembrou-se que, no Estado em questão, já houve dezenas de cursos de licenciatura que ofertavam habilitação específica em Educação Especial; que nele já existiram cursos (Estudos Adicionais) com obrigatória previsão de Estágios em Educação Especial e de corpos docentes com experiência e qualificação com cada segmento da Educação Especial, com estrutura unifocal e com oferta por IES públicas. Mas os tempos mudaram.

A nova estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial deslocou o lugar dos professores de AEE das escolas especiais - que atuavam especificamente com um segmento de alunos PAEE, para a escola pública regular, para as SRM, para atuação com todos os segmentos de alunos PAEE, tanto ensinando os conhecimentos técnicos associados com Educação Especial e produzindo recursos pedagógicos acessíveis, quanto orientando os professores do ensino regular no que se refere à prática com estes discentes. Diante desta mais ampla e complexa área de atuação, acreditava-se que, logicamente, a formação do professor de Educação Especial tivesse sido aprimorada e assumida como função estatal.

No entanto, a política educacional nem sempre segue a lógica. Ou melhor: a política educacional nem sempre segue a lógica educacional, às vezes ela segue apenas a lógica de mercado, da simplificação inconsequente para produção de mão-de-obra barata. Os cursos mudaram em um sentido diametralmente distinto do esperado, produzindo ou aumentando incoerências entre o profissional que a Educação Especial demanda e o profissional que, em função da estrutura que apresentam, os cursos têm condições de formar. Estas novas, velhas e tradicionais incoerências entre a política e os cursos de formação de professores para Educação Especial, serão desveladas no tópico seguinte, em que os dados da presente pesquisa são inter-relacionados e analisados.

5.1.1 Triangulação e análises

Os dados coletados na fase I indicam que a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, em relação às estruturas que a precederam, quanto à oferta de AEE, apresenta maior ênfase nas instituições públicas de ensino regular; restringe o PAEE ao

tradicional conjunto de segmentos associado a esta modalidade de ensino; delimita um espaço (SRM) diferenciado para o AEE; consolida a aposta em modelos de formação de professores aligeirados; busca a consolidação da Educação Especial como modalidade transversal a toda a educação brasileira; contrapõe-se ao modelo clínico de Educação Especial; amplifica e modifica as funções dos docentes que atuam neste espaço incitando-os a uma atuação com todos os segmentos da Educação Especial e a ele delimitando inúmeras funções, que demandam conhecimento técnico e pedagógico.

Assim, a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira gera a demanda por um profissional polivalente e multifuncional, com conhecimentos técnicos, teóricos e pedagógicos necessários para atuação com pessoas com deficiência (visual, auditiva, intelectual ou física), com TGD ou com altas habilidades ou superdotação. Um profissional com qualificação para a produção/adaptação de recursos pedagógicos acessíveis; capacitado para articular interpretações e avaliações clínicas e pedagógicas de profissionais de diferentes áreas e assim constituir planos individuais de AEE; com ampla vivência de interação com os alunos do PAEE e submetido a estágios com pessoas de todos os segmentos que compõe o mesmo. Este professor deve ter, enfim, sólida formação no modelo pedagógico de Educação Especial e no modelo social de deficiência.

A atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira gera ainda a demanda por cursos de formação de professores que tenham o conteúdo da Educação Especial como assunto transversal a todas as disciplinas que o estruturam; por um Pedagogo, preparado para compreender as possíveis especificidades do processo educativo de alunos PAEE que estejam no ensino regular e adaptar as práticas que convencionalmente desenvolvia de forma que estas sejam acessíveis também a estes alunos.

Na fase II, constatou-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* analisados são predominantemente multifocais (74,6%), marcados por um modelo de estruturação curricular, em que há uma disciplina voltada para os fundamentos históricos e políticos da Educação Especial; uma direcionada para a legislação sobre a Educação Especial; uma disciplina que trata de cada um dos segmentos PAEE; uma disciplina voltada para a elaboração do trabalho de conclusão de curso e outras três ou quatro disciplinas com enfoques diversos. Mais detalhadamente, o quadro a seguir retrata os cursos em questão:

Quadro 33 – Síntese dos principais dados levantados sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados no Paraná

Item	Resultado
Perfil dos cursos	47 (74,6%) multifocais; 11(17,4%) focais; e, 5 (7,9%) afocais
Perfil das disciplinas	Os cursos analisados são compostos, em média, por 28,8% de disciplinas gerais e 72,2% de disciplinas específicas. No entanto, destaca-se que pelo menos 10 (15,87%) cursos analisados apresentam 50% ou mais de 50% de sua matriz curricular composta por disciplinas gerais.
Estágio	Apenas 3 (4,7%) cursos apresentam o estágio com os alunos PAEE como atividade obrigatória. 95,3% dos cursos não apresentam estágio com os alunos PAEE como atividade obrigatória
Carga horária total média	397.2 horas. A carga horária dos cursos não está relacionada com o fato de os mesmos serem focais ou multifocais, pois os cursos focais apresentam uma média de carga horária (398.2 horas) semelhante a dos cursos multifocais (397.3 horas). As cargas horárias são variáveis 360 e 830 horas.
Disciplinas que compõe o curso	Em média 13,19 disciplinas. Trata-se 17 cursos compostos por um número inferior a 11 disciplinas; 30 apresentando entre 12 e 15 disciplinas; 10 apresentando entre 16 e 18 disciplinas; e, 5 apresentando entre 19 e 23 disciplinas.
Dias de oferta das disciplinas	Destes 39 cursos 26 (65%) desenvolvem aulas exclusivamente nos sábados. Seis (15%) desenvolvem suas atividades nas sextas-feiras, sábados e, ocasionalmente, nos domingos. Seis (15%) desenvolvem atividades em outros dias da semana que não sábados e domingos. Um (5%) desenvolve suas aulas em dias aleatórios.
Frequência de oferta das disciplinas	39 cursos presenciais em questão observa-se também que 24 (61,5%) deles ofertam disciplinas com encontros quinzenais; 13 (33,3%) ofertam disciplinas com encontros semanais e 2 (5,1%) ofertam disciplinas com encontros mensais.
Tempo de duração	Variável entre 6 e 24 e médio de 15,34 meses. Predominantemente, os cursos anunciam duração de 12 (33,87% dos cursos) ou 18 meses (25,8% dos cursos).
Perfil do professores	Predominantemente Pedagogos (35,5%) e profissionais com formação relacionada à Saúde (36,6%), mas também constam professores com formação não relacionada à Educação. Quanto à titulação tem-se uma proporção de 24,4% de doutores, 54,4 % de mestres e 21,2% de especialistas. Em 66 (73,3%) dos 90 currículos não consta nenhuma alusão à atuação com Educação Especial.
Valor cobrado pelos cursos	Em média os cursos são anunciados por um preço de R\$ 3.696,00 reais. No entanto, os valores destes cursos são muito variáveis, pois foram identificados cursos com custo total de R\$ 1.270,00 reais e cursos com custo total de R\$ 6.800,00 reais.

Fonte: Elaboração do autor (2015).

A partir dos dados coletados na fase II infere-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial estão predominantemente estruturados para formar professores sem experiência prática junto ao PAEE (a menos que esta tenha sido adquirida por vias não relacionadas com a pós-graduação *lato sensu*); com improvável domínio dos conhecimentos técnicos demandados para o professor que atua com AEE na atualidade; e, com conhecimentos apenas superficiais sobre os diferentes segmentos associados com a modalidade de ensino em questão. Isso não significa que esses profissionais não possam, a partir da pós-graduação *lato sensu*, apresentar atitudes sociais modificadas em relação ao PAEE. O que se questiona é a possibilidade dos cursos em questão formarem os profissionais com os conhecimentos técnicos e didáticos que a atuação na Educação Especial atualmente demanda.

A partir dos dados coletados na fase III, observou-se, nas ementas das disciplinas dos cursos de Pedagogia analisados, uma tendência de preservação da antinomia entre Educação Especial e Educação Regular, pois as disciplinas que neles abordam a educação regular, não contem tópicos que aludem o PAEE, ficando estes restritos às disciplinas a ela especificamente direcionadas. Nesse contexto, acredita-se que os saberes relativos à escolarização do PAEE “[...] raramente dialogam com os demais componentes curriculares; como uma ilha, dentre outras, ficam isolados num oceano de contradições” (CRUZ; GLAT, 2014, p. 265). O quadro a seguir sintetiza as principais informações obtidas em relação aos cursos de Pedagogia em questão:

Quadro 34 – Síntese dos principais dados levantados sobre os cursos de pós-graduação lato sensu ofertados no Paraná

A Educação Especial na Matriz curricular dos cursos de Pedagogia	No conjunto de disciplinas	Em apenas 3 (4,6 %) cursos encontram-se disciplinas que versando sobre Educação Regular citam a Educação Especial ou o público alvo desta modalidade de ensino.
	Em disciplinas específicas	Tanto cursos presenciais quanto cursos EaD apresentam duas ou três disciplinas (em média 2,68 disciplinas) diretamente relacionadas com Educação Especial: com pequenas variações de nomenclaturas, referem-se predominantemente a “Fundamentos da Educação Especial” e “Libras”.
	Nos estágios	Em cinco (14,2%) dos trinta e cinco PPPs analisados, constam alusões ao PAEE nas disciplinas voltadas à organização dos estágios curriculares obrigatórios.
Disciplinas “Fundamentos da Educação Especial”	Carga horária	Presenciais: excetuando-se 2 cursos (12c e 22c) com cargas horárias destoantes em relação aos demais, os cursos de Pedagogia presenciais apresentam uma carga horária média de 83 horas para estas disciplinas . 12 (53%) cursos presenciais apresentam menos do que 70 horas de disciplinas do tipo em questão.
		EaD: excetuando-se o curso 7b que apresenta um número atípico de disciplinas, constata-se uma média de 83,6 horas de carga horária voltada especificamente para EE em cada curso.
	Período de oferta	EaD: ocorre um predomínio de oferta destas disciplinas no 3º (25%) e 4º (56,25%) ano do curso Presenciais: ocorre um predomínio da oferta destas disciplinas, novamente constata-se um predomínio de ocorrência das mesmas no 3º ano (38,7%) e no 4º ano (41,9%) dos cursos de Pedagogia.
Conteúdo das disciplinas.	Tanto no EaD quanto no presencial, nas disciplinas do tipo clássico há um tópico ou um conjunto de tópicos voltados para os fundamentos históricos, legais e políticos da Educação Especial; e, um conjunto de tópicos voltado para a caracterização das especificidades de cada um dos segmentos (pessoas com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento) e subsegmentos (pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência intelectual e múltipla) da Educação Especial.	
Disciplinas “Libras”	Carga horária	Os cursos de Pedagogia EaD apresentam uma carga horária média de apenas 76 horas de disciplinas voltadas para o ensino de Libras.
		Os cursos de Pedagogia presenciais apresentam um carga horária média de apenas 59,2 horas de disciplinas voltadas para o ensino de Libras. Considerando-se as duas modalidades tem-se uma média de 67.6 horas de carga horária destinadas ao ensino de Libras
	Período de oferta	EaD: 63% das ofertas no 4º ano da graduação; Presenciais: 43% das ofertas da disciplina de Libras ocorrem no terceiro ano letivo das graduações e 26 % no último ano letivo (4º ano) das mesmas.
Conteúdo das disciplinas.	Nas disciplinas de Libras, a ênfase está no ensino de noções introdutórias da língua brasileira de sinais: em apenas duas disciplinas as distintas perspectivas de educação do Surdo são postas em pauta, com discussões sobre o bilinguismo – abordagem que supostamente orienta as políticas e práticas atuais de educação das pessoas com surdez.	

Fonte: Elaboração do autor (2015).

Neste contexto, destaca-se que as disciplinas do tipo “Fundamentos da Educação Especial” apresentam poucas referências diretas aos recursos pedagógicos acessíveis, aos conhecimentos técnicos da Educação Especial - que são o centro da prática de AEE na atual política - bem como ao modelo social da deficiência. E as disciplinas do tipo Libras concentram-se na estruturação linguística da Libras, ao invés de abordarem a educação bilíngue do Surdo no contexto da escola regular e da SRM.

Em função destas características, infere-se que os momentos do curso de Pedagogia destinados ao estudo específico da Educação Especial tendem a delinear um profissional sem vivência pedagógica junto aos alunos PAEE ou aos espaços específicos desta modalidade de ensino; com noções introdutórias sobre essa modalidade de ensino; com poucos conhecimentos técnicos necessários para o exercício das funções atualmente estabelecidas para o professor de AEE; sem a compreensão de que o conhecimento da Educação Especial perpassa todas as áreas do saber que compõe o curso de Pedagogia.

Assim, a triangulação dos dados coletados na Fase I, II e III indica que a formação do professor de Educação Especial no Estado do Paraná está longe de ser coerente com os princípios e requisitos da educação inclusiva no que tange ao docente que ela demanda. Ou seja, é improvável que o docente demandado pela PNEEPEI seja formado nos cursos de Pedagogia e de pós-graduação *lato sensu* ora ofertados no Estado do Paraná, especialmente porque nestes cursos não se configura tempo para construção dos conhecimentos técnicos e pedagógicos e para vivências práticas necessárias para atuação com o PAEE. Parece pouco plausível que o estilo de formação descrito dê conta de preparar professores para a execução de todas as incumbências - funções do professor de AEE, delimitadas em Brasil (2009a) - com todos os sujeitos que compõe o PAEE. Trata-se de uma formação pífia para uma modalidade de ensino que outorga aos professores responsabilidades de *expert*, incitando-os cada vez mais ao papel de técnico-gestor de um conjunto de serviços e recursos, do que o de profissional atuando em uma perspectiva pedagógica.

Ora, se conforme os dados coletados na Fase I desta pesquisa, o Pedagogo e/ou o especialista em Educação Especial deve estar apto para atuar com os alunos PAEE, estejam estes alunos em classes regulares e/ou em escolas especiais SRM, o mínimo que se espera é que estes profissionais devam vivenciar um estágio profissional junto a estes alunos. Como Pimenta e Lima (2004, p. 61), defende-se o:

[...] estágio como lócus de formação do professor reflexivo-pesquisador, de aprendizagens significativas da profissão, de cultura do magistério, de aproximação investigativa da realidade e do seu contexto social. Como campo de conhecimento, que envolve estudos, análise, problematização, reflexão e proposição de soluções sobre o ensinar e o aprender, tendo como eixo a pesquisa sobre as ações

pedagógicas, o trabalho docente e as práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais.

Assim, acredita-se que o estágio, definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002b) como componente curricular obrigatório para as licenciaturas, deve ser componente curricular obrigatório também dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, uma vez que, salvo duas exceções (o curso de graduação em Educação Especial da UFSCar e o curso ofertado pela UFSM) praticamente não existem mais os cursos de graduação em Educação Especial. Acredita-se que no estágio o contato⁶⁶ entre o PAEE e os futuros professores pode ser planejado de forma a minimizar os possíveis impactos iniciais negativos decorrentes desta interação – isto, se o professor de estágio souber conduzir esta interação. Como alerta Omote (2005, p. 390),

[...] os contatos entre as pessoas comuns e as estigmatizadas, que visam mudança de atitudes sociais daquelas em relação a estas, podem ser convenientemente administrados tanto para que o impacto negativo seja o menor possível quanto para favorecer a obtenção de impressões e informações favoráveis acerca das pessoas estigmatizadas.

Essa experiência de interação com o PAEE vale também para os professores formadores de professores. Se os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial são um locus fundamental para a formação destes docentes, devem haver regras que estipulem que os professores que atuam nestes cursos sejam profissionais com experiência e/ou pesquisas em Educação Especial – como já ocorria em relação aos profissionais que atuavam com os Estudos Adicionais em Educação Especial. Para os cursos de graduação, nos processos⁶⁷ de autorização(ões) ou reconhecimentos de novo(s) curso(s), delimita-se como dimensão de avaliação a aderência da formação dos docentes e das experiências do mesmos em relação à área em que atuam como professores de Ensino Superior. Por que, então, em cursos que formam especialistas em Educação Especial, não há fiscalização nesse sentido?

Neste contexto, recorda-se o estudo de Cook (2002), que avaliou os efeitos da introdução de tópicos sobre características e necessidades especiais de pessoas com deficiência em disciplinas específicas de um curso de formação de professores do ensino regular, e concluiu que não houve melhora nas atitudes face à inclusão, no decorrer do curso. Bem como, levantou a possibilidade de que a ausência de efeitos positivos desses conteúdos

⁶⁶ Para Omote (2005, p. 390) “o contato com indivíduos que compõem o objeto atitudinal é um importante meio de as pessoas obterem informações e dados que podem se contrastar com suas crenças e sentimentos em relação a eles”.

⁶⁷ Vide “BRASIL. Manual de Verificação in loco das condições institucionais. Brasília: SESu, 2002.”

seja devida à falta de experiência e treinamento em Educação Especial por parte dos docentes que ministraram as disciplinas, e também de falta de experiência de campo em classes inclusivas, além do pouco tempo gasto para tratar de questões nessas disciplinas.

Se a Educação Especial deve ser transversal ao ensino regular, deve também ser transversal às disciplinas que compõe o curso de Pedagogia, e não ser tratada apenas em uma ou duas disciplinas separadas, isoladas, sem interface com as demais disciplinas. Embora a velha antinomia Educação Especial e Educação Regular não deva permear os cursos de Pedagogia, o que observou-se nos dados coletados na Fase III é a quase completa ausência de alusão ao PAEE em disciplinas em que não há obrigatoriamente devem aborda-los.

Se os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial são um locus fundamental para a formação dos professores para esta modalidade de ensino e não apenas um “negócio lucrativo” para centenas de instituições, nem sempre capacitadas para ofertá-los, deveria existir a oferta destes cursos subsidiados pela Federação, Estados ou Municípios. E, conforme identificado na Fase II, no Estado do Paraná nenhuma universidade, seja ela pública ou privada, oferta os cursos em questão sem a cobrança de mensalidades.

Se, conforme os dados coletados na fase I, a Educação Especial tem como locus prioritário as SRM, o estudo das funções deste espaço e dos que nele atuam, deve figurar como obrigatório nas disciplinas do tipo Fundamentos da Educação Especial. Mas raramente o espaço em questão é citado nas ementas das disciplinas dos cursos de Pedagogia ou de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial.

Se atividades envolvidas com AEE não dizem respeito ao currículo escolar, com exceção da produção de materiais didáticos que possibilitem o acesso aos elementos que compõem o currículo escolar e, se os recursos pedagógicos acessíveis constituem um dos elementos centrais da atual PNEEPEI, todo Pedagogo e todos os especialistas em Educação Especial devem ser capacitados para a produção destes materiais. No entanto, embora este tema deva figurar nos conteúdos curriculares obrigatórios dos cursos que pretendem profissionalizá-los, não é isto o que acontece.

Se termos como “excepcional” e “portador” ou propostas como a “integração escolar”, são considerados anacrônicos em relação à PNEEPEI, não deveriam estar por aí nominando disciplinas e propostas de cursos de Pedagogia:

[...] a escolha das palavras não é apenas uma opção estética literária: é posicionar-se em um debate e, mais importante ainda, definir conceitos que dão nomes e significados para um conjunto de pessoas marcadas por históricos de imposições de definições deturpadas de si próprias. (HARLOS, 2012, p. 44).

Se o processo de inclusão escolar prevê⁶⁸ uma parceria entre o professor da Educação Especial (da SRM, do AEE) e o professor responsável pela sala de aula comum, deve haver previsão de capacitações para que essa parceria aconteça. Mas no cotidiano frequentemente sobrecarregado de um docente, é difícil compor tempos regulares para interação com um ou dois profissionais de AEE. Em trabalhos isolados, professores de AEE e professores do Ensino Regular, como frutos de uma sociedade que estigmatiza e exclui, podem transformar processos de inclusão em processos de estigmatização de sujeitos como alunos da EE.

Se os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial são um locus para a formação de um especialista, estes devem evitar a formação do tipo generalista/multifocal, com várias disciplinas com carga horária reduzida abordando múltiplos assuntos sem oportunizar o domínio crítico dos conhecimentos técnicos não relacionados com nenhum dos segmentos de alunos PAEE. Ou seja, se a função destes cursos é especializar e beira a habilitação para Educação Especial, em decorrência da carga horária em que geralmente são organizados, estes cursos deveriam focar em apenas um dos segmentos de alunos PAEE para que se possa verdadeiramente instrumentalizar o futuro profissional para a atuação com este segmento. Lembra-se que Bueno (2002), relatando estudo sobre cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial já destacava a predominância de cursos com o caráter generalista (nesta pesquisa denominados multifocais) e apontava para a importância destes cursos restringirem seu foco para um único segmento PAEE.

Se o profissional de AEE deve estar apto para atuação com todos os segmentos que são PAEE, este deve ter domínio de conhecimentos técnicos como Braille e Libras. E se é improvável que o domínio destes conhecimentos ocorra em disciplinas com 70 horas dos cursos de Pedagogia, ou nos módulos específicos de 30 horas, que abordam esta temática em cursos de pós-graduação *lato sensu*, é necessário que se amplie a carga horária destinada a estes temas nos cursos em questão. Aliás,

[...] vários estudos vêm evidenciando que ainda existe, da parte de docentes em formação, a necessidade de um aprimoramento deste processo, a partir da ampliação da carga horária das disciplinas ofertadas, assim como da oferta de outras disciplinas que oportunizem um maior aprofundamento teórico e prático, nesse campo educacional. (MARTINS, 2011, p. 36).

⁶⁸ A despeito do que se tem registrado nos documentos legais (BRASIL, 2008a), o que se pode ressaltar é que o diálogo direto entre os agentes educacionais nem sempre ocorre no espaço escolar, o que pode ser resultado da carência de profissionais especializados na área para atuarem em parceria educacional (BENITEZ; DOMENICONI, 2014, p. 372).

Ora, raciocine-se: se, conforme os dados coletados, em função de todas as áreas para as quais devem formar profissionais, os cursos de Pedagogia conseguem organizar disciplinas com média de apenas 83 horas para abordar a Educação Especial, e se estas disciplinas apresentam no mínimo um tópico para abordar a história e as políticas da Educação Especial (1); um para as especificidades da pessoa com deficiência intelectual (2); um para as especificidades da pessoa com deficiência auditiva (3); um para as especificidades da pessoa com deficiência física (4); um para as especificidades da pessoa com deficiência visual (5); um para as especificidades das pessoas com TGD (6); um para as especificidades da pessoa com Altas Habilidades/Superdotação (7); um para noções básicas de Tecnologia Assistiva (8); e, um para conhecimentos técnicos como Braille e o sorobã (9), um futuro Pedagogo tem aproximadamente 10 horas durante seu curso de graduação para compor um corpo de conhecimentos específicos sobre cada um dos segmentos de alunos PAEE. Em 10 horas é possível fazer o quê? Talvez caracterizar cada segmento e apresentar uma ou duas propostas práticas expressas em manuais (do tipo cartilha) elaborados pelo MEC. Dificilmente será possível refletir, analisar, criticar e pesquisar esta caracterização e propostas – e talvez não haja interesse político de que isso aconteça. O professor de Educação Especial, como os demais professores, deveria possuir características de um profissional reflexivo, pois assim ele atuaria “[...] refletindo sobre sua ação, aprendendo a elaborar e comparar novas estratégias de ação, definição de problemas, pesquisas e teorias” (DENARI, 1996, p. 355).

Talvez no contexto da graduação em Pedagogia o objetivo das disciplinas em questão seja apenas a sensibilização ou a mudança de atitudes sociais – mudanças estas que, como já se assinalou com o resgate do estudo de Omote (2005), podem ser efetuadas com intervenções com breves cargas horárias. Mas se o objetivo é a mudança de atitudes sociais, qual é o espaço que efetivamente tem a função de capacitar para o domínio dos conhecimentos técnicos necessários para atuação com o AEE na atualidade? Seriam as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial, com uma média de 13,19 disciplinas divididas em uma média de 397,2 horas, com disciplinas de aproximadamente 30 horas para abordar cada segmento da Educação Especial? Em 30 horas se configura espaço de tempo para todos os conhecimentos técnicos necessários para atuação, por exemplo, com um aluno com deficiência visual? Se a resposta é “não se configura”, pergunta-se: no contexto da pós-graduação *lato sensu* o objetivo também é vinculado à sensibilização e mudança de atitudes sociais ou somente a capacitação técnica-pedagógica?

Ressalta-se que uma formação docente com vistas à intervenção profissional em contextos educacionais inclusivos ou na Educação Especial não diz respeito unicamente à

quantidade de disciplinas ou horas destinadas a essa temática. “Não adianta aumentar a carga horária de disciplinas relacionadas à Educação Especial ou à Educação Inclusiva, de 30 para 136 horas, se a fragmentação curricular e o isolamento das disciplinas persistir como nos quadros expostos.” (CRUZ; GLAT, 2014, p. 267).

Também não se trata de afirmar que profissionais que tem tempo para adquirir com proficiência conhecimentos como Braille ou Libras estão necessariamente aptos para atender as demandas/especificidades dos alunos PAEE: a atual política demanda profissionais com toda uma gama de conhecimentos metodológicos inovadores, que reinventem o fazer pedagógico no sentido de atender as demandas da diversidade do alunado. Ora, se o AEE deve cingir a ampliação da ‘autonomia e independência na escola e fora dela’ e se as atividades envolvidas não dizem respeito ao currículo escolar, com exceção da produção de materiais didáticos, qual a necessidade de conhecimentos gerais para o exercício da docência? (BUENO; MELETTI, 2011).

Até mesmo para ensinar conhecimentos técnicos como Libras, Braille e técnicas de orientação e mobilidade, são necessários conhecimentos gerais para o exercício da docência. Aliás, o ensino na Educação Especial tem sua base firmada em aspectos pedagógicos inerentes a qualquer processo de ensino e aprendizagem e ao professor não basta saber algo, é necessário saber ensinar, construir, transmitir o que se sabe. Caso contrário, retroceder-se-ia às Escolas de Primeiras Letras do século XVIII, que se preocupavam em fazer com que os professores dominassem os conteúdos que seriam ensinados sem qualquer preocupação com questões didáticas e/ou de método de ensino.

Não se trata também de afirmar que os corpos docentes que estruturam os cursos de Pedagogia em cada instituição estão sendo displicentes em relação à Educação Especial. Aliás, estes profissionais precisariam fazer “magia” para organizar um curso de Pedagogia que capacitasse os futuros professores para todas as áreas para as quais eles devem ser capacitados: para o exercício da docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio (modalidade normal), em cursos de educação profissional, na Gestão, Orientação e Coordenação Escolar, para Educação de Jovens e Adultos, para Educação Indígena e quilombola e para Educação Especial.

Trata-se de assinalar que o modelo de curso de Pedagogia atualmente estabelecido pela legislação brasileira não é coerente para a formação do profissional de Educação Especial demandado pela PNEEPEI. Trata-se de perceber que foi forjado um modelo multifuncional/polivalente de Pedagogo e para atingí-lo constitui-se um tipo de curso de

Pedagogia composto de doses minúsculas de todos os saberes necessários para que esse profissional supostamente possa estar capacitado para atuação em múltiplas áreas.

Alguns pesquisadores poderão argumentar que, na atual política, a formação continuada, com cursos de quarenta horas no formato “palestra”, supre o vácuo formativo produzido pelos cursos de Pedagogia e pós-graduações *lato sensu*, em relação à Educação Especial. No entanto, isso seria aceitar que estes cursos, que praticamente não tem uma regulamentação, são capazes de fazer o que os cursos de Pedagogia e de Pós-graduação *lato sensu* não fazem, mesmo com todas as Leis, Normas, Decretos e Portarias que os orientam. Seria também aceitar que, por algum tempo, os professores de AEE atuem com os alunos PAEE sem saberem ao certo o que estão fazendo, até que, por meio de sucessivas experiências esporádicas de formação continuada, aprendam os métodos e técnicas necessários para atuação com os alunos PAEE. Isso é inaceitável, porque fere os princípios éticos que demarcam que todos os alunos devem ter professores qualificados a qualquer tempo. Sem desmerecer a importância da formação continuada

[...] nossa preocupação é que apesar de todas as pesquisas que, há mais de duas décadas, vêm mostrando que os professores não estão preparados para lidar com a diversidade que se manifesta em turmas de alunos inevitavelmente heterogêneas, nossos cursos de formação, de modo geral, pouco se modificaram. Dessa maneira, daqui a 20 anos estaremos repetindo os mesmos resultados de pesquisas, as mesmas críticas, as mesmas demandas não atendidas. (CRUZ; GLAT, 2014, p. 259).

Assim, a formação continuada não pode ser revestida da noção de reparo de uma formação inicial reconhecidamente fragilizada. Como alertam Cruz e Glat (2014), essa condição seria como a de uma linha de montagem em que se sabe que o que se está fazendo é errado e vai causar problemas que vão exigir reparos. Mesmo assim se continua o trabalho, de forma que esse processo é naturalizado a tal ponto que os docentes concluem seus cursos de Licenciatura com a data de *recall* marcada.

Diante de todos os resultados desta pesquisa acredita-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e os cursos de Pedagogia precisam passar por transformações estruturais, para que possam atender as demandas da atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Recorda-se que a necessidade de transformação dos processos de formação de professores para atuação com os alunos PAEE já havia sido indicada na revisão da literatura apresentada na fase inicial desta pesquisa. Aliás, os dados da revisão inicial coincidem com as interpretações e inferências apresentadas a partir dos resultados da presente pesquisa, pois os

mesmos assinalam que: as matrizes curriculares dos cursos de formação de professores não apresentam uma estruturação satisfatória para a formação de docentes que irão atuar com os alunos PAEE (BORELLA, 2010; FREITAS, MOREIRA, 2011; GATTI, 2010; MICHELS, 2005; MACIEL, 2006); existe correlação entre os professores terem ou não interação com pessoas com deficiência e a crença dos mesmos em relação à eficácia da educação de pessoas com deficiência (SHARMA, FORLIN, LOREMAN, 2008; AHSAN, SHARMA, DEPPELER, 2012); predominantemente os professores não se sentem preparados para atuar com os alunos PAEE (VITALINO, 2007; MONTEIRO, MANZINI, 2008; QUATRIN, PIVETTA, 2008; GIROTO, CASTRO, 2011; MICHELS, 2011; e MARTINS, 2011); os professores formadores de professores não se sentem capacitados para incluir alunos com necessidades educacionais especiais (VITALINO, 2007); os programas governamentais de formação continuada de professores não atendem as demandas formativas dos docentes e/ou apresentam-se como paliativos pouco eficazes para a mudança de prática pedagógica (KASSAR, RODRIGUES, LEIJOTO, 2011; QUEIROZ JUNIOR, 2010).

Neste contexto, considerando todos os dados coletados, elaborou-se sugestões de diretrizes específicas para as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial e sugestões de acréscimos para as diretrizes que regem o Curso de Pedagogia. Trata-se de proposições de transformações dos cursos em questão norteadas por instrumentos legislativos e de sugestões de redação para os tais instrumentos legislativos. Estas sugestões são apresentadas no tópico seguinte.

5.1.2 Sugestões sobre a formação de professores de Educação Especial

5.1.2.1 Diretrizes para cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial

No transcorrer desta pesquisa os dados coletados indicaram que a estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial foi alterada por força de Leis, Decretos e Resoluções; que os cursos de Pedagogia foram alterados por força de Diretrizes Oficiais e que as disciplinas que atualmente os compõe e que são relacionadas com a Educação Especial, foram incorporadas com base em determinações legais; que as pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial assumiram um lugar de destaque na formação de docentes para o desenvolvimento de atividades com o PAEE, a partir de exigências da própria LDB (BRASIL, 1996) e das transformações no curso de Pedagogia.

Evidenciou-se também que os cursos de pós-graduação *lato sensu* Educação Especial ofertados no Paraná são um âmbito de formação em que quase tudo é permitido: das disciplinas que os compõem aos tempos de duração que os estruturam ou aos profissionais que neles atuam, identificou-se tanto situações extremamente diversas e contraditórias, quanto ausência de elementos fundamentais (estágios, tempo para a prática) para a formação do profissional em questão.

Assim, inferiu-se que da mesma forma que, por força de leis, foi transformado todo o *modus operandi* da Educação Especial e da formação de professores para esta modalidade de ensino, as pós-graduações *lato sensu* Educação Especial podem ser alteradas por meio de diretrizes e normas oficiais que definam parâmetros mínimos para estes cursos. Ora,

[...] se os textos [documentos oficiais-leis] são, ao mesmo tempo, produto e produtores de orientações políticas no campo da educação, sua difusão e promulgação geram também situações de mudanças ou inovações, experienciadas no contexto das práticas educativas. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 433).

Neste contexto, a legislação⁶⁹ paulista em relação às pós-graduações *lato sensu* Educação Especial apresentou-se como um indicativo de caminho para se pensar em um norteamento para os cursos ofertados no Paraná e, a partir dela, tendo como base os dados coletados na presente pesquisa, elaborou-se uma sugestão⁷⁰ de texto oficial com diretrizes para oferta e avaliação de cursos de pós-graduações *lato sensu*, que visem a formação de docentes para o desenvolvimento de atividades educacionais com o PAEE, no sistema de Ensino do Estado do Paraná. Esta sugestão é expressa a seguir:

Quadro 35 – Sugestão de Diretrizes para Pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial

DELIBERAÇÃO CEE N° __/ __

*Institui Diretrizes Curriculares Estaduais para oferta, avaliação e fiscalização de cursos de pós-graduações *lato sensu*, que visem a formação de docentes para o desenvolvimento de atividades educacionais com o PAEE, no sistema de Ensino do Estado do Paraná.*

Art. 1º - *A presente deliberação institui diretrizes para oferta e avaliação de cursos de pós-graduações *lato sensu*, que visem a formação de docentes para o desenvolvimento de atividades educacionais com o PAEE, no sistema de Ensino do Estado do Paraná.*

⁶⁹ Trata-se da Deliberação nº112/2012 (SÃO PAULO, 2012) do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

⁷⁰ Acompanhado de uma síntese dos dados coletados nesta pesquisa, a sugestão em questão será encaminhada ao Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e ao Conselho Estadual de Educação– CEE/PR.

Art. 2º - No Sistema de Ensino do Estado do Paraná, os Cursos de pós-graduação lato sensu destinados à Formação de Professores de Educação Especial, oferecidos por Universidades, Centros Universitários e Institutos isolados de Ensino Superior, dos Sistemas Estadual e Federal de Ensino, ofertados por Instituições públicas ou privadas, deverão ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, na forma estabelecida na presente Deliberação.

Parágrafo único – Concursos públicos realizados no Estado do Paraná com objetivo de selecionar profissionais para atuação com o PAEE, deverão exigir que os candidatos às vagas a eles relacionadas, apresentem pós-graduações lato sensu que atendam as diretrizes expressas na presente deliberação.

§ 1º Candidatos que concluíram cursos de pós-graduação lato sensu em Educação Especial em momento anterior ao da publicação da presente deliberação terão seus diplomas validados no ato dos concursos públicos desde que comprovem que atuaram como professores com segmento de alunos PAEE a que a vaga do concurso está relacionada.

Art. 3º - A Instituição interessada poderá organizar e ministrar Cursos de pós-graduação lato sensu destinados à formação de Professores de Educação Especial, requerendo aprovação do Conselho Estadual de Educação, observados os seguintes critérios:

I – apresentação do projeto pedagógico do curso, que deverá contemplar:

a) objetivos, modalidade e justificativa do curso;

b) indicação da possibilidade de uso de estrutura material necessária para apresentação dos conhecimentos técnicos relacionados com o segmento de alunos PAEE abordado pelo curso. Por exemplo, se uma instituição oferta curso de pós-graduação lato sensu em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual deverá comprovar a posse ou apresentar termo de compromisso de empréstimo ou aquisição de materiais como regletes, punções, máquina Perkins, sorobã e bengalas.

c) organização curricular do curso, de acordo com o perfil de competências demandado pela PNEEPEI, com os conhecimentos necessários para atuação com o segmento PAEE abordado no curso e composta por 100% de disciplinas direcionadas à Educação Especial.

c) estrutura curricular com indicação da carga horária de cada disciplina e respectivas ementas e com bibliografia geral e complementar com títulos que contemplem o segmento abrangido pelo curso;

d) indicação dos espaços em que os estágios relacionados com o curso podem ser desenvolvidos, com ênfase para as Salas de Recursos Multifuncionais.

e) exigências para matrícula, critérios de distribuição de vagas e planejamento de distribuição de carga horária;

f) normas para avaliação dos alunos e exigências para obtenção do certificado de conclusão.

II – Indicação dos docentes que ministrarão os componentes curriculares, com a titulação mínima de mestre obtida em curso credenciado, e as respectivas qualificações profissionais.

III – Indicação do docente responsável pelo acompanhamento e orientação dos estágios e comprovação de sua experiência prática junto ao segmento abordado pelo curso;

IV – Indicação do coordenador responsável pelo curso e sua qualificação, com titulação mínima de Mestre.

§ 1º - A formação acadêmica ou a qualificação profissional dos docentes, assim como do coordenador do curso, deverá guardar aderência com a(s) disciplina(s) a ser ministrada, comprovada no currículo Lattes desses profissionais.

§ 2º - Desde que não ultrapassem a metade do total, poderão ser aceitos docentes especialistas, com formação universitária pertinente e experiência profissional relevante na área da disciplina.

§ 3º - A divulgação, a inscrição e a matrícula só poderão ocorrer após a publicação do ato autorizatório.

Art. 4º - Os Cursos de Especialização em Educação Especial deverão ser cursos focais e apresentar carga horária mínima de 600 horas.

Parágrafo único – entende-se como curso focal aquele que enfatiza a formação de professores para o ensino de um único segmento de alunos PAEE.

§ 1º - as atividades acadêmicas deverão abranger apenas uma das áreas de atuação dos profissionais da Educação Especial, sendo a carga horária distribuída como segue:

I – tronco comum de formação básica de 200 horas, compreendendo os fundamentos filosóficos, pedagógicos, legais e científicos da Inclusão Escolar e da Educação Especial e apresentando a vigente estrutura organizacional e conceitual desta modalidade de ensino;

II – parte diversificada de, no mínimo, 300 horas, dedicadas ao conhecimento e prática dos processos técnico-metodológicos relacionados com um dos segmentos integrantes do PAEE.

III - 100 horas de estágio supervisionado com produção de relato de estágio teórico-analítico-reflexivo.

§ 2º - No caso de realização de segunda especialização abordando um segmento de alunos PAEE que não o abordado na primeira especialização, o discente fica dispensado de cursar os conteúdos do tronco comum.

§ 3º - O estágio supervisionado será obrigatoriamente realizado em uma sala de recursos multifuncionais ou em um centro de atendimento educacional especializado que tenha em seu conjunto de discentes alunos do segmento PAEE abrangida pelo curso de pós-graduação lato sensu.

§ 4º Caso o pós-graduando seja graduado em licenciatura que não o habilite para atuação com determinada etapa da Educação Básica, como, por exemplo, para atuação com Educação Infantil ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá vivenciar parte do seu estágio com esta etapa.

§ 5º O conjunto de disciplinas deverá, em suas ementas e composição, apontar como o futuro professor de AEE será preparado para as seguintes atribuições:

a – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

b – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

c – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

d – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

e – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

f – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

g – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

h – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 5º - *Farão jus ao certificado de conclusão correspondente, os discentes que tenham, comprovadamente, freqüentado pelo menos 75% da carga horária prevista para cada componente do curso e atingido o mínimo de aproveitamento global estabelecido no projeto do curso e nas normas da Instituição.*

Art. 6º - *Os certificados, expedidos e registrados em livro próprio da Instituição, deverão conter no verso, o respectivo histórico escolar, do qual constarão obrigatoriamente:*

I – estrutura curricular do curso, com carga horária, nota de aproveitamento e nome do docente e a sua titulação máxima, para cada um dos componentes curriculares;

II – conceito ou média final global de aproveitamento e percentual global de frequência;

III – período em que foi ministrado o curso e sua carga horária total;

IV – ato do Conselho Estadual de Educação que aprovou a realização do curso.

Art. 7º - *Os cursos em questão ficam sujeitos à supervisão e à avaliação periódica. Parágrafo único – Pare efeito do disposto no caput, as Instituições deverão elaborar Relatório Final, conclusivo e circunstanciado da cada curso oferecido, mesmo daquelas em que o oferecimento é de caráter regular.*

Art. 8º - *Mantidas as mesmas condições, inclusive relativas ao corpo docente envolvido, as Instituições poderão oferecer novas turmas do curso aprovado, comunicando o fato ao Conselho Estadual de Educação, por meio de ofício, em que conste:*

a) declaração de que não houve alteração no projeto aprovado;

b) calendário do curso para a nova turma.

Destaca-se que as Diretrizes Curriculares sugeridas não constituem um modelo de formação perfeito, mas que podem melhor adaptar as possibilidades dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial do Estado do Paraná de formarem docentes com o perfil demandado pela atual PNEEPEI. Bem como, podem evitar ou minimizar a ocorrência de cursos como os evidenciados – cursos que objetivam formar um especialista em Educação Especial e desenvolvem matrizes curriculares compostas por mais de 50% de disciplinas que versam sobre outros assuntos.

No entanto, considerando que muitos profissionais, especialmente aqueles que atuam com o PAEE na sala de aula de ensino regular, podem não cursar pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, há que se pensar em como as licenciaturas prepararão os profissionais para efetivação da Inclusão Escolar dos discentes em questão. Especialmente, considerando os dados desta pesquisa, é preciso avaliar como o curso de Pedagogia preparará os futuros professores para efetivarem práticas educativas com o PAEE. Este é o assunto que será abordado no próximo tópico.

5.1.2.2 Acréscimos às Diretrizes Nacionais para cursos de Pedagogia

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006a, p. 4) estabelecem que os cursos de Pedagogia devem apresentar “[...] 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição”.

Assim, as Diretrizes em questão sinalizam para outras áreas, como a Educação Especial, mas não as mencionam diretamente. Como observou-se nos dados coletados na fase III, na amostra analisada, essa sinalização leva 95 % dos cursos de Pedagogia ofertados no Estado do Paraná a não apresentarem a Educação Especial como campo de estágio. Por isso sugere-se que se especifique a obrigatoriedade de que, nas 300 horas de Estágio, esteja prevista também a atuação com os PAEE, seja na sala de aula regular ou em SRM. Sugere-se a seguinte redação para o parágrafo em questão: “300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também a Educação Especial e outras modalidades de ensino”.

Também é necessário que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006a) estabeleçam a determinação de que a temática da Educação Especial não seja um tema isolado nas disciplinas que versam especificamente sobre esta

modalidade de ensino. Se a Educação Especial é uma área transversal a todo o sistema de ensino, mesmo que brevemente, o PAEE deve ser lembrado nas diversas disciplinas que compõe a matriz curricular de um curso de Pedagogia. Especialmente em disciplinas como Didática ou como as que apresentam os fundamentos teórico-metodológicos do ensino da Matemática, da Língua Portuguesa, das Ciências, dentre outras, deve constar nas ementas uma menção aos recursos, métodos e adaptações possíveis para o ensino dos alunos PAEE. Sugere-se inserção de artigo com a seguinte redação: “A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, deve ser temática transversal a todas as disciplinas do Curso Pedagogia que versam sobre o ensino e aprendizagem”.

Além disso, diante da atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial Brasileira, sugere-se republicação da Portaria Ministerial nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994a) tanto no sentido de atualizá-la nos aspectos terminológicos quanto no sentido de atualizá-la em relação à PNEEPEI (BRASIL, 2008a).

A Portaria em questão recomenda “a inclusão da disciplina ‘Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais’, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas” (BRASIL, 1994a). Sugere-se que a mesma recomende a inserção de disciplina com foco nos fundamentos teórico-metodológicos da Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar e, que na ementa desta disciplina, seja previsto o seguinte: as políticas Nacional e Regional de educação - com ênfase na PNEEPEI e nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; noções sobre tecnologia assistiva relacionadas com a produção, adaptação e utilização de recursos pedagógicos acessíveis; a(s) especificidade(s) do PAEE e sua relação com as demais disciplinas curriculares e a formação de recursos humanos; e, imprescindivelmente, noções dos conhecimentos técnicos relacionados com a educação de cada um dos segmentos de alunos PAEE.

Aposta-se nesta disciplina com a função de sensibilização face à questão da educação do PAEE ou de mudança de atitudes sociais dos professores em relação à inclusão escolar deste aluno, uma vez que parece inviável que a mesma cumpra a função de capacitar, do ponto de vista técnico-metodológico, para este tipo de atuação.

Entende-se que na capacitação de professores para atuação com o PAEE:

[...] é essencial que lhes sejam oferecidas oportunidades não só para o domínio de métodos, técnicas e recursos de ensino, capazes de atender às mais variadas necessidades educacionais do seu alunado, como também para a construção de uma concepção sobre o ensino e sobre o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos, uma concepção genuinamente acolhedora das diferenças apresentadas pelos alunos. (OMOTE, 2005, p. 393-394).

Considerando que, para efetivamente ampliar as possibilidades de sucesso das práticas educacionais junto ao PAEE, é necessário levar os futuros professores à revisão de suas crenças e sentimentos em relação ao PAEE. Por fim, sugere-se que o ensino dos conhecimentos técnico-pedagógicos relacionados com a modalidade de ensino em questão, não seja terreno árido de sensibilidade e abra espaço para o diálogo efetivo com e sobre pessoas com deficiência, com TGD e/ou com Altas Habilidades e Superdotação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar a consonância entre algumas das atuais propostas (cursos de Pedagogia e pós-graduações *lato sensu*) adotadas para a formação de professores para atuação com os alunos PAEE e a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira, no que tange ao perfil docente que esta estrutura demanda.

Nesta busca observou-se que a atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial reconfigurou o AEE, ampliando e complexificando as funções do professor de AEE e do professor de Ensino regular junto aos alunos PAEE e, paradoxalmente, consolidando modelos de formação mais restritivos e breves dos que modelos anteriores (cursos de graduação com habilitação em Educação Especial e Estudos Adicionais). Constatou-se também que os cursos de Pedagogia ofertados por IES no Paraná, geralmente não contemplam a previsão de práticas pedagógicas na Educação Especial e apresentam poucas (insuficientes) propostas/disciplinas com incumbência de abordar a questão da educação dos alunos PAEE; que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial/Inclusiva, ofertados por IES do Paraná, predominantemente não apresentam estágios em Educação Especial, são multifocais e apresentam cargas horárias restritas para abordagem dos conhecimentos técnicos relacionados com todos os segmentos da modalidade de ensino em questão.

O fato é que, no Estado do Paraná, o quadro delineado pelos resultados coletados indica que, perante uma estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial que gera a necessidade de um professor polivalente, multifuncional e com amplos conhecimentos técnicos, seja em cursos de Pedagogia ou em pós-graduações *lato sensu* em Educação Especial, consolidou-se um modelo formativo pautado em pequenas doses de múltiplos saberes, com poucas possibilidades de garantir o aprofundamento e o domínio de técnicas e metodologias inerentes ao exercício profissional do professor de Educação Especial da atualidade. Esta contradição precisa ser eliminada para que resultados quantitativos de inserção dos alunos PAEE na rede regular de ensino não tendam a ser apenas a maquiagem para a perpetuação de péssimos resultados qualitativos de processos de ensino.

Considera-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e os cursos de Pedagogia, para poderem formar o profissional demandado pela atual estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial, precisam passar por transformações estruturais. Para nortear estas transformações estruturais, considerando os dados coletados, elaborou-se proposta de Deliberação a ser apresentada ao Conselho Estadual de Educação do

Paraná. Trata-se de “Diretrizes Curriculares Estaduais para oferta, avaliação e fiscalização de cursos de pós-graduações *lato sensu*, que visem que visem a formação de docentes para o desenvolvimento de atividades educacionais com o PAEE, no sistema de Ensino do Estado do Paraná”.

Por meio de Deliberações, Leis e Decretos, transformações nas formas de pensar e nas práticas educacionais podem não se efetivar, mas estes instrumentos oficiais podem incitar significativas mudanças em inúmeros setores da vida em sociedade, em sistemas educacionais, políticos e econômicos. Quiçá, possam contribuir para aprimorar as propostas de formação de professores para Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. C. Análise da condição de ingresso e evolução na carreira docente nas redes estadual do Paraná e municipal de ensino de Curitiba. **Educação em Foco**, Belo Horizonte. 1996, v. 13, p. 67-67, 2010. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/97/132>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

AHSAN, M.; SHARMA, U.; DEPPELER, J. M. Exploring pre-service teachers' perceived teaching-efficacy, attitudes and concerns about inclusive education in Bangladesh. **International Journal of Whole Schooling**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1-20, 2012.

ALMEIDA, M. A. Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competência. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 24, p. 23-32, 2004.

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J.; DAMÁZIO, M. **Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 4. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 03 maio 2013.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica?. In: OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2013.

_____. Políticas de inclusão escolar: tendências dos serviços especializados no Rio Grande do Sul. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **A pesquisa sobre inclusão escolar e suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação**. Marília: ABPEE, 2012. v. 1. p. 147-157.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **Transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: MEC, 2010. v. 9. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 03 maio 2013.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 3, set. 2014.

BORELLA, D. R. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física**. 2010. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação Especial)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BOSCO, I. C. M. G; MESQUITA, S.; MAIA, S. R. **Surdocegueira e deficiência múltipla**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 5. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. CNE/CES. Resolução CNE/CES 1/2007. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 8 jun. 2007, Seção 1, p. 9.

_____. **Parecer CNE/CES nº 266/2013, aprovado em 7 de novembro de 2013**. Brasília: CNE/CES, 2013d.

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 2005a.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 set. 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 06 mar. 2012d. Seção 1, p. 15.

_____. Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 nov. 2011a. Seção 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 05 abr. 2013a. Seção 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18563>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

_____. Portaria nº 25, de 19 de junho de 2012. Estabelece critérios para adesão no Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 jun. 2012b. Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 03 maio 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CES 2/2014. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 fev. 2014. Seção 1, p. 41.

_____. Resolução CNE/CES 5/2008. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 26 set. 2008c. Seção 1, p. 14.

_____. Resolução CNE/CP 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 maio 2006a. Seção 1, p.11. Disponível em: <www.mec.org.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 05 out. 2009a. Seção 01, p.17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 06 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota técnica Nº 06**. Avaliação de estudante com deficiência intelectual. Brasília: MEC: 2011d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. **Política nacional da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. Portaria nº 3160 de 13 de setembro de 2005. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 14 set. 2005c. Seção 1, p. 59.

_____. Portaria nº 328 de 01 de Fevereiro de 2005. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 02 fev. 2005b. Seção I, p. 8.

_____. Portaria nº 4361 de 29 de Dezembro de 2004. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 30 dez. 2004. Seção 1, p. 66-67.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010e. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992>. Acesso em: 06 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação . Comissão Central de Currículos/Conselho Federal de Educação. **Parecer 161/86, de 05/03/1986** (Reformulação do Curso de Pedagogia). Brasília: MEC/CFE, 1986.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2002b.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **A formação do professor para a educação especial**. Brasília: MEC, 2002a.

_____. **Política nacional de Educação Especial: livro 1**. Brasília: MEC/SEESP, 1994a.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2006b.

_____. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Nota técnica 388/2013**. Esclarecimento sobre dúvidas mais frequentes sobre a pós-graduação lato sensu. Brasília: MEC, 2013c.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 11 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. **Documento orientador da implementação das salas de recursos multifuncionais**. Brasil: MEC/SECADI, 2012c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 06 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. DPEE. **Nota técnica nº 24**. Orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764-2012. Brasília: MEC, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 13**. A educação especial e sua operacionalização pelos sistemas de ensino. Brasília: MEC, 2008d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=>. Acesso em: 09 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 05**. Implementação da Educação Bilíngue. Brasília, MEC, 2011c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 62**. Apresenta orientações aos sistemas de ensino sobre o Decreto nº 7.611 de 2011. Brasília: MEC, 2011f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 03**. Atendimento de estudantes público alvo da educação especial com 18 anos ou mais. Brasília: MEC, 2011b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 07**. INES e IBC. Brasília: MEC, 2011e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 03 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Marcos políticos-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: SEESP, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=>. Acesso em: 03 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Nota técnica nº 11.** Orientações para a Institucionalização na Escola, da Oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2010c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 15.** Orientações sobre Atendimento Educacional Especializado na Rede Privada. Brasília: MEC, 2010d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Nota técnica nº 19.** Profissionais de apoio para alunos com deficiência matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília: MEC, 2010f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 06 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.793, de 27/12/94. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 1994b. Seção 1. p. 20767.

BRASIL. SEB. SEESP. FNDE. INEP. **Nota técnica nº 01.** Esclarecimentos sobre a distribuição do recurso do FUNDEB para alunos do atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 09 maio 2013.

BRASIL. SEESP. GAB. **Nota técnica nº 9.** Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Brasília: SEESP, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 11 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. **Plano nacional de Educação Especial 1977/1979.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

BUENO, J. G. S. As pesquisas e a produção do conhecimento em educação especial: as investigações sobre políticas de educação especial no Brasil. **Dist. da Com**, São Paulo, v. 24, p. 285-297, 2012.

_____. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

_____. **A educação especial nas universidades brasileiras.** Brasília: MEC: Secretaria de Educação Especial, 2002. v. 1. 136 p.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. As políticas de escolarização de alunos com deficiência na educação infantil: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Cadernos ANPAE**, Goiânia, v. 10, p. 1-13, 2011.

CAIADO, K. R. M.; LAPLANE, A. L. F. Programa educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 303-315, 2008.

CAIADO, K. R. M.; CAMPOS, J. A. P. P.; VILARONGA, C. A. R. Estudo exploratório sobre o perfil, a formação e as condições de trabalho do professor. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v. 2. p. 159-171

CANZIANI, M. L. B. **Educação Especial: visão de um processo dinâmico e integrado**. Curitiba: UCP, 1985.

CARVALHO, E. N. S. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 261-276, maio/ago. 2013.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Sociologia).

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia (EaD)**. Dourados: UNIGRAN. 2013. Disponível em: <<http://www.unigranet.com.br/conteudo/graduacao/pedagogia/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CHACON, M. C. M. **Formação de recursos humanos em educação especial: respostas das Universidades à recomendação da Portaria Ministerial nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994**. 2001. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.

_____. Formação de Recursos Humanos em Educação Especial: resposta das universidades à Recomendação da Portaria Ministerial N.º 1.793. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n.3, p. 321-336, 2004.

CHACON, M. C. M.; OLIVEIRA, A. A. S. Salas de recursos multifuncionais: um recurso para as escolas (mais) inclusivas no Brasil. **La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation**, [S. l.], v. 1, p. 199-208, 2013.

COOK, B. G. Inclusive attitudes, strengths, and weaknesses of pre-service general educators enrolled in a Curriculum Infusion Teacher Preparation Program. **Teacher Education and Special Education**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 262-277, 2002.

CRUZ, G. C. ; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 52, p. 257-273, 2014.

CRUZ, G. C.; SORIANO, J. B. Perspectivas docentes sobre formação profissional em educação física para atuação em contextos inclusivos. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, p. 1-16, 2010.

DEIMLING, N. N. M. . A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, p. 238-249, 2013.

DEIMLING, N. N. M. ; CAIADO, K. R. M. Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, p. 51-64, 2012.

DELPRETTO, B. M. de L. GIFFONI, F. A., ZARDO, S. P. **Altas habilidades/superdotação**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 10. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 15 maio 2013.

DENARI, F. **A formação do educador em educação especial**: temas em educação especial. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

DENZIN, N. **The research act**: a theoretical introduction to sociological methods. 2. ed. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

DIAS, M. C. Educação um direito prioritário. **Revista Veras**, [S. l.], v.1, n.1, 2011

DOMINGUES, C. A. **Os alunos com deficiência visual**: baixa visão e cegueira. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 3. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 06 maio 2013.

FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU. Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia. Dois Vizinhos: VIZIVALI, 2012. Disponível em: <http://sites.sudoesteonline.com.br/vizivali/upload/ppc_pedagogia.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, S. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2006.

FREITAS, S. N.; MOREIRA, L. C. A universidade frente à formação inicial na perspectiva inclusiva. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e Educação Especial**: formação em foco. 2. ed. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v. 2. p. 65-73.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, mar. 2013.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2013.

GIACOMINI, L.; SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. **Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial**. Brasília: MEC: SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 7. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 15 maio 2013.

GIROTO, C. R. M.; CASTRO, R. M. A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 441-451, 2011.

GOMES, A. L.; POULIN, J.; FIGUEIREDO, R. V. **O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 2 (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 15 maio 2013.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 3, set. 2013. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2014.

HARLOS, F. E. **Sociologia da deficiência**: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

HARLOS, F. E. ; DENARI, F. E.; ORLANDO, R. M. Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013). **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 4, dez. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2015.

IACONO, J. P. **A premência da formação de professores para a educação especial/educação inclusiva**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 3., 2007, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Estudo técnico**: normas legais aplicáveis aos programas de pós-graduação lato sensu. 2014. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/et/20.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413>. Acesso em: 30 nov. 2013.

KASSAR, M. C. M.; RODRIGUES, A. P. N.; LEIJOTO, C. P. Possibilidades e alcances dos processos de formação continuada: um estudo de caso. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e Educação Especial**: formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011. v. 1, p. 209-220.

KIM, J. Influence of teacher preparation programs on preservice teachers' attitudes toward inclusion. **International Journal of Inclusive Education**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 355-37, 2011.

LAMBE, J. Northern Ireland student teachers' changing attitudes towards inclusive education during initial teacher training. **International Journal of Special Education**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 59-75, 2007. Disponível em: <www.internationalsped.com/.../7%20Lambe.doc>. Acesso em: 20 out. 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, E. M.; VERNICK, M. G. L. P. Reflexões sobre a política de Educação Especial nacional e no Estado do Paraná. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 2, p. 49-67, maio/ago. 2013.

MACIEL, C. E. Educação Especial na formação de professores das Universidades de Mato Grosso do Sul. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, p. 1-13, 2006.

MARTINS, L. A. R. A visão de licenciandos sobre a formação inicial com vistas à atuação com a diversidade dos alunos. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011. v. 1. p. 51-63

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Inclusão escolar e Educação Especial: das diretrizes à realidade das escolas. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas educacionais**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 79-87.

MELO, A. M.; PUPO, D. T. **Livro acessível e informática acessível**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 8. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 06 maio 2013.

MENDES, E. G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. **Revista Integração**, São Paulo, ano 14, n. 24, p. 12-17, 2002.

MENDES, E. G. et al. Professores de educação especial e a perspectiva da inclusão escolar: uma nova proposta de formação. In: MENDES, E.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira&Marins, 2010. p. 123-140.

MESQUITA, P. S. P.; MARTINS, S. E. S. O. Políticas educacionais e formação de professores em educação especial na modalidade a distância: o que está disponível na base de dados Scielo. In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: [S. n.], 2013. p. 1297-1306.

MICHELIS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.

_____. Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 2, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2014.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças de concepções de professores do ensino fundamental que receberam alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p. 35-52, jan./abr. 2008.

NÓVOA, A. **Dilemas actuais dos professores**: a comunidade, a autonomia, o conhecimento. Goiânia: UCG, 2005.

_____. **Professores, imagens do futuro presente**. Lisboa: Educam, 2009.

OLIVEIRA, A. A. S. Inclusão escolar e formação de professores: o embate entre o geral e o específico. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 141-150.

OLIVEIRA, A. L. **Formação de professores para atuar com educandos com transtornos globais do desenvolvimento no processo de educação inclusiva**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

OMOTE, Sadao et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, p. 387-396, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2005000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

_____. Lei Complementar n. 103 de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o plano de carreira do professor da rede estadual de educação básica do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 15 mar. 2004b Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Lei estadual n.º 17.656, de 12 de agosto de 2013**. Institui o programa estadual de apoio permanente às entidades mantenedoras de escolas que ofertam educação básica na modalidade Educação Especial denominado “Todos iguais pela educação”. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2013.

PARANÁ. Lei nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 5 dez. 1964.

PARANÁ. Câmara de Ensino de 2º grau. **Deliberação nº 007/05, de 7 de junho de 1995**. Curitiba: Câmara de Ensino de 2º grau, 1995.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 020/1986**. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1986.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 02/2003**. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 2003.

PARANÁ. Decreto nº 10.527, 11 de janeiro de 1963. **Diário Oficial do Estado**. Atos do Poder Executivo. Curitiba, 11 jan. 1963.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Câmara de Legislação e Normas. **Deliberação nº 0004/1973**. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1973.

_____. **Deliberação nº** Deliberação nº. 26/79. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1979.

_____. **Deliberação nº** Deliberação nº 025/84. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1984a.

_____. **Deliberação nº** Deliberação nº 035/84. Curitiba: Conselho Estadual de Educação, 1984b.

PARANÁ. GS/SEED. **Resolução nº 3.600 de 18 de agosto de 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivo/File/downloads/resolucao36002011.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Departamento de Recursos Humanos. **Edital nº 36/2004**. Concurso Público. Curitiba: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, 2004a.

_____. **Edital nº12/2007**. Concurso Público. Curitiba: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED, 2006.

_____. **Educação inclusiva**: linhas de ação para o Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

_____. **Resolução nº 139/2009**. Regulamentação da distribuição de aulas dos estabelecimentos estaduais de ensino. Curitiba: SEED, 2009b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Fundamentos teórico-metodológicos para a Educação Especial**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 1994.

PARANÁ. SEED/SUED. **Política estadual de Educação Especial na perspectiva da inclusão**. Curitiba: SEED, 2009a.

PEREIRA JUNIOR, A. A. Reflexão sobre a formação de professores para atender as pessoas com necessidades especiais no Paraná. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, [S. l.], v. 02, p. 142-154, 2009.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação).

PRIETO, R. G. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Org). **Das margens ao centro: perspectiva para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 61-78.

QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H. M. F. Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 31, p. 49-61, 2008.

QUEIROZ JUNIOR, E. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade de São Paulo, Brasil. 2010.

RANGNI, R. A; COSTA, M. P. R. Educação dos superdotados: história e exclusão. **Revista Educação**, Guarulhos, v. 6, p. 16-24, 2011.

ROPOLI, E. A. **A escola comum inclusiva**. Brasília: MEC, SEESP; [Fortaleza]: UFC, 2010. v. 1. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

SALLES, L. E. S. **As políticas de Educação Especial no Estado do Paraná e a escola de educação básica na modalidade de Educação Especial**. 2013. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SANTOS, M. C. D. **Políticas públicas: formação continuada de professores na área da deficiência visual no estado do Paraná**. [São Paulo]: UNICID, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE 112/2012**. São Paulo: CEE, 2012. Disponível em: <<http://depenapolis.edunet.sp.gov.br/publica%C3%A7%C3%B5es%20doe/DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CEE%20112%20DE%202012.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação do CEE 15/71**. São Paulo: CEE, 1971.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: MEC, SEESP; UFC, 2010. v. 6. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 15 maio 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 143-155, 2009.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D. Quixote, 1992.

SECAL. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia**. Astorga: [S. n.], 2012.

SHARMA, U.; FORLIN, F.; LOREMAN T. Impact of training on pre-service teachers' attitudes and concerns about inclusive education and sentiments about persons with disabilities. **Disability and Society**, [S. l.], v. 23, n. 7, p. 773-785, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. p. 174-197.

_____. Decifrar textos para compreender a política. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, dez. 2005.

SILVA, V. L. R. R. **Educação da pessoa com deficiência no Estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980: coexistência de atendimento em escolas públicas regulares e em especiais privadas/filantrópicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

SOUZA, A. R. et al. Planos de carreiras da rede estadual de ensino do Paraná e da rede municipal de ensino de Curitiba: um exercício comparativo. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 15, p. 301-330, 2012.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, p. 61-88, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 18, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia (EaD)**. Brasília: UCB, 2009. Disponível em: <<http://www.ucb.br/Cursos/7Pedagogia/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia (Presencial)**. Londrina: UEL, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2009/resolucao_109_09.pdf. Acesso em: 23 jul. 2014.

VIGINHESKI, L. V. M.; SILVA, S. C. R.; SHIMAZAKI, E. M. O soroban na formação inicial do professor de matemática. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 4, 2014. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/21988/12387>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VIOTO, Josiane R. B.; VITALIANO, C. R. Educação inclusiva e formação docente: percepções de formandos em pedagogia. **Magis**, São Leopoldo, v. 5 , 2013.

VITALINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 13, n. 3, dez. 2007.

ZEPPONE, R. M. O. **A inclusão escolar de crianças deficientes e a prática docente**. 2005. 238 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DE IES DO PARANÁ

Ministério da Educação - Sistema e-MEC			
Relatório da Consulta Avançada			
Resultado da Consulta Por: Instituição de Ensino Superior versus Estado do Paraná			
Relatório Processado: 18/01/2014 - 15:54:46 Total de Registro(s) : 213			
Código	Instituição(IES)	Organização Acadêmica	Categoria
810	CENTRO TÉCNICO-EDUCACIONAL SUPERIOR DO OESTE PARANAENSE (CTESOP)	Faculdade	Privada
1232	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	Centro Universitário	Privada
1419	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA (UNICURITIBA)	Centro Universitário	Privada
535	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MANDAGUARI - UNIMAN	Faculdade	Pública
1196	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	Centro Universitário	Privada
649	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA (UNIUV)	Centro Universitário	Pública
1396	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)	Centro Universitário	Privada
430	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA (UNIFIL)	Centro Universitário	Privada
1491	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL (UNINTER)	Centro Universitário	Privada
557	ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ (EMBAP)	Faculdade	Pública
822	ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS EMPRESARIAIS E INFORMÁTICA (ESEEI)	Faculdade	Privada
1714	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO COMERCIAL E MARKETING	Faculdade	Privada
1613	FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE (IAP)	Faculdade	Privada
1850	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ (FACULDADE ALVORADA)	Faculdade	Privada
1900	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	Faculdade	Privada
2077	FACULDADE ANGLO-AMERICANO (FAA)	Faculdade	Privada
2513	FACULDADE ARTHUR THOMAS (CESA)	Faculdade	Privada
1336	FACULDADE ASSIS GURGACZ (FAG)	Faculdade	Privada
1614	FACULDADE ASTORGA (FAAST)	Faculdade	Privada
5511	FACULDADE CAMPO REAL (CAMPO REAL)	Faculdade	Privada
1789	FACULDADE CATUAÍ (ICES)	Faculdade	Privada
2461	FACULDADE CBES (CBES)	Faculdade	Privada
1417	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO (FACECLA)	Faculdade	Privada
11007	FACULDADE CENTRO OESTE (FACEOPAR)	Faculdade	Privada
4582	FACULDADE CENTRO SUL DO PARANÁ	Faculdade	Privada
14403	FACULDADE CESUMAR (CESUMAR)	Faculdade	Privada
3649	FACULDADE CIDADE VERDE (FCV)	Faculdade	Privada
4938	FACULDADE CLARETIANA DE TEOLOGIA	Faculdade	Privada
12754	FACULDADE CRISTÁ DE CURITIBA (FCC)	Faculdade	Privada
1903	FACULDADE CRISTO REI (FACCREI)	Faculdade	Privada
3777	FACULDADE CURITIBANA (FAC)	Faculdade	Privada
3502	FACULDADE DA FRONTEIRA - FAF (FAF)	Faculdade	Pública
1257	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LETRAS (FACEL)	Faculdade	Privada
4661	FACULDADE DE AGRONEGÓCIO PARAÍSO DO NORTE	Faculdade	Privada
2620	FACULDADE DE AMPÈRE (FAMPER)	Faculdade	Privada
1325	FACULDADE DE APUCARANA (FAP)	Faculdade	Privada
558	FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ (FAP)	Faculdade	Pública
2282	FACULDADE DE CAFELÂNDIA (FAC)	Faculdade	Privada
1679	FACULDADE DE CAMPINA GRANDE DO SUL (FACSUL)	Faculdade	Privada
2117	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (FACITEC)	Faculdade	Privada
1258	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DE CASCAVEL	Faculdade	Privada
1678	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE WENCESLAU BRAZ	Faculdade	Privada
3027	FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS E SISTEMAS INTEGRADOS (FACESI)	Faculdade	Privada
1534	FACULDADE DE CIÊNCIAS, LETRAS E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ (FACLENOR)	Faculdade	Privada
918	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	Faculdade	Privada

1198	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS DO PARANÁ (FACET)	Faculdade	Privada
1523	FACULDADE DE DIREITO FRANCISCO BELTRÃO (CESUL)	Faculdade	Privada
877	FACULDADE DE ECONOMIA E PROCESSAMENTO DE DADOS DE FOZ DO IGUAÇU (FEPI)	Faculdade	Privada
1449	FACULDADE DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DE IBAITI (FEATI)	Faculdade	Privada
1550	FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE FOZ DO IGUAÇU	Faculdade	Privada
5025	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO BRAZ	Faculdade	Privada
197	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ	Faculdade	Privada
14951	FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSI (FEITEP)	Faculdade	Privada
1733	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (ISEPE RONDON)	Faculdade	Privada
1500	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (FAESI)	Faculdade	Privada
2582	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ (UCP)	Faculdade	Privada
3393	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	Faculdade	Privada
4605	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR KM 125	Faculdade	Privada
299	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL (FAFIJAN)	Faculdade	Privada
1519	FACULDADE DE PATO BRANCO (FADEP)	Faculdade	Privada
1800	FACULDADE DE REALEZA (CESREAL)	Faculdade	Privada
4765	FACULDADE DE TECNOLOGIA ALFA DE UMUARAMA	Faculdade	Privada
4330	FACULDADE DE TECNOLOGIA AMÉRICA DO SUL	Faculdade	Privada
13735	FACULDADE DE TECNOLOGIA, CAPACITAÇÃO E GESTÃO INTEGRAL (FAINTEC)	Faculdade	Privada
3993	FACULDADE DE TECNOLOGIA CETEP (CETEP)	Faculdade	Privada
12268	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CRUZEIRO DO OESTE	Faculdade	Privada
4093	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA (FATEC-PR)	Faculdade	Privada
4496	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO VALE DO IVAÍ	Faculdade	Privada
4751	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DO NORTE DO PARANÁ (FATECIE)	Faculdade	Privada
3242	FACULDADE DE TECNOLOGIA E GESTÃO (FATEG)	Faculdade	Privada
3790	FACULDADE DE TECNOLOGIA ENSITEC (ENSITEC)	Faculdade	Privada
4009	FACULDADE DE TECNOLOGIA ESTÁCIO DE CURITIBA (FATEC ESTÁC CURITIBA)	Faculdade	Privada
14095	FACULDADE DE TECNOLOGIA FUTURO (Fatec Futuro)	Faculdade	Privada
3807	FACULDADE DE TECNOLOGIA IAPEC (IAPEC)	Faculdade	Privada
13775	FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATE (FAITEC)	Faculdade	Privada
4998	FACULDADE DE TECNOLOGIA INESUL DO PARANÁ (FIPAR)	Faculdade	Privada
14326	FACULDADE DE TECNOLOGIA INSAEOS (INSAEOS)	Faculdade	Privada
11818	FACULDADE DE TECNOLOGIA INSPIRAR (Inspirar)	Faculdade	Privada
3981	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTEGRAL (CETI)	Faculdade	Privada
10349	FACULDADE DE TECNOLOGIA IPPEO (IPPEO)	Faculdade	Privada
4584	FACULDADE DE TECNOLOGIA MACHADO DE ASSIS (FAMA)	Faculdade	Privada
3278	FACULDADE DE TECNOLOGIA MARTINUS	Faculdade	Privada
4869	Faculdade de Tecnologia Pitágotas - Unidade Londrina	Faculdade	Privada
14782	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CASCAVEL	Faculdade	Privada
13677	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CIC	Faculdade	Privada
14784	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CURITIBA	Faculdade	Privada
14786	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI LONDRINA	Faculdade	Privada
14785	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI MARINGÁ	Faculdade	Privada
13674	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI TELÊMACO BORBA	Faculdade	Privada
14783	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI TOLEDO	Faculdade	Privada
4045	FACULDADE DE TECNOLOGIA TUPY CURITIBA (FTT-CWB)	Faculdade	Privada
1536	FACULDADE DE TELÊMACO BORBA (FATEB)	Faculdade	Privada
3536	FACULDADE DE TEOLOGIA EVANGÉLICA EM CURITIBA -	Faculdade	Privada
5186	FACULDADE DINÂMICA	Faculdade	Privada
10846	FACULDADE DINÂMICA (UDC)	Faculdade	Privada
2624	FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE (FLP)	Faculdade	Privada
1256	FACULDADE DOM BOSCO (DOM BOSCO)	Faculdade	Privada
1487	FACULDADE DOM BOSCO (FDB)	Faculdade	Privada
2831	FACULDADE DOM BOSCO DE GOIOERÊ (DOM BOSCO GOIOERÊ)	Faculdade	Privada

1801	FACULDADE DOM BOSCO DE UBIATÁ	Faculdade	Privada
1899	FACULDADE DO NOROESTE PARANAENSE (FANP)	Faculdade	Privada
1453	FACULDADE DO NORTE DO PARANÁ (FACNORTE)	Faculdade	Privada
1856	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA	Faculdade	Privada
1291	FACULDADE DO NORTE PIONEIRO (FANORPI)	Faculdade	Privada
1503	FACULDADE DOUTOR LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA (FALEC)	Faculdade	Privada
13749	FACULDADE EDUCACIONAL ARAUCÁRIA (Facear)	Faculdade	Privada
1205	FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA (FAEL)	Faculdade	Privada
1611	FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAPOTI (FATI)	Faculdade	Privada
1879	FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA (FACEAR)	Faculdade	Privada
1907	FACULDADE EDUCACIONAL DE COLOMBO (FAEC)	Faculdade	Privada
1798	FACULDADE EDUCACIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO	Faculdade	Privada
1657	FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS (FAED)	Faculdade	Privada
12847	FACULDADE EDUCACIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	Faculdade	Privada
5079	FACULDADE EDUCACIONAL DE MATELÂNDIA (FAMA)	Faculdade	Privada
1574	FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA (FACEMED)	Faculdade	Privada
1774	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA (UNIÃO)	Faculdade	Privada
14367	FACULDADE EFICAZ (FACULDADE EFICAZ)	Faculdade	Privada
5000	FACULDADE ESTAÇÃO (FAEST)	Faculdade	Privada
1817	Faculdade Estácio de Curitiba (ESTÁCIO CURITIBA)	Faculdade	Privada
46	FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA (FECEA)	Faculdade	Pública
421	FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO (FECILCAM)	Faculdade	Pública
75	FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ (FAFIPA)	Faculdade	Pública
725	FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ (FAFIPAR)	Faculdade	Pública
687	FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS LETRAS UNIÃO DA VITÓRIA (FAFIUV)	Faculdade	Pública
353	FACULDADE EVANGÉLICA DO PARANÁ (FEPAR)	Faculdade	Privada
2206	FACULDADE FAE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Faculdade	Privada
2301	FACULDADE FIDELIS (FF)	Faculdade	Privada
2165	FACULDADE FOZ DO IGUAÇU (FAFIG)	Faculdade	Privada
1938	FACULDADE GLOBAL DE UMUARAMA (FGU)	Faculdade	Privada
3797	FACULDADE GUAIRACÁ (FAG)	Faculdade	Privada
5518	FACULDADE GUARAPUAVA (FG)	Faculdade	Privada
4534	FACULDADE HERRERO (FATEC)	Faculdade	Privada
3232	FACULDADE IGUAÇU (FI)	Faculdade	Privada
1430	FACULDADE INGÁ	Faculdade	Privada
4922	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS	Faculdade	Privada
1078	FACULDADE INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO (CEI)	Faculdade	Privada
1577	FACULDADE INTERMUNICIPAL DO NOROESTE DO PARANÁ	Faculdade	Privada
2312	FACULDADE LUTERANA RUI BARBOSA (FALURB)	Faculdade	Privada
1079	FACULDADE MARINGÁ (CESPAR)	Faculdade	Privada
1337	FACULDADE MATER DEI (FMD)	Faculdade	Privada
15445	Faculdade Metropolitana de Curitiba (FAMEC)	Faculdade	Privada
1400	FACULDADE METROPOLITANA DE CURITIBA (FAMEC)	Faculdade	Privada
1508	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	Faculdade	Privada
3380	FACULDADE MISSIONEIRA DO PARANÁ (FAMIPAR)	Faculdade	Privada
2805	FACULDADE MODELO (FACIMOD)	Faculdade	Privada
2467	FACULDADE NACIONAL DO NORTE DO PARANÁ	Faculdade	Privada
3549	FACULDADE NACIONAL SÊNIOR (FANSÊNIOR)	Faculdade	Privada
1797	FACULDADE NORTE PARANAENSE (UNINORTE)	Faculdade	Privada
1759	FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI	Faculdade	Privada
1549	FACULDADE PALAS ATENA DE CHOPINZINHO (FPA)	Faculdade	Privada
432	FACULDADE PARANAENSE (FACCAR)	Faculdade	Privada
2420	FACULDADE PARANAENSE (FAPAR)	Faculdade	Privada
2841	FACULDADE PARANAPANEMA (FP)	Faculdade	Privada
12597	FACULDADE PASSIONISTA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA	Faculdade	Privada
1632	FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	Faculdade	Privada
13832	FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA (FASF)	Faculdade	Privada
1726	FACULDADE SANTA AMÉLIA (SECAL)	Faculdade	Privada
2160	FACULDADE SANT'ANA (IESSA)	Faculdade	Privada

13476	FACULDADE SÃO BASÍLIO MAGNO (FASBAM)	Faculdade	Privada
1535	FACULDADE SÃO JUDAS TADEU DE PINHAIS (FAPI)	Faculdade	Privada
681	FACULDADES INTEGRADAS ANGLO-AMERICANO (FIAA)	Faculdade	Privada
5591	FACULDADES INTEGRADAS CAMÕES (FICA)	Faculdade	Privada
3602	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL (FACBRASIL)	Faculdade	Privada
3193	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	Faculdade	Privada
1927	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU	Faculdade	Privada
3688	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IVAÍ	Faculdade	Privada
1125	FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA (FIES)	Faculdade	Privada
1872	FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA	Faculdade	Privada
2808	FACULDADES ITECNE DE CASCAVEL (ITECNE)	Faculdade	Privada
5403	FACULDADES OPET	Faculdade	Privada
2787	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE (FPP)	Faculdade	Privada
761	FACULDADES SPEI (FACSpei)	Faculdade	Privada
1612	FACULDADE SUL BRASIL (FASUL)	Faculdade	Privada
873	FACULDADES UNIFICADAS DE FOZ DO IGUAÇU (UNIFOZ)	Faculdade	Privada
2141	FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DO PARANÁ (FTBP)	Faculdade	Privada
2573	FACULDADE TEOLÓGICA SUL AMERICANA (FTSA)	Faculdade	Privada
1716	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	Faculdade	Privada
12766	FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	Faculdade	Privada
17165	FACULDADE UNILAGOS (UNILAGOS)	Faculdade	Privada
1399	FACULDADE UNISSA DE SARANDI	Faculdade	Privada
3509	FACULDADE VICENTINA - FAVI (FAVI)	Faculdade	Privada
1567	FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU (VIZIVALI)	Faculdade	Pública
715	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO (FAE)	Centro Universitário	Privada
2799	FANEESP - FACULDADE NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ (FANEESP)	Faculdade	Privada
3684	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CLEVELÂNDIA (FESC)	Faculdade	Privada
2086	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU	Faculdade	Privada
1939	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL	Faculdade	Privada
2447	INSTITUTO EDUCACIONAL DE CASTRO (INEC)	Faculdade	Privada
14724	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)	Instituto Federal de Educação	Pública
3158	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANGLO-AMERICANO	Faculdade	Privada
2202	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA	Faculdade	Privada
3986	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (INSEP)	Faculdade	Privada
2528	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MÃE DE DEUS	Faculdade	Privada
2188	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DE SION (ISE - SION)	Faculdade	Privada
2157	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA (ISESA)	Faculdade	Privada
3180	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO UNIÃO DAS AMÉRICAS (UNIAMÉRICA)	Faculdade	Privada
1615	INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ (ISULPAR)	Faculdade	Privada
10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	Universidade	Privada
2035	UNIÃO LATINO-AMERICANA DE TECNOLOGIA (ULT)	Faculdade	Privada
1750	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR EXPOENTE (UNIEXP)	Faculdade	Privada
9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	Universidade	Pública
57	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	Universidade	Pública
730	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	Universidade	Pública
1126	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	Universidade	Pública
15015	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Universidade	Pública
609	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Universidade	Pública
15001	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	Universidade	Pública
571	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Universidade	Pública
298	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	Universidade	Privada
437	UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Universidade	Privada
1042	UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)	Universidade	Privada
588	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	Universidade	Pública
355	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)	Universidade	Privada

ANEXO B – LISTA DE CURSOS DE PEDAGOGIA OFERTADOS NO PARANÁ

Ministério da Educação - Sistema e-MEC	
Relatório da Consulta Avançada	
Resultado da Consulta Por: Curso (pedagogia)	
Relatório Processado: 10/07/2014 - 13:54:10 Total de Registro(s) : 179	
Instituição(IES)	Nome do Curso
(9) UEL	(92202) PEDAGOGIA
(9) UEL	(92260) PEDAGOGIA
(9) UEL	(92261) PEDAGOGIA
(9) UEL	(1146841) PEDAGOGIA
(10) PUCPR	(850) PEDAGOGIA
(14) UNISINOS	(1189846) PEDAGOGIA
(57) UEM	(3397) PEDAGOGIA
(57) UEM	(3416) PEDAGOGIA
(57) UEM	(121802) PEDAGOGIA
(135) CEUCLAR	(85058) PEDAGOGIA
(135) CEUCLAR	(118592) PEDAGOGIA
(143) UNIUBE	(110000) PEDAGOGIA
(167) UMESSP	(92355) PEDAGOGIA
(176) UCB	(99362) PEDAGOGIA
(221) UNICSUL	(1258528) PEDAGOGIA
(298) UNOPAR	(19225) PEDAGOGIA
(298) UNOPAR	(19234) PEDAGOGIA
(298) UNOPAR	(89380) PEDAGOGIA
(299) FAFIJAN	(7025) PEDAGOGIA
(322) UNIP	(100305) PEDAGOGIA
(355) UTP	(7709) PEDAGOGIA
(385) UNIFACS	(97507) PEDAGOGIA
(437) UNIPAR	(103038) PEDAGOGIA
(437) UNIPAR	(103044) PEDAGOGIA
(437) UNIPAR	(103046) PEDAGOGIA
(437) UNIPAR	(1292694) PEDAGOGIA
(449) ULBRA	(97851) PEDAGOGIA
(494) UNISUL	(95205) PEDAGOGIA
(526) UBC	(117588) PEDAGOGIA
(535) FAFIMAN	(70920) PEDAGOGIA
(571) UFPR	(12557) PEDAGOGIA
(571) UFPR	(41077) PEDAGOGIA
(571) UFPR	(49495) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(14698) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(15056) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(21689) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(29290) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(38579) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(39243) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(69778) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(70020) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(83688) PEDAGOGIA
(609) UNIOESTE	(1150804) PEDAGOGIA
(626) FACOS	(1126244) PEDAGOGIA
(634) UFPEL	(1153384) PEDAGOGIA
(671) UNIDERP	(87280) PEDAGOGIA
(673) UNIGRAN	(91795) PEDAGOGIA
(694) UFMS	(55838) PEDAGOGIA
(715) FAE	(117330) PEDAGOGIA
(730) UEPG	(16392) PEDAGOGIA
(730) UEPG	(120769) PEDAGOGIA
(810) CTESOP	(17028) PEDAGOGIA
(810) CTESOP	(111410) PEDAGOGIA
(829) UNITINS	(100789) PEDAGOGIA
(918) FCSAC	(1112733) PEDAGOGIA
(1042) UP	(101715) PEDAGOGIA
(1078) CEI	(73580) PEDAGOGIA
(1126) UNICENTRO	(101662) PEDAGOGIA

(1126) UNICENTRO	(101751) PEDAGOGIA
(1126) UNICENTRO	(101762) PEDAGOGIA
(1126) UNICENTRO	(101766) PEDAGOGIA
(1126) UNICENTRO	(108262) PEDAGOGIA
(1126) UNICENTRO	(150286) PEDAGOGIA
(1196) UNICESUMAR	(57630) PEDAGOGIA
(1196) UNICESUMAR	(111270) PEDAGOGIA
(1205) FAEL	(41641) PEDAGOGIA
(1205) FAEL	(79377) PEDAGOGIA
(1205) FAEL	(98447) PEDAGOGIA
(1205) FAEL	(110683) PEDAGOGIA
(1232) UNIANDRADE	(44295) PEDAGOGIA
(1257) FACEL	(19768) PEDAGOGIA
(1258) FACIAP	(19770) PEDAGOGIA
(1270) UNISEB	(87444) PEDAGOGIA
(1291) FANORPI	(83040) PEDAGOGIA
(1325) FAP	(97143) PEDAGOGIA
(1336) FAG	(20001) PEDAGOGIA
(1351) CENTRO UNIVERSITÁRIO TUPY	(1286097) PEDAGOGIA
(1396) UDC	(21489) PEDAGOGIA
(1396) UDC	(1270213) PEDAGOGIA
(1399) FACULDADE UNISSA DE SARANDI	(21720) PEDAGOGIA
(1399) FACULDADE UNISSA DE SARANDI	(92481) PEDAGOGIA
(1400) FAMEC	(68594) PEDAGOGIA
(1417) FACECLA	(46801) PEDAGOGIA
(1449) FEATI	(100223) PEDAGOGIA
(1461) FTC SALVADOR	(78196) PEDAGOGIA
(1461) FTC SALVADOR	(114057) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(102280) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(102281) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(119196) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(119200) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(119202) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(119204) PEDAGOGIA
(1472) UNIASSELVI	(119206) PEDAGOGIA
(1491) UNINTER	(48908) PEDAGOGIA
(1491) UNINTER	(98892) PEDAGOGIA
(1500) FAESI	(110724) PEDAGOGIA
(1503) FALEC	(21677) PEDAGOGIA
(1508) FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	(1183017) PEDAGOGIA
(1519) FADEP	(37795) PEDAGOGIA
(1535) FAPI	(37794) PEDAGOGIA
(1535) FAPI	(37833) PEDAGOGIA
(1536) FATEB	(22025) PEDAGOGIA
(1549) FPA	(87984) PEDAGOGIA
(1567) VIZIVALI	(110680) PEDAGOGIA
(1577) FACINOR	(39688) PEDAGOGIA
(1611) FATI	(48616) PEDAGOGIA
(1612) FASUL	(100485) PEDAGOGIA
(1614) FAAST	(105384) PEDAGOGIA
(1615) ISULPAR	(49365) PEDAGOGIA
(1615) ISULPAR	(49366) PEDAGOGIA
(1632) FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	(102029) PEDAGOGIA
(1678) FACIBRA	(46478) PEDAGOGIA
(1678) FACIBRA	(118790) PEDAGOGIA
(1679) FACSUL	(46480) PEDAGOGIA
(1726) SECAL	(49225) PEDAGOGIA
(1759) FACULDADE BAGOZZI	(97243) PEDAGOGIA
(1789) ICES	(50476) PEDAGOGIA
(1797) UNINORTE	(100604) PEDAGOGIA
(1801) DOM BOSCO UBIRATÁ	(48195) PEDAGOGIA
(1850) FACULDADE ALVORADA	(49274) PEDAGOGIA
(1850) FACULDADE ALVORADA	(87366) PEDAGOGIA
(1856) FACNOPAR	(100522) PEDAGOGIA

(1872) FARESC	(100526) PEDAGOGIA
(1879) FACEAR	(89890) PEDAGOGIA
(1899) FANP	(100512) PEDAGOGIA
(1900) FAESP	(56346) PEDAGOGIA
(1907) FAEC	(88912) PEDAGOGIA
(1938) FGU	(100472) PEDAGOGIA
(1939) INESUL	(100508) PEDAGOGIA
(2157) ISESA	(100594) PEDAGOGIA
(2165) FAFIG	(91737) PEDAGOGIA
(2188) ISE - SION	(100514) PEDAGOGIA
(2202) ISEPE Guaratuba	(105409) PEDAGOGIA
(2420) FAPAR	(91747) PEDAGOGIA
(2582) UCP	(1186073) PEDAGOGIA
(2620) FAMPER	(87454) PEDAGOGIA
(2799) FANEESP	(79960) PEDAGOGIA
(2799) FANEESP	(79961) PEDAGOGIA
(2799) FANEESP	(79962) PEDAGOGIA
(2805) FACIMOD	(73571) PEDAGOGIA
(2831) DOM BOSCO GOIOERÊ	(88030) PEDAGOGIA
(3027) FACESI	(80786) PEDAGOGIA
(3158) ISEAAFI	(56808) PEDAGOGIA
(3180) UNIAMÉRICA	(101263) PEDAGOGIA
(3193) CESCAGE	(1164434) PEDAGOGIA
(3393) FACDOMBOSCO	(73481) PEDAGOGIA
(3502) FAF	(108304) PEDAGOGIA
(3602) FACBRASIL	(56724) PEDAGOGIA
(3684) FESC	(2500068) PEDAGOGIA
(3688) FACULDADES INTEGRADAS DO IVAÍ	(17453) PEDAGOGIA
(3797) FAG	(80814) PEDAGOGIA
(3986) INSEP	(74180) PEDAGOGIA
(4584) FAMA	(1175009) PEDAGOGIA
(4661) FAPAN	(1204221) PEDAGOGIA
(5025) FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO BRAZ	(118768) PEDAGOGIA
(5186) FACULDADE DINÂMICA	(120474) PEDAGOGIA
(5403) FACULDADES OPET	(95555) PEDAGOGIA
(5403) FACULDADES OPET	(121081) PEDAGOGIA
(5591) FICA	(1205238) PEDAGOGIA
(10846) UDC	(1002355) PEDAGOGIA
(12597) Fapec	(1043578) PEDAGOGIA
(12597) Fapec	(5000692) PEDAGOGIA
(13812) ESAB	(1118295) PEDAGOGIA
(13832) FASF	(1073856) PEDAGOGIA
(14724) IFPR	(8973) PEDAGOGIA
(15015) UENP	(16185) PEDAGOGIA
(15015) UENP	(16336) PEDAGOGIA
(17165) UNILAGOS	(2500020) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(3644) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(8765) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(15719) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(16322) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(24116) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(28529) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(71002) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(95211) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(95213) PEDAGOGIA
(18492) UNESPAR	(1185841) PEDAGOGIA
(57) UEM	(1165576) PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANEXO C– EMENTAS DAS DISCIPLINAS QUE ABORDAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL RETIRADAS DOS PPPs DOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Código	Instituição(IES): Nome do Curso	Disciplinas (NOME [período de oferta – carga horária- perfil]: ementa
1c	(9) UEL: (1146841) PEDAGOGIA - PRESENCIAL (PPP aprovado pela Resolução CEPE/CA 0109/2009)-	<p>EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE (1º.ano [semestral] – 60 horas – obrigatória): Conceito de diversidade, inclusão e exclusão. Processo de discriminação, estigmatização e segregação social. Caracterização das diferenças significativas: classe social, gênero, cultura, etnia, religião e pessoas com necessidades especiais.</p> <p>EDUCAÇÃO ESPECIAL (3º.ano[semestral] – 60 horas – obrigatória): Caracterização das Necessidades Educacionais Especiais. Educação Especial nos diferentes níveis de ensino. Adaptações Curriculares. Estratégias pedagógicas favorecedoras da inclusão no contexto escolar. Avaliação das necessidades educacionais especiais no contexto educacional.</p> <p>SABERES E FAZERES DO PROFESSOR DIANTE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM (5º.ano [semestral] – 60 horas – optativa): Histórico das concepções de dificuldades de aprendizagem. Caracterização das dificuldades de aprendizagem. Abordagens contextuais: prevenção e intervenção. Multiplicidade de fatores na determinação das dificuldades de aprendizagem. Possibilidades de observação das dificuldades de aprendizagem em sala de aula. Possíveis alternativas de atuação pedagógica nas dificuldades de aprendizagem em diferentes contextos educativos.</p> <p>LIBRAS (5º.ano [semestral] – 60 horas – optativa): Aspectos clínicos e educacionais da surdez. A cultura das pessoas surdas. Análise das tendências educacionais: segregação e inclusão dos alunos surdos. Caracterização e desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): aspectos lógicos, morfológicos e gramaticais (sintaxe). Experimentação da utilização da libras: desenvolvendo a expressão gestual-visual-especial. Análise do processo de tradução e interpretação: Libras/Português Português/Libras.</p>
2c	(57) UEM: (3416) PEDAGOGIA – PRESENCIAL (201?).	<p>INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (1º.ano[semestral] – 68 horas – obrigatória): Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino fundamental e médio. (Res. 100/2009-CI/CCH) . Objetivos: Instrumentalizar os graduandos para o estabelecimento de uma comunicação fun-cional com pessoas surdas; Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. (Res. 100/2009-CI/CCH)</p> <p>NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (4º.ano[semestral] – 34 horas – obrigatória) Ementa: Necessidades educacionais especiais e mediação na prática pedagógica. (Res. 170/05-CEP). Objetivos: Possibilitar o conhecimento sobre a história do atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais; identificar diferentes necessidades educacionais especiais; subsidiar a compreensão da mediação como um dos fatores para o desenvolvimento humano. (Res. 170/05-CEP)</p>
1b	(57) UEM: (121802) PEDAGOGIA – EAD (2009-2010). OBS.: Não conta com previsão de estágios ou práticas em Educação Especial e/ou em classes em constem alunos público alvo da Educação Especial.	<p>TÓPICOS ESPECIAIS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL (4º.ano[semestral] – 68 horas – obrigatória): Educação de pessoas portadoras de necessidades especiais. O processo histórico da inclusão educacional. Exclusão e integração de alunos no sistema regular de ensino. (Res. 007/2009-COU) Objetivos: Retomar o processo histórico da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais. Identificar e analisar experiências de integração de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino. (Res. 007/2009-COU)</p> <p>INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (4º.ano[semestral] – 68 horas – obrigatória): Ementa: Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar nos conteúdos de Pedagogia. (Res. 080/2010-CI/CCH). Objetivos: Instrumentalizar os graduandos para o estabelecimento de uma comunicação funcio-nal com pessoas surdas; favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. (Res. 080/2010-CI/CCH) Nova fonte: http://www.pen.uem.br/html/pen/graduacao/cursos/ped-ead.pdf</p>
2b	(167) UMESP: (92355) PEDAGOGIA – EAD. OBS.: Não conta com previsão de estágios ou práticas em Educação Especial e/ou em classes em constem alunos público alvo da Educação Especial.	<p>EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E LIBRAS (4º.ano[semestral] – 90 horas – obrigatória): Aborda as mais frequentes questões que envolvem a prática docente nos diversos níveis da educação básica e a inclusão pedagógica de pessoas com deficiência. Analisa os desafios postos à formação docente no que diz respeito à construção de um espaço educacional inclusivo e propõe o uso de estratégias diferenciadas para o ensino. Apresenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na perspectiva da educação inclusiva e da educação bilíngue, priorizando o desenvolvimento dos alunos e o processo de aprendizagem. Considera LIBRAS a partir dos estudos semióticos e linguísticos, destacando-a como a primeira língua da pessoa surda. Apresenta a distinção dos aspectos estruturais e pragmáticos da Língua Portuguesa e da LIBRAS.</p>
3b	(176) UCB: (99362) PEDAGOGIA – EAD (2009).	<p>POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO (4º.ano[semestral] – 75 horas – obrigatória): Estudo das políticas públicas que norteiam a educação básica considerando a legislação vigente, desde sua organização administrativa, pedagógica e financeira até questões e rumos que para ela se colocam, a partir dos seus princípios e de suas finalidades. Obs.: consta nos tópicos previstos - Perspectiva educacional de inclusão; As bases da educação na LDB: educação básica, educação profissional, educação superior, educação especial, profissionais da educação, educação a distância, recursos financeiros</p> <p>EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2º.ano[semestral] – 90 horas – obrigatória): As dimensões do conceito de Educação Inclusiva. Implicações das diferenças: necessidades e potencialidades na aprendizagem. Libras e Braille – o Ambiente Escolar como espaço promotor de integração. Obs.: Nesta disciplina é previsto o seguinte programa: Conceito de Educação Especial; Educação Especial na escola;</p>

		Educação Especial como modalidade de educação escolar; Inclusão escolar: dissonâncias entre teoria e prática; Necessidades educativas especiais: ainda um dilema para o professor?; Altas habilidades; Alunos portadores de paralisia cerebral; O aluno portador de deficiência mental; Distúrbios de conduta; Deficiência visual; Deficiência Auditiva; Sistema Braille: escrita e leitura; LIBRAS: Letramento e alfabetização do surdo; A interferência da Língua de Sinais na produção de textos escritos; Adaptações curriculares na Educação inclusiva; Atitudes e técnicas facilitadoras da inclusão; O trabalho pedagógico em turmas multisseriadas; A prática educativa: um dos caminhos para a inclusão; Formação dos professores; Projeto político-pedagógico (PPP/UCB, 2009, p.145).
4b	(298) UNOPAR - (89380) PEDAGOGIA – EAD – (2013)	LIBRAS (4º.ano[semestral] – 60 horas – obrigatória): Fundamentos histórico-filosóficos da educação de surdos. Concepções de surdez. Conceitos básicos da língua de sinais. Aspectos linguísticos de LIBRAS. Tradução e interpretação de LIBRAS. PROCESSOS ESCOLARES DE INCLUSÃO (4º.ano[semestral] – 60 horas – obrigatória): – A Educação Especial nos aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos. Caracterização dos vários grupos de indivíduos com deficiências em função de suas necessidades educativas especiais. EducaçãoInclusiva: políticas e suas implicações organizacionais e pedagógicas.
3c	(437) UNIPAR - (103046) PEDAGOGIA (2013)	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS [1º.ano[anual] – 80horas – obrigatória): Língua brasileira de sinais - LIBRAS – a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda. Abrangência visual baseada em regras gramaticais da língua de sinais e da cultura surda EDUCAÇÃO ESPECIAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL [2º.ano[anual] – 120 horas –Educação especial e seus fundamentos teóricos. Caracterização e classificação do portador de necessidades educativas especiais. Integração social pela efetivação da equiparação de oportunidades para todos. Ações pedagógicas na prática. Escolas especializadas, ensino inclusivo e ensino regular. ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (2º.ano[anual] – 120 horas – obrigatória) (Gestão/Planejamento/Supervisão/Coordenação/ Organização de Processos Educativos/ Modalidades Especiais de Educação/ Serviços e apoio Educacionais: Escolares e não Escolares)
5b	(437) UNIPAR - (1292694) PEDAGOGIA – EAD (2013)	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS [1º.ano[anual] – 80horas – obrigatória): Língua brasileira de sinais - LIBRAS – a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda. Abrangência visual baseada em regras gramaticais da língua de sinais e da cultura surda EDUCAÇÃO ESPECIAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL [2º.ano[anual] – 120 horas – Educação especial e seus fundamentos teóricos. Caracterização e classificação do portador de necessidades educativas especiais. Integração social pela efetivação da equiparação de oportunidades para todos. Ações pedagógicas na prática. Escolas especializadas, ensino inclusivo e ensino regular. ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (2º.ano[anual] – 120 horas – obrigatória) (Gestão/Planejamento/Supervisão/Coordenação/ Organização de Processos Educativos/ Modalidades Especiais de Educação/ Serviços e apoio Educacionais: Escolares e não Escolares)
6b	(449) ULBRA - (97851) PEDAGOGIA – EAD (2013)	EDUCAÇÃO INCLUSIVA [3º.ano[anual] – 68 horas – obrigatória): Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Inclusiva. Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: portadores de necessidades educacionais especiais. Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, avaliação e didática. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: sujeito, família, escola e sociedade. LIBRAS [4º.ano[anual] – 68 horas – obrigatória): A Linguagem Brasileira de Sinais enfatizando seus recursos e atuação do profissional como interprete. O treinamento em tradução/interpretação em diversas situações práticas envolvendo esse profissional. Sua performance, desenvoltura, fluência, ritmo na sua atuação. Análise desses contextos preliminarmente criados realizando sua avaliação. Atuação em laboratório e em outros ambientes onde o intérprete apresentará suas competências, nas quais serão observados elementos como, ritmo, fluência, postura ética, performance na sua tradução/interpretação. Vivência em Dinâmicas de Grupo e Jogos dramáticos. Apresentação de dinâmicas em que o corpo do professor ou intérprete é o enfoque. Discussão: Como se encontra meu corpo? Minha expressão? Avaliação do meu corpo interpretado pelo outro.
7b	(494) UNISUL - (95205) PEDAGOGIA – EAD (2014)	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO E BIODOCÊNCIA [4º.ano – 7º semestre- 60 horas – obrigatória): Políticas para educação básica e o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Reorganização das redes de ensino para o atendimento de alunos com necessidades educacionais. Diretrizes, resoluções e políticas de educação especial. Função do educador especial nas diferentes etapas da Educação Básica. Biodocência, segundo professor, docência compartilhada, ensino colaborativo: conceitos e práticas. Planejamento colaborativo em sala de aula. FUNDAMENTOS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E TRANSTORNOS GLOBAIS [4º.ano – 7º semestre- 60 horas – obrigatória): Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com TGD / Def. Intelectual / Altas Habilidades. Desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos com deficiência mental. Princípios pedagógicos e didáticos. Avaliação, métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. A função constitutiva da escola e dos Serviços de Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar. FUNDAMENTOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA [4º.ano – 7º semestre- 60 horas – obrigatória): Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com deficiência múltipla e física. Princípios pedagógicos e didáticos. Avaliação, métodos, técnicas e recursos de

		<p>mediação da aprendizagem. A função constitutiva da escola e dos Serviços de Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar.</p> <p>ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SENSORIAL [4º.ano – 8º semestre- 60 horas – obrigatória): Concepções e práticas sociais com relação ao sujeito com deficiência visual e auditiva. Princípios pedagógicos e didáticos. Avaliação, métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. A função constitutiva da escola e dos Serviços de Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar.</p> <p>LÍNGUA DE SINAIS [4º.ano – 8º semestre- 60 horas – obrigatória): Cultura Surda. História dos surdos. A formação das pessoas surdas. Aspectos particulares e variações linguísticas da LIBRAS. Noções de configuração de mão. Pedagogia Visual e Pedagogia da Diferença. LIBRAS no ambiente profissional e nos contextos educacionais. O papel do professor bilíngue, do professor surdo e do interprete de LIBRAS.</p>
4c	<p>(571) UFPR -(12557) PEDAGOGIA (PPP, 2008)</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 30/08-CEPE</p>	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (1ANO- 60 HORAS) Evolução histórica da Educação Especial no Brasil. Princípios norteadores da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Legislação e normas. Caracterização da clientela. Programas de atendimento. Formação de Recursos Humanos.</p> <p>EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ÁREA NÃO-ESCOLAR – OPTATIVA 60 HORAS Organização e Gestão em Educação Especial – optativa 60 horas Planejamento Educacional e Currículo em Educação Especial – optativa 60 horas</p> <p>COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS LIBRAS: EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS (1ANO- 60 HORAS) História da surdez e da língua de sinais. Constituição do sujeito surdo. Noções básicas da língua de sinais brasileira.</p>
5c	<p>(609) UNIOESTE – PEDAGOGIA – CASCAVEL (2013)</p> <p>RESOLUÇÃO 115 DE 2013 – CEPE</p>	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA (2º. ano – 102 horas) Análise de aspectos históricos, natureza e extensão da excepcionalidade. Caracterização e estudo da evolução do atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais identificados em programa de Educação Especial e Educação Inclusiva. Proposta pedagógica para a educabilidade de alunos com necessidades especiais (área mental, auditiva, visual e física), a partir de suas características e possibilidades.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (3º. ano –68 horas) Conhecimento e desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para a aquisição da Libras – a Língua de modalidade visual e gestual das pessoas surdas. Abrange o s conhecimentos gerais de comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais do segmento das Pessoas Surdas.</p>
6c	<p>(609) UNIOESTE – PEDAGOGIA – FOZ DO IGUAÇU (2009)</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 334/2009-CEPE.</p>	<p>LINGUAGEM DE SINAIS E EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA (3º. ano – 68 horas) A disciplina aborda os aspectos ético-políticos da educação da pessoa surda, os fundamentos da língua brasileira de sinais e a cultura da pessoa surda.</p> <p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (4º. ano – 68 horas) Compreensão do desenvolvimento histórico e filosófico da educação especial: concepção, necessidade e sua articulação com os processos de integração e inclusão; conhecimento das características e potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais na perspectiva histórico-social.</p>
14c	<p>(609) UNIOESTE – PEDAGOGIA – FRANCISCO BELTRÃO – 2007.</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 374/2007-CEPE</p>	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA (1º. ano – 136 horas) Análise de aspectos históricos, natureza e extensão da excepcionalidade. caracterização e estudo da evolução do atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais. Proposta pedagógica para a educabilidade de alunos com necessidades especiais a partir de suas características e possibilidades. Princípios éticos e filosóficos da Educação Inclusiva no contexto da Escola Pública: Direito, Legislação, Cidadania. Análise e construção do processo de Educação Inclusiva, priorizando adaptações curriculares e redes de apoio como estratégia para educação de alunos com necessidades especiais.</p> <p>LIBRAS (4º. ano –68 horas) Desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição da LIBRAS - a língua de modalidade visual e gestual das pessoas surdas. Abrange os conteúdos gerais para comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e do Segmento das Pessoas Surdas.</p>
8c	<p>(671) UNIDERP (87280) PEDAGOGIA</p>	<p>EDUCAÇÃO ESPECIAL (3º. ano – 6º. Sem. – 60 horas) A Educação Especial na História. Educação Especial e Currículo. Atendimentos educacionais específicos nas diferentes áreas das deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento. O Processo pedagógico em educação especial.</p> <p>LIBRAS (3º. ano – 6º. Sem. – 60 horas) Educação de surdos no Brasil. Documentos Internacionais e Legislação Nacional referente à Educação de Surdos. Filosofias educacionais para os surdos. Bilingüismo e direito dos surdos.</p>
8b	<p>(673) UNIGRAN - (91795) PEDAGOGIA – EAD (2013).</p>	<p>EDUCAÇÃO INCLUSIVA (4 ano – 8 semestre – 80 horas) Educação Escolar, Inclusão e Diversidade. Inclusão Escolar. O Brasil Contemporâneo e os desafios da inclusão social da necessidade de uma visão cíclica. A Escolarização do portador de deficiência no Brasil. A escolarização do portador de deficiência no Brasil. Políticas afirmativas de Inclusão.</p> <p>TEORIA E PRÁTICA DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (3 ano – 5 semestre – 80 horas)</p>

		<p>A excepcionalidade no seu contexto sócio-histórico. Principais posições teóricas e posicionamento frente ao lugar do indivíduo com necessidades educativas especiais na comunidade. Os vários tipos da excepcionalidade. O processo de avaliação e diagnóstico do excepcional. Processo de orientação familiar no atendimento ao excepcional.</p> <p>LIBRAS I (EAD) – 40 horas (2 ano – 3 semestre – 40 horas) LIBRAS II – 80 horas (2 ano – 4 semestre – 80 horas)</p>
9c	<p>(730) UEPG - (16392) PEDAGOGIA (2012)</p> <p><u>(Resolução CEPE n.º 059, de 27 de novembro de 2012).</u></p>	<p>EDUCAÇÃO INCLUSIVA (4º ano – 68 horas) Abordagem histórica sobre a participação social das pessoas com deficiência. Os paradigmas da integração e da inclusão social e escolar. Marcos político-legais da inclusão. O atendimento educacional especializado e a educação inclusiva. Acessibilidade e Tecnologia Assistida (TA). O profissional pedagogo no processo de inclusão escolar. A família e a comunidade diante das demandas da inclusão.</p> <p>LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (4º ano – 68 horas) A história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. O processo de aquisição da linguagem da pessoa surda. Caracterização dos órgãos fonoarticulatórios. Quadro fonético. Como se desenvolveram as línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. As singularidades linguísticas. A forma e estruturação da gramática da LIBRAS e o conjunto do seu vocabulário. Bilinguismo.</p>
9b	<p>(730) UEPG - (120769) PEDAGOGIA – EAD (2012)</p> <p><u>Resolução CEPE n.º 011, de 20 de março de 2012</u></p>	<p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (4º ano – 68 horas) Reflexões sobre o processo de aquisição da linguagem da pessoa surda. Caracterização dos órgãos fonoarticulatórios. Percepção visual e auditiva da linguagem oral. Quadro fonético. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Bilinguismo. Aspectos linguísticos da língua de sinais brasileira.</p> <p>CIDADANIA E SOCIEDADE (2º ano – 68 horas) Conceito e histórico de cidadania. Direitos e deveres do cidadão. Ética. Cidadania e trabalho. Cidadania e educação. Diretrizes para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Princípios e características da educação inclusiva. Aspectos éticos, políticos e educacionais da inclusão sócio-pedagógica. Aspectos psicológicos, biológicos e sociais do uso de drogas lícitas e ilícitas. Dependência. Prevenção, recuperação, tratamento.</p>
10c	<p>(810) CTESOP - (111410) PEDAGOGIA (PPP, 2014)</p>	<p>FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – 80 horas - 4º ano Reflexão crítica de questões-políticas educacionais na ação do educador. Conceitos de legislação, fundamentos históricos, sócio-políticos e éticos. Formas de atendimento da educação especial, nos sistemas de ensino. Evolução histórica, prevenção, ajustamento pessoal, social e profissional da pessoa com necessidades educativas especiais.</p> <p>EDUCAÇÃO INCLUSIVA – 80 horas - 4º ano Reflexão crítica de questões-políticas educacionais na ação do educador. Conceitos de legislação, fundamentos históricos, sócio-políticos e éticos. Formas de atendimento da educação especial, nos sistemas de ensino. Evolução histórica, prevenção, ajustamento pessoal, social e profissional da pessoa com necessidades educativas especiais.</p>
11c	<p>(1042) UP - (101715) PEDAGOGIA (2014)</p>	<p>EDUCAÇÃO, ALTERIDADE E PROCESSOS INCLUSIVOS (80h) – 4º Ano Necessidades especiais, conceitos e definições. Estrutura e Funcionamento da educação especial. Processos de inclusão, conceito, histórico, experiências. Atendimento especial no sistema regular de ensino. Deficiência física. Deficiência mental. Superdotação/altas habilidades. Condutas típicas. Políticas públicas de inclusão escolar. Políticas públicas para educação especial. Acessibilidade.</p> <p>ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: METODOLOGIAS (80h) – 2º ano Necessidades especiais, conceitos e definições. Estrutura e Funcionamento da educação especial. Processos de inclusão, conceito, histórico, experiências. Atendimento especial no sistema regular de ensino. Deficiência física. Deficiência mental. Superdotação/altas habilidades. Condutas típicas. Políticas públicas de inclusão escolar. Políticas públicas para educação especial. Acessibilidade.</p> <p>LIBRAS (40h) – 2º ano Aspectos linguísticos da Libras. Vocabulário em Libras: alfabeto manual, numerais, cumprimentos, tempo, apresentação pessoal, pronomes interrogativos, graus de parentesco, adjetivos, meios de transporte, alimentos, meios de comunicação, profissões, ambiente escolar, natureza e meio ambiente, estados do Brasil, locais públicos. Estrutura gramatical da Libras. Fundamentos da educação de surdos e seu histórico. O tradutor/intérprete de Língua de Sinais.</p>
12c	<p>(1126) UNICENTRO - (101762) PEDAGOGIA (2009)</p>	<p>FUNDAMENTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA 102 horas – 4º ano Construção histórica da Educação Especial/Inclusiva. Pressupostos sociais, educacionais, e políticos. Direitos humanos: cidadania, trabalho e multiculturalismo.</p> <p>NOÇÕES EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS 68 horas – 2º ano Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua língua, sua cultura e sua identidade. O ensino de Libras em contexto. Noção básica de aspectos linguísticos de Libras.</p> <p>TEORIA E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA 136 horas - 3º ano: Características da pessoa com necessidades educacionais especiais. Pressupostos sociais, educacionais e políticos. Vida independente, cidadania e trabalho. Inclusão, família e escola.</p>

13c	(1257) FACEL - (19768) PEDAGOGIA (2012)	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 80 horas – 4º semestre Evolução histórica da educação especial no Brasil e no Paraná. Princípios norteadores da educação especial. Legislação e normas. Caracterização da clientela. Programas de atendimento. Formação de recursos humanos.</p> <p>LIBRAS – 54 horas – 6º semestre Apresentar os pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – a qual se constitui como sistema lingüístico das comunidades de pessoas surdas no Brasil, contribuindo para a formação do professor de Educação Básica no contexto da Educação Inclusiva.</p>
10b	(1351) CENTRO UNIVERSITÁRIO TUPY - (1286097) PEDAGOGIA – EAD (2013) Autorizado conforme resolução 001/2013 do Conselho Universitário do Centro Universitário Tupy de 19 de agosto de 2013.	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – 12º módulo A inclusão social como um processo de ações afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir todos os grupos ou populações à margem da sociedade. A educação inclusiva enquanto reflexão da sociedade holística, incluindo todas as dimensões da vida, em especial: o econômico, o cultural, o político, o religioso e o ambiental. Desenvolvimento do histórico da Educação Especial no Brasil. Princípios norteadores da Educação Especial, Legislação e Normas. Caracterização da Clientela. Formação dos professores em Educação Especial. A inclusão social como um processo de ações afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir todos os grupos ou populações à margem da sociedade.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - 6º módulo Língua de sinais e conceito, mais terminologia Surdo x mudo. História da educação dos surdos no Brasil e no Mundo. Alfabeto Manual. Vocabulário das Classes Semânticas (Cores, vestuários, animais, alimentos, família e outros). Gramática (pronomes, verbos e adjetivos). Vocabulário (horas, profissões, lugares públicos, lateralidade, cidades, estados, países, economia, utensílios domésticos). Sistema de transcrição para Libras. Interpretação de frases.</p>
14c	(1396) UDC - (21489) PEDAGOGIA – PRESENCIAL (2010)	<p>APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO ESPECIAL – 60 horas – 5 semestre Evolução histórica dos métodos para a educação especial. Concepção crítico-social da educação especial. Pólos complementares da ação pedagógica: o social e o pedagógico. Temas articuladores. Caracterização e classificação do portador de necessidades especiais. Legislação específica. Educação inclusiva. Recursos e modalidades de atendimento.</p> <p>LÍNGUA DE SINAIS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS 60 horas – 6 semestre Noções da Língua Brasileira de Sinais; origem histórica; políticas educacionais para os surdos</p>
11b	(1396) UDC - (1270213) PEDAGOGIA – EAD (2013)	<p>APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO ESPECIAL – 60 horas – 5 semestre Evolução histórica dos métodos para a educação especial. Concepção crítico-social da educação especial. Pólos complementares da ação pedagógica: o social e o pedagógico. Temas articuladores. Caracterização e classificação do portador de necessidades especiais. Legislação específica. Educação inclusiva. Recursos e modalidades de atendimento.</p> <p>LÍNGUA DE SINAIS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS 60 horas – 6 semestre Noções da Língua Brasileira de Sinais; origem histórica; políticas educacionais para os surdos</p>
15c	(1417) FACECLA - (46801) PEDAGOGIA (2012)	<p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS – 5º semestre - 80 horas Capacitar para utilização da linguagem de Libras como instrumento de comunicação com pessoas surdas ou com problemas de audição.</p> <p>DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – 8º semestre - 80 horas Concepção de diversidade e educação inclusiva. Práticas pedagógicas e a inclusão. O papel da escola em resposta às diferenças individuais. Políticas públicas e legislação relativa à diversidade e ao processo de inclusão.</p>
16c	(1449) FEATI - (100223) PEDAGOGIA (2011)	<p>FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 40 h/a- 4º semestre Conceito, etiologia, identificação e principais características dos portadores de necessidades educacionais especiais. Moderna visão da educação especial e formas de atuação no contexto aluno-família-escola. Pesquisas e práticas pedagógicas. Fundamentos da educação especial.</p> <p>FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL II – 40 horas 5º semestre: Tipos de Deficiências. Reflexão crítica de questões-políticas educacionais na ação do educador. Conceitos de legislação, fundamentos históricos, sócio-políticos e éticos. Formas de atendimento da educação especial, nos sistemas de ensino. Evolução histórica, prevenção, ajustamento pessoal, social e profissional da pessoa com necessidades educacionais especiais.</p> <p>PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III – 40 horas – terceiro semestre Escola, Gestão e Projeto Político da escola. O pedagogo e a organização do trabalho escolar. Acompanhamento e análise do processo de planejamento escolar e educacional no âmbito da educação básica e da educação especial. Fundamentos teóricos que embasam a organização da escola e do sistema educacional. Acompanhamento do processo de organização e administração da escola. Reflexão sobre as implicações éticas da inserção na instituição de educação especial e educação de Jovens e adultos na condição de estagiário bem como sobre a perspectiva dos direitos dos diferentes atores institucionais. Práticas educativas na Educação Especial.</p> <p>INTRODUÇÃO A LIBRAS – 40 horas – segundo semestre Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades lingüísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais; Bilingüismo e Surdez: propostas bilíngües para a educação de pessoas surdas – implicações teóricas e pedagógicas; Legislação e políticas públicas; O intérprete e a escolarização do surdo; Estratégias de ensino; Língua Brasileira de Sinais: histórico e pesquisas. As línguas de sinais e introdução a gramática da</p>

		<p>LIBRAS.</p> <p>DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM – 40 horas segundo semestre Ensinar e aprender: processos integrados e multideterminados. Dificuldades de aprendizagem: mitos e fatos. Principais determinantes das dificuldades de aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem específicas: linguagem, leitura, escrita e matemática.</p>
17c	(1500) FAESI - (110724) PEDAGOGIA (2012)	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 66 horas – 5º semestre – 3º ano Fundamentos teórico-metodológicos do processo de ensino e aprendizagem e articulação desses elementos na educação especial. Procedimentos pedagógicos voltados às áreas específicas de deficiência (auditiva, visual, física e mental). Necessidades inclusivas.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 66 horas – 7º semestre – 4º ano Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Comunicação gestual-visual. Prática de LIBRAS. Conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo.</p> <p>DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM – 44 horas – 8º semestre – quarto ano Definição de Dificuldade de Aprendizagem. Teorias, modelos, causas e classificação atual das dificuldades de aprendizagem. Caracterização das dificuldades de aprendizagem na área educacional: dificuldades na escrita, leitura e matemática. Transtornos de déficit de atenção e hiperatividade. Autismo.</p>
18c	(1567) VIZIVALI - (110680) PEDAGOGIA (2012)	<p>EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – 68 horas – terceiro ano Análise do desenvolvimento histórico e do contexto da Educação Especial no Brasil. Fundamentos da educação especial e da educação inclusiva. Bases teóricas e as consequências metodológicas que têm caracterizado a educação especial nas últimas décadas. A formação de professores para a Educação Especial: interfaces da formação docente para Educação Inclusiva; A educação inclusiva e a ação educativa: suportes necessários e estratégias de intervenção. Noções básicas de BRAILLE, e outras línguas pertinentes a educação especial e inclusiva.</p> <p>PEDAGOGIA HOSPITALAR – 68 horas – quarto ano O pedagogo como profissional da educação e da saúde. O hospital como ambiente terapêutico e educacional: sua história, finalidade, evolução e objetivos. O adoecer e seus significados psicológicos. O domicílio como ambiente terapêutico. O paciente, o pedagogo e a família. Legislação referente a orientação pedagógica de classes hospitalares. Organização e estruturação da classe hospitalar. Práticas organizativas metodológicas e de espaços e tempos hospitalares. Brinquedoteca hospitalar.</p> <p>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS – 68 horas – 3º ano: Elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos nos anos iniciais. Experiências de docência em instituições escolares nos anos iniciais do ensino fundamental, atendendo também, alunos com necessidades especiais incluídos. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.</p> <p>ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO MÉDIO: – 68 horas – 4º ano Elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos nas escolas de Ensino Médio, com vistas à formação docente. Observação e participação do trabalho escolar no Ensino Médio. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente. Experiências de docência em instituições escolares nas matérias pedagógicas do Ensino Médio e/ou na modalidade normal, incluindo os alunos com necessidades especiais matriculados. Avaliação da prática de ensino.</p>
19c	(1577) FACINOR - (39688) PEDAGOGIA (2007)	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 68 horas – terceiro ano Conhecimentos das especificidades e potencialidades das pessoas com necessidades especiais, tendo em vista a ação educacional e social, s tendências participativo –integrativas; a normalização, integração e participação plena do aluno no usufruto dos seus direitos de cidadão. * Refletir criticamente as questões ético – político – educacionais na ação do educador junto às pessoas portadoras de necessidades especiais. Libras (1º ano, 34 horas) Não consta ementa</p>
20c	(1614) FAAST - (105384) PEDAGOGIA (2008)	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 72 horas – sexto semestre – terceiro ano Exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais. A formação do estigma: exclusão e integração de indivíduos no grupo social. Educação especial no Brasil. Determinantes e prevenção das deficiências mais comuns. Problemas específicos da aprendizagem e procedimentos de superação dos mesmos. Aspectos ético-político-filosófico-educacionais de integração da pessoa com necessidades educativas especiais.</p> <p>METODOLOGIA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - 18 horas – oitavo semestre – quarto ano O trabalho com os portadores de deficiência visual. Braille e Sorobã como metodologias de ensino para portadores de deficiência visual.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - 36 horas – oitavo semestre – quarto ano Histórico do trabalho com surdos e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Noção básica de aspectos linguísticos da LIBRAS, quanto à estruturação e gramática. A partir da fundamentação teórica do conhecimento da língua de sinais proporcionar aos alunos o uso e a visão metodológica do Ensino da LIBRAS e do trabalho com surdos</p>
21c	(1726) SECAL - (49225) PEDAGOGIA (2012)	<p>FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - 80 horas – 8º semestre – 4º ano A História da Educação Especial no Brasil: políticas e programas de atendimento educacional. Educação inclusiva: as bases teórico - práticas da educação inclusiva no sistema escolar, tanto nos serviços especializados quanto nas escolas de educação básica na modalidade da educação especial Legislação da Educação Especial: visual, auditiva, física e mental. Analisar os aspectos teóricos metodológicos da Educação Especial e da Educação Inclusiva no sistema educacional brasileiro, consolidados pelas legislações vigentes. Identificar os fatores</p>

		<p>constituintes da relação normalidade e deficiência e seus aspectos intersubjetivos. Observar no cotidiano intra-escolar e escolar, a perspectiva cultural que permeia essa temática.</p> <p>Libras – Consta na matriz curricular mas não consta ementa.</p>
22c	(1899) FANP - (100512) PEDAGOGIA (2012)	<p>DIDÁTICA, ESTRATÉGIAS E RECURSOS DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) 80h/a - 6º. Semestre – 3º ano Objetivos: Conhecer os diversos tipos de deficiências. Ementa: Conhecimento e compreensão dos indivíduos pessoas com necessidades especiais, contribuir com a sua inserção social assim como desenvolver diversas estratégias para ajudar no seu desenvolvimento cognitivo dentro das possibilidades de cada um.</p> <p>A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA 80h/a - 6º. Semestre – terceiro ano Objetivos: Conhecer os diversos tipos de deficiências. Ementa: A educação especial e fundamentação legal. Integração e Inclusão. Deficiência: Mental, Auditiva, Visual, Física e Múltipla (Conceito, causas, categorias, identificação, sinais, indicadores, procedimentos metodológicos e papel da família). A escola como espaço inclusivo. Adaptações curriculares e o aluno com necessidades educacionais especiais na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A pessoa com deficiência e o mundo do trabalho.</p> <p>PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA - 40h/a - 6º. Semestre – 3º ano Objetivos: Refletir sobre as questões educacionais ligadas à PNE Conhecer a teoria e a prática educacional da PNE. Ementa: As atividades desse componente curricular poderão ser efetivas em classes com inclusão de PNE, em laboratórios de escolas especiais ou ONGs para o atendimento desse tipo de clientela. Sistemáticas e recursos diferenciados para trabalho com esses alunos, além de como avaliar o desempenho de cada um deles, a sua orientação para melhor convivência social e a preparação para o trabalho. Competência e sensibilidade para desenvolver projetos de ensino-aprendizagem-educação, lazer para esses alunos propondo projetos especiais de intervenção para sanar suas dificuldades.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS Capacitar os professores para incluir alunos com deficiência auditiva na sua sala de aula através da aquisição da Libras (Língua Brasileira de Sinais), quebrando as barreiras de comunicação entre aluno surdo/ professor ouvinte. Ementa: Conjunto de componentes pertinentes às línguas orais (gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros) destinado a preencher os requisitos científicos que tornam LIBRAS um instrumental lingüístico de força e poder como língua materna dos surdos brasileiros.</p> <p>ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 50h/a – 7º. Semestre – quarto ano Objetivos - Proporcionar ao estagiário situações de exercício profissional, possibilitando diálogos entre as dimensões teórica e prática de sua formação; - oferecer oportunidades de participação do estagiário nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e nas atividades científicas e culturais facultade; - integrar social e profissionalmente os estagiários com a comunidade escolar da Educação Básica na região;- possibilitar a interação dos estagiários e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, propiciando experiência de caráter interdisciplinar. Ementa: Proporcionará ao aluno situações de exercício profissional, possibilitando diálogos entre as dimensões teórica e prática de sua formação; oportunidades de participação dos estagiários nos projetos de ensino e pesquisa educacional e os integrarão social e profissionalmente com as comunidades escolares da região, possibilitando a interação com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, propiciando experiências de caráter interdisciplinar.</p>
12b	(15015) UENP - (16336) PEDAGOGIA (EAD) - ???	<p>EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO - 72 h/a - Série: 2ª Educação especial. Deficiências. Inclusão. História e os paradigmas da inclusão e educação especial. Políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação inclusiva. Metodologias específicas de atendimento educacional.</p> <p>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS - 72 h/a- Série: 4ª Conceito de Libras, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos linguísticos da Libras. Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa.</p>
23c	(57) UEM - (1165576) PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO (2009)	<p>NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS -34 horas – 4º ano – 8º semestre Ementa: Necessidades educacionais especiais e mediação na prática pedagógica. (Res. 170/05-CEP) Objetivos: Possibilitar o conhecimento sobre a história do atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais; identificar diferentes necessidades educacionais especiais; subsidiar a compreensão da mediação como um dos fatores para o desenvolvimento humano. (Res.170/05-CEP)</p> <p>INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - 68 horas – 1º ano – 2º semestre Ementa: Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino fundamental e médio. (Res. 100/2009-CI/CCH) Objetivos: Instrumentalizar os graduandos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas; Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. (Res. 100/2009-CI/CCH)</p>

ANEXO D – DADOS SOBRE OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OFERTADAS POR IES NO PARANÁ

Tabela 1: Pós-graduações lato sensu em Educação Especial ou similares ofertadas por IES do Paraná

DADOS FUNCIONAIS DOS CURSOS E DA IES	MATRIZ CURRICULAR
<p>Curso: Sociedade Inclusiva e Educação Especial – 1d (multifocal)</p> <p>Modalidade: presencial (01)</p> <p>Frequência das aulas: quinzenal (01)</p> <p>Duração: 12 meses</p> <p>Dias de oferta: sextas e sábados (01)</p> <p>Valor da mensalidade: 15 x R\$150. Valor Total: R\$ 2250</p> <p>Carga horária: 360 + TCC</p> <p>Número de disciplinas: 12</p> <p>Fonte: http://www.ctesop.com.br/posgraduacao/</p> <p>Data de Acesso: 08/02/2014</p> <p>Instituição: CTESOP Número: 1</p> <p>Código da instituição: 810</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: 3 Índice Geral de Curso: 3</p> <p>Categoria: Geral – 1 disciplina Específica – 11 disciplinas.</p>	<p>• Nome da disciplina – carga horária – {categorização da disciplina} – Ementa:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos Históricos, Sociológicos e Psicológicos da Educação Especial – 30h {Específica - Fundamentos} • Etiologia e Caracterização das Diversas Deficiências – 30h {Específica} • Políticas da Educação Especial – 30h {Específica - Fundamentos} • Inclusão Escolar e Social da Pessoa com Necessidades Especiais – 30h {Específica} • Metodologia da Pesquisa Educacional – 30h {Geral - Pesquisa } • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Física – 30h {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Visual – 30h {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Deficiência Auditiva – 30h {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área da Superdotação/Altas Habilidades – 30h {Específica –Seg.} • Fundamentos Teórico-Metodológicos na Área das Condutas Típicas – 30h {Específica –Segmentos} • Pessoas com Necessidades Especiais: Família, Escola e Sociedade – 30h {Específica –outros} • Pessoas com Deficiência e o Mundo do Trabalho– 30h {Específica –outros}
<p>Curso: Educação Inclusiva – 2d (afocal)</p> <p>Objetivo: preparar um profissional capacitado que tem como missão desenvolver uma educação de qualidade e que seja acessível a todos preparando um ambiente antes hostil as diferenças em um ambiente tolerante a diversidade sendo esse capaz de discernir as singularidades de cada indivíduo atendendo às suas necessidades educacionais especiais.</p> <p>Modalidade: presencial (02)</p> <p>Frequência das aulas: quinzenal(02)</p> <p>Duração: 18 meses + TCC</p> <p>Dias de oferta: sábados</p> <p>Valor da mensalidade: 18 x R\$180: Valor Total: R\$ 3240</p> <p>Carga horária: 360</p> <p>Número de disciplinas: 12</p> <p>Fonte: http://www.uniandrade.br/pos/educacao-inclusiva.php</p> <p>Data de Acesso: 08/02/2014</p> <p>Instituição: UNIANDRADE Número: 2</p> <p>Código da instituição: 1232</p>	<p>• Nome da disciplina – carga horária – {categorização da disciplina} – Ementa:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e Filosofia Educacional – 30h {Geral - Educação} • Tecnologias Educacionais – 30h {Geral - Educação} • Educação Ambiental e Cidadania – 30h {Geral - Educação} • Pedagogia, Andragogia e Gerontologia – 30h {Geral - Educação} • Educação, Corpo e Movimento – 30h {Geral - Educação} • Bullyng e Resiliência – 30h {Geral - Educação} • Sociologia da Acessibilidade – 30h {Específica - Fundamentos} • Libras – 30h {Específica – Saber Técnico} • Intervenção Psicopedagógica – 30h {Geral - Educação} • Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva – 30h {Específica - Fundamentos} • Metodologia da Pesquisa Científica – 30h (Módulo Webclass) – 30h {Geral - Pesquisa } • Didática do Ensino Superior – 30h (Módulo Webclass) – 30h {Geral - Educação}

Organização Acadêmica: Centro Universitário		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 9 disciplinas	Específica – 3 disciplinas.
Curso: Educação Especial – 3d (multifocal)		
Objetivo(s): Formar profissionais da educação para a inclusão social por meio de processo de conhecimento e desenvolvimento das pessoas com necessidades educativas especiais, bem como proporcionar pesquisas e conhecimentos em temáticas específicas na área da educação, levando em consideração aspectos do processo ensino-aprendizagem, indissociáveis da prática pedagógica da pessoa com necessidades especiais.		
Modalidade: presencial (03)		
Frequência das aulas: quinzenal (03)		
Duração: 14 meses		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: 16 x R\$212. Valor Total: R\$ 3392		
Carga horária: 400 (total)		
Número de disciplinas: 15		
Fonte: http://fafiman.br/visaocursos.php?1042013feadea5404c396dc5b7eb62ed=MzE=		
Instituição: Centro Universitário de Mandaguari - FAFIMAN		
Número: 3		
Código da instituição: 535		
Organização Acadêmica: Centro Universitário		
Categoria administrativa: Pública		
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 2
Categoria:	Geral – 3 disciplinas	Específica – 12 disciplinas.
Curso: Atendimento Educacional Especializado – 4d (multifocal)		
Objetivo: preparar profissionais da educação que pretendam atuar intervindo com competência pedagógica no atendimento a alunos com diferenças que vão desde deficiências e transtornos globais do desenvolvimento até superdotação e altas habilidades.		
Modalidade: EAD (01)		
Frequência das aulas: *		
Duração: 12		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 16 x R\$249. Valor Total: R\$ 3984		
Carga horária: 390		
Número de disciplinas: 14		
Fonte:		
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico da educação especial e as políticas públicas de inclusão {Específica - Fundamentos} • Psicologia do desenvolvimento da aprendizagem {Geral - Educação} • Metodologia da pesquisa em educação especial {Específica –Pesquisa} • Libras {Específica – Saber Técnico} • Metodologias e avaliação diagnóstica da deficiência visual (baixa visão e cegueira) {Específica –Segmentos} • Metodologias e avaliação diagnóstica da deficiência física {Específica –Segmentos} • Metodologias e avaliação diagnóstica da deficiência mental {Específica –Segmentos} • Metodologias e avaliação diagnóstica do aluno com surdez {Específica –Segmentos} • Metodologias do ensino do aluno com altas habilidades/superdotação {Específica –Segmentos} • A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho {Específica} • Normas técnicas para a elaboração da monografia/ABNT {Geral –Pesquisa} • Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem do aluno com transtornos funcionais específicos e TGD Específica –Segmentos} • Noções básicas no atendimento as pessoas com surdo cegueira e múltipla deficiência {Específica –Segmentos} • Medidas preventivas de deficiências e a relação entre a escola e a família da pessoa com necessidades especiais {Específica } 		
<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, Projeto Político Pedagógico e Organização Curricular do Ensino – 30h {Geral – Educação} • Educação inclusiva na sociedade contemporânea – 30h {Específica} • Altas habilidades/Superdotação – 30h {Específica –Segmentos} • Dificuldades de aprendizagem e distúrbios de aprendizagem (leitura, escrita e matemática) – 30h {Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado para deficientes visuais – 30h {Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado para deficiente intelectual – 30h {Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência física – 30h {Específica –Seg.} • Atendimento educacional especializado para pessoas com surdez – 30h {Específica –Segmentos} 		

https://www.ead.cesumar.br/site/curso_individual/6/atendimento_educacional_especializado			<ul style="list-style-type: none"> • Libras – 30h {Específica –Saber técnico} • Metodologia de pesquisa – 30h {Geral – Educação} • Metodologia de ensino – 30h {Geral – Educação} • Gestão do conhecimento e de pessoas – 30h {Geral – Educação} • Produção de trabalho científico – 30h {Específica-Pesquisa} <p>Metodologia do curso:</p> <p>Obs.: Também cadastrado como Cesumar (14403) .</p>
Data de coleta: 08/02/2014			
Instituição: UNICESUMAR (UNICESUMAR) Número: 4			
Código da instituição: 1196			
Organização Acadêmica: Centro Universitário			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 4	
Categoria:	Geral – 4 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.	
<p>Corpo docente: Gislene Miotto C. Raymundo (doutora); Márcia Maria Previato de Souza (mestre); Maria Lúcia B. Nosella (doutora); Terezinha Oliveira (doutora); Flávio Bortolozzi (doutor); Ludhiana Ethel Kendrick Silva Bertonecello (mestre); Ângela Mara de Barros Lara (doutora); Jani Alves da Silva Moreira (doutora); Clélia Maria Ignatius Nogueira (doutora); Márcia Aparecida Marussi Silva (mestre); Vânia de Fátima Matias de Souza (doutora); Maria Ângela Bassan Sierra (mestre); Sílvia Helena Altoé Brandão (mestre); Fernando Wolff Mendonça (mestre); Marieuza Endrissi Sander (mestre); Márcia Regina de Sousa Storer (mestre)</p>			
Curso: Educação Especial - 5d (multifocal)			
<p>Objetivo: Proporcionar um aprofundamento teórico-prático que colabore com a prática do pedagogo, do psicólogo, do educador e demais profissionais envolvidos, na compreensão da pessoa com necessidades educacionais especiais e sua inclusão no ensino regular; Fomentar e estimular a investigação e experimentação científica e pedagógica na área da Educação Especial.</p>			
Modalidade: EAD (02)e Presencial (04)			
Frequência das aulas: quinzenal (04)			
Duração: 12			
Dias de oferta: sábados (presencial)			
Valor da mensalidade: 15 x R\$223,50. Valor Total: R\$ 3352,50			
Carga horária: 432			
Número de disciplinas: 16			
Instituição: UDC Número: 5			
Fonte:			
http://www.udc.edu.br/v3/udc/posgraduacao/curso.php?id=59			
Data: 08/02/2014			
Código da instituição: 1396			
Organização Acadêmica: Centro Universitário			
Categoria administrativa: Privada			
<p>Módulo I – Disciplinas Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética, ciência e contemporaneidade {Geral - aleatória } • Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem {Geral - educação} • Tecnologias aplicadas à educação {Geral - educação} • Métodos e técnicas aplicados à pesquisa científica {Geral - educação} • Didática do ensino superior {Geral - educação} • Seminários e palestras {Geral - educação} • Gestão de carreira e liderança {Geral - aleatória} • Dinâmicas de grupo e interação {Geral - aleatória} <p>Módulo II – Disciplinas Específicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação Especial do Deficiente Auditivo {Específica –Segmentos} • Educação Especial do Deficiente Visual {Específica –Segmentos} • Educação Especial do Deficiente Mental {Específica –Segmentos} • Educação Especial do Deficiente Físico {Específica –Segmentos} • Educação Especial e Altas Habilidades {Específica –Segmentos} 			

Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 4	<ul style="list-style-type: none"> • Bases Genéticas da Deficiência {Específica} • Conceitos Fundamentais em Educação Especial: Fundamentos em Educação {Específica –Fundamentos} <p>OBS.: Contem outros registros, a saber: Faculdade Dinâmica (5186) e Faculdade Dinâmica (UDC) (10846)</p>
Categoria:	Geral – 8 disciplinas	Específica – 7 disciplinas.	
Cursos: A. Educação com ênfase em Educação Inclusiva - 6d (afocal) B. Dessegregação na Escola: uma nova modalidade de inclusão – 7d (afocal)			<p>+++++A. Educação com ênfase em Educação Inclusiva Núcleo Estruturante</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e Ética nas Relações Interpessoais – 30h/a {Geral - aleatória} • Introdução a Gestão de Processos Educativos – 20h/a {Geral - educacional} • Legislação Educacional – 20h/a {Geral - educacional} • Psicologia do Desenvolvimento – 30h/a {Geral - educacional} • Didática – 50h/a {Geral - educacional} • Ludicidade e Aprendizagem – 20 h/a {Geral - educacional} • Metodologia de Pesquisa I – 30h/a {Geral - pesquisa} <p>Módulo Específico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas: da Educação Especial a Educação Inclusiva – 10h/a {Específica –Fundamentos} • Reconhecendo as Necessidades Educacionais – 50h/a {Específica –Saberes Técnicos} • Adaptações Curriculares para Educação Inclusiva – 30h/a {Específica –Saberes Técnicos} • Terapia Ocupacional em Sala de Aula – 10h/a {Específica –Saberes Técnicos} • Metodologia de Pesquisa II – 10h/a {Geral - pesquisa} • Prática de Estágio: Escola Regular e Escola Especial – 80h/a {Específica –Estágio} • Aspectos Linguísticos da Aprendizagem – 10h/a {Geral – Educação} • Psicomotricidade – 10h/a {Geral – Educação} • Aprendizagem na Visão da Neurologia – 50h/a {Geral – Educação} <p>+++++ B. Dessegregação na Escola: uma nova modalidade de inclusão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamentos Inclusivos – Entre a Família, a Escola e a Clínica – 15h/a {Específica} • A Inclusão em Foco: Entre a Família e a Escola – 30h/a {Específica} • A Coordenação Escolar, a Direção e a Inclusão – 15h/a {Específica} • A Pesquisa Científica na Educação Inclusiva – 30h/a {Específica} • Princípios e Ações na Inclusão Escolar – 30h/a {Específica} • A Psiquiatria na Inclusão Escolar- 30h/a {Específica} • A Escola Inclusiva (Inclusão Escolar e Social)- 30h/a {Específica} • Alfabetização Inclusiva- Ensinando a Todos – 30h/a {Específica} • Estratégias de Intervenção na Educação Inclusiva -20h/a {Específica} • A Matemática como Instrumento de Inclusão – 20h/a {Específica} • A Linguagem como Instrumento Inclusivo – 30h/a {Específica} • Altas Habilidades na Inclusão - 30h/a {Específica –Segmentos}
Modalidade: presencial (05 e 06)			
Frequência das aulas: semanais (01, 02)			
Duração: A. e B. 18 meses.			
Dias de oferta: A e B. sextas e sábados			
Valor da mensalidade: A. 1 x 6.244,56/ B. 1 x 6.745,95			
A.Valor Total: R\$ 6.244,56./ B. Valor Total: R\$ 6.754,95.			
Carga horária: A. 460/ B. 435			
Número de disciplinas: A. 16/ B. 17			
Fontes:			
A. http://www.unifil.br/portal/hotsites2010/posgraduacao2009/nucleoIII/55_20141.html			
B. http://www.unifil.br/portal/hotsites2010/posgraduacao2009/nucleoIII/50_20141.html			
Data de coleta: 08/02/2014			
Instituição: UNIFIL Número: 6			
Código da instituição: 430			
Organização Acadêmica: Centro Universitário			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral A – 11 Geral B - 0	Específica A – 5 disciplinas. Específica B – 17 disciplinas	

	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de Aprendizagem e Distúrbios de Aprendizagem – 30h/a {Específica - segmentos} • A Legislação da Inclusão Escolar – 15h/a {Específica –Fundamentos} • Neurologia e Neurociência Facilitando a Inclusão Escolar – 30h/a {Específica –Saberes Técnicos} • A Terapia Ocupacional como Instrumento Inclusivo – 30h/a {Específica –Saberes Técnicos} • Psicomotricidade na Educação Inclusiva – 20h/a {Específica}
Cursos: A. Educação Especial e Educação Inclusiva – 8d# (multifocal) B. Educação Especial e Educação Inclusiva - 9d # (multifocal)	+++++A. (EAD) <ul style="list-style-type: none"> • História da Educação Especial e da Educação Inclusiva no Brasil: Aspectos Legais – 30h- A {Específica –Fundamentos}
a. Reconstruir, discutir, aprimorar e validar conhecimentos que capacitem profissionais de diversas áreas – educação, saúde e assistência social – a atuar de forma crítica e competente diante das diferentes necessidades especiais.	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Educação Especial – 30h – A {Específica –Fundamentos} • Fundamentos Biológicos e Psicológicos das Deficiências – 30h- A {Específica} • Currículo na Escola Inclusiva: Fundamentos – 30h- A {Específica –Fundamentos}
Modalidade: A. EAD (03) e B. Presencial.(07)	<ul style="list-style-type: none"> • Currículo na Escola Inclusiva: Inovações Tecnológicas em Educação Especial – 30h- A {Específica}
Frequência das aulas: semanais (03)	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Escolar: Fundamentos – 30h- A {Específica}
Duração: A. 20 e B. 18 meses.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Escolar em Foco – 30h- A {Específica}
Dias de oferta: A. segundas e quartas e B. sextas e sábados	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências Sensoriais –30h- A {Específica –Segmentos}
Valor da mensalidade: A. 18 x 168 ; B: 15 x 240	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Intelectual e Física – 30h - A {Específica –Segmentos}
A. Valor Total: R\$ 3.024/ B. Valor Total: R\$ 3.600.	<ul style="list-style-type: none"> • Altas Habilidades/Superdotação– 30h {Específica –Segmentos}
Carga horária: A. e B. 420 + TCC	<ul style="list-style-type: none"> • Transtornos de Comportamento e Desenvolvimento – 30h {Específica –Segmentos}
Número de disciplinas: A. e B. 12 + TCC	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de Conclusão do Curso* 60h {Específica - pesquisa}
Fonte: A.	+++++ B. PRESENCIAL
http://www.uninter.com/posead/curso/educacao-especial-e-educacao-inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial – 30h {Específica}
B.	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem –30h {Específica}
http://www.uninter.com/ibpex/curso.php?cd_curso=2308	<ul style="list-style-type: none"> • Transtornos Funcionais Específicos -30h {Específica –Segmentos}
Data de coleta: 08/02/2014	<ul style="list-style-type: none"> • Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) – 60h {Específica –Segmentos}
Instituição: UNINTER Número: 7	<ul style="list-style-type: none"> • Altas Habilidades / Superdotação – 30h {Específica –Segmentos}
Código da instituição: 1491	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Visual – 30h {Específica –Segmentos}
Organização Acadêmica: Centro Universitário	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Intelectual – 30h {Específica –Segmentos}
Categoria administrativa: Privada	<ul style="list-style-type: none"> • Surdez – 30h {Específica –Segmentos}
Conceito institucional: 3	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências Múltiplas – 30h {Específica –Segmentos}
Índice Geral de Curso: 3	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Física - 30h {Específica –Segmentos}
Categoria:	<ul style="list-style-type: none"> • AEE- Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos 30h {Específica - AEE}
Geral A – 0 disciplinas	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia Científica e Orientação de TCC – AVA 60h {Específica –Segmentos}
Específica A – 12 disciplinas.	
Geral B – 0 disciplinas	
Específica B – 12 disciplinas.	
Metodologia do curso EAD: Acesso às Aulas: este curso é realizado através da metodologia e-learning**, exclusivamente pela internet, devendo o aluno acessar as aulas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Material didático eletrônico, além de material impresso para os cursos da área Educacional disponibilizados no decorrer do curso. *A orientação metodológica para o TCC ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.	

Curso: Educação Inclusiva – 10d (afocal)		
Como trabalhar com o diferente? Até onde as diferenças limitam? O curso de Educação Inclusiva tem por missão abrir horizontes de profissionais compromissados em desenvolver uma educação de qualidade que seja acessível a todos, indiscriminadamente.		
Modalidade: presencial(08)		
Frequência das aulas: quinzenal (05)		
Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: 18 x R\$ 220. Valor Total: R\$ 3.960.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.alvoradamaringa.com.br/mba-educacao-inclusiva.php		
Data de coleta: 09/02/2014		
Instituição: FACULDADE ALVORADA Número: 8		
Código da instituição: 1850		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 9 disciplinas	Específica – 3 disciplinas.
Curso: Educação Especial com ênfase em Educação Inclusiva – 11d (multifocal)		
Objetivo: Refletir sobre questões atuais ligadas à Educação Especial na Educação Inclusiva, oportunizando ao educador conhecimentos que o habilitem ao exercício profissional na área e o auxiliem na avaliação, elaboração e implementação de projetos pedagógicos possuindo o foco da Educação Inclusiva; desenvolver projetos de formação de gestores e educadores para dar continuidade ao processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos; subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo; qualificar para a carreira do Magistério Superior.		
Modalidade: presencial (09)		
Frequência das aulas: quinzenal (06)		
Duração: 20 meses.		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: 20 x R\$ 325. Valor Total: R\$ 6.500.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 17		
Fonte: http://www.fag.edu.br/pos-graduacao/14/educacao-especial-com-enfase-na-		
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e Filosofia Educacional – 30 h/a {Geral – Educação } • Tecnologias Educacionais – 30 h/a {Geral – Educação } • Educação Ambiental e Cidadania – 30 h/a {Geral – Educação } • Pedagogia, Andragogia e Gerontologia – 30 h/a {Geral – Educação } • Metodologia e Técnica de Pesquisa – 30 h/a {Geral – pesquisa} • Didática do Ensino Superior – 30 h/a {Geral – Educação } • Educação, Corpo e Movimento – 30 h/a {Geral – Educação } • <i>Bullyng</i> e Resiliência – 30 h/a {Geral} • Sociologia da Acessibilidade – 30 h/a {Específica – Fundamentos} • Libras – 30 h/a {Específica – Saberes técnicos} • Intervenção Psicopedagógica – 30 h/a {Geral} • Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva – 30 h/a {Específica – Fundamentos } <p>Metodologia do curso: Será considerado aprovado o participante que cumprir as seguintes exigências: Entrega da Monografia ou Artigo Científico; nota final igual ou superior a 7 (sete) em cada módulo; frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada módulo.</p>		
Núcleo Comum a Todos os Cursos da Área:		
<ul style="list-style-type: none"> • Família, Escola e Pedagogia Social; {Geral – Educação } • Contemporaneidade e Manifestações Culturais Globalizadas; {Geral - Aleatória } • Didática do Ensino Superior; {Geral – Educação } • As Políticas Educacionais no Brasil; {Geral – Educação } • Relações Humanas em Ambientes Educacionais; {Geral – Educação } • Metodologia Aplicada à Pesquisa Educacional; {Geral – Educação } • Inclusão e Diversidade na Escola; {Específica } • Estudos Dirigidos à Formação do Profissional da Educação (Palestras, Eventos,); {Geral } • Dinâmicas de Animação Sociocultural nas Diferentes Etapas do Processo Escolar; {Geral – Educação } 		
Núcleo de Formação Profissional:		
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial e Inclusão Escolar; {Específica – Fundamentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento Humano e Obstáculos de Aprendizagem; {Específica – Segmentos} 		

educacao-inclusiva			<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Deficiência Intelectual; {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Deficiência Auditiva; {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Deficiência Motora; {Específica –Segmentos} • Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Deficiência Visual e Surdocegueira; {Específica –Segmentos} • Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano; {Específica –Segmentos} • Estudos Dirigidos e Aplicados à Educação Especial; {Específica} 	
Data de coleta: 10/02/2014				
Instituição: FAG		Número: 9		
Código da instituição: 1336				
Organização Acadêmica: Faculdade				
Categoria administrativa: Privada				
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3		
Categoria:	Geral – 8 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.		
Curso: Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado (Educação Especial) – 12d (multifocal)				<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos filosóficos da Educação – 20h {Geral- Educação } • Fundamentos Sociológicos da Educação – 20 h {Geral- Educação } • Educação Inclusiva e políticas educacionais – 25 h {Geral- Educação } • Metodologia do trabalho científico – 25 h {Geral – Pesquisa} • Família e deficiência: estratégias de intervenção 20h {Específica} • Etiologia, caracterização e prevenção das deficiências 25h {Específica} • AEE em deficiência mental e transtornos globais do desenvolvimento – 40h {Específica –Segmentos} • AEE em deficiência auditiva e surdez – 40h {Específica –Segmentos} • AEE em Deficiência Visual, surdocegueira e deficiências múltiplas – 40h {Específica –Segmentos} • AEE em deficiência física e mobilidade reduzida -40h {Específica –Segmentos} • AEE em condutas típicas, Altas Habilidades e superdotação – 25h {Específica –Segmentos} • Introdução a Língua de Sinais – LIBRAS – 20h {Específica – Conhecimento Técnico} • Construção de monografia – 30h {Específica –Pesquisa} • Metodologia do Ensino Superior -30h {Geral- Educação }
Modalidade: presencial (10)				
Frequência das aulas: quinzenal (07)				
Duração: 12 meses.				
Dias de oferta: sábados				
Valor da mensalidade: 18 x R\$140. Valor Total: R\$ 2.520.				
Carga horária: 390				
Número de disciplinas: 14				
Fonte: http://www.faast.edu.br/?url=paginas/pos-graduacao#conteudo				
Data de acesso: 12/03/2014				
Instituição: FAAST		Número: 10		
Código da instituição: 1614				
Organização Acadêmica: Faculdade				
Categoria administrativa: Privada				
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 2		
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.		
Curso: Educação Especial e Inclusiva - 13d (multifocal)			<ul style="list-style-type: none"> • • Fundamentos da Educação Especial e da Inclusão Educacional 24h/a {Específica –Fundamentos} • Alfabetização e Letramento na Educação Especial e Inclusiva 24h/a {Específica –Fundamentos} • Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem 24h/a {Geral - Educação} • Ética Profissional na Educação 24h/a {Geral - Educação} • O processo de Avaliação na Educação Especial 24h/a {Específica} • O Aluno com Dificuldades de Aprendizagem 24h/a {Específica –Segmentos} 	
Objetivo: Aprofundar o conhecimento de questões relacionadas à educação especial.				
Modalidade: presencial (11)				
Frequência das aulas: quinzenal (08)				
Duração: 18 meses.				
Dias de oferta: aleatório				
Valor da mensalidade: 18 x R\$169,99. Valor Total: R\$ 3.059,82.				
Carga horária: 400 + 60TCC				
Número de disciplinas: 14 + TCC				
Fonte:				

http://www.faculdadecatuai.com.br/posgraduacao/educacao-especial-e-inclusao-educacional/			<ul style="list-style-type: none"> • Condutas Típicas e Distúrbio de Conduta 24h/a {Específica –Segmentos} • Atendimento Pedagógico e Deficiência Visual 24h/a {Específica –Segmentos} • Atendimento Pedagógico e Deficiência Auditiva 24h/a {Específica –Segmentos} • Atendimento Pedagógico e Deficiência Mental 24h/a {Específica –Segmentos} • Educação Infantil e a criança com Necessidades Educacionais Especiais 24h/a {Específica } • Metodologia do Ensino Superior 24h/a {Geral - Educação} • Aluno com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade 24h/a {Específica –Segmentos} • Metodologia da Pesquisa em Educação 24h/a {Geral – Pesquisa} • Monografia 60h/a {Específica - Pesquisa}
Data de acesso: 14/03/2014			
Instituição: FACULDADE CATUAÍ (ICES) Número: 11			
Código da instituição: 1789			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 4 disciplinas	Específica – 11 disciplinas.	
Cursos: A. Educação Especial: Deficiência Intelectual – 14d (unifocal) B. Educação Especial – Geral – 15d (multifocal) C. Educação Especial: Deficiência Auditiva - 16d (unifocal) Objetivo: A. O curso pretende formar um profissional com competência para selecionar os recursos e as estratégias adequadas ao ensino dos alunos com deficiência intelectual, nos contextos comuns e especiais de ensino, assim como implementar as adaptações curriculares necessárias. Além disso, promove o estudo das relações interpessoais e das habilidades sociais, no contexto da inclusão desse aluno na escola e na sociedade. Adicionalmente, possibilita ao aluno do curso compreender e analisar criticamente as atuais políticas educacionais para a área da Educação Especial, bem como, estudar temas específicos relacionados à pessoa com deficiência intelectual, tais como: prevenção das deficiências, família, atitudes sociais, sexualidade, equiparação de oportunidades e profissionalização. Complementarmente a essa formação, o curso objetiva formar o profissional para atuar com alunos com deficiência intelectual, com comprometimento mais acentuado e, conseqüentemente, atendido pelas instituições especializadas, enfatizando conceitos acerca da educação profissional e da comunicação alternativa. B. O curso tem como questão central a formação de profissionais para uma prática pedagógica eficiente visando a contribuir na organização da educação inclusiva no país. O curso objetiva preparar profissionais para atuarem na escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente, nos contextos comuns de ensino. C. Preparar profissionais para atuarem na escolarização dos alunos com deficiência auditiva, nos contextos comuns e especiais de ensino, com competência para selecionar os recursos e as estratégias adequadas ao ensino desses alunos, bem como implementar as adaptações curriculares necessárias.			++++A. Especialização em Educação Especial: Deficiência Intelectual <ul style="list-style-type: none"> • Didática do ensino superior 32h {Geral – Educação} • Estágio supervisionado 100h {Específica – Estágio} • Fundamentos da Educação Especial 48h {Específica –Fundamentos} • Língua brasileira de sinais: teoria e pratica 60h {Específica – conhecimento Técnico } • Metodologia da pesquisa científica 40h {Específica – conhecimento Técnico } • Políticas em Educação Especial 40h {Específica –Fundamentos} • Profissionalização do Deficiente Intelectual 50h {Específica –Segmentos} • Tecnologia assistiva: Comunicação Alternativa 50h {Específica – conhecimento Técnico } • Tópicos específicos em Educação Especial 80h {Específica } • Estratégias, recursos e adaptações para os alunos com deficiência intelectual 100h {Específica – conhecimento técnico} ++++B. Nome: Educação Especial <ul style="list-style-type: none"> • Didática do ensino superior 32h {Geral – Educação } • Fundamentos da Educação Especial 48h {Específica –Fundamentos} • Libras: teoria e pratica 60h {Específica – conhecimento Técnico } • Metodologia da pesquisa científica 40h {Geral – Educação } • Metodologia do ensino do aluno com necessidades educacionais especiais100h {Específica } • Políticas em Educação Especial 40h{Específica –Fundamentos}

Modalidade: EAD (04, 05 e 06)	<ul style="list-style-type: none"> • Tópicos específicos em Educação Especial 40h {Específica } • Trabalho de conclusão de curso {Específica - Pesquisa} 						
Frequência das aulas: *							
Duração: 14 meses (com 6 encontros presenciais aos sábados)							
Dias de oferta: *							
Valor da mensalidade: A. 14 x 308/ B. 10 X 264/C. 10 x 264. A.Valor Total: R\$4.312/ B. Valor Total: R\$2.640/C Valor Total: R\$ 2.640							
Carga horária: A.600/ B. 360/ C. 360							
Número de disciplinas: A. 9 + TCC/ B. 10 + TCC/C. 7 + TCC							
Fonte: a) http://claretianobt.com.br/cursos/posgraduacao/192/educacao-especial-deficiencia-intelectual b) http://claretianobt.com.br/cursos/posgraduacao/162/educacao-especial-geral c) http://claretianobt.com.br/cursos/posgraduacao/192/educacao-especial-deficiencia-auditiva							
Instituição: FACULDADE CLARETIANA DE TEOLOGIA Número: 12							
Código da instituição: 4938							
Organização Acadêmica: Faculdade							
Categoria administrativa: Privada							
Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: -						
Categoria:	<table border="1"> <tr> <td>Geral A – 1 disciplina</td> <td>Específica A – 9.</td> </tr> <tr> <td>Geral B – 2 disciplinas.</td> <td>Específica B – 6.</td> </tr> <tr> <td>Geral B – 1 disciplina</td> <td>Específica B – 7.</td> </tr> </table>	Geral A – 1 disciplina	Específica A – 9.	Geral B – 2 disciplinas.	Específica B – 6.	Geral B – 1 disciplina	Específica B – 7.
Geral A – 1 disciplina	Específica A – 9.						
Geral B – 2 disciplinas.	Específica B – 6.						
Geral B – 1 disciplina	Específica B – 7.						
Cursos:							
A. Educação Especial – 17d (multifocal)	<p>++++C. Educação especial: deficiência auditiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Didática do ensino superior 32h {Geral – Educação } • Fundamentos da Educação Especial 48h{Específica –Fundamentos} • Língua brasileira de sinais: teoria e pratica 60h {Específica – conhecimento Técnico } • Metodologia da pesquisa científica 40h {Específica – conhecimento Técnico } • Políticas em educação especial 40h{Específica –Fundamentos} • Tópicos específicos em educação especial 40h {Específica - } • Trabalho de conclusão de curso {Específica - Pesquisa } • Estratégias, recursos e adaptações para os alunos com deficiência auditiva 100h {Específica – conhecimento Técnico } <p>++++ A</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos históricos e base legal da educação especial – 30h{Específica –Fundamentos} • Fundamentos pedagógicos para o trabalho com o indivíduo com necessidades educacionais – 30h {Específica} • Fundamentos do desenvolvimento neuropsicológico e biopsicossocial – 30h {Geral} • Contexto da educação especial e da inclusão no ensino regular – 30h {Específica} • Didática do ensino superior – 30h {Geral – Educação } • Metodologia e técnica de pesquisa I e II – 30h {Geral – Educação } 						
B. Deficiência Intelectual e Múltipla – 18d (unifocal)							
Modalidade: Presencial (12 e 13)							
Frequência das aulas: Semanais (04 e 05).							
Duração: 12 meses							
Dias de oferta: Sábados							
Valor da mensalidade: 22 x R\$160. Valor Total: R\$ 3.520.							
Carga horária: 420							
Número de disciplinas: A.13 e B. 15							
Fonte:A. http://www.famper.com.br/2013/pos-							

graduacao/educacao-especial-39.html B. http://www.famper.com.br/2013/pos-graduacao/deficiencia-intelectual-e-multipla-36.html			<ul style="list-style-type: none"> • Orientação e Elaboração da monografia – 60h {Específica – Pesquisa} • Distúrbios de comportamento e problemas de aprendizagem – 30h {Específica – Segmentos} • Currículo e metodologia para alunos PNEE na área: visual – 30h {Específica – Segmentos} • Currículo e metodologia para alunos PNEE na área: surdez – 30h {Específica – Segmentos} • Currículo e metodologia para alunos PNEE na área: condutas típicas {Específica – Segmentos} • Currículo e metodologia para alunos PNEE na área: altas habilidades – 30h {Específica – Segmentos} • Currículo e metodologia para alunos PNEE na área: deficiência intelectual – 30h {Específica – Segmentos} <p>++++ B</p> <ul style="list-style-type: none"> • O trabalho pedagógico na Educação Infantil da pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla; {Específica – Segmentos} • História e Políticas da Educação da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla no Brasil; {Específica – Segmentos} • Direitos Humanos e Aspectos Jurídicos da Pessoa com Necessidade Educacional Especial; {Específica} • A educação de Jovens, Adultos e Idosos da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla; {Específica – Segmentos} • Metodologia no Ensino na área Língua Portuguesa no Ensino Fundamental; {Específica – Segmentos} • Currículo na Educação de Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltiplas; {Específica – Segmentos} • Metodologia no Ensino na área dos Estudos da Sociedade e da Natureza; {Geral – Educação } • Aspectos psicopedagógicos, Físicos e Sociais do Deficiente Intelectual; {Específica – Segmentos} • Metodologia no Ensino na área Matemática no Ensino Fundamental; {Geral – Educação } • Avaliação psico-educacional do Deficiente Intelectual e Múltipla; {Específica – Segmentos} • Métodos e Técnica de Alfabetização do Deficiente Intelectual; {Específica – Segmentos} • Legislação Educacional e Políticas Públicas (on-line); {Geral – Educação } • Metodologia e Técnica da Pesquisa (on-line); {Geral – Pesquisa } • Projeto de Pesquisa; {Específica – Pesquisa } • TCC – Artigo Científico. {Específica – Pesquisa }
Instituição: FAMPER		Número: 13	
Código da instituição: 2620			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral A– 3 disciplinas Geral A–4 disciplinas	Específica B – 10. Específica B – 11.	
Cursos: A. Educação Especial e Educação Inclusiva - # B. Educação Especial e Educação Inclusiva - #			
Modalidade: ambas			
Frequência das aulas: semanais (06)			
Duração: A. 20 e B. 18 meses.			
Dias de oferta: A. segundas e quartas e B. sextas e sábados			
Valor da mensalidade: EAD: 18 x 168 Pre: 15 x 240			
EAD. Valor Total: R\$ 3.024/ PRE. Valor Total: R\$3.600.			
Carga horária: A. e B. 420 + TCC			
<p>+++++A. (EAD)</p> <ul style="list-style-type: none"> • História da Educação Especial e da Educação Inclusiva no Brasil: Aspectos Legais – 30h- A {Específica – Fundamentos} • Introdução à Educação Especial – 30h – A {Específica – Fundamentos} • Fundamentos Biológicos e Psicológicos das Deficiências – 30h- A {Específica} • Currículo na Escola Inclusiva: Fundamentos – 30h- A {Específica – Fundamentos} • Currículo na Escola Inclusiva: Inovações Tecnológicas em Educação Especial – 30h- A {Específica} 			

Número de disciplinas: A. e B. 12 + TCC			<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão Escolar: Fundamentos – 30h- A {Específica} • Inclusão Escolar em Foco – 30h- A {Específica} • Deficiências Sensoriais –30h- A {Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual e Física – 30h - A {Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/Superdotação– 30h {Específica –Segmentos} • Transtornos de Comportamento e Desenvolvimento – 30h {Específica –Segmentos} • Trabalho de Conclusão do Curso* 60h {Específica - pesquisa} <p>+++++ B. PRESENCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial – 30h {Específica} • Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem –30h {Específica} • Transtornos Funcionais Específicos -30h {Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) – 60h {Específica –Segmentos} • Altas Habilidades / Superdotação – 30h {Específica –Segmentos} • Deficiência Visual – 30h {Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual – 30h {Específica –Segmentos} • Surdez – 30h {Específica –Segmentos} • Deficiências Múltiplas – 30h {Específica –Segmentos} • Deficiência Física - 30h {Específica –Segmentos} • AEE- Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos 30h {Específica - AEE} • Metodologia Científica e Orientação de TCC – AVA 60h {Geral – Pesquisa} <p>OBS.: Atenção, mesmo curso que o da UNINTER.</p>
Fonte: http://facibra.edu.br/posgraduacao/area-educacional/educacao-especial-e-educacao-inclusiva/			
Data: 09/03/2014			
Instituição: FACIBRA		Número: 14	
Código da instituição: 1678			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3			
Categoria:	Geral A – 0 disciplinas Geral B – 0 disciplinas	Específica A – 12 disciplinas. Específica B – 12 disciplinas.	
<p>Cursos: Educação Inclusiva – 19d # (multifocal)</p> <p>Objetivo: - Identificar o processo de exclusão educacional do portador de necessidades educacionais especiais no contexto da diversidade social. Aplicar pressupostos teóricos da prática educativa na área de educação inclusiva. Aprofundar o conhecimento das características de aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais especiais, criando condições para propor ações nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das dificuldades de aprendizagem.</p> <p>Modalidade: EAD (07)</p> <p>Frequência das aulas: *</p>			
<p>Módulo comum – (comum porque é feito também por alunos de pós-graduações com outros focos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tendências Atuais da Educação – 30h {Geral –Educação} <p><i>Análise das tendências atuais da educação a partir de contextualização. Aspectos históricos da Educação no Brasil. Recursos humanos, tecnológicos e didáticos para uma Educação diferenciada.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Metodologia da Educação à Distância – 30h {Geral –Educação} <p><i>Os paradigmas econômicos: contribuição para educação à distância. Educação à distância: aspectos histórico-filosóficos. Tecnologias e as alterações no espaço e tempo de ensinar e aprender. A nova lógica do ensino na sociedade da informação. Fundamentos legais da educação à distância no Brasil. A Plataforma TecEdu.</i></p>			

Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 18 x R\$270. Valor Total: R\$4.860.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.facesi.edu.br/cursos.asp http://www.uniesp.edu.br/ead/cursos-pos-graduacao.asp		
Instituição: FACESI		Número: 15
Código da instituição: 3027		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 6 disciplinas.
<p>Observações: Os programas de pós-graduação da área de Educação em EaD, seguem um modelo construtivista, o que significa que nada está pronto e que o conhecimento não é algo acabado. O aluno é agente ativo de seu próprio conhecimento. Ele constrói significados e define sentidos de acordo com a representação que tem da realidade, com base em suas experiências e vivências. As representações do aluno são re-significadas e novos conhecimentos são construídos.</p>		
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia do Trabalho Científico – 30h {Geral –Pesquisa} <i>Aititudes à pesquisa científica: Planejamento de pesquisa; Introdução aos métodos de Pesquisa; Hipóteses e Variáveis; Tratamento estatístico dos dados da pesquisa: Princípios básicos da amostragem; Codificação dos dados e utilização do computador; Estratégia na análise dos dados; Relatório da pesquisa.</i> • Psicologia do Desenvolvimento – 30h {Geral –Educação} Princípios e teorias gerais do desenvolvimento. O desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual e social. Aproximações e distanciamentos entre o processo de desenvolvimento humano e as condições sociais de existência • Problemas de Aprendizagem – 30h {Específico } <i>Ementa: Identificação das dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar. Estudo dos distúrbios na área cognitivo. O processo de escolarização: o que é, e como se aprende no esforço da sala de aula. Enfoque de diferentes perspectivas: teoria linguística gerativista, psicologia cognitiva e psicolinguística.</i> • Psicologia do Comportamento Infantil – 30h {Geral –Educação} <i>Ementa :Behaviorismo. O comportamento e o contexto de interação. Registro de comportamento. Análise funcional de estados motivacionais e estados subjetivos.</i> • Sistemas e Processos de Avaliação – 30h {Geral –Educação} <i>Ementa: Planejamento e avaliação no processo da organização do trabalho docente. Planejamento e avaliação no contexto da aprendizagem: diagnóstico processual.</i> <p>Módulo Específico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos Sociais e Inclusão – 30h {Específica - Fundamentos } <i>Ementa: Facilitadores e barreiras da funcionalidade (atitudes das pessoas frente a incapacidades, qualidade do atendimento recebido, oportunidades de estudo e ensino, etc.). Políticas públicas da acessibilidade e da inclusão social. A inserção das pessoas com incapacidades no mercado de trabalho, na educação e na saúde. O papel do psicólogo e de outros profissionais nas incapacidades.</i> • Deficiência Auditiva/Surdez e Surdocegueira – 30h {Específica –Segmentos} <i>Ementa: Reflexão da realidade e da história na educação de Surdos e da Surdez no Brasil. Conhecimento acerca da língua de sinais como língua natural da comunidade Surda. Fundamentos legais na e da educação de surdos. Análise crítica acerca da responsabilidade e do papel da Educação de Surdos na realidade sócio-cultural-identitária brasileira. Reflexão na discussão das relações existentes entre educação de Surdos, cultura, identidade e língua de sinais brasileira.</i> • Deficiência Física e Deficiência Múltipla – 30h {Específica –Segmentos} <i>Ementa: A educação do deficiente físico numa visão inclusivista: histórico, conceito, etiologia, características. Atendimento especializado como apoio ao processo escolar. Tecnologia Assistiva. O desenvolvimento global do educando com deficiência física. Deficiência múltipla: conceito, tipos e inclusão.</i> • Deficiência Visual e Altas Habilidades – 30h - {Específica –Segmentos} <i>Ementa: A educação do deficiente visual numa visão inclusivista: histórico, conceito, etiologia, características. Atendimento especializado como apoio ao processo escolar. Tecnologia Assistiva. O desenvolvimento global do educando com deficiência visual. Estudo dos princípios e fundamentos legais que orientam a área das Altas Habilidades/ Superdotação, com ênfase nos dispositivos federais e estaduais. Principais teorias e modelos teóricos de Altas Habilidades/Superdotação.</i> 		

	<ul style="list-style-type: none"> Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento – 30h - {Específica –Segmentos} <p><i>Ementa: Conceito de deficiência mental e suas características. Conceito de transtornos globais do desenvolvimento. Autismo. Desenvolvimento da linguagem, a interação social e a escolarização. Conceito e caracterização de condutas típicas. Identificação dos alunos com dificuldades na aprendizagem relacionadas às condutas típicas. Interação social. Atendimento educacional especializado. Análise de metodologias específicas.</i></p>			
<p>Cursos: Educação Inclusiva - #</p> <p>Objetivo: - Identificar o processo de exclusão educacional do portador de necessidades educacionais especiais no contexto da diversidade social. Aplicar pressupostos teóricos da prática educativa na área de educação inclusiva. Aprofundar o conhecimento das características de aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais especiais, criando condições para propor ações nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das dificuldades de aprendizagem.</p> <p>Modalidade: EAD</p> <p>Frequência das aulas: *</p> <p>Duração: 18 meses.</p> <p>Dias de oferta: *</p> <p>Valor da mensalidade: 18 x R\$270 ou 1 x R\$4.860,00. Valor Total: R\$ 4.860</p> <p>Carga horária: 360</p> <p>Número de disciplinas: 12</p> <p>Fonte: http://www.feati.edu.br/ http://www.uniesp.edu.br/ead/cursos-pos-graduacao.asp</p> <p>Instituição: FEATI Número: 16</p> <p>Código da instituição: 1449</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: 3</p> <p>Índice Geral de Curso: 3</p> <table border="1" data-bbox="174 1050 846 1098"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 6 disciplinas</td> <td>Específica – 6 disciplinas.</td> </tr> </table>	Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 6 disciplinas.	<p>OBS.: Atenção, curso da UNIESP.</p> <p>Módulo Comum</p> <ul style="list-style-type: none"> Tendências Atuais da Educação – 30h {Geral - Educação } Metodologia da Educação à Distância – 30h {Geral - Educação } Metodologia do Trabalho Científico – 30h {Geral - Educação } Psicologia do Desenvolvimento – 30h {Geral - Educação } Problemas de Aprendizagem – 30h {Geral - Educação } Psicologia do Comportamento Infantil – 30h {Geral - Educação } Sistemas e Processos de Avaliação – 30h {Geral - Educação } <p>Módulo Específico</p> <ul style="list-style-type: none"> Aspectos Sociais e Inclusão – 30h {Específica –Fundamentos} Deficiência Auditiva/Surdez e Surdocegueira – 30h {Específica –Segmentos} Deficiência Física e Deficiência Múltipla – 30h {Específica –Segmentos} Deficiência Visual e Altas Habilidades – 30h {Específica –Segmentos} Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento – 30h {Específica –Segmentos} <p>OBS.: Atenção, curso da UNIESP.</p>
Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 6 disciplinas.		
<p>Curso: Atendimento Educacional Especializado - 20d (multifocal)</p> <p>Objetivos: Possibilitar aos profissionais que atuam no atendimento educacional especial, conhecimento acerca de recursos, metodologias e tecnologia assistiva. Também é objetivo desse curso, ampliar o conhecimento dos educadores no que se refere à História, fundamentação e legislação do atendimento educacional especial.</p> <p>Modalidade: EAD (tele-aula) (08)</p> <p>Frequência das aulas:*</p> <p>Duração: 18 meses.</p> <p>Dias de oferta: *</p>	<p>Módulo 1 – Núcleo Comum – 90h {Geral}</p> <ul style="list-style-type: none"> Metodologia em EAD Metodologia Científica Psicologia da Educação <p>Módulo 2 – Acompanhamento, Registro e Documentação – 90h {Específica - }</p> <ul style="list-style-type: none"> Registro e Documentação: a rotina do Atendimento Educacional Especial 			

Valor da mensalidade: 18 x R\$130. Valor Total: R\$2.340.			<ul style="list-style-type: none"> Anamnese: fundamentos e conduta profissional Processo de Avaliação no Atendimento Educacional Especial <p>Módulo 3 – Deficiência Visual – 120h {Específica –Segmentos}</p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Visual: conceitos e características Escolarização da pessoa com deficiência visual Braille <p>Módulo 4 – Deficiência Auditiva – 120h {Específica –Segmentos}</p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Auditiva: conceitos e características Escolarização da pessoa com deficiência auditiva Libras <p>Módulo 5 – Deficiência Física Neuromotora - 120h {Específica –Segmentos}</p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Física Neuromotora: conceitos e características Escolarização da pessoa com deficiência física neuromotora Tecnologia Assistiva <p>Módulo 6 – Deficiência Intelectual – 120h{Específica –Segmentos}</p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência intelectual: conceitos e características Escolarização da pessoa com deficiência intelectual Deficiência Intelectual, Sociedade e Escola <p>Módulo 7 – Transtornos e Deficiências – 90h {Específica –Segmentos}</p> <ul style="list-style-type: none"> Transtornos Globais do Desenvolvimento Altas Habilidades e Superdotação Deficiências Múltiplas <p>TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – 80h {Específica – Pesquisa}</p>
Carga horária: 830			
Número de disciplinas: 21 + TCC			
Fonte: http://www.faculdadesaobraz.net.br/index.php/atendimento-educacional-especializado			
Instituição: FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO BRAZ Número: 17			
Código da instituição: 5025			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: -	
Categoria:	Geral – 1 módulo.	Específica – 7 módulos.	
Curso: Educação Especial Inclusiva – 21d (multifocal)			
Objetivo: Possibilitar conhecimentos teóricos e práticos acerca da Educação Especial Inclusiva nas mais diversas perspectivas, munido profissionais ligados à educação com conhecimentos consistentes para sua atuação profissional.			
Modalidade: presencial (14)			
Frequência das aulas: semanal (7)			
Duração: 18 meses.			
Dias de oferta: sábados			
Módulo I			
<ul style="list-style-type: none"> Fundamentos da Educação Especial, Perspectivas Políticas e Organizacionais Dilemas e Desafios no Trabalho. {Específica – Fundamentos} Ética Social e Comportamento Ético Profissional. {Geral - Aleatória} Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho, Motivação e Dinâmicas de Grupo. {Geral – Aleatória} Classificação e Características das Principais Deficiências. {Específica –Segmentos} 			

Valor da mensalidade: 18 x R\$ 250. Valor Total: R\$4.500.		
Carga horária: 405		
Número de disciplinas: 14		
Fonte: http://www.faesi.com.br/posgraduacao		
Instituição: FAESI Número: 18		
Código da instituição: 1500		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 4 disciplinas	Específica – 10 disciplinas.
Curso: Educação Especial e Práticas Inclusivas – 22d (multifocal)		
Objetivo: apoiar a formação de profissionais qualificados no atendimento educacional desse alunado em programas específicos como: escola especial, classe especial, salas multifuncionais, centros de atendimento específico, como também na rede de apoio especializado.		
Modalidade: Presencial (15).		
Frequência das aulas: semanal (08)		
Duração: 16		
Dias de oferta: segundas e quartas-feiras		
Valor da mensalidade: 16 x R\$ 209,10. Valor Total: R\$3.345,60.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 13		
Fonte:		
http://www.fafijan.br/cursos/posgraduacao/20/Educao-o-Especial-e-Praticas-Inclusivas		
Data de coleta: 13/03/2014		
Instituição: FAFIJAN Número: 19		
Código da instituição: 299		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 4 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.
<ul style="list-style-type: none"> Bases Neurológicas da Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Especial. {Específica} 		
Módulo II		
<ul style="list-style-type: none"> O Desenvolvimento do Raciocínio Lógico Matemático e Psicomotor na Educação Especial. {Específica} O Desenvolvimento da Linguagem Oral e Escrita na Educação Especial. {Específica} 		
Módulo III		
<ul style="list-style-type: none"> Escolarização de crianças e adolescentes com deficiência mental. {Específica – Segmentos} Escolarização de crianças e adolescentes com Altas Habilidades/Superdotação. {Específica – Seg.} Escolarização de crianças e adolescentes com deficiência mental. {Específica – Segmentos} 		
Módulo IV		
<ul style="list-style-type: none"> Introdução a linguagens de sinais – LIBRAS. {Específica – Conhecimento Técnico} Práticas Metodológicas do Ensino Superior. {Geral - Educação} Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica. {Geral - Pesquisa} Trabalho de Conclusão de Curso {Específica - Pesquisa } 		
<ul style="list-style-type: none"> Metodologia da Pesquisa Científica {Geral – Pesquisa} Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva Da Inclusão {Específica – Fundamentos} Neurociência e Aprendizagem {Geral – Educação} Teoria e Prática na Primeira Infância {Geral – Educação} Teoria e Prática em Altas Habilidades/Superdotação {Específica – Segmentos} Teoria e Prática em Deficiência Intelectual {Específica – Segmentos} Teoria e Prática em Deficiência Auditiva {Específica – Segmentos} Metodologia do Ensino de Libras {Específica – Segmentos} Teoria e Prática em Deficiência Visual {Específica – Segmentos} Teoria e Prática em Deficiência Física/Neuromotora {Específica – Segmentos} Seminário Científico {Específica – Pesquisa } Avaliação Educacional No Contexto Escolar {Geral – Educação } Atendimento Especializado e Metodologia em Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Múltiplas Deficiências {Específica – Segmentos} 		

Cursos: a) Educação Especial: Aspectos Inclusivos e Práticas Pedagógicas - 23d (multifocal) b) Educação Especial com ênfase em Sala de Recursos Multifuncionais – 24d (multifocal)		
Modalidade: Presencial (16 e 17)		
Frequência das aulas: mensais (01)		
Duração: 12 meses		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: A e B. 12 x 250 (ambas) Valor Total: R\$3.000.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 16		
Fonte: A. http://www.alfaumuarama.com.br/faculdade/curso-pos/educacao-especial-aspectos-inclusivos-e-praticas-pedagogicas/grade-curricular B. http://www.alfaumuarama.com.br/faculdade/curso-pos/educacao-especial-com-enfase-em-sala-de-recursos-multifuncionais/grade-curricular		
Instituição: FACULDADE DE TECNOLOGIA ALFA DE UMUARAMA Número: 20		
Código da instituição: 4765		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa:		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral A – 5 Geral B – 1	Específica A – 11 disciplinas. Específica B – 17 disciplinas.
+++++A. <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e Intervenção Educacional {Geral - Educação } • Conceituação e Caracterização do Transtorno Global do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Deficiência Física / Neuromotora{Específica –Segmentos} • Deficiência Sensorial: surdez - conceituação e caracterização{Específica –Segmentos} • Escola inclusiva: removendo barreiras no contexto escolar {Específica} • Família, a Pessoa com deficiência e a Escola {Específica} • Fundamentos e Políticas da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Metodologia da Pesquisa Científica {Geral - Pesquisa} • Neuropsicologia da Aprendizagem {Geral - Educação } • Primeiros socorros: Atendimento e prevenção {Geral - Aleatória} • Psicologia Evolutiva e Desenvolvimento Humano {Geral - Educação } • O processo de aprendizagem para o aluno com Altas Habilidades{Específica –Segmentos} • Práticas Pedagógicas nas áreas da surdez, visão, intelectual e neuro/motora: contexto escolar e salas multifuncionais{Específica – Segmentos} • Tópicos Especiais: Estrutura familiar contemporânea, Sexualidade e deficiência, Arte como instrumento do processo ensino aprendizagem {Específica} • Área Visual: Conceitos e características{Específica –Segmentos} • Área intelectual: conceitos e características{Específica –Segmentos} <hr style="border-top: 1px dashed black;"/> +++++B. <ul style="list-style-type: none"> • Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD): Conceitos e Caracterização. {Específica –Segmentos} • Atividades direcionadas para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais: leitura, escrita e cálculos. {Específica –AEE} • Deficiência Auditiva: Conceitos e Caracterização. {Específica –Segmentos} • Deficiência Física Neuromotora: Conceitos e Caracterização{Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual: Conceitos e Caracterização{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual: conceitos e caracterização{Específica –Segmentos} • Fundamentos básicos BRAILLE {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia da Pesquisa Científica {Geral - Pesquisa } 		

	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Educacionais Nacionais da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Tecnologias Assistivas {Específica – Conhecimento Técnico} • Fundamentos básicos de Libras (Língua Brasileira de Sinais) {Específica – Com. Técnico} • Práticas Pedagógicas Deficiência Intelectual: elaboração de materiais{Específica –Segmentos} • Práticas Pedagógicas Deficiência Visual: elaboração de materiais{Específica –Segmentos} • Práticas Pedagógicas deficiência Física Neuromotora: elaboração de materiais{Específica –Segmentos} • Práticas pedagógicas Surdez: elaboração de materiais{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento: Conceitos e Caracterização {Específica –Segmentos} • Políticas de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: atribuições do professor, direito ao atendimento especializado {Específica –Fundamentos} • Tópicos especiais: Jogos pedagógicos: atendimento educacional especializado; Sexualidade Humana: afetividade e deficiência {específica}
<p>Cursos: Educação Especial – 25d (multifocal)</p> <p>Objetivo: qualificar os profissionais para que possam favorecer o sucesso escolar de todos os alunos, em especial dos alunos com necessidades educacionais especiais, reconhecendo e valorizando suas diferenças e potencialidades, promovendo a melhoria do seu desempenho escolar e da qualidade de sua educação.</p> <p>Modalidade: Presencial (18).</p> <p>Frequência das aulas: semanais (09)</p> <p>Duração: 15 meses</p> <p>Dias de oferta: sábados</p> <p>Valor da mensalidade: 15 x R\$180. Valor Total: R\$2.700.</p> <p>Carga horária: 360</p> <p>Número de disciplinas:</p> <p>Fonte: http://www.americadosul.edu.br/site/pos-graduacao http://ipeposgraduacao.com.br/site/educacao/pos-graduacao/educacao-especial/</p> <p>Instituição: FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMÉRICA DO SUL Número: 21</p> <p>Código da instituição: 4330</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: 3</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e Políticas Públicas da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Educação Inclusiva {Específica} • Etiologia e prevenção de Deficiências {Específica} • A Relação de Colaboração entre a Escola e a Família {Geral – Educação} • A pessoa com Deficiência e o Mercado de Trabalho {Específica} • Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS {Específica – Conhecimento técnico} • A Avaliação Psicoeducacional no contexto escolar {Geral – Educação} • Adaptações Curriculares {Específica – Conhecimento técnico} • Metodologia da Pesquisa Científica {Geral – Pesquisa} • Trabalho de Conclusão de Curso {Específica –Pesquisa} • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Transtorno Funcional do Desenvolvimento{Específica – Segmentos} • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Transtorno Global do Desenvolvimento{Específica – Segmentos} • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Surdez- Com Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Deficiência Visual (baixa visão e cegueira) {Específica – Segmentos} <p>Índice Geral de Curso: 2</p>

<table border="1"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 3 disciplinas</td> <td>Específica – 13 disciplinas.</td> </tr> </table>	Categoria:	Geral – 3 disciplinas	Específica – 13 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Deficiência Física Neuromotora{Específica –Segmentos} • Metodologia e Estratégias de Ensino e Aprendizagem para alunos com: Altas Habilidades/Superdotação{Específica –Segmentos} 																																																																																																
Categoria:	Geral – 3 disciplinas	Específica – 13 disciplinas.																																																																																																		
<table border="1"> <tr> <td colspan="3">Cursos: Educação Especial -26d (multifocal)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Objetivo: Oferecer subsídios teórico-metodológicos aos profissionais para atuarem junto a pessoas com necessidades educacionais especiais.</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Modalidade: Presencial (19)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Frequência das aulas: semanais (10)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Duração: 7 meses</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Dias de oferta: sábados</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Valor da mensalidade: 10 x R\$170. Valor Total: R\$1.700.</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Carga horária: 360</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Número de disciplinas: 14</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Fonte: http://www.facoparana.com.br/</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Data de coleta: 08/02/2014</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Instituição: FACO</td> <td>Número: 22</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Código da instituição: 12268</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Organização Acadêmica: Faculdade</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Categoria administrativa: Privada</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Conceito institucional: 4</td> <td>Índice Geral de Curso: -</td> </tr> <tr> <td> <table border="1"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 5 disciplinas</td> <td>Específica – 9 disciplinas.</td> </tr> </table> </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial Inclusiva{Específica –Fundamentos} • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Piaget {Geral - Educação } • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Vygotsky {Geral - Educação } • Fundamentos Neurológicos da Aprendizagem {Geral - Educação } • Psicanálise e educação {Geral - Educação } • Políticas Públicas da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Deficiência Intelectual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência visual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência auditiva e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e múltiplas deficiências e inclusão{Específica –Segmentos} • Altas habilidades/superdotação e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos de aprendizagem{Específica –Segmentos} • Metodologia da pesquisa{Geral –Pesquisa} </td> </tr> <tr> <td> <table border="1"> <tr> <td colspan="3">Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Modalidade: Presencial (20)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Frequência das aulas: quinzenal (09)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Duração: 8 meses</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Dias de oferta: sábados</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Carga horária: 360</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Número de disciplinas: 14</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Data de coleta: 08/02/2014</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Instituição: FATECIE</td> <td>Número: 23</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Código da instituição: 4751</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Organização Acadêmica: Faculdade</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Categoria administrativa: Privada</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Conceito institucional: 4</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> </table> </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e políticas da educação especial{Específica –Fundamentos} • Psicologia evolutiva: cognitivismo, psicanálise e sociointeracionismo {Geral – Educação} • Aspectos neurológicos dos processos de aprendizagem {Geral – Educação} • O brincar no contexto da educação inclusiva {Específica} • Metodologia da ação docente: área da surdez{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da visão{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência física{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência intelectual{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: altas habilidades/superdotação{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: transtornos globais do desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado: sala de recursos {Específica – AEE} • Avaliação e intervenção educacional {Geral – Educação} • Procedimentos pedagógicos para inclusão {Específica –Segmentos} • Tópicos especiais em educação {Geral – Educação} • Metodologia da pesquisa científica {Geral –Pesquisa} • Trabalho de conclusão de curso – monografia {Específica – Pesquisa} </td> </tr> </table>	Cursos: Educação Especial -26d (multifocal)			Objetivo: Oferecer subsídios teórico-metodológicos aos profissionais para atuarem junto a pessoas com necessidades educacionais especiais.			Modalidade: Presencial (19)			Frequência das aulas: semanais (10)			Duração: 7 meses			Dias de oferta: sábados			Valor da mensalidade: 10 x R\$170. Valor Total: R\$1.700.			Carga horária: 360			Número de disciplinas: 14			Fonte: http://www.facoparana.com.br/			Data de coleta: 08/02/2014			Instituição: FACO		Número: 22	Código da instituição: 12268			Organização Acadêmica: Faculdade			Categoria administrativa: Privada			Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: -	<table border="1"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 5 disciplinas</td> <td>Específica – 9 disciplinas.</td> </tr> </table>	Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial Inclusiva{Específica –Fundamentos} • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Piaget {Geral - Educação } • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Vygotsky {Geral - Educação } • Fundamentos Neurológicos da Aprendizagem {Geral - Educação } • Psicanálise e educação {Geral - Educação } • Políticas Públicas da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Deficiência Intelectual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência visual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência auditiva e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e múltiplas deficiências e inclusão{Específica –Segmentos} • Altas habilidades/superdotação e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos de aprendizagem{Específica –Segmentos} • Metodologia da pesquisa{Geral –Pesquisa} 	<table border="1"> <tr> <td colspan="3">Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Modalidade: Presencial (20)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Frequência das aulas: quinzenal (09)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Duração: 8 meses</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Dias de oferta: sábados</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Carga horária: 360</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Número de disciplinas: 14</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Data de coleta: 08/02/2014</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Instituição: FATECIE</td> <td>Número: 23</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Código da instituição: 4751</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Organização Acadêmica: Faculdade</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Categoria administrativa: Privada</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Conceito institucional: 4</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> </table>	Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)			Modalidade: Presencial (20)			Frequência das aulas: quinzenal (09)			Duração: 8 meses			Dias de oferta: sábados			Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.			Carga horária: 360			Número de disciplinas: 14			Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html			Data de coleta: 08/02/2014			Instituição: FATECIE		Número: 23	Código da instituição: 4751			Organização Acadêmica: Faculdade			Categoria administrativa: Privada			Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e políticas da educação especial{Específica –Fundamentos} • Psicologia evolutiva: cognitivismo, psicanálise e sociointeracionismo {Geral – Educação} • Aspectos neurológicos dos processos de aprendizagem {Geral – Educação} • O brincar no contexto da educação inclusiva {Específica} • Metodologia da ação docente: área da surdez{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da visão{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência física{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência intelectual{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: altas habilidades/superdotação{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: transtornos globais do desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado: sala de recursos {Específica – AEE} • Avaliação e intervenção educacional {Geral – Educação} • Procedimentos pedagógicos para inclusão {Específica –Segmentos} • Tópicos especiais em educação {Geral – Educação} • Metodologia da pesquisa científica {Geral –Pesquisa} • Trabalho de conclusão de curso – monografia {Específica – Pesquisa}
Cursos: Educação Especial -26d (multifocal)																																																																																																				
Objetivo: Oferecer subsídios teórico-metodológicos aos profissionais para atuarem junto a pessoas com necessidades educacionais especiais.																																																																																																				
Modalidade: Presencial (19)																																																																																																				
Frequência das aulas: semanais (10)																																																																																																				
Duração: 7 meses																																																																																																				
Dias de oferta: sábados																																																																																																				
Valor da mensalidade: 10 x R\$170. Valor Total: R\$1.700.																																																																																																				
Carga horária: 360																																																																																																				
Número de disciplinas: 14																																																																																																				
Fonte: http://www.facoparana.com.br/																																																																																																				
Data de coleta: 08/02/2014																																																																																																				
Instituição: FACO		Número: 22																																																																																																		
Código da instituição: 12268																																																																																																				
Organização Acadêmica: Faculdade																																																																																																				
Categoria administrativa: Privada																																																																																																				
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: -																																																																																																		
<table border="1"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 5 disciplinas</td> <td>Específica – 9 disciplinas.</td> </tr> </table>	Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial Inclusiva{Específica –Fundamentos} • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Piaget {Geral - Educação } • Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento: Vygotsky {Geral - Educação } • Fundamentos Neurológicos da Aprendizagem {Geral - Educação } • Psicanálise e educação {Geral - Educação } • Políticas Públicas da Educação Especial{Específica –Fundamentos} • Deficiência Intelectual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência visual e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência auditiva e inclusão{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e múltiplas deficiências e inclusão{Específica –Segmentos} • Altas habilidades/superdotação e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento e inclusão{Específica –Segmentos} • Transtornos de aprendizagem{Específica –Segmentos} • Metodologia da pesquisa{Geral –Pesquisa} 																																																																																																
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.																																																																																																		
<table border="1"> <tr> <td colspan="3">Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Modalidade: Presencial (20)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Frequência das aulas: quinzenal (09)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Duração: 8 meses</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Dias de oferta: sábados</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Carga horária: 360</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Número de disciplinas: 14</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Data de coleta: 08/02/2014</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Instituição: FATECIE</td> <td>Número: 23</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Código da instituição: 4751</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Organização Acadêmica: Faculdade</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Categoria administrativa: Privada</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Conceito institucional: 4</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> </table>	Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)			Modalidade: Presencial (20)			Frequência das aulas: quinzenal (09)			Duração: 8 meses			Dias de oferta: sábados			Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.			Carga horária: 360			Número de disciplinas: 14			Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html			Data de coleta: 08/02/2014			Instituição: FATECIE		Número: 23	Código da instituição: 4751			Organização Acadêmica: Faculdade			Categoria administrativa: Privada			Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e políticas da educação especial{Específica –Fundamentos} • Psicologia evolutiva: cognitivismo, psicanálise e sociointeracionismo {Geral – Educação} • Aspectos neurológicos dos processos de aprendizagem {Geral – Educação} • O brincar no contexto da educação inclusiva {Específica} • Metodologia da ação docente: área da surdez{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da visão{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência física{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência intelectual{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: altas habilidades/superdotação{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: transtornos globais do desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Atendimento educacional especializado: sala de recursos {Específica – AEE} • Avaliação e intervenção educacional {Geral – Educação} • Procedimentos pedagógicos para inclusão {Específica –Segmentos} • Tópicos especiais em educação {Geral – Educação} • Metodologia da pesquisa científica {Geral –Pesquisa} • Trabalho de conclusão de curso – monografia {Específica – Pesquisa} 																																																						
Cursos: A. Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais – 27d (multifocal)																																																																																																				
Modalidade: Presencial (20)																																																																																																				
Frequência das aulas: quinzenal (09)																																																																																																				
Duração: 8 meses																																																																																																				
Dias de oferta: sábados																																																																																																				
Valor da mensalidade: 14 x R\$180. Valor Total: R\$2.520.																																																																																																				
Carga horária: 360																																																																																																				
Número de disciplinas: 14																																																																																																				
Fonte: http://www.fatecie.com/posgraduacao.html																																																																																																				
Data de coleta: 08/02/2014																																																																																																				
Instituição: FATECIE		Número: 23																																																																																																		
Código da instituição: 4751																																																																																																				
Organização Acadêmica: Faculdade																																																																																																				
Categoria administrativa: Privada																																																																																																				
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 3																																																																																																		

Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 11 disciplinas.	Obs.: atenção, oferta via ESAP.
Cursos: Educação Especial – 28d (multifocal)			<ul style="list-style-type: none"> • Altas Habilidades / Superdotação-20h {Específica –Segmentos} • Avaliação na Educação -20h {Geral – Educação} • Comportamento Organizacional -20h {Geral - Aleatório} • Deficiência Física / Neuromotora 20{Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual 20{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual 20{Específica –Segmentos} • Desenvolvimento Humano e Aprendizagem 20 {Geral – Educação} • Empreendedorismo e Inovação de Processos 10 {Geral - Aleatória} • Estimulação Precoce 10 {Específica –Fundamentos} • Fundamentos da Educação Brasileira 20 {Geral – Educação} • Fundamentos da Educação Especial 20 {Específica –Fundamentos} • Gerenciamento de Projetos 20 {Geral – Educação} • Inclusão e transversalidade 10 {Específica –} • Legislação Educacional 10 {Geral – Educação} • Liderança e Gestão de Pessoas 20 {Geral – Educação} • Metodologia do Ensino Superior 10 {Geral – Educação} • Organização do Trabalho Pedagógico 20 {Geral – Educação} • Políticas da Educação 10 {Específica –Fundamentos} • Psicologia e Ética 10 {Geral - Aleatória} • Responsabilidade Social 10 {Geral - Aleatória} • Surdez 20{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento 20{Específica –Segmentos} • TCC – Artigo Científico ou Projeto Pedagógico 40 {Específica – Pesquisa}
Modalidade: Presencial (21)			
Frequência das aulas: quinzenal (10)			
Duração: 18 meses.			
Dias de oferta: sábados			
Valor da mensalidade: 18 x R\$ 320. Valor Total: R\$ 5.760.			
Carga horária: 360 + 40 TCC			
Número de disciplinas: 22 + TCC			
Fonte: http://www.insaeos.org.br/posedespecial.html			
Data da coleta: 08/02/2014			
Instituição: INSAEOS Número: 24			
Código da instituição: 14326			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: -	
Categoria:	Geral – 12 disciplinas	Específica – 11 disciplinas.	
Cursos: Educação Especial Inclusiva – 29d (multifocal)			
Refletir sobre os parâmetros educacionais específicos da Educação Especial; Adquirir subsídios teórico-práticos para a educação especial em classes comuns e especiais, articulando reflexão e elaboração teórica às práticas didáticas da educação inclusiva.			
Modalidade: EAD (09)			
Frequência das aulas: *			
Duração: 12 meses.			
Dias de oferta: *			
Valor da mensalidade: 1 x 2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.			
Carga horária: 400			
Número de disciplinas: 16 + TCC			
Fonte:			
http://www.faculdadepitagoras.com.br/Paginas/Faculdade/Institucional.aspx			
http://voceespecialista.unopar.br/cursos/curso/especiali			
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva - {Específica –Fundamentos} <p><i>Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória histórica: da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e os paradigmas da inclusão. Princípios norteadores da Educação Especial: normalização, integração, individualização e Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Modalidades e Programas de atendimento. Inclusão na escola regular.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas de Inclusão - {Específica –Fundamentos} <p><i>Referenciais teóricos e tendências internacionais e nacionais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas afirmativas e da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva sob o ângulo das relações entre Estado, democracia, desigualdades/exclusão social e gestão dos sistemas de ensino. Planos e programas para o atendimento educacional especializado.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem e Desenvolvimento Humano - {Geral – Educação} <p><i>Análise da evolução do desenvolvimento nos seus aspectos psicomotores, cognitivos e afetivos e sua relação com os processos de aprendizagem. Estudo dos diferentes estágios do desenvolvimento de forma global e inclusiva voltadas para a necessidade de percepção das diferenças em contexto sócio cultural específico.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Intelectual - {Específica –Segmentos} <p><i>Definição e classificação da Deficiência Intelectual, distúrbios do desenvolvimento neuropsicológico, semiologia neurológica do deficiente mental, aspectos neurológicos das principais síndromes genéticas: Síndrome de Down, síndrome do X frágil e das principais</i></p>			

<u>zacao-em-educacao-especial-inclusiva</u>		
Instituição: Faculdade de Tecnologia Pitágoras Número: 25		
Código da instituição: 4869		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: -
Categoria:	Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.
<p>Metodologia: As disciplinas estão organizadas em web aulas com mídia book hipertextual e dialógico, vídeo aulas, exercícios, além de tutoria no ambiente virtual de aprendizagem Colaborar. Tendo em mãos a agenda do curso, o aluno pode realizar as atividades no dia e horário que lhe for mais conveniente, por meio de seu computador e internet. As provas presenciais deverão ser realizadas no polo de apoio ou unidade de ensino, em 03 encontros presenciais, cujas datas previamente agendadas constam do cronograma do curso.</p> <p>OBS.: oferta via “voceespecialista” – UNOPAR(298)</p>		
<p><i>síndromes neurológicas, epilepsia, distúrbios neurosensoriais, paralisia cerebral, repercussão neuropsicológica dos erros inatos do metabolismo. Distúrbios de aprendizagem. Disfunções cerebrais mínimas e suas sequelas psicomotoras.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimulação Essencial - {Específica – Conhecimento Técnico} <i>A importância da estimulação precoce. O papel da família. Programas de estimulação precoce. Estimulação de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, aspectos motores, sensoriais, sociais e educacionais.</i> • Deficiência Auditiva - {Específica – Segmentos} <i>História da educação de surdos. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bilinguismo e a oralização. A aprendizagem da Língua Portuguesa (escrita) como segunda língua. Formação de conceitos. Atendimento Educacional Especializado para o aluno com surdez e a interlocução deste atendimento.</i> • Deficiência Visual - {Específica – Segmentos} <i>Recursos e equipamentos necessários para assegurar o acesso ao conhecimento e promover a aprendizagem dos alunos com cegueira e dos alunos com baixa visão. Atendimento Educacional Especializado para o aluno com cegueira e para o aluno com baixa visão e a interlocução deste atendimento com a sala de aula comum Metodologia de Ensino e da Pesquisa.</i> • Deficiência Física e Psicomotricidade - {Específica – Segmentos} <i>Estudo de novos modelos de intervenção com pessoas que apresentam necessidades educativas especiais na área da reabilitação física com ênfase no desenvolvimento biopsicossocial.</i> • Deficiência Múltipla - {Específica – Segmentos} <i>Caracterização dos aspectos biopsicossociais envolvidos na Deficiência Múltipla, discussão das diferentes intervenções psicoterapêuticas e educacionais para o atendimento educacional especializado e escola regular, incluindo a criança e suas famílias.</i> • Tecnologia Assistiva – {Específica – Conhecimento Técnico} <i>A Tecnologia Assistiva favorecendo novas possibilidades para a pessoa com deficiência na apropriação das experiências presentes em sua cultura. Produtos e Serviços de Tecnologia Assistiva para a autonomia, desenvolvimento, aprendizado e inclusão social do aluno com necessidades educacionais especiais. Apropriação, demandas, perspectivas e limites da Tecnologia Assistiva na construção da Escola Inclusiva.</i> • Transtornos Globais do Desenvolvimento – {Específica – Segmentos} <i>Estudo de questões do comportamento diferente no processo ensino aprendizagem e como auxiliar o educando que apresenta condutas específicas na aprendizagem. Definição, classificação diagnóstica, aspectos etiológicos e epidemiológicos, diagnóstico, tratamento e prognóstico considerando o desenvolvimento humano em suas diferentes dimensões à luz da Neurociência no que se refere aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (Transtorno Autista, Transtorno de Asperger, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância). Além de métodos de intervenção: pedagógica, comportamental, comunicativa e social para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem e a inclusão desses alunos.</i> • Altas Habilidades/superdotação - {Específica – Segmentos} <i>Caracterização dos aspectos biopsicossociais das pessoas com altas habilidades/superdotação. Análise da especificidade da atuação do educador frente ao aluno com altas habilidades/superdotação. Reconhecimento do papel da família e do contexto educacional para o desenvolvimento do aluno com altas habilidades/superdotação.</i> • Adaptações Curriculares - {Específica – Conhecimento Técnico} <i>Estudo dos fundamentos da Avaliação Psicopedagógica, Entrevista e observações; Instrumentos e procedimentos psicomotores, pedagógicos e psicológicos.</i> • Avaliação na Educação Especial - {Específica - } <i>Estudo dos fundamentos da Avaliação no contexto, Entrevista e observações; Instrumentos e procedimentos psicomotores, pedagógicos e psicológicos.</i> • Ludicidade e Educação Especial - {Específica - } <i>Ludicidade na educação da criança com necessidades educativas especiais. . Importância do brincar no processo de desenvolvimento humano. Brincadeiras e jogos e formação do educador. A criança, a escola e a produção cultural.</i> • Metodologia de Ensino e da Pesquisa - {Geral – Educação} 		

	<p><i>Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa; Tipos de Pesquisa; Método de coleta de dados; Aspectos normativos e tipográficos; Citações e referências; Estrutura do projeto de pesquisa e da monografia; Técnicas de análise e apresentação de dados. O papel da Didática na formação do professor; - A organização do trabalho pedagógico no ensino superior: Planejamento de ensino: níveis e etapas; - Métodos e Técnicas de ensino; Avaliação da aprendizagem.</i></p>
<p>Cursos: Educação Especial com ênfase em Educação Inclusiva – 30d (multifocal)</p> <p>Objetivo: Ampliar as competências e habilidades dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente na área da educação, oferecendo-lhes a oportunidade de aprofundar conhecimentos e/ou adquirir novas oportunidades de pesquisa na Educação Especial Inclusiva.</p> <p>_Discutir de forma aprofundada as abordagens integradas e os métodos avançados de Educação Especial Inclusiva no Brasil, discutindo experiências práticas e prospectando caminhos futuros;</p> <p>_Apresentar uma abordagem nas áreas específicas da Educação Especial Inclusiva;</p> <p>_Desenvolver aspectos profissionais e comportamentais em Educação Especial Inclusiva;</p> <p>_Aplicar os conhecimentos por pesquisas teóricas e de campo para o trabalho de conclusão de curso.</p> <p>Modalidade: EAD (10)</p> <p>Frequência das aulas: *</p> <p>Duração: 12 meses.</p> <p>Dias de oferta: *</p> <p>Valor da mensalidade: 1 + 12 R\$ 127,33. Valor Total: R\$ 1.566,29.</p> <p>Carga horária: 360 + 12TCC</p> <p>Número de disciplinas: 16</p> <p>Instituição: FTT-CWB Número: 26</p> <p>Fonte: http://www.sociesc.org.br/pt/cursos-pos-graduacao/ http://www.sociesc.org.br/pt/ensino-distancia/conteudo.php?id=14730&mnu=14068&crs=2051&top=0</p> <p>Código da instituição: 4045</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p>	<p>NÚCLEO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Educação e currículo: fundamentos e práticas pedagógicas – 30h {Geral – Educação} <i>Teorias curriculares: histórico, fundamentos e condicionantes. Sociologia e teoria crítica do currículo. O currículo e as diversidades regionais. O currículo moderno, suas proposições e superações. Conexões entre cotidiano social, cultura popular e currículo. Cultura popular e pedagogia crítica. A influência da globalização e das novas tecnologias nas estruturas curriculares.</i> Metodologia da pesquisa científica – 30h {Geral – Pesquisa} <i>O paradigma da ciência e pesquisa; a pesquisa experimental e a não experimental; os estudos: bibliográficos, exploratório, descritivo, experimental; métodos usados em pesquisas qualitativas e quantitativas; o problema de pesquisa; as hipóteses e as variáveis; elaboração de um projeto de pesquisa. Estrutura e formatação do artigo científico.</i> Multiculturalismo – 30h {Geral – Educação} <i>Mostrar como o sujeito do século XXI é um produto de várias condutas sociais de períodos anteriores. A produção social da identidade e da diferença. As concepções de Pierre Bourdieu sobre a realidade social: o capital econômico, cultural, simbólico e social. Multiculturalismo, globalização e a escola.</i> Inclusão socioeducacional – 30h {Específica } <i>A Educação e sua influência no desenvolvimento da autoexpressão, apreciação, decodificação e avaliação da cultura, associada à contextualização histórica necessária para o crescimento individual do cidadão e enriquecimento da nação, frente à diversidade étnico-racial, a formação anti-sexista e o combate à intolerância religiosa. Direitos Humanos. O processo educacional: diretrizes nacionais que norteiam o ensino como fator de inclusão social: LIBRAS.</i> <p>NÚCLEO ESPECÍFICO – 252 h</p> <ul style="list-style-type: none"> A Educação Especial no contexto socioeconômico brasileiro – 30h h {Específica – Fundamentos} <i>Conceitos, princípios e pressupostos legais da educação especial. Fundamentos e conceitos históricos sobre a educação especial no Brasil e no mundo. Evolução histórica da Educação Especial: diferentes enfoques. Características do educando portador de necessidades educativas especiais nos aspectos sociopsicopedagógico, profissionalizante e preventivo. Educação, possibilidades e limites na inserção profissional da pessoa portadora de necessidades educativas especiais no movimento histórico-social brasileiro e na contemporaneidade.</i> Fundamentos legais e filosóficos da inclusão na Educação Especial – 30 h {Específica – Fundamentos} <i>Sistema Educacional Brasileiro, em seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos, culturais, legais e as políticas de atendimento aos alunos das instituições de Ensino Regular e Especial. Análise das diretrizes sobre Educação Inclusiva e as implicações e articulações com Educação. Análise</i>

Categoria administrativa: Privada			<p><i>das necessidades de aprendizagem, papel da escola inclusiva, da família e da sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Mental – 30 h{Específica –Segmentos} <p><i>Abordagens, características e métodos para o trabalho de inclusão aos portadores de Deficiência Mental. Compreensão histórica, cultural e fisiológica dos conceitos de deficiência mental. Diferentes aspectos da deficiência mental. Fatores de Risco Pré-natais, Fatores de Risco Perinatais, Fatores de Risco Pós-natais. Doença Mental x Deficiência Mental. Inclusão no ensino regular e na sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Auditiva – 30 h{Específica –Segmentos} <p><i>Abordagens, características e métodos para o trabalho de inclusão aos portadores de Deficiência Auditiva. Compreensão histórica, cultural e fisiológica dos conceitos de surdez e trabalhos realizados com essas pessoas. Levantamento histórico sobre a surdez. Identidade e cultura da pessoa surda. Inovações pedagógicas e tecnológicas para inclusão da pessoa surda no ensino regular e na sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Visual – 30 h{Específica –Segmentos} <p><i>Abordagens, características e métodos para o trabalho de inclusão aos portadores de Deficiência Visual. Compreensão das condições do indivíduo que apresenta distúrbios de visão e requer atenção pedagógica diferenciada para desenvolver suas potencialidades. Cegueira, visão subnormal, visão reduzida. Inclusão de portadores de deficiência visual no ensino regular e na sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiência Motora e Paralisia Cerebral – 30 h{Específica –Segmentos} <p><i>Abordagens, características e métodos para o trabalho de inclusão aos portadores de Deficiência Motora, Paralisia Cerebral e Deficiências Múltiplas. Compreensão das condições do indivíduo que apresenta deficiência motora e/ou física e requer atenção pedagógica diferenciada para desenvolver suas potencialidades. Lesão cerebral – paralisia cerebral e hemiplegias, Lesão medular, miopatias congênitas, patologias degenerativas do sistema nervoso central, lesões nervosas periféricas e outras deficiências motoras que requeiram a inclusão no ensino regular e na sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Transtornos invasivos do desenvolvimento e transtornos de comportamento – 30h{Específica –Segmentos} <p><i>Abordagens, características e métodos para o trabalho de inclusão aos portadores de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento e Transtornos de Comportamento. Compreensão histórica, cultural e fisiológica dos conceitos dos transtornos do desenvolvimento e do comportamento. Diferentes aspectos dos transtornos – autismo, hiperatividade, síndromes diversas, superdotação. Inclusão no ensino regular e na sociedade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades – 30h{Específica –Segmentos} <p><i>Conceitos e abordagens. As diferentes terminologias na área. Família, escola e sociedade no desenvolvimento dos talentos. Identificação e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com altas habilidades/superdotação.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Trabalho de conclusão do curso – 12h h {Específica –Pesquisa} <p><i>O projeto do trabalho de conclusão do curso poderá ser realizado individualmente, em dois ou até três participantes do curso. O tema deverá ser identificado no contexto da realidade das instituições educacionais, com aderência ao conteúdo do curso. O projeto será orientado quanto à estruturação, execução e desenvolvimento da pesquisa, culminando com a produção científica da monografia.</i></p>
Conceito institucional: 4	Índice e Curso: 3		
Categoria:	Geral – 3 disciplinas	Específica – 12 disciplinas.	
<p>Metodologia: As aulas serão transmitidas via internet diretamente dos estúdios da EaD da Sociesc para todos os polos. Os alunos comparecerão ao centro de apoio para assistirem às aulas. Durante o momento de aula, o professor da disciplina proporá reflexões, atividades para serem resolvidas e esclarecerá as dúvidas de conteúdo.</p>			
Cursos: Educação Inclusiva - #			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o processo de exclusão educacional do portador de necessidades educacionais especiais no contexto da diversidade social. - Aplicar pressupostos teóricos da prática educativa na área de educação inclusiva. - Aprofundar o conhecimento das características de aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais especiais, criando condições para propor ações nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das 			
<ul style="list-style-type: none"> Aspectos Sociais e Inclusão – 30h {Específica –Pesquisa} Deficiência Auditiva/Surdez e Surdocegueira – 30h{Específica –Segmentos} Deficiência Física e Deficiência Múltipla – 30h{Específica –Segmentos} Deficiência Visual e Altas Habilidades – 30h{Específica –Segmentos} Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento – 30h{Específica –Segmentos} 			

dificuldades de aprendizagem.		<ul style="list-style-type: none"> • Tendências Atuais da Educação – 30h {Geral- Educação} • Metodologia da Educação à Distância – 30h{Geral- Educação} • Metodologia do Trabalho Científico – 30h{ Geral - Pesquisa } • Psicologia do Desenvolvimento – 30h {Geral- Educação} • Problemas de Aprendizagem – 30h {Geral- Educação} • Psicologia do Comportamento Infantil – 30h {Geral- Educação} • Sistemas e Processos de Avaliação – 30h {Geral- Educação} <p>OBS.: Atenção, curso da UNIESP.</p>
Modalidade: EAD		
Frequência das aulas: *		
Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 18 x R\$ 270. Valor Total: R\$ 4.860.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.fanp.edu.br/cursos.asp http://www.uniesp.edu.br/ead/cursos-pos-graduacao.asp		
Data da coleta: 08/03/2014		
Instituição: FANP Número: 27		
Código da instituição: 1899		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3 Índice Geral de Curso: 3		
Categoria:	Geral – 7 disciplinas Específica – 5 disciplinas.	
Cursos: Educação Inclusiva - #		<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos Sociais e Inclusão – 30h {Específica –Pesquisa} • Deficiência Auditiva/Surdez e Surdocegueira – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Deficiência Múltipla – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual e Altas Habilidades – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento – 30h{Específica –Segmentos} • Tendências Atuais da Educação – 30h {Geral- Educação} • Metodologia da Educação à Distância – 30h{Geral- Educação} • Metodologia do Trabalho Científico – 30h{ Geral - Pesquisa } • Psicologia do Desenvolvimento – 30h {Geral- Educação} • Problemas de Aprendizagem – 30h {Geral- Educação} • Psicologia do Comportamento Infantil – 30h {Geral- Educação} • Sistemas e Processos de Avaliação – 30h {Geral- Educação} <p>OBS.: Atenção, curso da UNIESP.</p>
- Identificar o processo de exclusão educacional do portador de necessidades educacionais especiais no contexto da diversidade social.		
- Aplicar pressupostos teóricos da prática educativa na área de educação inclusiva.		
- Aprofundar o conhecimento das características de aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais especiais, criando condições para propor ações nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das dificuldades de aprendizagem.		
Modalidade: EAD		
Frequência das aulas: *		
Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 18 x R\$270. Valor Total: R\$ 4.860.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.fanorpi.edu.br/ http://www.uniesp.edu.br/ead/cursos-pos-graduacao.asp		
Data coleta: 08/03/2014		
Instituição: FANORPI Número: 28		
Código da instituição: 1291		
Organização Acadêmica: Faculdade		

Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 7 disciplinas	Específica – 5 disciplinas.
Cursos: Educação Especial e Inclusiva – 31d (multifocal)		
Modalidade: EAD (11)		
Frequência das aulas: *		
Duração: 12 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 10 x R\$ 127. Valor Total: R\$ 1.270.		
Carga horária: 360 + 60 TCC		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.fael.edu.br/pos-graduacao/pos-graduacao-em-educacao/educacao-especial-e-inclusiva/		
Instituição: FAEL		Número: 29
Código da instituição: 1205		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 10 disciplinas.
<p>Metodologia: Por intermédio do portal educacional, o aluno tem todas as condições para concluir o curso de sua escolha com excelência, sem a necessidade da mobilidade diária à sala de aula. Para realizar seu curso, você terá acesso: as Videoaulas Gravadas - Cada videoaula tem duração de 10 minutos e, em cada disciplina, você terá entre 18 e 20 videoaulas para assistir quantas vezes quiser; Material Didático: O material didático está disponível para que você acesse online ou possa fazer download e tê-lo sempre em mãos. Com ele, você pode desenvolver sua rotina de estudos e pesquisas de forma a atender às exigências das disciplinas do seu curso. À Interatividade no Portal Educacional: Você participa de fóruns com conteúdos relevantes, debatendo-os com os colegas, fazendo provas e exercícios online e trocando experiências relevantes com pessoas de todo o Brasil.</p>		
Cursos: Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva - 32 d (multifocal)		
Modalidade: Presencial (22)		
Frequência das aulas: semanais (11)		
Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: 18 x R\$ 220. Valor Total: R\$ 3.960.		
Carga horária: 360 + 60 TCC		

<ul style="list-style-type: none"> • Mídia, Tecnologias e Aprendizagem 30h/ {Geral- Educação} • Fundamentos Filosóficos e Pedagógicos do Ensino Superior 30h/ {Geral- Educação} • Diversidade e Inclusão Educacional 30h/ {Específica } • Teorias do Pensamento Contemporâneo 30h/ {Geral- Educação} • A Psicologia do Comportamento Escolar 30h/ {Geral- Educação} • Metodologia da Pesquisa Científica 30h/ {Geral- Pesquisa} • Dificuldades de Aprendizagem 30h/ {Específica – Outros Segmentos} • Metodologia e Adaptações Curriculares para TDHA 30h/{Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para Altas Habilidades 30h/{Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para o Cego 30h/{Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para Condutas Típicas 30h/{Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para o Deficiente Físico 30h/ {Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para o Deficiente Mental 30h/{Específica –Segmentos} • Metodologia, Intervenção e Adaptações Curriculares para o Surdo/ 30h/ {Específica –Segmentos} • O Contexto Sociais e as Práticas Pedagógicas para “Surdo/Cego”/ 30h/ {Específica –Segmentos}
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Históricos e Filósofos as Educação Pessoal 30h {Específica –Fundamentos} • Aspectos Biológicos do Desenvolvimento Humano 30h {Geral – Educação} • Fundamento Psicológico da Educação Especial 30h {Específica –Fundamentos} • Inclusão – Legislação e Políticas Públicas 30h{Específica –Fundamentos}

Número de disciplinas: 12			<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da Pessoa com Deficiência Motora e Sensorial 30h{Específica –Segmentos} • Inclusão das Pessoas com Deficiência Intelectual, TGD e TDAH. 30h{Específica –Segmentos} • Inclusão da Pessoa com Dificuldade de Linguagem e Aprendizagem 30h {Específica } • Inclusão da Pessoa Superdotado-Altas Habilidades 30h{Específica –Segmentos} • Psicologia do Desenvolvimento 30h {Geral – Educação} • Aspectos Neurológicos das Necessidades Educacionais Especiais 30h {Específica } • Temas Transversais 30h {Específica –Fundamentos} • Tecnologias Assistidas e Acessibilidade 30h {Específica –Fundamentos}
Fonte: http://www.faecpr.edu.br/site/pos.php http://www.faecpr.edu.br/site/documentos/especializao_educacao_especial_contexto_educacao_inclusiva2.pdf			
Data de coleta: 10/03/2014			
Instituição: FAEC		Número: 30	
Código da instituição: 1907			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 2 disciplinas	Específica – 10 disciplinas.	
Cursos: Educação Especial Inclusiva - #			
<p>Objetivo: Refletir sobre os parâmetros educacionais específicos da Educação Especial; Adquirir subsídios teórico-práticos para a educação especial em classes comuns e especiais, articulando reflexão e elaboração teórica às práticas didáticas da educação inclusiva.</p>			<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva {Específica} • Políticas Públicas de Inclusão {Específica –Fundamentos} • Aprendizagem e Desenvolvimento Humano {Geral- Educação} • Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Estimulação Essencial{Específica –Segmentos} • Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Psicomotricidade{Específica –Segmentos} • Deficiência Múltipla{Específica –Segmentos} • Tecnologia Assistiva {Específica – Conhecimento Técnico} • Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/superdotação {Específica –Segmentos} • Adaptações Curriculares {Específica – Conhecimento Técnico} • Avaliação na Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Ludicidade e Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia de Ensino e da Pesquisa {Geral – Pesquisa} <p>Obs.: oferta via “voceespecialista” – UNOPAR(298)</p>
Modalidade: EAD			
Frequência das aulas: *			
Duração: 12 meses.			
Dias de oferta: *			
Valor da mensalidade: 1 x R\$ 2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.			
Carga horária: 400			
Número de disciplinas: 16 + TCC			
Fonte: http://www.uniao.edu.br/Paginas/home.aspx http://voceespecialista.unopar.br/cursos/curso/especializacao-em-educacao-especial-inclusiva			
Instituição: FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA (UNIÃO)		Número: 31	
Código da instituição: 1774			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	

<p>Cursos: A. Atendimento Educacional Especializado – 33d (multifocal) B. Educação Especial com ênfase em deficiência Auditiva – 34d (unifocal) C. Educação Especial com ênfase em Deficiência Física – 35d (unifocal) D. Educação Especial com ênfase em Deficiência Mental – 36d (unifocal) E. Educação Especial com ênfase em Deficiência Mental – 37d (unifocal) F. Educação Inclusiva com ênfase em neurociências – 38d (multifocal) G. Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão – 39d (multifocal) H. Educação Infantil Especial e Transtornos Globais do Desenvolvimento -40d (unifocal)</p>	<p>++++A. Atendimento Educacional Especializado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução a Educação a Distância. {Geral – Educação} • Adaptações Curriculares. {Específica – Conhecimento Técnico} • Deficiência Física. {Específica –Segmentos} • Deficiência Mental. {Específica –Segmentos} • Deficiência Sensorial: Visual. {Específica –Segmentos} • Deficiência Sensorial: Surdez. {Específica –Segmentos} • Deficiência Sensorial: Surdocegueira. {Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do desenvolvimento. {Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/Superdotação. {Específica –Segmentos} • Metodologia da pesquisa. {Geral – Pesquisa} • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). {Específica –Pesquisa} <p>++++B. Educação Especial Com Ênfase Em Deficiência Auditiva (5e e 3g)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução A Educação A Distância. {Geral – Educação} • Escola Inclusiva, Prevenção e Relações Familiares . {Geral – Educação} • Deficiência Visual e Surdocegueira. {Específica –Segmentos} • O surdo e suas relações sociais. {Específica –Segmentos} • Libras (também será gravada de novo). {Específica –Conhecimento Técnico} • Metodologia De Pesquisa. {Geral – Pesquisa} • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). {Específica –Pesquisa} • Desenvolvimento, Aprendizagem e Características dos Transtornos: Cognitivo, Psíquico E Social. {Específica –Segmentos} <p>++++C. Educação Especial com ênfase em Deficiência Física</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução a Educação a Distância. . {Geral – Educação} • Escola Inclusiva, Prevenção e Relações Familiares. {Específica –Segmentos}
<p>Objetivos: A e B. Projetar no espaço de formação acadêmica continuada, possibilidades de ampliação das capacidades de atuação dos Profissionais da Educação e áreas afins através da oferta de recursos teóricos e práticos no que diz respeito à estruturação dos Sistemas Educativos e de Ensino-Aprendizagem em vista do pleno atendimento às múltiplas diversidades de forma a possibilitar ao Profissional subsídio para a construção de ambientes de inclusão. C. Apresenta os conhecimentos necessários para que o aluno possa atuar dentro das organizações de apoio às pessoas com deficiência física e necessidades educacionais especiais. D. Capacitar os profissionais frente à compreensão do papel do educador em relação aos processos para intervir no desenvolvimento integral do indivíduo. Adquirir clareza política e pedagógica sobre as questões educacionais e capacidade de interferir no estabelecimento de novas alternativas pedagógicas e encaminhamentos no processo educativo especial com ênfase na Deficiência Visual. E. Preparar profissionais para intervir no contexto escolar e social, com conhecimentos teórico-metodológicos que permitem o reconhecimento e identificação da deficiência mental. Capacitar à mediação em seus processos de aprendizagem, pautada nos princípios de uma educação que valorize a diversidade humana, fazendo valer o direito à educação para todos. F. Promover o conhecimento de Neurociências associado à Educação Inclusiva/Especial e formar profissionais capazes de intervir como interlocutores, nas diversas áreas de atuação,segundo uma visão multi, inter e transdisciplinar, para atender à pessoa com deficiência em seus direitos sociais e de produtividade. G. Capacitar os profissionais a refletirem, planejarem, executarem e avaliarem práticas, metodologias e recursos educacionais com foco em Educação Inclusiva e Especial.</p>	

<p>H. Capacitar e qualificar profissionais que desejam trabalhar na educação infantil e especial, caracterizando os alunos de inclusão e apresentar recursos educacionais especiais.</p>			<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência Física. {Específica –Segmentos} • Prática Pedagógica em Deficiência Física. {Específica –Segmentos} • Metodologia De Pesquisa. {Geral – Pesquisa} • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). {Específica –Pesquisa} • Desenvolvimento, Aprendizagem e Características dos Transtornos: Cognitivo, Psíquico e Social. {Específica –Segmentos}
<p>Modalidade: EAD (anuncia como semipresencial) (12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19)</p>			
<p>Frequência das aulas: *</p>			
<p>Duração: A. 6 meses/ B. 6 meses / C. 6 meses / D. 6 meses / E. 6 meses / F. 6 meses/ G. 7 meses / H. 7 meses</p>			
<p>Dias de oferta: *</p>			
<p>Valor da mensalidade: 15 x 208 (todos) = 3120</p>			
<p>Carga horária: A. 420h/ B. 360h/ C. 360h/ D. 360h/ E. 360h/ F. 360/ G. 420h/ H. 420h</p>			
<p>Número de disciplinas: 16 + TCC</p>			
<p>Fonte: http://www.faculdadeeficaz.com.br/?c=pos_educacao_lista </p>			
<p>Instituição: FACULDADE EFICAZ Número: 32</p>			
<p>Código da instituição: 14367</p>			
<p>Organização Acadêmica: Faculdade</p>			
<p>Categoria administrativa: Privada</p>			
<p>Conceito institucional: 3</p>		<p>Índice Geral de Curso: 3</p>	
<p>Categoria:</p>	<p>Geral A – 2 Geral B – 3 Geral C – 2 Geral D – 2 Geral E – 3 Geral F – 3 Geral G – 2 Geral H - 4</p>	<p>Específica A – 9 Específica B – 5 Específica C – 5 Específica D – 5 Específica E – 5 Específica F - 4 Específica G – 6 Específica H - 4</p>	<p>++++D. Educação Especial Com Ênfase Em Deficiência Mental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução a Educação a Distância. {Geral – Educação} • Escola Inclusiva, Prevenção da deficiência e Relações Familiares. {Específica –Segmentos} • Altas Habilidades E Superdotação. {Específica –Segmentos} • Deficiência Mental. {Específica –Segmentos} • Metodologia De Pesquisa. {Geral – Pesquisa} • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). {Específica –Pesquisa} • Desenvolvimento, Aprendizagem E Características Dos Transtornos: Cognitivo, Psíquico E Social. {Específica –Segmentos} <p>++++E. Educação Especial Com Ênfase Em Deficiência Visual</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução a Educação a Distância. {Geral – Educação } • Escola Inclusiva, Prevenção e Relações Familiares. {Específica} • Deficiência Visual. {Específica –Segmentos} • Deficiência Visual e Surdocegueira. {Específica –Segmentos}

- Metodologia De Pesquisa. **{Geral – Pesquisa}**
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). **{Específica –Pesquisa}**
- Desenvolvimento, Aprendizagem e Características Dos Transtornos: Cognitivo, Psíquico e Social. **{Específica –Segmentos}**

++++F. Educação Inclusiva com ênfase em Neurociência

- Introdução a Educação a Distância. **{Geral – Educação}**
- Educação Inclusiva e Legislação em Educação Especial. **{Específica –Fundamentos}**
- Neurociências e Aprendizagem. **{Geral – Educação}**
- Adaptações Curriculares. **{Específica –Conhecimento Técnico}**
- Desenvolvimento Neurológico, Aprendizagem e Caract. dos Transtornos. **{Específica –Segmentos}**
- Aprendizagem Motora e Neuroplasticidade. **{Geral – Educação}**
- Metodologia de Pesquisa. **{Geral – Pesquisa}**
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). **{Específica –Pesquisa}**

++++G. Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão

- Introdução a Educação a Distância. **{Geral – Educação}**
- Metodologia de Pesquisa. **{Geral – Pesquisa}**
- Libras. **{Específica –Conhecimento Técnico}**
- Educação Inclusiva e Legislação em Educação Especial. **{Específica –Fundamentos}**
- Adaptações Curriculares. **{Específica –Conhecimento Técnico}**
- Escola Inclusiva, Prevenção e Relações Familiares. **{Específica}**
- Desenvolv., Aprendizagem e Caract. dos Transtornos: Cognitivo, Psíquico e Social. **{Específica –Segmentos}**
- Trabalho de conclusão de Curso (TCC). **{Específica –Pesquisa}**

++++H. Educação Infantil Especial e Transtornos Globais

- Introdução a Educação a Distância. **{Geral – Educação}**
- Metodologia de Pesquisa. **{Geral – Pesquisa}**
- Educação Especial e Legislação. **{Específica –Fundamentos}**
- Adaptações Curriculares: Os Tipos de Necessidades Especiais. **Específica –Segmentos}**
- Teorias e Práticas da Educação Infantil. **{Geral – Educação}**

	<ul style="list-style-type: none"> • Teorias e Práticas da Psicomotricidade. {Geral – Educação} • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). {Específica –Pesquisa} • Desenvolvimento, Aprendizagem e Caract. dos Transtornos: Conectivo, Psíquico e Social. {Específica –Segmentos} 						
<p>Curso: Fundamentos Teórico- Metodológicos em Educação Especial e Educação Infantil – 41d (multifocal)</p> <p>Objetivo: Propiciar a construção de aprendizagens significativas para profissionais da Educação Infantil e Educação Especial, visando o comprometimento da prática educacional capaz de considerar o conhecimento prévio, advindos das experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão inseridas e transformá-lo em uma nova aprendizagem, expressiva e ampla, predisposta com as diversas linguagens a que têm acesso e a faixa etária em que a criança se encontra.</p> <p>Modalidade: presencial (23)</p> <p>Frequência das aulas: sábados/semanais (12)</p> <p>Duração: 12 meses.</p> <p>Dias de oferta: *</p> <p>Valor da mensalidade: 18 x R\$250. Valor Total: R\$4.500.</p> <p>Carga horária: 420</p> <p>Número de disciplinas: 14</p> <p>Fonte: http://www.fafipa.org/index.php</p> <p>Data da coleta: 14/04/2014</p> <p>Instituição: FAFIPA Número: 33</p> <p>Código da instituição: 75</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Pública</p> <table border="1" data-bbox="174 1145 846 1220"> <tr> <td colspan="2">Conceito institucional: -</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral – 6 disciplinas</td> <td>Específica – 8 disciplinas.</td> </tr> </table>	Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3	Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 8 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil e na Educação Especial {Específica } • Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil e na Educação Especial {Específica } • Políticas Públicas em Educação Infantil e Educação Especial {Específica -fundamentos} • O lúdico, a narrativa e o desenho na Educação Infantil e na Educação Especial {Específica } • Metodologia de Pesquisa {Geral – Pesquisa} • Psicologia da Aprendizagem {Geral – Educação} • Fundamentos Metodológicos e Currículo da Educação Infantil {Geral – Educação} • Psicomotricidade {Geral – Educação} • Literatura Infantil {Geral – Educação} • Alfabetização {Geral – Educação} • Didática e Metodologia do Distúrbio Auditivo (LIBRAS) {Específica – Conhecimento Técnico} • Atendimento Educacional - Área de Deficiência Visual {Específica –Segmentos} • Atendimento Educacional - Área do Distúrbio Neuromotor {Específica –Segmentos} • Hiperatividade, TDAH{Específica –Segmentos}
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3					
Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 8 disciplinas.					

Cursos: Educação Especial Inclusiva – 42d (multifocal)		
Modalidade: Presencial (24)		
Frequência das aulas: *		
Duração: 12 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 1 x 2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 10		
Fonte: http://www.fafiu.br/pos2014/folder.pdf		
Instituição: FAFIUV Número: 34		
Código da instituição: 687		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa:		
Conceito institucional: -	Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 4 disciplinas	Específica – 6 disciplinas.
Cursos: Educação Inclusiva - #		
Objetivos: Identificar o processo de exclusão educacional do portador de necessidades educacionais especiais no contexto da diversidade social. Aplicar pressupostos teóricos da prática educativa na área de educação inclusiva. Aprofundar o conhecimento das características de aprendizagem de indivíduos com necessidades educacionais especiais, criando condições para propor ações nas áreas das deficiências, das altas habilidades e das dificuldades de aprendizagem.		
Modalidade: EAD		
Frequência das aulas: *		
Duração: 18 meses.		
Dias de oferta: *		
Valor da mensalidade: 18 x R\$270. Valor Total: R\$ 4.860.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 12		
Fonte: http://www.fgu.edu.br/ http://www.uniesp.edu.br/ead/cursos-pos-graduacao.asp		
Instituição: FGU Número: 35		
Código da instituição: 1938		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: 3	
	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Filosóficos, legais e conceituais em Educação Especial e Inclusiva{Específica –Fundamentos} • Bases neurológicas e aprendizagem {Geral – Educação} • Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual e Braille{Específica –Segmentos} • Educação da pessoa com surdez e com Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Fundamentação da Educação da pessoa com deficiência física{Específica –Segmentos} • Dificuldade e distúrbios de aprendizagem: avaliação e diagnóstico{Específica –Segmentos} • Intervenções pedagógicas {Geral – Educação} • Metodologia da Pesquisa {Geral – Pesquisa} • Didáticas do Ensino Superior {Geral – Educação} 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos Sociais e Inclusão – 30h {Específica } • Deficiência Auditiva/Surdez e Surdocegueira – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Deficiência Múltipla – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual e Altas Habilidades – 30h{Específica –Segmentos} • Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento – 30h{Específica –Segmentos} • Tendências Atuais da Educação – 30h {Geral – Educação} • Metodologia da Educação à Distância – 30h{Geral} • Metodologia do Trabalho Científico – 30h {Geral – Pesquisa} • Psicologia do Desenvolvimento – 30h {Geral – Educação} • Problemas de Aprendizagem – 30h {Geral – Educação} • Psicologia do Comportamento Infantil – 30h {Geral – Educação} • Sistemas e Processos de Avaliação – 30h {Geral – Educação} 	
	OBS.: Atenção, curso da UNIESP.	

Categoria:	Geral – 7 disciplinas	Específica – 5 disciplinas.	
Cursos: Atendimento Educacional Especializado – 43d (multifocal)			<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva {Específica –Fundamentos} • Atendimento Educacional Especializado {Específica – AEE} • Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Deficiência Física{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/Superdotação{Específica –Segmentos} • Seminário de Pesquisa {Específica – Pesquisa} • Gestão de Pessoas {Geral - Aleatória} • Novas tecnologias aplicadas a Educação {Geral – Educação} • Desafios contemporâneos e suas manifestações {Geral - Aleatória} • Metodologia da pesquisa{Geral – Pesquisa} • Ética { Geral - Aleatória} • Saúde e trabalho { Geral - Aleatória}
Modalidade: presencial (25)			
Frequência das aulas: quinzenais (11)			
Duração: 182 meses.			
Dias de oferta: sábados			
Valor da mensalidade: 18 x R\$261. Valor Total: R\$ 4.698.			
Carga horária: 360			
Número de disciplinas: 15			
Fonte:			
http://www.faculdadeguairaca.edu.br/pos/atendimento-educacional/			
Data de coleta: 14/04/2014			
Instituição: FACULDADE GUAIRACÁ (FAG) Número: 36			
Código da instituição: 3797			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 9 disciplinas.	
Cursos:			
A. Educação Especial: atendimento às necessidades educacionais especiais – 44d (multifocal)			
B. Educação Especial: Deficiência Intelectual – 45d			
C. Educação Especial: área da Surdez – Libras – 46d			
<p>a. Proporcionar formação básica para a atuação docente diante das pessoas com necessidades educacionais especiais, integradas ou que serão incluídas no sistema regular de ensino, nos termos da legislação vigente.</p> <p>b. Capacitar os profissionais para avaliar as necessidades educacionais especiais e serem capazes de atender cada caso com procedimentos requeridos.</p> <p>c. Capacitar professores e demais profissionais para o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à LIBRAS Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, como segunda língua, visando a inclusão responsável de educandos surdos no contexto geral da educação.</p>			
Modalidade: EAD (20, 21, 22)			
Frequência das aulas: *			
Duração: 12 meses			
Dias de oferta:*			
Valor da mensalidade: 12 x 220			
			<p>++++A. Educação Especial: atendimento às necessidades educacionais especiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altas Habilidades / Superdotação no Contexto da Educação Inclusiva{Específica –Segmentos} • Bases Neuropsicológicas da Aprendizagem {Geral – Educação} • Desenvolvimento Psicomotor da Criança com Necessidades Especiais {Específica} • Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem {Específica – segmentos} • Educação Psicomotora para Crianças com Necessidades Especiais {Específica} • Estratégias de Intervenção da Família no Processo de Inclusão {Específica} • Metodologia do Trabalho Científico{Geral – Pesquisa} • O Trabalho com Alunos com Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • O Trabalho com Alunos com Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • O Trabalho com Alunos com Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Políticas, Leis e Programas Governamentais da Educação Inclusiva{Específica –Fundamentos} • Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Geral – Educação} • Psicomotricidade e Educação Especial {Específica} • Sala de Recursos Multifuncionais e O AEE {Específica - AEE} • Trabalho com Alunos com Deficiência Física Neuromotora {Específica –Segmentos} • Transtornos Globais do Desenvolvimento {Específica –Segmentos} • Importância da Psicomotricidade na Aquisição de Habilidades Necessárias para Crianças com Necessidades Especiais {Específica}

Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 15		
Fonte: http://www.faculdadeiguacu.com.br/posgraduacao/cursos/index/Educacao/page:1		
Data de coleta:		
Instituição: Faculdade Iguaçu – FI Número: 37		
Código da instituição: 3797		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral A – 2 Geral B – 2 Geral C - 1	Específicas A – 14 Específicas B – 9 Específicas C - 11
<p>B. Educação Especial: Deficiência Intelectual</p> <ul style="list-style-type: none"> • Currículo Escolar, Avaliação da Aprendizagem e Deficiência Intelectual: Análise na Perspectiva Inclusiva {Específica –Segmentos} • Desenvolvimento Psicomotor da Criança com Necessidades Especiais {Específica} • Distúrbios de Aprendizagem e Transtornos Globais do Desenvolvimento {Específica –Segmentos} • Educação Especial: Fundamentos e Políticas Públicas {Específica –Fundamentos} • Estimulação Essencial {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia do Trabalho Científico {Geral – Pesquisa} • Neurociências e Aprendizagem {Geral –Educação} • O Ensino da Língua Portuguesa para o Deficiente Intelectual {Específica –Segmentos} • O Ensino da Matemática para o Deficiente Intelectual {Específica –Segmentos} • Práticas Educacionais Voltadas às Crianças com Deficiência Intelectual {Específica –Segmentos} • Relação Escola, Família e Comunidade no Atendimento aos Alunos com Deficiências {Específica} <p>C. Educação Especial: area da Surdez - Libras</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Língua Brasileira de Sinais: Aspectos Lingüísticos {Específica – Conhecimento Técnico} • Aprendizagem do Português Escrito para Surdos {Específica } • Aspectos Biológicos da Surdez {Específica } • Desenvolvimento Psicomotor da Criança com Deficiência Auditiva {Específica –Segmentos} • Educação Bilíngüe para Surdos {Específica –Segmentos} • História da Educação dos Surdos e Fundamentação Legal {Específica –Fundamentos} • Libras I {Específica – Conhecimento Técnico} • Libras II {Específica – Conhecimento Técnico} • Libras III {Específica – Conhecimento Técnico} • Libras IV {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia do Trabalho Científico {Geral – Pesquisa} • Práticas de Tradução e Interpretação em LIBRAS {Específica – Conhecimento Técnico} 		
Cursos: Educação Especial – 47d		
Modalidade: presencial (26)		
Frequência das aulas: quinzenais (12)		
Duração: 12 meses.		
Dias de oferta: sábados		
Valor da mensalidade: 18 x R\$143. Valor Total: R\$2.574.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 20		
Fonte: http://www.grupointegrado.br/porta/		
<p>Módulo I – Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Educação e o Professor - Aspectos Introdutórios {Geral –Educação} • A Educação no Contexto Contemporâneo {Geral –Educação} • Aplicação da qualidade no ambiente educacional {Geral –Educação} • Prática da oralidade {Geral –Educação} • Liderança e gestão multiambiental {Geral - Aleatória } • Fundamento histórico para a compreensão da escola {Geral –Educação} 		

Data de coleta:		<p>Módulo II - Educação Especial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização e Prevenção das Deficiências - Etiologia{Específica –Segmentos} • Transtornos Globais: Frágil, Asperge, Autismo e Altas habilidades{Específica –Segmentos} • Caracterização e Atendimento Educacional - Área Sensório-visual{Específica –Segmentos} • Avaliação na Educação Especial e Ensino Regular {Específica} • Caracterização e Atendimento Educacional - Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Caracterização e Atendimento Educacional - Área Sensório-auditiva{Específica –Segmentos} • Caracterização e Atendimento Educacional - Área Sensorial Física{Específica –Segmentos} • Metodologia dos Jogos e das Brincadeiras Adaptadas {Específica} <p>Módulo III - Língua Brasileira de Sinais</p> <ul style="list-style-type: none"> • LIBRAS I - Formação de Palavras {Específica – Conhecimento Técnico} • LIBRAS II - Estrutura de Sentenças em Libras {Específica – Conhecimento Técnico} • LIBRAS III - Formação do Profissional Interprete em Libras {Específica – Conhecimento Técnico} <p>Módulo IV - Pesquisa e Docência do Ensino Superior</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto: Metodologia de Pesquisa Científica{Geral – Pesquisa} • Docência no Ensino Superior {Geral –Educação} • Seminários em Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} 	
Instituição: FACULDADE INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO (CEI) Número: 38			
Código da instituição: 1078			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3			
Índice Geral de Curso: 3			
Categoria:	Geral – 8 disciplinas		Específica – 12 disciplinas.
Objetivos:			
Cursos: Educação Especial Inclusiva - #			<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva {Específica} • Políticas Públicas de Inclusão {Específica –Fundamentos} • Aprendizagem e Desenvolvimento Humano {Geral- Educação} • Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Estimulação Essencial{Específica –Segmentos} • Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Psicomotricidade{Específica –Segmentos} • Deficiência Múltipla{Específica –Segmentos} • Tecnologia Assistiva {Específica – Conhecimento Técnico} • Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/superdotação {Específica –Segmentos} • Adaptações Curriculares {Específica – Conhecimento Técnico} • Avaliação na Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico}
Modalidade: EAD			
Frequência das aulas: *			
Duração: 12 meses.			
Dias de oferta: *			
Valor da mensalidade: 1 x R\$2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.			
Carga horária: 400			
Número de disciplinas: 16 + TCC			
Fonte: http://www.facinor.br/ site2013/ http://voceespecialista.unopar.br/cursos/curso/especializacao-em-educacao-especial-inclusiva/			
Data de coleta:			
Instituição: FACINOR Número: 39			
Código da instituição: 1577			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: -			
Índice Geral de Curso: 3			
Categoria:	Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	

	<ul style="list-style-type: none"> • Ludicidade e Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia de Ensino e da Pesquisa {Geral – Pesquisa} <p>Obs.: oferta via “voceespecialista” – UNOPAR(298)</p>						
<p>Cursos: Educação Inclusiva -48d</p> <p>Modalidade: Presencial (27)</p> <p>Frequência das aulas: depende da forma que o aluno organizar o curso.</p> <p>Duração: 12 meses.</p> <p>Dias de oferta: sábados/semanais (13)</p> <p>Valor da mensalidade: 24 X R\$ 200. Valor Total: R\$ 4.800.</p> <p>Carga horária: 360 + TCC</p> <p>Número de disciplinas: 36 + TCC</p> <p>Fonte: http://posflex.falurb.edu.br/home/informacoes</p> <p>Data de coleta:</p> <p>Instituição: FALURB Número: 40</p> <p>Código da instituição: 2312</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <table border="1" data-bbox="174 738 846 815"> <tr> <td>Conceito institucional: 3</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> <tr> <td>Categoria:</td> <td> <table border="1"> <tr> <td>Geral – não classificável.</td> <td>Específica – aleatório.</td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: 3	Categoria:	<table border="1"> <tr> <td>Geral – não classificável.</td> <td>Específica – aleatório.</td> </tr> </table>	Geral – não classificável.	Específica – aleatório.	<p style="text-align: right;">Disciplinas específicas</p> <p>Cenários Econômicos, Políticos e Sociais do Brasil Contação de Histórias Filosofia da Educação Didática Moderna Planejamento Estratégico na Educação Bullying e seu Enfrentamento Linguagens e Mídias Atuais Comportamento Organizacional Psicologia da Criança Recreação Infantil Comunicação e Expressão Metodologia do Ensino Superior (Edu) {Geral – Pesquisa} Internet Educativa O Estudo da Religião no Contexto Escolar Alfabetização e Letramento Religião, Religiosidade e Educação Epistemologia – A Construção do Conhecimento Construção da Auto-estima Psicologia do Adolescente Metodologia de Ensino Para Alunos com Deficiência Auditivo – {Específica – Segmentos} Estatística Aplicada à Educação Tecnologia da Educação Oratória e Persuasão Jogos Como Estímulo Cognitivo Construção do Projeto Pedagógico Metodologia de Ensino Para Alunos com Deficiência Intelectual – {Específica – Segmentos} Família, Escola e Sucesso Escolar Desenvolvimento do Raciocínio Lógico Educação Para o Empreendedorismo Uso Pedagógico do Teatro Distúrbios de Aprendizagem – {Específica – Segmentos} Pesquisa no Espaço Escolar Desenvolvimento da Interpretação de Problemas Música na Educação Organização Pedagógica na Educação Especial Teorias Pedagógicas Contemporâneas Resolução de Problemas e Tomada de Decisões Libras – Língua de Sinais Brasileira Psicopedagogia: Avaliação e Diagnóstico</p>
Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: 3						
Categoria:	<table border="1"> <tr> <td>Geral – não classificável.</td> <td>Específica – aleatório.</td> </tr> </table>	Geral – não classificável.	Específica – aleatório.				
Geral – não classificável.	Específica – aleatório.						
<p>Metodologia: pós-flex – o aluno monta a matriz curricular. Explicar.</p> <p>Uma pós flexível, que valoriza a autonomia do aluno, permitindo-lhe escolher as disciplinas e áreas que mais lhe interessam;</p> <p>Uma pós-graduação acessível, no preço e no formato;</p> <p>Uma forma de permitir ao aluno adaptar o seu calendário ao curso, e vice versa;</p> <p>Uma pós-graduação mais aprofundada, por oferecer uma gama maior de disciplinas em sua área de interesse;</p> <p>Uma metodologia dinâmica, com disciplinas de 10 horas/aula.</p> <p>Primeiro você deverá escolher a opção "Matricule-se já" e "Matricule-se para a Pós-Graduação". Depois escolha a cidade onde irá cursar e clique em "Avançar". Em seguida marque o curso desejado e clique novamente em "Avançar".</p> <p>Após clicar no curso, abrirá uma outra janela com disciplinas chamadas “Básicas”, comuns a todos os cursos da pós. Destas, você deverá escolher 11(na barra superior você acompanhará quantas disciplinas já selecionou) . Se houver interesse em mais alguma das outras disciplinas, não se preocupe, pois elas serão ofertadas novamente, como disciplinas optativas. Clique em avançar somente depois de escolher as 11 disciplinas. Para ver as disciplinas do próximo ano clique no ano no canto direito da tela e para retornar clique no canto esquerdo. Você escolherá as aulas de acordo com o</p>							

<p>dia em que cada uma será ofertada. Elas estarão em destaque. Clicando na disciplina aparecerá uma ementa, com os principais conteúdos a serem estudados, e um link para a plataforma Lattes, onde você poderá ver o currículo do professor que ministrará a disciplina. Também aparecerá uma sugestão bibliográfica.</p> <p>Quando tiver concluído esse processo, nova tela se abrirá, com um grupo de disciplinas específicas do curso escolhido. Destas, você deverá escolher 22, seguindo o mesmo processo da escolha anterior. Depois de escolhidas as 22 clique em "Avançar".</p> <p>Nesse momento, você já terá montado uma grade com 330 horas. Faltam ainda 110 horas, ou seja, 11 disciplinas, para completar a carga mínima do seu curso. Essas podem ser escolhidas dentre todas as outras que são oferecidas pela Pós-Flex. Você terá, então, dezenas de disciplinas ainda disponíveis, incluindo, lembramos, as que você descartou nas duas primeiras escolhas. Assim, você tem a opção de se aprofundar ainda mais no curso desejado, ou diversificar, conforme suas necessidades ou áreas de interesse. Ao concluir sua matrícula, você terá um relatório contendo a data, a disciplina e o professor de cada módulo ao qual deverá comparecer. Neste relatório o aluno poderá consultar as notas das disciplinas cursadas. Nos dias anteriores a cada módulo, você poderá acessar sua matrícula com login e senha e baixar o material da próxima aula disponibilizada pelo(a) professor(a). Lembramos que cada disciplina tem a sua avaliação, e que a nota do aluno constará, depois, em seu certificado.</p>	<p>Metodologia de Ensino Para Alunos com Deficiência Visual {Específica – Segmentos} Novas Abordagens em Biologia Legislação e Políticas Públicas em Educação {Específica – Fundamentos} Gestão de Eventos em Instituições de Ensino O Ensino das Ciências nas Séries Iniciais Documentação Escolar Estímulos à Criatividade e Inovação Legislação e Políticas da Educação Especial {Específica – Fundamentos} Cada disciplina tem 10 horas.</p> <p style="text-align: right;">Disciplinas básicas</p> <p>Educação Ambiental Educação Financeira Elaboração e Gestão de Projetos Estatística Aplicada Ética, Cidadania e Responsabilidade Social IDPP – Instituição de Direito Público e Privado Legislação Trabalhista Marketing Pessoal e de Relacionamento Metodologia de Pesquisa Científica {Geral – Pesquisa} Metodologia do Ensino Superior {Geral – Pesquisa} Motivação e Liderança Novas Tendências para o Cenário Econômico Sistemas de Informação Gerencial Teorias da Administração Avaliação Escolar Consumo Consciente e Educação Financeira Desenvolvimento Cognitivo, Afetivo e Motor do Aluno Disciplina Escolar Educação e o Mundo do Trabalho Elaboração de Projetos Ética e Cidadania Meio Ambiente O Estatuto da Criança e do Adolescente Orientação Sexual na Escola Planejamento Escolar Pluralidade Cultural e Religiosa Relacionamento Interpessoal e Resolução de Conflitos Responsabilidade Social Saúde, Higiene e Segurança na Escola Metodologia de Pesquisa Científica (Edu) {Geral – Pesquisa} Desenvolvimento Regional DR</p>
---	---

<p>Cursos: Educação Especial Inclusiva - #</p> <p>Modalidade: EAD</p> <p>Frequência das aulas: *</p> <p>Duração: 12 meses.</p> <p>Dias de oferta: *</p> <p>Valor da mensalidade: 1 x R\$2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.</p> <p>Carga horária: 400</p> <p>Número de disciplinas: 16 + TCC</p> <p>Fonte: http://www.faculdadepitagoras.com.br/Paginas/home.aspx</p> <p>Data de coleta:</p> <p>Instituição: FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA Número: 40</p> <p>Código da instituição: 1632</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <table border="1" data-bbox="183 719 837 794"> <tr> <td>Conceito institucional: 4</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> <tr> <td>Categoria: Geral – 2 disciplinas</td> <td>Específica – 14 disciplinas.</td> </tr> </table> <p>Metodologia: vide em Unopar.</p>	Conceito institucional: 4	Índice Geral de Curso: 3	Categoria: Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva {Específica} • Políticas Públicas de Inclusão {Específica –Fundamentos} • Aprendizagem e Desenvolvimento Humano {Geral- Educação} • Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Estimulação Essencial{Específica –Segmentos} • Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Psicomotricidade{Específica –Segmentos} • Deficiência Múltipla{Específica –Segmentos} • Tecnologia Assistiva {Específica – Conhecimento Técnico} • Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/superdotação {Específica –Segmentos} • Adaptações Curriculares {Específica – Conhecimento Técnico} • Avaliação na Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Ludicidade e Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia de Ensino e da Pesquisa {Geral – Pesquisa} <p>Obs.: oferta via “voceespecialista” – UNOPAR(298)</p> <p>OBS.: Faculdade de Tecnologia Pitágoras - Unidade Londrina (4869)</p>
Conceito institucional: 4	Índice Geral de Curso: 3				
Categoria: Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.				
<p>Cursos: Educação Especial: atendimento às necessidades especiais – 49d</p> <p>Modalidade: Presencial (28)</p> <p>Frequência das aulas: Quinzenal (13)</p> <p>Duração: 8 meses.</p> <p>Dias de oferta: sábados (ocasionalmente aos domingos)</p> <p>Valor da mensalidade: 14 x R\$ 180. Valor Total: R\$ 2.520.</p> <p>Carga horária: 360</p> <p>Número de disciplinas: 15</p> <p>Fonte: http://www.univale.com.br/unisite/noticia.php?not=116</p> <p>Data de coleta:</p> <p>Instituição: FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IVAÍ Número: 42</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e políticas da educação especial{Específica –Fundamentos} • Psicologia evolutiva: cognitivismo, psicanálise e sociointeracionismo {Geral – Educação} • Aspectos neurológicos dos processos de aprendizagem {Geral – Educação} • O brincar no contexto da educação inclusiva {Específica} • Metodologia da ação docente: área da surdez{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da visão{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência física{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: área da deficiência mental/intelectual{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: altas habilidades/superdotação{Específica –Segmentos} • Metodologia da ação docente: transtornos globais do desenvolvimento{Específica –Segmentos} 				

Código da instituição: 3688			<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento educacional especializado: sala de recursos {Específica – AEE} • Avaliação e intervenção educacional {Geral – Educação} • Procedimentos pedagógicos para inclusão {Específica} • Tópicos especiais em educação {Geral – Educação} • Metodologia da pesquisa científica {Geral – Pesquisa} • Trabalho de conclusão de curso – monografia {Específica – Pesquisa}
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 4	
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 12 disciplinas.	
Metodologia:			
Cursos: Educação Especial e Inclusiva – 50d			
Objetivos: subsidiar teoricamente reflexões sobre a Educação Especial, no sentido de suscitar debates, provocar a busca de novas alternativas de trabalho viabilizando uma atuação pedagógica efetiva com vistas a vivência de uma concepção de educação inclusiva.			
Modalidade: Presencial (29)			
Frequência das aulas: Quinzenal (14)			
Duração: 18 meses.			
Dias de oferta: sábados (ocasionalmente aos domingos)			
Valor da mensalidade: 22 x R\$225. Valor Total: R\$ 4.950.			
Carga horária: 360 + 50 TCC			
Número de disciplinas: 22			
Fonte: http://www.faculdadeespirita.com.br/cursos/pos-graduacao/ed.-especial-e-inclusiva			
Data de coleta:			
Instituição: FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA (FIES)			
Número: 43			
Código da instituição: 1125			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 8 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	
Metodologia:			
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Históricos da Educação Especial e Inclusiva -15h{Específica –Fundamentos} • Políticas Públicas na Educação Especial e Inclusiva – 20h{Específica –Fundamentos} • Psicologia do desenvolvimento – 15h {Geral – Educação} • Teorias da Aprendizagem: Wallon, Vigotski, Piaget – 20h {Geral – Educação} • Metodologia Científica da Pesquisa – 30h{Geral – Pesquisa} • Deficiência: características biopsicossociais e etiológicas – 15h {Específica} • Avaliação e encaminhamento da Educação Especial – 20h {Específica} • Fundamentos neuropsicológicos – 15h {Geral – Educação} • Surdez – 20h{Específica –Segmentos} • Cegueira – 20h{Específica –Segmentos} • Deficiência Física – 20h{Específica –Segmentos} • Estratégias de inclusão do educando com Déficit Intelectual – DI e TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade/ Autismo – 15h{Específica –Segmentos} • Estratégias de inclusão do educando com Altas Habilidades – 15h{Específica –Segmentos} • Relação família-escola – 15h {Geral – Educação} • Educação em Valores Humanos – 10h {Geral – Educação} • Condutas Típicas – TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento – 20h {Específica –Segmentos} • Dificuldades de Aprendizagem – 15h {Específica –Segmentos} • Profissionalização e Integração Social de jovens e adultos com Dificuldades Educativas Especiais -15h {Específica } • Didática do Ensino Superior – 30h {Geral –Educação} • Metodologia do Ensino Superior – 30h{Geral – Pesquisa} 			

	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas Multidisciplinares: Produção de materiais de apoio – 30 {Específica – Conhecimento Técnico } • Seminários – 05h {Específica – Conhecimento Técnico } 				
<p>Cursos: Educação Especial e Inclusiva – 51d</p> <p>Objetivos: a)Estudar as bases teórico metodológicas para atuação na Educação Especial e Inclusiva, articulada à produção de novos conhecimentos aplicados ao ensino e a pesquisa; b)Capacitar profissionais para o exercício da docência, na promoção de uma educação inclusiva que garanta o ingresso, a permanência e o sucesso da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais; c)Fornecer subsídios aos profissionais para que atuem de forma consciente e adequada na organização do trabalho pedagógico, dando ênfase as metodologia de ensino, avaliação e aos processos de intervenção dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Modalidade: Presencial (30)</p> <p>Frequência das aulas: Quinzenal (15)</p> <p>Duração: 18 meses.</p> <p>Dias de oferta: sábados (ocasionalmente aos domingos)</p> <p>Valor da mensalidade: 18 x R\$ 350. Valor Total: R\$ 6.300.</p> <p>Carga horária: 375</p> <p>Número de disciplinas: 15</p> <p>Fonte: https://www.fasul.edu.br/pos/cursos/curso=111</p> <p>Data de coleta: 01/04/2014</p> <p>Instituição: FACULDADE SUL BRASIL (FASUL) - Número: 44</p> <p>Código da instituição: 1612</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <table border="1" data-bbox="174 938 846 1018"> <tr> <td>Conceito institucional: 3</td> <td>Índice Geral de Curso: 3</td> </tr> <tr> <td>Categoria: Geral – 1 disciplina</td> <td>Específica – 13 disciplinas.</td> </tr> </table>	Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: 3	Categoria: Geral – 1 disciplina	Específica – 13 disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicações e Inovações Tecnológicas em Educação Especial – 20h {Específica – Conhecimento Técnico } • Educação Inclusiva e Relações Familiares – 20h {Específica } • Estágio Supervisionado I – 20h {Específica –Estágio} • Estágio Supervisionado II – 40h {Específica –Estágio} • Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva – 30h {Específica –Fundamentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção de altas habilidades e superdotação – 20h{Específica –Segmentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Área Auditiva – 30h{Específica –Segmentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Área Intelectual – 30h{Específica –Segmentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Área Neuromotora – 30h{Específica –Segmentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Área Visual – 30h {Específica –Segmentos} • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Transtornos Específicos – 20h {Específica } • Metodologia, Avaliação e Intervenção: Transtornos Globais – 20h Neuropedagogia – 30h {Específica –Segmentos} • Processo de Ensino Aprendizagem – 20h {Geral – Educação} • Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – 15h {Específica - Pesquisa}
Conceito institucional: 3	Índice Geral de Curso: 3				
Categoria: Geral – 1 disciplina	Específica – 13 disciplinas.				
<p>Cursos: Educação Especial, Inclusão e Libras – 52d</p> <p>Objetivos: a formação de profissionais capacitados a atuarem na Educação Especial e Inclusão Escolar nos diversos níveis de ensino.</p> <p>Modalidade: Presencial (31)</p> <p>Frequência das aulas: Quinzenal (16)</p> <p>Duração: 12 meses.</p> <p>Dias de oferta: sábados</p> <p>Valor da mensalidade: 15 x R\$ 199. Valor Total: R\$2.985.</p> <p>Carga horária: 360 + 48 TCC</p> <p>Número de disciplinas: 19</p> <p>Fonte: http://www.faculdadeunicampo.com.br/</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos Filosóficos e Políticos da Educação Especial e Inclusiva{Específica –Fundamentos}. -TGD - Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} -Inclusão Escolar {Específica} -Transtorno, Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem {Específica –Segmentos} -Tendências Atuais de Educação e educação Inclusiva {Geral –Educação} -Organização do Trabalho Pedagógico {Geral –Educação} -Metodologia Científica I{Geral – Pesquisa} 				

http://institutomakrouniao.com.br/novo/2009/curso.php?subgrupo=45&tipo=pos			-Organização do Trabalho Pedagógico na Área das Altas Habilidades/Superlotação{ Específica – Segmentos }
Data de coleta:			-Organização do Trabalho Pedagógico na Área de Surdo Cegueira{ Específica – Segmentos }
Instituição: FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO			-Organização do Trabalho Pedagógico na Área de Deficiência Intelectual{ Específica – Segmentos }
Número: 45			-Processo de Aquisição da Linguagem { Geral – Educação }
Código da instituição: 12766			-Organização do Trabalho Pedagógico na Área de Deficiência Visual{ Específica – Segmentos }
Organização Acadêmica: Faculdade			-O Papel do Interprete de LIBRAS { Específica – Conhecimento Técnico }
Categoria administrativa: Privada			-Metodologia Científica II{ Geral – Pesquisa }
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	-Organização do Trabalho Pedagógico na Área da Área da Surdez{ Específica – Segmentos }
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	-AEE - Atendimento Educacional Especializado { Específica – AEE }
			-Organização do Trabalho Pedagógico na Deficiência Física, Neuromotora e nas Múltiplas Deficiências{ Específica – Segmentos }
			-Avaliação no Contexto Escolar: Identificação das Necessidades Educacionais Especiais { Específica }
			-Libras-Língua Brasileira de Sinais-Nível Básico { Específica – conhecimento técnico }
Cursos: Educação Especial – 53d			<ul style="list-style-type: none"> • A Educação Inclusiva no Brasil 20h {Específica – Fundamentos}
Objetivo: desenvolver competências percebendo o sujeito a partir de sua singularidade e respeitando a diversidade de forma humanística e democrática. Dessa forma, contribuir na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento global do indivíduo.			<i>Ementa: Conceituação de inclusão. Histórico e evolução da educação inclusiva do Brasil. Documentos internacionais e a garantia do direito dos excluídos. Legislação educacional brasileira, gênese e evolução das escolas especiais no Brasil: dever do estado e alternativas de solução da sociedade organizada. Políticas públicas da educação especial na perspectiva de educação inclusiva. Resultado para o participante: Analisar a legislação educacional e a oferta de atendimento escolar de educação especial em diferentes períodos da história brasileira. Conquistas inclusivas.</i>
Modalidade: Presencial (32)			<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia Assistiva e Recursos Utilizados na Inclusão 20h {Específica – Conhecimento Técnico}
Frequência das aulas: Quinzenal (17)			<i>Ementa: As tecnologias da informação e comunicação (TIC), sua classificação, tipologias e aplicações nas organizações educacionais; modelos e tecnologias educacionais inclusivas; análise e avaliação crítica das alternativas disponíveis às pessoas com necessidades especiais(ferramentas, serviços, ambientes, redes). Resultado para o participante: Identificar as principais tecnologias de comunicação e informação aplicadas às pessoas com necessidades especiais, avaliando-as criticamente e integrando-as às estratégias da organização educacional.</i>
Duração: 18 meses			<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de Jogos e Brincadeiras Adaptados 20h {Específica}
Dias de oferta: terças e quintas (noite)			<i>Ementa: Teoria e conceitos dos jogos aplicados à educação especial. Considerações sobre criatividade, utilização do jogo como ferramenta de desenvolvimento. Jogos e brincadeiras adaptadas. Resultado para o participante: Utilizar jogos e atividades lúdicas na educação especial.</i>
Valor da mensalidade: 17 x R\$332,59. Valor Total: R\$ 5.654,03.			<ul style="list-style-type: none"> • Opativas 60h
Carga horária: 380 + 60 TCC			<i>Ementa: As disciplinas optativas serão definidas em entrevista com o coordenador do curso.</i>
Número de disciplinas: 14			<ul style="list-style-type: none"> • Pensamento Científico em Ambiente Educacional 40h {Geral – Educação}
Fonte: http://www.fae.edu/cursos/?cid=76950922			<i>Ementa: Evolução do conhecimento humano; essência do método científico; Atividade de pesquisa nas tendências positivista, fenomenológica e dialética e suas correspondentes abordagens: quantitativas e qualitativas; dados primários e secundários; indicadores e informações educacionais; técnicas para coleta de dados primários e métodos para analisá-los; aspectos éticos na coleta e uso da informação. Estruturação do trabalho de conclusão de curso. Resultado para o participante: Inserir o pensamento científico na elaboração de projetos e produção de conhecimento na área de estudo.</i>
Data de coleta:			
Instituição: FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO (FAE) Número: 46			
Código da instituição: 715			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 4		Índice Geral de Curso: 4	
Categoria:	Geral – 1 disciplina	Específica – 11 disciplinas.	
Metodologia: A carga horária dos cursos de Pós-graduação-Educação da FAE é de 440 horas-aula, sendo 380 horas-aula com aulas presenciais mais 60 horas-aula distribuídas entre orientações e atividades extraclases para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.			

Conforme Resolução n.º 1/2007, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), os alunos interessados na carreira do Ensino Superior ou na prestação de serviços em empresas ligadas ao setor público, deverão realizar o trabalho de conclusão de curso composto pela disciplina Pesquisa e Projeto de Curso. A aprovação nessa disciplina permite a emissão de Certificado de Especialização lato sensu.

Endereço Eletrônico:

<http://www.fae.edu/cursos/index.vm?cid=76950922&id=77042738>

Cursos: Educação Especial: formação generalista – 54d

Modalidade: Presencial (33)

Frequência das aulas: Quinzenal (18)

Duração: 15 meses

Dias de oferta: sextas e sábados

Valor da mensalidade: 15 x R\$ 150. Valor Total: R\$ 2.250.

Carga horária: 360

Número de disciplinas: 8

- **Libras: Formação de Palavras e Estrutura de Sentenças | 40h {Específica – Conhecimento Técnico}**
Ementa: Formação de palavras e estrutura de sentenças em linguagem brasileira de sinais. Resultado para o participante: Conhecimentos básicos da linguagem brasileira de sinais para comunicação com pessoas deficientes auditivas.

- **Altas Habilidades: Teoria e Ações Pedagógicas | 40h {Específica – Segmentos}**
Ementa: Conceito; características; fatores determinantes; adaptação curricular para estudantes com altas habilidades na Educação Básica; estratégias de ações na área pedagógica: modalidades organizativas de ensino; processo avaliativo; estruturação do tempo e espaço. Resultado para o participante: Redimensionar estratégias de aprendizagem capazes de atender estudantes com altas habilidades.

- **Aspectos Psicológicos e Sócio Históricos da Educação Especial | 20h {Específica – Fundamentos}**
Ementa: Classificação das deficiências; bases filosóficas, fatores psicológicos, fatores socioculturais: a questão do preconceito e a discriminação frente à diversidade; cidadania e direitos humanos. Família e educação Especial. Resultado para o participante: Aceitação do diferente como característica humana, entendendo-o como cidadão com direitos e deveres na escola, na família e em diferentes ambientes sociais.

- **Avaliação da Educação Especial no Ensino Regular | 20h {Específica}**
Ementa: Níveis e educacionais em modalidades de ensino. Níveis de avaliação educacional. Avaliação da aprendizagem no ensino regular. Modelos de avaliação da aprendizagem na educação especial.

- **Deficiências Físicas, Auditivas e Visuais: Teoria e Ações Pedagógicas | 40h {Específica – Segmentos}**
Ementa: Conceito; características; fatores determinantes; adaptação curricular para estudantes com deficiências físicas, auditivas e visuais na Educação Básica; estratégias de ações na área pedagógica: modalidades organizativas de ensino; processo avaliativo; estruturação do tempo e espaço. Resultado para o participante: Redimensionar estratégias de aprendizagem capazes de atender estudantes com altas habilidades.

- **Deficiências Intelectuais: Teoria, Currículo e Ações Pedagógicas | 40h {Específica – Segmentos}**
Ementa: Conceito; Características; Fatores determinantes; Adaptação curricular para estudantes com deficiências intelectuais na Educação Básica; Estratégias de ações na área pedagógica: modalidades organizativas de ensino; processo avaliativo; estruturação do tempo e espaço. Resultado para o participante: Redimensionar estratégias de aprendizagem capazes de atender estudantes com deficiências intelectuais.

- **Transtorno do Espectro Autista: Teoria e Ações Pedagógicas | 40h {Específica – Segmentos}**
Ementa: Conceito, características, fatores determinantes, adaptação curricular para estudantes com transtornos do espectro autista. Educação formal e integração saúde e escola. Resultado para o participante: Aprimorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com transtornos no espectro autista, por meio de métodos de intervenção pedagógica, social, comunicativa e comportamental.

- **Trabalho de Conclusão de Curso | 40h {Específica - Pesquisa}**
Ementa: Resultado para o participante:

- **Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem - 45h {Geral – Educação}**
- **Fundamentos da Educação Especial da Segregação a Inclusão - 45h {Específica – Fundamentos}**
- **Formação Didática Pedagógica para Atuação junto a Portadores Deficiência Não Sensorial - 45h {Específica – Segmentos}**
- **Formação Didática Pedagógica Junto a Portadores de Deficiência Mental- 45h {Específica – Segmentos}**
- **Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa - 45h {Geral – Pesquisa}**

<p>Fonte: http://www.fescpr.edu.br/content.aspx?ID=46&Tp=7</p> <p>Data de coleta: Instituição: FESC - Número: 47</p> <p>Código da instituição: 3684 Organização Acadêmica: Faculdade Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: - Índice Geral de Curso: 3</p> <p>Categoria: Geral – 1 disciplina Específica – 6 disciplinas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação Educacional dos Portadores de Necessidades Especial - 45h {Específica} • Formação Didática Pedagógica Junto a Indivíduos Portadores de Deficiência Auditiva - 45h {Específica –Segmentos} • Formação Didática Pedagógica Junto a Indivíduos Portadores Deficiência Visual - 45h {Específica –Segmentos}
<p>Cursos: Educação Especial e Inclusiva – 55d</p> <p>Modalidade: Presencial (34) Frequência das aulas: semanais (14) Duração: 12 meses Dias de oferta: terças e quartas-feiras Valor da mensalidade: 18 x R\$ 250. Valor Total: R\$ 4.500. Carga horária: 390 Número de disciplinas: 13</p> <p>Fonte: http://www.isepeguaratuba.com.br/pos_graduacao/curSOS</p> <p>Data de coleta: Instituição: ISEPE – Guaratuba - Número: 48</p> <p>Código da instituição: 3684 Organização Acadêmica: Faculdade Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: - Índice Geral de Curso: 3</p> <p>Categoria: Geral – 2 disciplinas Específica – 11 disciplinas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação de Surdo-Cego – 30h{Específica –Segmentos} • Educação do Aluno com Distúrbios Globais do Desenvolvimento – 30h {Específica –Segmentos} • Educação do Deficiente Auditivo – 30h {Específica –Segmentos} • Educação do Deficiente Físico e do Múltiplo Deficiente – 30h {Específica –Segmentos} • Educação do Deficiente Mental - 30h {Específica –Segmentos} • Educação do Deficiente Visual – 30h {Específica –Segmentos} • Educação em Altas Habilidades – 30h {Específica –Segmentos} • Educação Inclusiva – 30h {Específica –Segmentos} • Estudos Independentes para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – 30h {Específica –Pesquisa} • Inclusão Digital – 15h {Específica –Segmentos} • Inclusão no Mundo do Trabalho – 30h {Específica } • Metodologia do Trabalho Científico – 45h {Geral – Pesquisa} • Organização de Ambientes Escolares – 30h {Geral} <p>Obs.: mesmo sítio que a Faculdade do Litoral Paranaense (FLP) – Código 2624.</p>
<p>Cursos:</p> <p>A. Atendimento Educacional Especializado – 56d B. Educação Especial e Libras – 57d</p> <p>A. Formar um quadro de educadores que incorporem suas atividades, pesquisas e estudos sobre as deficiências com vistas à criação de novas perspectivas no trabalho desenvolvido com pessoas deficientes. - Possibilitar aos educadores e demais profissionais da educação e áreas afins, conhecimentos científicos e metodológicos específicos dos componentes curriculares que servirão de suporte à escolarização de alunos com deficiências, na perspectiva de educação inclusiva. - Compreender a Educação Inclusiva para além da inserção do aluno com deficiência no ensino regular, como uma proposta abrangente voltada à melhoria da</p>	<p>++++A. Atendimento Educacional Especializado</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Metodologia de Estudo e de Pesquisa - 40h{Geral – Pesquisa} 2. Legislação, Planejamento e Avaliação em Educação Especial/Inclusiva - 30h {Específica –Fundamentos} 3. Atendimento Educacional Especializado - 40h {Específica – AEE} 4. Deficiência Sensorial: Auditiva e Visual - 50h {Específica –Segmentos} 5. Deficiência Intelectual/Mental - 50h {Específica –Segmentos} 6. Deficiência Física/Neuromotora - 50h {Específica –Segmentos} 7. Transtornos Globais do Desenvolvimento - 50h{Específica –Segmentos}

<p>qualidade de ensino. B. Redimensionar o sistema de ensino e das competências do profissional da educação, com vistas ao domínio dos conhecimentos gerais das áreas da Educação Especial e Inclusiva, com ênfase na aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, o que identifica o respeito à diversidade humana, independente de sua condição biológica, intelectual ou social.</p> <p>Modalidade: EAD (23, 24)</p> <p>Frequência das aulas: *</p> <p>Duração: ?</p> <p>Dias de oferta: *</p> <p>Valor da mensalidade: 1 x R\$2884,47. Valor Total: R\$ 2.884,47.</p> <p>Carga horária: A. 360/ B. 472</p> <p>Número de disciplinas: A. 8/ B. 14</p> <p>Fonte: http://insep.edu.br/poscursos</p> <p>Data de coleta:</p> <p>Instituição: INSEP Número: 49</p> <p>Código da instituição: 3986</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p> <p>Conceito institucional: 3 Índice Geral de Curso: 3</p> <table border="1" data-bbox="309 762 788 810"> <tr> <td>Categoria:</td> <td>Geral A – 1 disciplina</td> <td>Específica – 7 disciplinas.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Geral B – 0 disciplina</td> <td>Específica – 13 disciplinas</td> </tr> </table>	Categoria:	Geral A – 1 disciplina	Específica – 7 disciplinas.		Geral B – 0 disciplina	Específica – 13 disciplinas	<p>8. Altas Habilidades - 50h{Específica – Segmentos}</p> <p>+++B. Educação Especial e Libras</p> <p>1. Aspectos Sociais, Políticas Públicas e Legislação em Educação Especial - 20 h {Específica – fundamentos}</p> <p>2. Deficiência e Mercado de Trabalho - 30h {Específica }</p> <p>3. Desenvolvimento, Aprendizagem e Características Cognitivas, Psíquicas e Sociais das Deficiências - 30 h {Específica }</p> <p>4. Avaliação Educacional da Pessoa com Deficiência - 30h {Específica }</p> <p>5. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva - 30h {Específica – Pesquisa}</p> <p>6. LIBRAS I: Formação de Palavras - 64h {Específica – Conhecimento Técnico}</p> <p>7. LIBRAS II: Estrutura de Sentenças em LIBRAS - 64h {Específica – Conhecimento Técnico}</p> <p>8. Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos {Específica – Segmentos}</p> <p>Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos - Na área de e Altas Habilidades - 20h {Específica – Segmentos}</p> <p>Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos - Na área de Deficiência Física Neuromotora - 30h {Específica – Segmentos}</p> <p>Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos -Na área de Deficiência Intelectual - 30 h {Específica – Segmentos}</p> <p>Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos - Na área de Deficiência Visual - 30h {Específica – Segmentos}</p> <p>Metodologias de Ensino: Fundamentos Teórico-Práticos - Na área de Deficiência Auditiva - 30 h {Específica – Segmentos}</p> <p>9. Técnicas de Tradução/Interpretação LIBRAS-Português e seus Aspectos Profissionais - 64h {Específica – Conhecimento Técnico }</p>
Categoria:	Geral A – 1 disciplina	Específica – 7 disciplinas.					
	Geral B – 0 disciplina	Específica – 13 disciplinas					
<p>Curso: Educação Especial – 58d</p> <p>Capacitar docentes para atuarem com alunos portadores de necessidades especiais. Oferecer novas técnicas, materiais e métodos de ensino, pesquisa e adaptação para o aluno portador de necessidades especiais.</p> <p>Modalidade: Presencial (35)</p> <p>Frequência das aulas: semanais (15)</p> <p>Duração: 24 meses</p> <p>Dias de oferta: segundas, terças e quartas.</p> <p>Valor da mensalidade: 12 x R\$ 340. Valor Total: R\$ 4.080.</p> <p>Carga horária: 390</p> <p>Número de disciplinas: 12</p> <p>Fonte: http://www.isulpar.edu.br/</p> <p>Data de coleta:</p> <p>Instituição: ISULPAR - Número: 50</p> <p>Código da instituição: 1615</p> <p>Organização Acadêmica: Faculdade</p> <p>Categoria administrativa: Privada</p>	<p>Metodologia do Ensino Aprendizagem – 30h {Geral – Educação}</p> <p>Neurofisiologia – 30h {Geral – Educação}</p> <p>Bases biológicas do desenvolvimento humano – 30 h {Geral – Educação}</p> <p>Planejamento curricular em Educação Especial – 30 h {Específica}</p> <p>Avaliação e diagnóstico para encaminhamento do indivíduo portador de deficiência – 30 h {Específica}</p> <p>Métodos, técnicas e recursos de ensino na área da deficiência visual – 30 h{Específica – Segmentos}</p> <p>Métodos, técnicas e recursos de ensino na área da deficiência mental – 30h{Específica – Segmentos}</p> <p>Métodos, técnicas e recursos de ensino na área da audiocomunicação – 30h{Específica – Segmentos}</p> <p>Educação Inclusiva no ensino regular – 30h {Específica}</p> <p>Educação para o trabalho – 30h {Geral – Educação}</p> <p>Relações interpessoais na convivência escolar – 30h {Geral – Educação}</p> <p>Metodologia de pesquisa científica – 30h{Geral – Pesquisa}</p>						

Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 6 disciplinas	Específica – 6 disciplinas.
Objetivos:		
Curso: Educação Especial com ênfase em Inclusão – 59d		
Objetivo: promover a discussão avançada sob o eixo da pesquisa no campo da Educação Especial e da Inclusão.		
Modalidade: presencial (36)		
Frequência das aulas: semanais (16)		
Duração: 24 meses		
Dias de oferta: segundas, terças e quartas.		
Valor da mensalidade: 18 x R\$ 340. Valor Total: R\$ 6.120.		
Carga horária: 360		
Número de disciplinas: 18		
Fonte: http://especializacao.pucpr.br/lista-de-cursos/curso/?processoseletivo=383&curso=4199		
Instituição: PUC/PR		Número: 51
Código da instituição: 10		
Organização Acadêmica: Faculdade		
Categoria administrativa: Privada		
Conceito institucional: 5		Índice Geral de Curso: 3
Categoria:	Geral – 5 disciplinas	Específica – 12 disciplinas.
Corpo docente: Carlos Jose Gomes –Mestre; Cecilia Lopes da Silva – Mestre; Cloves Antonio de Amassis Amorim – Mestre; Cristiani Kreuzsch – Especialista; Elizabeth Carvalho da Veiga – Doutor; Elizete Lucia Moreira Matos – Doutor; Evelise Maria Labatut Portilho – Doutor; Giovanna Beatriz Kalva Medina – Mestre; Gislaíne Coimbra Budel – Especialista; IASKARA MARIA ABRAO – Mestre; Irajá de Brito Vaz –Mestre; Isabel Cristina Hierro Parolin –Mestre; Jacques de Lima Ferreira – Mestre; Neide Mitiyo Shimazaki Tsukamoto – Mestre; Patricia Lupion Torres –Doutor; Sonia Maria Gomes de Sá Kuster – Mestre; Thais Gama –Mestre.		
<p>Altas Habilidades - Carga Horária: 15 {Específica –Segmentos} <i>Conceito, classificação e características de desenvolvimento da pessoa portadora de altas habilidades. Considerações sobre a nomenclatura: superdotação e altas habilidades. Considerações sobre QI e níveis de desenvolvimento. Modalidades de atendimento em educação especial para o portador de Alta Habilidade, bem como estratégias para a integração desse indivíduo na família, na Escola e na sociedade.</i></p> <p>Atendimento ao escolar em Tratamento de Saúde - Hospitalar, Casa de Apoio ou Domiciliar - Carga Horária: 30 {Específica} <i>Oferecer condições para que os profissionais da saúde, educação, e outras áreas, se situem como profissionais em favor da vida, resgatando, em sua prática, a participação como reais sujeitos influentes na história e na vida das pessoas no contexto social.</i></p> <p>Contexto da Educação Especial e da Inclusão - Carga Horária: 15 {Específica –Fundamentos} <i>A Constituição Federal/88 e a educação Especial (art.203,208 e 227).- O exercício dos direitos Individuais e Sociais – Lei 7853/89.- Estatuto da criança e do Adolescente – ECA- Lei 8069/90.- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9394/96.- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CEB/CNE nº 17/2001.- PCN's Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais – MEC/99.</i></p> <p>Deficiência Auditiva - Carga Horária: 15 {Específica –Segmentos} <i>Conceito, classificação e características de desenvolvimento da pessoa portadora de altas habilidades. Considerações sobre a nomenclatura: superdotação e altas habilidades. Considerações sobre QI e níveis de desenvolvimento. Modalidades de atendimento em educação especial para o portador de Alta Habilidade, bem como estratégias para a integração desse indivíduo na família, na Escola e na sociedade.</i></p> <p>Deficiência Intelectual/Métodos e Técnicas - Carga Horária: 30{Específica –Segmentos} <i>Conceito, classificação e características de desenvolvimento de diversos níveis da Deficiência Mental, modalidades de atendimento em educação Especial para o portador de deficiência mental bem como estratégia para inclusão do deficiente mental na família, na escola e na sociedade.</i></p> <p>Deficiência Visual e a Orientação e Mobilidade/Métodos e Técnicas - Carga Horária: 30 {Específica –Segmentos} <i>Estudo das características do desenvolvimento biopsicossocial de sujeitos portadores de cegueira e baixa visão e sua locomoção e mobilidade</i></p> <p>Dificuldades e Problemas de Aprendizagem - Carga Horária: 15 {Específica – Outros segmentos} <i>Critérios para a identificação e diferenciação de alguns problemas, dificuldades e distúrbios de aprendizagem e do comportamento, assim como formas de atendimento.</i></p> <p>Ética {Geral - Aleatória} <i>Carga Horária: 15 - Análise dos principais modelos éticos ocidentais, tais como: ética das virtudes aristotélica, ética da interioridade cristã, ética do dever kantiana, ética da responsabilidade de Hans Jonas e suas contribuições na formação humana, especialmente na profissional, de acordo com a missão marista (missão da PUCPR). Identificação da relação entre os modelos acima destacados com as necessidades específicas das diferentes áreas do conhecimento. Discussão sobre a crise dos valores da contemporaneidade.</i></p> <p>Fundamentos Biológicos do Desenvolvimento - Carga Horária: 15 {Geral – Educação} <i>Conceito de “problemas de aprendizagem”. Tipos de problemas de aprendizagem. Linhas teóricas. Histórico. Genética. Síndromes.</i></p> <p>Fundamentos Pedagógicos para a Inclusão, Mediação na Aprendizagem e Intervenção em Sala Multifuncional - 30 h – {Específica – AEE} <i>A Escola Inclusiva precisa reconhecer e responder à diversidade de seus alunos, assegurando uma educação de qualidade para todos, através de</i></p>		

	<p><i>currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, o uso diversificado de recursos, bem como o estabelecimento de parcerias com suas comunidades.</i></p> <p>Metodologia Científica - Carga Horária: 15 {Geral – Pesquisa} <i>A disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica tem com meta a compreensão das diretrizes metodológicas do conhecimento científico, com o objetivo de fornecer elementos teóricos e práticos sobre a normatização de trabalhos acadêmicos juntamente com os fundamentos epistemológicos da pesquisa. Possibilitará a produção do conhecimento e a capacidade de elaborar e executar uma pesquisa com rigor científico. Neste processo, a ênfase acontece na prática da iniciação da pesquisa científica, juntamente com os procedimentos e etapas necessárias para a elaboração de um artigo científico.</i></p> <p>Métodos, Técnicas e Recursos para o Trabalho com a Deficiência Auditiva - Carga Horária: 30 {Específica – segmentos} <i>Abordagem sobre as metodologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem do deficiente auditivo do ponto de vista de uso da comunicação oral e gestual.</i></p> <p>O Processo Avaliativo das Necessidades Educacionais Especiais - Carga Horária: 15 {Específica} <i>Conceito, funções e diversos enfoques da avaliação das dificuldades de aprendizagem. Áreas do desenvolvimento contempladas no processo avaliativo: desenvolvimento intelectual, psicomotor, percepto-motor, sensorial, da linguagem, emocional, social, maturacional, pedagógico.</i></p> <p>Políticas Públicas em Educação e Saúde - Carga Horária: 15 - Abordagens legais voltadas ao atendimento do escolar em tratamento de saúde. {Geral - Aleatória}</p> <p>Relações Família, Escola Especial, Escola Regular sob a Abordagem Sistêmica - Carga Horária: 15 – Teoria Sistêmica. Paradigma holístico: a mutualidade entre o aluno, o funcionamento familiar e a escola. Construção do “olhar” psicopedagógico mais integrado ao cotidiano da nossa clientela. {Geral – Educação}</p> <p>SEMINÁRIO AVANÇADO - Carga Horária: 15h - Apresentações das pesquisas e discussões. {Específica- pesquisa}</p> <p>Tópicos Especiais - Carga Horária: 15 – {Geral} <i>Abordagens referentes ao processo de avaliação como instrumento diagnóstico, processual e formativo em realidades presencial e online.</i></p> <p>Transtornos Globais do Desenvolvimento Carga Horária: 30 – {Específica –Segmentos} <i>Definição e Conceituação de Condutas Típicas. Nomenclatura usada. Noções básicas de Avaliação e desenvolvimento. Aspectos Familiares e Escolares. Recursos para atendimento.</i></p>
<p>Curso: Educação Especial Inclusiva – 60d</p> <p>Formar recursos humanos acerca dos fundamentos da Educação Especial, trazendo subsídios para uma melhor compreensão e atuação no processo de ensino e aprendizagem da educação inclusiva, bem como sua articulação com os diversos aspectos teóricos e práticos da educação básica.</p> <p>Modalidade: Presencial (37)</p> <p>Frequência das aulas: semanais (17)</p> <p>Duração: 18 meses</p> <p>Dias de oferta: sábados</p> <p>Valor da mensalidade: 18 x R\$ 340. Valor Total: R\$ 6.120.</p> <p>Carga horária: 480</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação Inclusiva: fundamentos teóricos e políticas públicas - 30 {Específica –Fundamentos} 2. Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência. 30 {Específica} 3. Transtornos globais do desenvolvimento e transtornos específicos: implicações para a aprendizagem. 30{Específica –Segmentos} 4. Trabalho docente e atendimento educacional especializado do aluno com: deficiência intelectual e deficiência física neuromotora – 50 h {Específica –Segmentos} 5. Metodologia da Pesquisa Científica em Educação Inclusiva 30{Geral – Pesquisa} 6. Trabalho docente e atendimento especializado do aluno com: • deficiências múltiplas; • altas habilidades /superdotação – 40 h{Específica –

Número de disciplinas: 10			Segmentos} 7. Trabalho docente e atendimento especializado do aluno com: • deficiência visual • surdez 40 {Específica –Segmentos} 8. Introdução ao estudo de LIBRAS 30 {Específica – Conhecimento Técnico} 9. Recursos da tecnologia assistiva na educação inclusiva 30 {Específica – Conhecimento Técnico} 10. Deficiência, família e sociedade: implicações para a educação inclusiva - {Específica} • Tópico especial; • noções básicas de primeiros socorros. 50h {Geral - Aleatória}
Fonte: http://www.uenp.edu.br/index.php/latosensu			
Instituição: UENP Número: 52			
Código da instituição: 10			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Pública			
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 2 disciplinas.	Específica – 9 disciplinas.	
Cursos: Educação Especial Inclusiva #			
Objetivos: Refletir sobre os parâmetros educacionais específicos da Educação Especial; Adquirir subsídios teórico-práticos para a educação especial em classes comuns e especiais, articulando reflexão e elaboração teórica às práticas didáticas da educação inclusiva.			
Modalidade: EAD			
Frequência das aulas: *			
Duração: 12 meses.			
Dias de oferta: *			
Valor da mensalidade: 1 x R\$2405,70. Valor Total: R\$ 2.405,70.			
Carga horária: 400			
Número de disciplinas: 16 + TCC			
Fonte: http://www.unoparead.com.br/nossos-cursos/ http://voceespecialista.unopar.br/cursos/curso/especializacao-em-educacao-especial-inclusiva/			
Instituição: UNOPAR - Número: 53			
Código da instituição: 298			
Organização Acadêmica: Faculdade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: -		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 2 disciplinas	Específica – 14 disciplinas.	
Metodologia: vide Faculdade Pitágoras.			
Cursos:			
A. Educação Física Escolar com ênfase em Educação Especial – 61d			
Modalidade: Presencial (38)			
Frequência das aulas: Quinzenal (19)			
Duração: 20 meses.			
Dias de oferta: sextas e sábados			
Valor da mensalidade: 20 x R\$ 268. Valor Total: R\$ 5.360.			
Carga horária: 360			
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Inclusiva {Específica} • Políticas Públicas de Inclusão {Específica –Fundamentos} • Aprendizagem e Desenvolvimento Humano {Geral- Educação} • Deficiência Intelectual{Específica –Segmentos} • Estimulação Essencial{Específica –Segmentos} • Deficiência Auditiva{Específica –Segmentos} • Deficiência Visual{Específica –Segmentos} • Deficiência Física e Psicomotricidade{Específica –Segmentos} • Deficiência Múltipla{Específica –Segmentos} • Tecnologia Assistiva {Específica – Conhecimento Técnico} • Transtornos Globais do Desenvolvimento{Específica –Segmentos} • Altas Habilidades/superdotação {Específica –Segmentos} • Adaptações Curriculares {Específica – Conhecimento Técnico} • Avaliação na Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Ludicidade e Educação Especial {Específica – Conhecimento Técnico} • Metodologia de Ensino e da Pesquisa {Geral – Pesquisa} 			
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Física e Deficiência Física - 30 horas - {Específica –Segmentos} <i>Caracterização da Educação física e sua adaptação junto ao ensino regular e as instituições especiais. A atividade física adaptada no processo pedagógico-terapêutico para a pessoa com deficiência física.</i> <ul style="list-style-type: none"> • Educação Física e Deficiência Intelectual - 30 horas: {Específica –Segmentos} <i>Caracterização da Educação física e sua adaptação junto ao ensino regular e as instituições especiais. A atividade física adaptada no processo pedagógico-terapêutico para a pessoa com deficiência intelectual.</i> <ul style="list-style-type: none"> • Educação Física e Deficiência Visual - 30 horas: {Específica –Segmentos} 			

Número de disciplinas: 12			<p><i>Caracterização da Educação física e sua adaptação junto ao ensino regular e as instituições especiais. A atividade física adaptada no processo pedagógico-terapêutico para a pessoa com deficiência visual.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Educação Física para Grupos Especiais – AUTISMO e TDAH – 60h: . {Específica –Segmentos} <p><i>Caracterização patológica e social; causas e tratamento. Atendimento educacional especializado ao aluno com autismo. Uso de tecnologias assistivas. Relação família e escola. Adaptação curricular e avaliação. E a educação formal de alunos com TGD: teoria e prática. TGD associada a outras deficiências. A formação do aluno com: Hiperatividade e Déficit de atenção</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Inclusão e Fundamentos da Educação Especial – 30h: <p><i>A evolução da estrutura e da organização da Educação Especial. As políticas educacionais para Educação Especial, suas finalidades, objetivos e características. Os paradigmas da inclusão educacional sob o ponto de vista da legislação vigente. {Específica –Fundamentos}.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Seminários de Projetos- 30 horas: <p><i>Elaboração projetos de monografia em atividade física e exercício para grupos especiais. Apresentação dos resultados. {Específica – Projetos}</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Dança Inclusiva – 15 horas: {Específica} <p><i>Estudo da Dança Inclusiva nos seus aspectos teóricos e práticos enfatizando a importância desta forma de dança dentro e fora do contexto escolar.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Educação Física e Deficiência Auditiva - 30 horas: <p><i>Caracterização da Educação física e sua adaptação junto ao ensino regular e as instituições especiais. A atividade física adaptada no processo pedagógico-terapêutico para a pessoa com deficiência auditiva. {Específica –Segmentos}</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Aspectos Neurológicos das Deficiências – 30 horas: <p><i>Aprofundar estudos da anatomia humana relativa ao aparelho locomotor, aos sistemas cardio-vascular, respiratório e neuro-endócrino {Específica}</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Aspectos Psicológicos e Motivacionais - 15 horas: <p><i>Abordagens psicológicas e sua relação ao contexto escolar. O entendimento dos fatores motivacionais relacionados ao desenvolvimento do indivíduo praticante de atividade física. Principais conceitos da Psicologia e sua aplicação ao âmbito escolar. Processos cognitivos motivacionais, emocionais e sociais envolvidos na prática esportiva. {Geral}</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação Motora Adaptada - 30 h: <p><i>Conceituar teste, medida e avaliação. Assim como qualidade dos dados. Definir rotinas de testes, medidas e avaliação dos aspectos antropométricos, variáveis motoras. {Específica – Conhecimento Técnico}</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Controle Motor e Distúrbios de Aprendizagem – 30h: <p><i>Elementos conceituais do movimento e desenvolvimento humano. Noções gerais do desenvolvimento motor, do crescimento físico e da maturação. Aprendizagem motora e desenvolvimento humano, da criança ao adulto no contexto socioambiental {Específica – Segmentos}</i></p>
Fonte: http://presencial.unipar.br/cursos/pos-graduacao/			
Data de coleta:			
Instituição: UNIPAR		Número: 54	
Código da instituição: 437			
Organização Acadêmica: Universidade			
Categoria administrativa: Privada			
Conceito institucional: 3		Índice Geral de Curso: 3	
Categoria:	Geral – 1 disciplina	Específica – 11 disciplinas.	
<p>Cursos:</p> <p>a. Educação Especial e Inclusiva – 62d</p> <p>b. Educação Especial com ênfase em Transtornos Globais do Desenvolvimento – 63d</p> <p>A. Objetivos: analisar a partir dos condicionantes legais, político-educacionais, sociais e pedagógicos a Educação Especial e Inclusiva no âmbito dos sistemas de ensino. Fornecer subsídios aos profissionais para atuarem de forma crítica e reflexiva na organização do trabalho pedagógico direcionado aos atendimentos educacionais especiais. Capacitar para o diagnóstico, elaboração e organização de recursos didáticos que possibilitam a adequação do ensino às possibilidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Reconhecer os conhecimentos necessários na promoção de uma educação inclusiva que garanta o ingresso, a permanência e o sucesso da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>			
Educação especial e educação inclusiva: aspectos históricos, curriculares e organização do trabalho pedagógico - 30h {Específica –Fundamentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias na deficiência visual - 30h {Específica –Segmentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias na surdez - 30h {Específica –Segmentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias na deficiência física - 30h {Específica –Segmentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias nos transtornos globais de desenvolvimento - 30h {Específica –Segmentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias nas altas habilidades e superdotação - 30h {Específica –Segmentos}			
Fundamentos do desenvolvimento e as metodologias na deficiência intelectual - 30h {Específica –Segmentos}			
Aspectos éticos nas organizações de ensino e mundo do trabalho para pessoa com deficiência - 30h {Específica }			
Relações família, comunidade e escola inclusiva na abordagem sistêmica - 30h {Específica }			
Dificuldades de aprendizagem - 30h {Específica – Segmentos}			

<p>Compreender os elementos que caracterizam a educação especial e inclusiva e as metodologias adequadas na intenção de reorganizar as práticas docentes. Possibilitar a elaboração de trabalhos críticos e inovadores para atendimentos da clientela escolar.</p> <p>B. fornecer subsídios aos profissionais para atuarem de forma reflexiva na organização do trabalho pedagógico direcionado aos atendimentos educacionais especiais. Discriminar as metodologias utilizadas no processo de identificação, intervenção e prevenção de dificuldades no processo de aprendizagem.</p>	<p>Bases neuropsicológicas do desenvolvimento humano - 30h {Geral – Educação}</p> <p>Metodologia científica - 30h{Geral – Pesquisa}</p> <p>.....</p>
<p>Modalidade: Presencial (39 e 40)</p>	<p>Fundamentos biológicos e neurológicos do desenvolvimento humano {Geral - Desenvolvimento }</p>
<p>Frequência das aulas: Quinzenal (20)</p>	<p>Transtornos globais de desenvolvimento{Específica –Segmentos}</p>
<p>Duração: 20 meses.</p>	<p>Fundamentos da psicanálise no atendimento ao TGD{Específica –Segmentos}</p>
<p>Dias de oferta: sábados</p>	<p>Fundamentos da psicomotricidade no atendimento ao TGD{Específica –Segmentos}</p>
<p>Valor da mensalidade: a. 24 x 250/ b. 24 x 270</p>	<p>Desenvolvimento da linguagem e aspectos fonoaudiológico no atendimento ao TGD{Específica –Segmentos}</p>
<p>A.Valor Total: R\$ 6.000/ B. Valor Total: R\$6.480.</p>	<p>Comunicação por meio de troca de figuras (PECS) {Específica – Conhecimento técnico}</p>
<p>Carga horária: 420</p>	<p>O método TEACCH {Específica – Conhecimento técnico}</p>
<p>Número de disciplinas: 12</p>	<p>Intervenções psicopedagógicas {Geral }</p>
<p>Fonte:</p>	<p>Teatro e arte {Geral – Educação}</p>
<p>A. http://up.com.br/LandpageInterna.aspx?c=4853&i=160</p>	<p>Metodologia científica{Geral – Pesquisa}</p>
<p>B. http://up.com.br/Landpage.aspx?i=120</p>	<p>Desenvolvimento de raciocínio lógico matemático {Geral – Educação}</p>
<p>Data de coleta:</p>	<p>TCC {Específica –Pesquisa}</p>
<p>Instituição: UNIVERSIDADE POSITIVO (UP) Número: 55</p>	
<p>Código da instituição: 1042</p>	
<p>Organização Acadêmica: Universidade</p>	
<p>Categoria administrativa: Privada</p>	
<p>Conceito institucional: 5</p>	<p>Índice Geral de Curso: 4</p>
<p>Categoria:</p>	<p>Geral A – 2 Específica A – 10 disciplinas.</p>
<p>Geral B – 7 disciplinas</p>	<p>Específica B – 5 disciplinas</p>
<p>Corpo docente: Liliamar Hoça - coordenadora</p>	
<p>Anderson Gomes</p>	
<p>Gilciane Baggio Ortolani</p>	